

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

ANA CRISTINA PEREIRA LIMA

“OBREIROS PACÍFICOS”:
O CÍRCULO DE OPERÁRIOS E TRABALHADORES CATÓLICOS SÃO JOSÉ.
(FORTALEZA, 1915 – 1931).

FORTALEZA

2009

ANA CRISTINA PEREIRA LIMA

“OBREIROS PACÍFICOS”:
O CÍRCULO DE OPERÁRIOS E TRABALHADORES CATÓLICOS SÃO JOSÉ.
(FORTALEZA, 1915 – 1931).

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

FORTALEZA

2009

ANA CRISTINA PEREIRA LIMA

“OBREIROS PACÍFICOS”:
O CÍRCULO DE OPERÁRIOS E TRABALHADORES CATÓLICOS SÃO JOSÉ.
(FORTALEZA, 1915 – 1931).

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: __ / __ / ____.

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC.

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva
Universidade de Campinas – UNICAMP.

Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani
Universidade Federal do Ceará – UFC.

Prof. Dr. Eurípides Antônio Funes (Suplente)
Universidade Federal do Ceará – UFC.

À Mozarina, Teresa e Kariny,
Mulheres da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Sou especialmente grata aos meus pais, Cícero e Teresa, que mesmo não tendo lido este trabalho, conhecem muito bem a história contada nestas páginas. Agradeço-lhes pelo esforço, o apoio e a presença que tornaram possível a minha trajetória até aqui.

À minha irmã Kariny, pelas conversas intermináveis, pelo companheirismo e pelo entendimento literal e sentimental dos conselhos e das confissões. Aos pequenos Bruno, Ana Carolina e Ester, pela esperança de um mundo melhor.

À minha avó Mozarina, pelo abrigo e pelas orações; ao meu avô Francisco, pelos consertos e préstimos sem obstáculos; à minha avó Lourdes, pela arte da simplicidade; e à minha nova avó Júlia, pelo “*não desanime, Deus cuidará de ti*”, agradeço com amor e respeito. Agradeço também à minha grande e barulhenta família, em especial às minhas tias Teinha, Rosa, Tana, Bel, Leda, Regina e Silvana, pela torcida em todos os momentos da minha vida e pelas muitas horas de riso. Ao Juvenal, por nos ensinar que é possível ser generoso e feliz.

Aos queridos Eltomy e Eldo, pelo impagável apoio nos últimos acontecimentos.

Agradeço aos professores e colegas do Departamento de História da UFC pelas discussões que formaram e enriqueceram minha opção pela História, em especial, ao Professor Frederico de Castro Neves, que aceitou orientar esta pesquisa, por apresentar idéias extremamente instigantes sem impô-las. Aos Professores Eurípedes Funes e Adelaide Gonçalves, pelo empréstimo de livros e de ideias e pela contribuição no trato com as fontes na Disciplina Seminário de Pesquisa. À Professora Telma Bessa, pelos seus comentários no exame de qualificação e pela atenção mesmo fora da sala de aula. Agradeço também aos Professores Luigi Biondi e Edilene Toledo pelo incentivo no início desta pesquisa e pelo muito que me ensinaram.

De forma toda especial, agradeço aos amigos Eduardo Parente e Raimundo Hélio pelas muitas conversas, pelas sugestões de pesquisa, pela leitura de parte desse trabalho e, sobretudo, pela presença nos momentos de tristeza e cansaço. Dedico-lhes

minha amizade e espero que possamos construir outros tantos encontros na Academia e nas nossas trajetórias pessoais.

Ao amigo Miguel Paulo, pela amizade sincera e constante.

Aos amigos Lara de Castro, Alexandre Cardoso, Mariana Macedo, pelo privilégio de poder chamá-los assim. Agradeço também a Guilherme Martins e Aline Alves. Aos demais colegas que, pela força da distância ou pelo meu esquecimento involuntário, não foram mencionados.

Ao Emy Falcão, minha casa, pela ajuda inestimável nessa dissertação, pela serenidade das palavras e dos gestos, pelo abraço mais reconfortante do mundo e, principalmente, por construir comigo sonhos.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

“A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra e o leitor entende uma terceira coisa... e, enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita começa a desconfiar que não foi propriamente dita”.

(Mário Quintana)

RESUMO

Analizamos a atuação do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José em Fortaleza (CE) entre 1915 e 1931. Foram considerados aspectos do associativismo operário, a aproximação da Igreja do mundo do trabalho e a heterogeneidade da classe operária na cidade. Para tanto, propomos-nos a estudar as experiências diversas dos trabalhadores neste período, que envolvem possibilidades associativas, direitos, educação, lazer, usos e trajetos dentro da cidade. Entendemos o Círculo Operário como sujeito coletivo participando efetivamente do movimento operário de Fortaleza durante a Primeira República.

Palavras-chave: Trabalhadores - Círculo Operário – Igreja – Movimento Operário.

ABSTRACT

We analyze the performance of the *Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José*, in Fortaleza (CE) from 1915 to 1931. It was considered aspects of worker associations, the reach of the Catholic Church and the heterogeneity of worker class in the city. Thus, we decided to study the various experiences of workers in this period, which involves association possibilities, rights, education, leisure, usage and routes within the city. We understood the *Círculo Operário* as a collective subject effectively participating in the workers' association of Fortaleza during the First Republic.

Keywords: Workers – *Círculo Operário* – Catholic Church – Workers' Association.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1- CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO: ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES EM FORTALEZA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	24
1.1- Mutualismo e Direitos Sociais.....	25
1.2- Amparo e Dignidade: Caixa de Socorros e Sinistros.....	39
1.3- “Verdadeiro Socialismo”: Corporativismo e Ação Católica.....	50
Capítulo 2- “OBREIROS PACÍFICOS”: TRABALHO, ASSISTÊNCIA E REFORMA SOCIAL.....	62
2.1- “Ordem, Disciplina e Paz”: O Trabalho como dignidade.....	64
2.2- Discursos de Negociação: salário justo, descanso semanal e moradia.....	78
2.3- Primeiras Lições: Os aspirantes e o valor do bom ofício.....	97
Capítulo 3- OPERÁRIOS, CIDADÃOS, CRISTÃOS: A ESCOLA NOTURNA E A EDUCAÇÃO CIRCULISTA.....	108
3.1- “Na Santa Cruzada da instrução...”.....	110
3.2- Além das Letras: Educação e Civilidade.....	122
Capítulo 4- “PARA CADA COISA EXISTE UM MOMENTO DEBAIXO DOS CÉUS”: O TEMPO DO LAZER.....	140
4.1- Calendário Festivo.....	142
4.2- “Recrear, descansar para melhor trabalhar”: Cinema, Teatro e Música.....	157
4.3- A Paisagem Circulista.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
FONTES.....	191
BIBLIOGRAFIA.....	194

INTRODUÇÃO

Propomos-nos a estudar o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José a partir da análise histórica de desenvolvimento das instituições de classe e das práticas associativas na cidade de Fortaleza, entendendo o projeto circulista como espaço possível de construção de direitos e laços de solidariedade entre os trabalhadores. O Círculo São José,¹ fundado em 1915 em Fortaleza e orientado sob os princípios da Ação Católica no Ceará, aparece como sujeito coletivo dentro do movimento operário em contato com diversas sociedades de ajuda mútua e em embates político-ideológicos com o Anarquismo, o Comunismo e a propaganda do Sindicalismo de Resistência.

A sugestiva variedade de pensamento político que marcou as lutas operárias no começo do século XX na capital cearense faz notar o caráter heterogêneo da classe operária em sua construção. Tal heterogeneidade das organizações proletárias não quer dizer uma fragmentação total da classe que poderia dificultar sua identificação no curso da história. É antes uma característica importante para os estudos em História Social do Trabalho, devendo ser problematizada a partir do lugar onde acontece e do contexto em que está inserida. Maria Célia Paoli chama a atenção para o perigo de buscar uma “formação real da classe operária” e para o prejuízo de não considerar as particularidades do movimento operário tendo excessiva preocupação em montar uma coesão de pensamento e práticas que não necessariamente existiram para os trabalhadores em suas organizações.² Neste sentido, o que nos interessa para analisarmos as questões operárias no Ceará é justamente essa dimensão não homogênea das associações de trabalhadores abrindo espaço para um efervescente campo de disputas políticas, ideológicas e partidárias.

Mencionar a variedade de projetos articulados pelos trabalhadores na conquista de seus direitos exige refletir sobre o momento histórico em que esses empreendimentos puderam ser apresentados. As existências simultâneas de

¹ Como recurso para deixar a leitura mais fluente, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, em muitas partes do texto, aparecerá somente como Círculo São José ou Círculo Operário.

² PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na fala dos outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade operária: Aspectos da Cultura da Classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ / Museu Nacional, 1987.

diferentes ações de engajamento político e embates sociais revelam uma totalidade social, longe de ser uniforme, mas compatível com o tempo e o espaço nos quais se desenvolveram. Segundo argumentos formulados pelo historiador britânico Edward P. Thompson, as classes são formações sociais e culturais não estanques, mas “se definem de acordo com o modo como [sua] formação acontece efetivamente”.³ Diante disso, elementos da cultura local, o modo como se desenvolveu o crescimento da cidade, as origens daqueles que vão tornando-se operários, ou mesmo a importância do sentimento religioso – a forte influência do catolicismo – para a maioria da população entraram, em maior ou menor grau, na composição das experiências operárias e, por conseguinte, nas possibilidades associativas surgidas em Fortaleza.

Esta abordagem propõe uma reflexão acerca da constante transformação da experiência e consciência operárias que vão se movendo em várias direções. Enquadrá-las em qualquer que seja o modelo sem levar em consideração as particularidades do processo histórico ou percebê-las fixas ou independentes do contexto corresponde a um erro grave de interpretação histórica. A classe operária pressupõe uma relação entre fenômenos econômicos, culturais e sociais, o que lhe confere uma natureza marcadamente dinâmica. Para Thompson, a consciência de classe, linha de partida para sua formação, advém da partilha de experiências intrínsecas à condição de trabalhador, mediadas culturalmente, que se ligam às relações de produção, mas não se encerram aí;⁴ de forma que questões relativas à vida dos trabalhadores dentro e fora do local de trabalho, nas vilas operárias ou outras habitações; à solidariedade e laços de vizinhanças; às organizações: partidos, sindicatos, associações; às manifestações e greves; ao lazer operário; às mulheres e juventude operária; tudo isso pode aparecer interligado e indivisível nos estudos sobre história do trabalho.

Com isso, pensar o Movimento Operário em Fortaleza durante a Primeira República tem como questão inicial a relevância de aspectos e eventos próprios desta realidade, o que certamente se difere de outras capitais brasileiras. Contudo, algumas características gerais podem ser identificadas em situações diferenciadas.

³ THOMPSON. E. P. Algumas Observações sobre a Classe e “Falsa Consciência”. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Org: Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Unicamp, 2001, p. 277.

⁴ THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa - A Árvore da Liberdade**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Dentre elas, a importância conferida às ações conjuntas, ou seja, ao princípio de construção dos atores coletivos (Beneficências, Sociedades Mutuais, Sindicatos etc.), expressando o esforço de mobilização da classe operária, o que não significa obedecer a um padrão de organização unívoco.

Esta dissertação é sobre a construção e o funcionamento do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José como parte do movimento operário em Fortaleza entre os anos de 1915 e 1931. Esta opção não exclui as transformações socioeconômicas ocorridas na cidade e nem as formas de participação da Igreja Católica diante das organizações operárias. Mas, sobretudo, procura estudar as experiências diversas dos trabalhadores neste período, que envolvem possibilidades associativas, educação, lazer e trajetos dentro da cidade.

Compreendemos a existência do Círculo São José como veículo de construção, por parte dos trabalhadores da cidade, de alguma mudança social, sendo isto uma das motivações para o ingresso nesta associação. Estamos interessados em entender por meio de quais ações coletivas os trabalhadores construíram, dentro e a partir do Círculo Operário, discursos e projetos de melhoria das condições operárias – por exemplo, a diminuição da jornada de trabalho e o descanso dominical –, o acesso à instrução e as maneiras de aproveitamento do tempo livre.

Dentre os trabalhos historiográficos sobre o circulismo no Brasil, destaca-se o estudo de Jessie Jane Vieira de Souza, que aborda a formação do Catolicismo Social no Brasil, principalmente no que concerne às questões relativas ao trabalho. A autora analisa o papel disciplinador da Igreja e sua atuação no meio operário por meio do circulismo a partir da década de 1930. O ponto central da investigação são as relações da Igreja com o aparato estatal, notadamente o Ministério do Trabalho. O Círculo Operário aparece como sujeito coletivo ligado ao discurso de harmonia social e à práxis católica nas relações da Igreja com o mundo do trabalho.⁵

Sobre o circulismo no Ceará, o trabalho de Jovelina Silva Santos trata da estruturação do projeto católico de organização dos trabalhadores vinculados ao Círculo Operário na capital e em outros municípios cearenses. Foi proposta uma análise das relações da Igreja com o mundo do trabalho a partir do estudo do projeto político-teológico dos Círculos Operários e das ideias, em movimentos de disputas,

⁵ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

afirmação e memória da ação circulista no meio operário. O estudo enfoca a imprensa circulista, especialmente o Jornal A Fortaleza, da Federação dos Círculos Operários, que começa a ser editado na década de 1950 e os embates contra o Comunismo, bem como o projeto pedagógico desenvolvido pela Igreja, construindo e afirmando uma identidade circulista.⁶

O nosso estudo busca compreender as motivações e as respostas dos trabalhadores diante da proposta de organização social católica. Em nenhum momento pretendemos desconsiderar o papel da Igreja e suas estratégias de disciplinarização dos operários. Nosso enfoque recai sobre a participação dos trabalhos vinculados ao Círculo Operário, seus projetos, suas construções coletivas e expectativas. Por isso, entendemos o Círculo operário como lugar possível de construção de direitos ligados às demandas da classe operária no período estudado – décadas de 1910 e 20.

Nossa investigação está centrada no Círculo Operário de Fortaleza, mas devemos lembrar que a atuação circulista esteve presente nos municípios do interior, visando organizar também os trabalhadores rurais. A partir da capital surgiram várias filiais, o que contribui para pensarmos o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, em seu momento de estruturação, revelando uma organização sistemática que serviu de modelo para a fundação de outros.⁷ Conforme observamos, especialmente na década de 1920, quando muitas das filiais foram criadas,⁸ a diretoria do Círculo Operário de Fortaleza acompanhava de perto a expansão do circulismo no Ceará: “Esta Sociedade vem ultimamente impulsionando novo vigor as suas filiaes, no interior do Estado, visitando-as”.⁹ Estas visitas, nas quais atuou de forma missionária o padre Guilherme Waessen, diretor espiritual do Círculo Operário, também faziam parte da Ação Católica com fins a aproximar os fiéis dispersos da presença de um sacerdote.

O aparecimento destas filiais está ligado à própria organização da Igreja em cada cidade. Em Sobral, por exemplo, logo que foi criada a Diocese, Dom José Tupinambá da Frota “passou a desenvolver políticas sociais que irão ter por espelho

⁶ SANTOS, Jovelina. **Círculos Operários no Ceará**: “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915 – 1963). Coleção Mundos do Trabalho. Fortaleza, 2007.

⁷ *Idem*.

⁸ Em 1925, tinham sido organizadas as filiais de Sobral, Aracati, Pacatuba, Baturité, Redenção, Cajazeira (PB) e Cedro. **O Nordeste**, Fortaleza: 07 de outubro de 1925.

⁹ Círculo São José. **O Nordeste**, Fortaleza: 05 dezembro de 1925.

as criadas na capital cearense”.¹⁰ Como demonstra Agenor Silva Jr., a proximidade de Sobral à região portuária de Camocim, onde já se encontrava uma forte mobilização comunista entre os trabalhadores do porto, contribuiu para que a Igreja acelerasse suas estratégias de organização dos trabalhadores, bem como dos mecanismos de ordenação do pensamento católico entre os demais grupos sociais.

Para Jovelina Santos, a difusão circulista no interior do Estado não está relacionada, diretamente, ao combate ao Comunismo, já que os trabalhadores concentrados nas áreas rurais estavam distantes das ideias comunistas – que se propagavam, prioritariamente, entre os trabalhadores urbanos. Esta autora aponta para o caráter de assistência e controle social da Igreja que foi empregado na instalação do circulismo nos municípios interioranos – com exceção de Sobral –, onde ao menos até a década de 1950, não estava posta nenhuma confrontação ao Comunismo.¹¹

As reflexões aqui apresentadas têm como limite temporal o ano de 1931 por considerarmos o início de diversas mudanças, tanto no interior da Igreja Católica quanto no Estado, com relação aos trabalhadores.

Como já foi mencionado, esta pesquisa tem preocupação com a primeira fase de atuação circulista – implementação inovadora da Ação Católica no Ceará –, período em que já podemos verificar uma relevante adesão de trabalhadores, pequenos comerciantes e outros profissionais autônomos ao modelo de corporativismo católico sugerido. No contexto político dos anos 1930, esta não era a única expressão conciliatória em voga. A instalação do corporativismo estatal e sua efetivação com base na Lei sindical de 1931 sinalizam uma tentativa de controle do operariado. No entanto, a opção de várias categorias profissionais pela sindicalização oficial, que gerou uma ampliação do número de sindicatos e de trabalhadores associados, não se relaciona unicamente com a intenção dominante de barrar a luta operária, mas está ainda ligada à possibilidade de os trabalhadores obterem um veículo de participação política e um espaço de negociação.

O decreto de 1931 redefinia as relações políticas de várias organizações operárias com o poder público. “Embora estabelecesse a sindicalização como facultativa, tornava-a na prática compulsória, já que apenas os elementos

¹⁰ SILVA JÚNIOR, Agenor Soares. **A Cidade Disciplinada: A Igreja Católica e os Trabalhadores Urbanos em Sobral – Ceará (1920 – 1925)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002. p. 166.

¹¹ SANTOS, Jovelina. *Op. cit.*

sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social”.¹² Teoricamente, estes benefícios previstos pela lei deveriam assegurar uma maior participação dos trabalhadores nas decisões políticas e econômicas do país, conforme expresso no referido decreto:

Art. 5º - Além do direito de fundar e administrar caixas beneficentes, agências de colocação, cooperativa, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência, os sindicatos que forem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão considerados pela colaboração de seus representantes ou pelos representantes das federações e respectiva confederação órgãos consultativos e técnicos no estudo e solução no governo federal dos problemas que econômica e socialmente se relacionarem com seus interesses de classe.¹³

Desta forma, se pensarmos numa outra opção associativa de alcance dos direitos trabalhistas, veremos os sindicatos corporativistas diversificando, sobremaneira, as alternativas no campo do engajamento e da atuação organizada dos trabalhadores de Fortaleza.¹⁴ Assim, na década de 1930, vê-se ampliar o quadro das possibilidades de associação entre várias categorias de trabalhadores urbanos.

De acordo com Ângela Maria Carneiro Araújo, as bases de apoio do sindicato corporativista eram as lideranças reformistas (os “amarelos”) e os militantes socialistas. Contudo, isto não sugere uma relação harmoniosa entre Estado e operariado; pois, com as dificuldades de organização e repressão dos sindicatos autônomos, os comunistas aderiram à oficialização e apresentaram um plano paralelo de reivindicação e politização operária dentro dos sindicatos governistas.¹⁵ Assim, formaram-se novos campos de luta e novas propostas de organização do movimento operário em todo Brasil.

Outro dado importante acerca deste período é que em 1931 dá-se o surgimento da Legião Cearense do Trabalho (LCT), por meio da qual a atividade católica de mobilização dos trabalhadores passou a apresentar outros modelos de atuação. A LCT “*católica quanto aos fundamentos religiosos, antilaica nas relações com o Estado e com as instituições, e disciplinada para fomentar a fraternidade*

¹² GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 163.

¹³ Decreto do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil sobre a sindicalização das classes trabalhadoras, out. 1931.

¹⁴ Durante a década de 1930, importantes categorias do movimento operário cearense – os portuários, os ferroviários e os trabalhadores têxteis – organizavam-se em sindicatos oficializados.

¹⁵ ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Estado e Trabalhadores. In: _____ (org.). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.

universal entre os diversos segmentos sociais”,¹⁶ fazendo uso de elementos militaristas, veio como outra opção ao trabalhador católico.

Não estamos afirmando que os Círculos Operários eram contrários à Legião Cearense do Trabalho nem que perderam sua influência neste período. Lembremos que na década de 1930 houve grande expansão dos Círculos Operários em todo o Brasil, sendo possível até a criação da Federação dos Trabalhadores Cristãos.¹⁷ Destacamos, contudo, que, a partir de 1931, os Círculos operários deixaram de ser exclusividade no campo de atuação da Igreja junto ao operariado.

Dom Manoel da Silva Gomes¹⁸ confirmou seu interesse em manter o Círculo São José independente de qualquer interferência organizacional por parte da política legionária. Não se trata de uma oposição, mesmo porque o padre Helder Câmara – líder da Juventude Operária Católica, ligada a LCT – realizou palestras com intenção de propagar o movimento jocista na sede do Círculo São José, dirigindo-se especialmente aos filhos dos operários circulistas.¹⁹

Sobre a participação dos circulistas na Legião, D. Manoel estabeleceu um acordo com Jeová Mota²⁰ assegurando a independência administrativa do Círculo São José frente à LCT. O acordo previa a inviolabilidade dos Estatutos do Círculo, a adesão aos “métodos” da direção legionária com a condição de não se oporem à doutrina social católica e, no caso de algum conflito, “*a solução será dada pela autoridade diocesana cuja decisão ficará sem apelo*”.²¹

Como justificativa do Acordo, aparecem os seguintes esclarecimentos:

Tornando-se necessário definir claramente as relações entre os círculos de operários e trabalhadores católicos São José e a Legião do Trabalho, a qual com autorização nossa, muitos se filiaram de sorte

¹⁶ CORDEIRO JR, Raimundo. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone de. (org.). **Uma Nova História do Ceará**. 2 ed. Fortaleza : Demócrito Rocha, 2002. p. 330.

¹⁷ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Op. cit.*

¹⁸ Dom Manoel foi o terceiro Bispo do Ceará e o primeiro Arcebispo de Fortaleza. Nasceu em Salvador (BA) em 14 de março de 1874. Estudou no Seminário de Olinda. Em Fortaleza, assumiu a Diocese em fevereiro de 1912. Participou da criação das Dioceses do Crato, Sobral e Limoeiro do Norte. Em 1945, uma grave doença o afastou de suas funções de Bispo. Morreu no dia do seu aniversário de 76 anos.

¹⁹ “Agitam-se o ‘Círculo S. José’ e a ‘União Popular Christo Rei’”. **O Nordeste**. Fortaleza: 06 de outubro de 1931 e “Conferencia de Helder Câmara”. **O Nordeste**. Fortaleza: 16 de outubro de 1931.

²⁰ Jeová Mota participou da criação da Legião Cearense do Trabalho em 1931. No ano seguinte, quando Severino Sombra foi exilado, assumiu a direção da LCT auxiliado pelo Pe. Helder Câmara. Em 1933, torna-se capitão e elege-se deputado pela LEC. Como membro da AIB, da qual se desligou em 1937, chefiou o Departamento Nacional de Justiça. Ver: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Ed. Forense-Universitária: FGV-CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos, 1984. p. 2300.

²¹ Ofício s/ nº. Termos do acordo firmado entre o Círculo São José e a LCT assinado por D. Manoel. 09 de Dezembro de 1932.

que não sejam eles de tal modo absolvidos pela Legião que percam sua personalidade e desapareçam como associações católicas; de outro lado como vindo reforçar a legião enquanto procura se opor as doutrinas perniciosas e dar-lhes a força que nasce da união, combinamos com o digno chefe legionário, o capitão Jeová Mota o acordo que deverá servir de norma para o futuro, a fim de evitar dificuldades, como já tem aparecido, devido as exigências descabidas de um lado e as desconfianças provocadas por elas, de outro.²²

Nota-se, pois, a preocupação em preservar o circulismo como associação de trabalhadores, mas convivendo com uma nova força de arregimentação anticomunista. O documento citado também nos dá indícios de algum tipo de tensão (“dificuldades”, “exigências descabidas”, “desconfianças”) entre a diocese e o movimento legionário. É provável que as principais divergências entre os projetos circulista e legionário estejam relacionadas às formas de reivindicação por mudanças sociais. Ambos os movimentos aportavam-se na ideia de cooperação classista. Contudo, os Círculos Operários pretendiam a pacificação dos trabalhadores, enquanto esperavam o convencimento do patronato no tocante ao salário justo e às jornadas adequadas às forças da mão-de-obra. A Legião Cearense do Trabalho, por sua vez, entendia que a reivindicação deveria ser mais incisiva e direta, com ampla mobilização dos trabalhadores, intelectuais, padres e leigos.

Logo depois de assinado o acordo, no primeiro número do jornal O Legionário, encontramos um plano de ação da LCT para os trabalhadores, baseado na propaganda do sindicato de orientação legionária:

Para que eles vejam na associação, no sindicato, o único defensor possível para suas aspirações, para suas necessidades, para seus anseios por justiça. (...) O Sindicato se constituirá o seu órgão de comunicação com os governos, com as autoridades, esclarecendo as pretensões e os interesses da classe, amparando-os convenientemente e proficientemente. (...) Sindicalização é a bandeira com que se apresenta a Legião. Para distendê-la numa realidade vigora e feliz por sobre todo o Ceará. Ela se empenhará em campanhas sem tréguas neste anno de 1933. As sociedades legionárias deverão se constituir baluartes dessa campanha, empenhando suas directorias o melhor de seus esforços para o desenvolvimento feliz de nosso plano.²³

A proposta da Legião parece-nos bastante diferente dos fins do Círculo São José, mais preocupado em orientar moral e espiritualmente os trabalhadores. A Legião Cearense do Trabalho, enquanto movimento social, propôs estabelecer uma

²² *Idem.*

²³ “Boletim nº 1”. **O Legionário**. Fortaleza: 04 de Março de 1933.

mediação entre classe operária e Estado, o que lhe conferia uma feição mais “partidária” e um caráter mais “combativo” do que os Círculos Operários. Escapa à nossa pesquisa a análise da atuação da LCT junto aos trabalhadores de Fortaleza e suas relações com os sindicatos deste período, tema pouco explorado pela historiografia cearense. Contudo, cabe dizer que a LCT via no sindicato um veículo de conciliação entre patrões e empregados, estabelecendo assim, comissões legionárias para tratar dos assuntos de cada categoria e estimular a colaboração ampla dos sujeitos sociais, a partir de acordos de conciliação entre as classes.

No Ceará, vários sindicatos ou associações passaram a compor os quadros da LCT durante sua atuação (1931-1937), como o sindicato dos trabalhadores das fábricas têxteis, dos portuários, dos gráficos, dos empregados da Light, dos padeiros, dos sapateiros e outros. Em 1933, por exemplo, o Sindicato dos Portuários e a Sociedade Deus e Mar, enviaram à Legião, uma tabela de ajuste salarial para os trabalhadores do porto. Em seguida, a Legião visitou as firmas que empregavam esses operários, tentando convencê-las de que o aumento dos salários e a assistência médica no caso de acidentes no trabalho era uma reivindicação justa que traria benefícios a todos. O Legionário então divulga que “a firma P. Machado e Cia, antes de terminado o prazo marcado, já começou a pagar aos seus trabalhadores de acordo com a tabella apresentada”.²⁴ Naquele mesmo ano, uma insistente campanha pelo aumento dos salários dos sapateiros havia sido coordenada pela Legião junto ao sindicato daquela categoria. Havendo recusa por parte dos patrões em pagar o aumento proposto, depois de longas negociações, foi lançada uma nota de paralização.²⁵

Uma das diferenças mais marcantes entre os Círculos Operários e a LCT refere-se aos movimentos grevistas. A Legião Cearense apoiava as greves consideradas “justas”, no caso do patronato inviabilizar os acordos salariais e desconsiderar a jornada de oito horas e a Lei de acidente de trabalho. Como veremos, o Círculo Operário também defendeu alguns direitos dos trabalhadores, tentando estabelecer uma relativa harmonia entre patrões e empregados, afirmando deveres e direitos dos dois lados. Contudo, na visão circulista, os movimentos grevistas, considerados como uma negação ao trabalho, eram expressamente

²⁴ “A Legião pleiteia o contracto coletivo de uma nova tabella de salários”. **O Legionário**. Fortaleza: 02 de setembro de 1933.

²⁵ “Sindicato dos Sapateiros”. **O Legionário**. Fortaleza: 01 de abril de 1933.

combatidos e associados à desordem e entendidos como uma ameaça à paz social. Desejava-se implantar um “verdadeiro socialismo”, que pregava a passividade em oposição ao acirramento da luta de classes. Como cantava o Hino dos circulistas, “Bandeira Branca sim triunfará / Viva o Cristianismo Libertador!”, sem greves, de preferência.

Diante disso, procuramos centrar nossa análise somente no período de invenção e planejamento do circulismo como possibilidade ainda singular da Ação Católica frente ao operariado. Entre 1915 e 1931, o circulismo foi uma experiência do âmbito local (Ceará), o que lhe afigura características muito específicas, já que os círculos operários ainda não haviam sido instalados em outras regiões.

Retiramos o maior número de informações para a nossa pesquisa do Jornal O Nordeste, periódico fundado em 1922 e vinculado à Arquidiocese de Fortaleza, por apresentar uma continuidade de informações não interrompidas por falta de recursos ou por embargos de outro tipo como acontecia comumente com os jornais operários, por exemplo. É preciso, porém, como passo inicial, pensar que todo impresso contém em si uma proposta política, uma visão de mundo própria daqueles que o fabricam e, principalmente, uma seleção que tende a ser coerente com esta visão.

Júlia Miranda aborda o referido jornal como “força dirigente” da Igreja, através do qual empreendeu-se a tarefa de doutrinação via “penetração no interior dos lares”, apresentando soluções para problemas sociais e econômicos com base na defesa do ideário católico de ajustamento das classes sociais. Desta forma, o Círculo de Operários e outras instituições ligadas à Igreja e aos seus movimentos sociais ganhavam destaque e espaço de publicação no Jornal, que tinha como principais divulgadores os párocos dentro e fora de Fortaleza.²⁶ Era tarefa do Primeiro Secretário do Círculo São José redigir um resumo das reuniões ordinárias a ser publicado semanalmente pelo O Nordeste, bem como convites, programação do cinema e circulares referentes à associação. Com isso, encontramos, além da

²⁶ O *Nordeste* começou a circular em 1922 com uma edição diária de quatro páginas. Em 1927, o número de páginas duplica, avolumando-se os anúncios e aumentando-se a quantidade de exemplares por dia. Foi o primeiro jornal cearense que conseguiu efetivar com crescente regularidade o esquema de venda por assinaturas. MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé: Discurso e prática católicos**. Fortaleza: UFC, 1987. p. 77-78. Sobre o projeto político do jornal, ver também: MARTINS, José Aloísio. **“Serventuários das Trevas”**: Os bolcheviques na Imprensa católica (Fortaleza/ CE, 1922-1932). Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

própria difusão do ideário católico de organização social, – o próprio jornal é elemento da Ação Católica no Ceará – um conjunto de documentos produzido pela diretoria do Círculo.

No primeiro capítulo, buscamos refletir sobre a importância e o alcance das práticas de auxílio mútuo na formação da classe operária em Fortaleza. A diversidade de associações mutualistas envolvendo várias categorias de trabalhadores e as propostas sociais destas instituições ajudam a pensar a relação entre socorro mútuo, sindicato e circulismo que se constrói em campo de tensão e disputa pela adesão dos operários da cidade, revelando elementos de atuação política bastante distintos. Interessa-nos enunciar o conjunto variado de associações de trabalhadores para que não apareçam compartimentados em suas atuações políticas ou projetos de vida; mas, de outro modo, estando em diálogo, apesar da diversidade, no campo de luta pela ampliação da cidadania operária.

O Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José elaborou seu projeto de atração dos trabalhadores partindo não somente de um posicionamento da hierarquia católica que se pretendia organizadora da sociedade civil, mas, sobretudo, que se inseria em um momento histórico de acirramento da luta de classes, em momento político de domínio oligárquico-liberal, onde o lugar da proteção do trabalhador, da legislação trabalhista era inexistente.

No segundo capítulo, procuramos analisar as possíveis motivações dos trabalhadores para ingressarem no Círculo Operário. Pensamos confluir para este ingresso as propostas – que também apareciam em outras correntes de mobilização operária, com leituras diferentes – de redução da jornada de trabalho, de respeito ao descanso dominical, de melhoria das condições de moradia, de disponibilização de tempo para o lazer e aperfeiçoamento intelectual do trabalhador, tentando ver quais os usos que os circulistas faziam desse espaço associativo.

No terceiro, tratamos do sentido da Educação no Círculo Operário. A Escola Noturna para os associados e seus filhos foi, ao mesmo tempo, um espaço de divulgação dos valores cristãos, do catecismo e das noções sobre o cumprimento dos deveres para com Deus e para com o trabalho e um espaço de construção da dignidade operária via instrução. Esperamos refletir acerca das motivações dos trabalhadores em torno da procura pela instrução. O projeto educativo no Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José foi baseado na noção católica de cidadão exemplar e de bom operário, tentando demarcar, no campo do

comportamento, posturas adequadas e práticas condenadas pela Igreja, o que revelou uma série de tensões na efetivação desse projeto.

Finalmente, no quarto capítulo, abordaremos, a produção de espaços de sociabilidades ligada à noção de aproveitamento adequado do tempo livre dos trabalhadores. Buscaremos analisar o calendário festivo da associação, o lúdico na cultura associativa, os tempos e os espaços sociais do lazer no Círculo Operário. O cinema, o teatro, a música, os passeios foram utilizados pela diretoria como formas de atração e identificação dos trabalhadores com o circulismo. A partir disso, propomos-nos a compreender as demandas operárias pelo lazer, bem como os usos e interesses diversos que aparecem na produção das sociabilidades circulistas.

CAPÍTULO 1

Cidadania em Construção: Associações de Trabalhadores em Fortaleza na Primeira República.

Em Agosto de 1922, em tom irônico, um contribuinte do jornal *O Nordeste* fez a sua crítica ao aparecimento das mais diversas sociedades beneficentes no Ceará. A maioria, segundo ele, nascia de alguma ideia repentina, funcionava sob o mesmo modelo estatutário e tinha vida breve e desorganizada. Em suas palavras:

É rara a capital, cidade, villa ou mesmo logarejo onde não haja ou tenha havido uma sociedade beneficente. Sem mesmo dizer “água vae” reúnem-se alguns rapazes numa sala qualquer, um delles aventa a “idéia”, os demais abraçam e dahi nasce uma “beneficente”. (...) os regimentos internos a que os sócios em “assembléia geral” quase sempre dão o bombástico titulo de LEI BASICA, invariavelmente começam assim: Fica creada nesta - nome do lugar- uma sociedade beneficente denominada ... Parece-nos até que a mania do plagio andou urdindo a sua teia na feitura dessa LEIS! (...) O pobre diabo é logo atrahido pela miragem das vantagens futuras, sempre cômico de que está preparando o futuro para si e para os seus. Doce engano!²⁷

Nosso articulista continuou afirmando que logo se desfazia a associação, e as viúvas e órfãos ficavam esperando, inutilmente, algum beneficio até que se noticiava a dissolução da sociedade e a venda dos bens que nunca eram suficientes para socorrer as famílias dos associados. Já perto de concluir, o Sr. Júlio de L., autor do artigo, fez uma breve ressalva:

Como não há regra sem excepção, é possível que 3% das agremiações existentes na Orbe não procedam desta esquisita forma... Estou certo.²⁸

Não sabemos se seu cálculo está correto, mas é fato que existiam, ao menos na capital cearense, inúmeras sociedades de socorro operando eficientemente ou não. Contudo, o que gostaríamos de destacar é a difusão desta forma agremiativa (o socorro mútuo) que foi ganhando mais espaço nas primeiras décadas do século XX. Algumas organizações que estiveram empenhadas, principalmente na tentativa de assegurar algum acesso à saúde e à Educação, por

²⁷ “Sociedades Beneficentes”. *O Nordeste*. Fortaleza, 7 de Agosto de 1922.

²⁸ *Idem*.

exemplo, atraíram muitos trabalhadores. As sociedades de ajuda mútua e as cooperativas, com intuito de realizar acordos e reformas, destinavam maior atenção aos direitos sociais, tentando agir sobre os problemas que mais agravavam a vida dos operários.

As particularidades assumidas pelo mutualismo nos possibilitam analisar o seu campo de atuação na cidade e as motivações dos trabalhadores vinculados às sociedades de socorro. É possível identificar, a partir dos traços singulares do mutualismo, alguns interesses definidos pelos trabalhadores como prioritários para sua sobrevivência e respeitabilidade enquanto classe. Pretendemos, neste capítulo, observar como o circulismo, com suas especificidades de atuação política e correlação de forças entre as várias correntes atuantes no meio operário, apropriou-se do sentido da ajuda mútua e se construiu sujeito coletivo no movimento operário atrelado à Ação Católica.

1.1 - Mutualismo e Direitos Sociais

No contexto de aceleração comercial de Fortaleza, de lento processo de industrialização, de crescimento demográfico em função das muitas migrações do sertão para o litoral, da remodelação da cidade e da ampliação do número de trabalhadores, durante o primeiro período republicano, foram criadas diversas instituições operárias a fim de amenizar coletivamente as dificuldades enfrentadas por estes trabalhadores. Encontramos, nesta dimensão associativa da classe operária em Fortaleza, cuja principal razão de luta direcionava-se à conquista de direitos sociais, várias sociedades de socorro mútuo ou beneficentes ligadas a diversas categorias de ofício. Estas sociedades apareceram na fronteira entre a ausência do Estado e a necessidade de suprir, conjuntamente, carências intrínsecas à condição de operário.

As considerações historiográficas mais recentes sobre a presença do mutualismo na formação da classe operária no Brasil não tratam o aparecimento das mutuais como constituintes de uma suposta etapa despolitizada do movimento operário que teriam se transformado, com o acirramento das relações capitalistas,

em sindicatos de categorias.²⁹ Importantes trabalhos têm pensado as sociedades de socorro mútuo como espaços de apoio e solidariedade na busca por segurança e proteção em momentos de dificuldades, observando a vigência de um Estado liberal que relegou demandas sociais às iniciativas particulares.

Tânia de Luca aborda as diversas formas em que se apresenta o mutualismo em São Paulo, que ganhou força com o desenvolvimento urbano-industrial e com o processo de proletarização dos trabalhadores livres e imigrantes durante a última década do século XIX até os anos 1930. A autora aponta, especialmente, para o caráter previdenciário das sociedades de socorros mútuo, cujas principais preocupações eram com a saúde dos associados. Nesta perspectiva, as mutuais podem ser encaradas como formas de resistência operária à miséria, tendo em vista o aparecimento de significativo número destas sociedades. Todavia, esta resistência não implicava em um enfrentamento aos patrões. As sociedades de socorro mútuo não se caracterizavam por embates contra as relações de trabalho e luta de classes. Atuavam na esfera da assistência e do amparo, alcançando apenas os trabalhadores associados.³⁰

A maior diversidade das associações de ajuda mútua não se localizava nos fins ou objetivos destas, mas nas formas de admissão dos sócios e nas relações entre diretoria e associados. Por isso, o socorro mútuo tornou-se tão abrangente em muitas cidades brasileiras. Ainda segundo Luca, que analisou mutuais organizadas no interior de empresas, de categorias de ofícios, de etnias ou formadas em bairros, e algumas – em menor quantidade – que não faziam distinção de sócios, há de se observar também a estabilidade destas associações com referência ao pagamento das mensalidades. Muitas vezes, os objetivos não eram cumpridos, conforme previsto nos estatutos, por falta de condições financeiras.

Interessante notar que uma distinção entre as mutuais de empresas e as de categorias era o destino dado aos pecúlios. No interior das empresas, geralmente o auxílio visava atender a reabilitação do trabalhador. Ou seja, sua recuperação, quando doente, para que retornasse o mais rápido possível ao serviço. Comparativamente, as mutuais de categoria apresentavam mais vezes a intenção

²⁹ Ver: BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro no século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL**, v.6, nº 10/11, 1999. Também: RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870 – 1910). In: **Cadernos AEL**, v.6, nº 10/11, 1999.

³⁰ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado: O Mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990.

de oferecer instrução e lazer aos seus associados. A autora verifica que o caminho do mutualismo ao sindicalismo não pode ser generalizado, pois não se confirmou para o caso de São Paulo. Muitas sociedades continuaram a existir mesmo após a lei de sindicalização de 1931 e ao mesmo tempo que os sindicatos de resistência.

Acerca da simultaneidade de ações de resistência – greves, por exemplo – e mutualidade, Alexandre Fortes analisa em Porto Alegre (RS) alguns elementos em torno das caixas de socorro no interior das entidades sindicais. Observando o Sindicato dos Metalúrgicos, que na década de 1930 possuía orientação comunista e mantinha uma forte “estrutura beneficente”, o autor demonstrou não ser possível construir uma relação de hierarquia entre resistência e beneficência. Concordamos com Fortes quando afirma que o socorro mútuo canalizava a solidariedade operária e tornava possível elos de identificação, de construção de uma cultura solidária entre os trabalhadores.³¹

Em Fortaleza, estas práticas mutualistas constituíram importante papel na organização da classe operária, incentivando o associativismo e concentrando número bastante amplo de trabalhadores urbanos ligados ao comércio, às oficinas, ao artesanato, à indústria, e mesmo de jornaleiros. Observando alguns exemplos, é possível verificar a diversidade destas associações na cidade:

³¹ FORTES, Alexandre. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL**, v. 6, n.10/11, 1999.

Quadro I
Sociedades de Socorro Mútuo (décadas de 1910 e 1920)

Associação	Sociedade Artística Beneficente	Sociedade Deus e Mar	Associação dos Merceeiros	Beneficente 24 de Junho	União Geral dos Trabalhadores	Centro dos Retalhistas
Fundação	1902	1912	1914	1917	1920	1928
Categoria	Classe artística	Marítimos	Retalhistas de estivas e miudezas	-	Assalariados, artífices, jornaleiros	Comerciantes
Fins	Auxílio mútuo em casos de doença, escola primária fundada em 1912, assistência jurídica e médica.	Auxílio mútuo em caso de doenças e auxílio funeral.	Auxílio mútuo em caso de penúria ou doença, aulas para sócios e filhos, assistência médica.	Beneficiar os associados amparando-os na doença, custear os funerais dos sócios.	Auxílio mútuo em casos de doenças, funerais, instrução literária e aperfeiçoamento profissional.	Assistência médica, distribuição de pecúlios às famílias dos sócios que venham a falecer.
Nº de Sócios	457(1920) 200 (1922) 500 (1930)	703 (1924) 800 (1926)	206 (1919)	700 (1929)	270 de ambos os sexos (1921) 300 (1922)	479 (1929)
Sede	Sede própria localizada na Rua Barão do Rio Branco, 453.	Sede própria na Rua do Seminário, 22.	Sede própria na Rua Major Facundo, 421.	Sede localizada na Rua Juvenal Galeno, 186.	-	Sede da Sociedade Artística Beneficente.

Fonte: Almanques do Estado do Ceará entre 1912 e 1930

Tomamos como exemplos da multiplicidade de mutuais em Fortaleza apenas algumas instituições criadas no primeiro decênio do século passado, porém não podemos esquecer que estas associações já aparecem na cidade ainda no século XIX, como é o caso da Beneficente Dous de Fevereiro, fundada pela colônia portuguesa ainda no Império (1872), Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité (1891) e, no mesmo ano, a Phenix Caixeiral.³² Além disso, o campo associativo relacionado, de alguma forma, ao mutualismo foi bem mais amplo.³³ O Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José também

³² A Phenix Caixeiral era uma das mais prósperas sociedades, possuía sede bem estruturada no Centro de Fortaleza, uma biblioteca com acervo de 3.000 livros aberta a consultas, ensino regular, serviço clínico aos associados e oferecia pecúlio de 300\$000 para as despesas funerárias de cada sócio. Ver: **Memória Histórica da Phenix Caixeiral do Ceará (1891-1922)**. Fortaleza: Typ. Commercial, 1922. Ver também: OLIVEIRA. Francisco de Assis Santos de. **Os Caixeiros no Ceará: Trabalho e Educação na Revista Phenix (1891-1920)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

³³ Podemos ainda mencionar como sociedades que mantinham caixa mutuaría: Econômica Caixeiral (1896), Centro Artístico Cearense (1904), Mutuaría Caixeiral (1907), Beneficente Postal (1919), União e Prosperidade dos Rendeiros (1919), Centro Typografico Cearense (1920), União dos Trabalhadores

constituiu sua caixa mutuária, a fim de prestar assistência aos sócios doentes e inválidos ou ajudar as famílias a providenciar o enterro, como veremos adiante. A variedade e as diferenças (relacionadas à profissão dos sócios a quem se destinava) oferecem-nos a ideia de uma teia de indenizações coletivas, iniciadas para atender demandas imediatas. Possivelmente, era esta a principal atração da ajuda mútua: o socorro imediato. Nota-se que a importância do auxílio mútuo, do uso recorrente às caixas estava intimamente ligada à expectativa de suprir o que a debilidade dos salários e a carência de serviços médicos não poderiam fazer.

Entretanto, o mutualismo e sua forma de disponibilizar assistência aos trabalhadores não obteve incondicional apoio no interior das organizações operárias. Houve também dissenso, principalmente quanto ao posicionamento político das sociedades de ajuda. Para vertentes mais libertárias do movimento, o socorro mútuo deveria ser substituído pelos sindicatos de resistência, ou ao menos complementá-lo. A questão foi tratada pela imprensa operária da época:

Todas as classes operárias devem, portanto, organizar-se em associações não beneficentes mas de resistência, base das novas organizações operárias. Depois cerrar fileiras na defesa de seus direitos, no alevantamento moral cívico do operariado cearense.³⁴

Diante da miséria, ainda estas classes não se lembram de se organizarem em associações de resistência para cortarem as garras aduncas desses abutres que sem dó nem piedade tiram o pão mesquinho da boca da esposa e dos filhos famélicos. E quando, porem, fundam uma associação, é de natureza beneficente que só lhes assegura o enterro, como se o indivíduo só necessitasse de ser enterrado e não de viver.³⁵

Os trechos, extraídos do jornal *Voz do Gráfico*, foram publicados com a finalidade de incentivar a luta reivindicatória pelo fim da opressão do trabalhador e de despertar a classe da “*letargia*” à qual se entregaram os cearenses. O mutualismo, para a propaganda sindicalista de resistência, apareceu como conformação ao modelo social estabelecido pelos grupos dominantes. De acordo com o jornal, o auxílio não impulsionava o potencial de mudança dos trabalhadores, apenas servia para remediar situações momentâneas e que continuariam a se

Ambulantes (1921), União dos Carpinteiros e Classes Anexas (1923), Beneficente 13 de Maio (1926), União e Progresso (1927), Beneficente dos Tecelões (1928), União Marítima Beneficente (1928).

³⁴ “O Trabalho é a grandeza do mundo”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 06 de Janeiro de 1921.

³⁵ “Exploradores Modernos”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 06 de Março de 1921.

repetir. O sindicato, nesta versão, deveria ser o próximo passo. Neste sentido, o sindicato era entendido como espaço de “luta consciente”, com a função de transformar a sociedade.

Esta concepção de sindicato, conforme explica Ângela de Castro Gomes, tinha a intenção de definir a classe operária como um ator político, através do enfrentamento direto com o patronato e com o Estado. A doutrina anarquista de transformação social era norteadada pela luta política combinada com a educação dos trabalhadores (“*entendida como ampla formação cultural*”), já que a grande diferença era permear na consciência e identidade da classe operária sentimento de independência e autogestão, capaz de dispensar a política centralizada.³⁶

O sindicalismo revolucionário, outra forma de oposição a partir dos sindicatos, que se diferenciava dos anarquistas, também concordava que o sindicato era instrumento de autonomia da classe operária. Como analisa Edilene Toledo:

A função do sindicato era dupla: consistia, ao mesmo tempo, em melhorar a condição operária e preparar sua emancipação futura, sendo dessa forma luta política e econômica juntas. O que implicava a recusa, a marginalização e o esvaziamento do papel do partido político.³⁷

Neste ponto, é importante lembrar a atuação dos socialistas, que não renegavam a luta partidária, concentrando a direção do movimento no partido político. O que orientava a estratégia socialista era a participação eleitoral. Segundo Gomes, o partido socialista era uma espécie de “centro sindical” que elaborava uma série de benefícios para os trabalhadores: bolsa de trabalho, instrução, assistência etc.³⁸

Percebe-se, então, que grande parte dos movimentos organizados, mesmo os mais próximos às reformas sociais, como os socialistas, indicavam o sindicato como forma mais eficaz de ação e coordenação da classe operária. As

³⁶ GOMES. Ângela de Castro Gomes. **A Invenção do Trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 87.

³⁷ TOLEDO. Edilene. **Travessias Revolucionárias: Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945)**. Campinas: Unicamp, 2004, p. 30. A autora lembra que uma das diferenças entre sindicalistas revolucionários e anarquistas estava na concepção de luta de classes. Os primeiros defendiam a ideia marxista de luta de classes. Os anarquistas contestavam o sindicalismo revolucionário por procurarem vantagens dentro da ordem vigente, em curto prazo, o que para eles significava se desviar da luta principal. Os sindicalistas desejavam substituir o Estado pelo sindicato, enquanto os anarquistas eram contra as instituições burguesas, incluindo o sindicato, que após a revolução seria desnecessário.

³⁸ GOMES. *Op cit.*, p. 87.

sociedades de socorro mútuo não apresentavam este caráter de combate direto, recebendo, por isso, sucessivas críticas por parte das lideranças sindicalistas.

Um outro ponto crítico que se fazia presente nas discussões acerca das sociedades mutualistas refere-se à sua característica de atuação limitada em relação ao operariado em geral. Ou seja, o socorro mútuo atingia, exclusivamente, os trabalhadores associados, o que retirava a ideia de universalidade do movimento operário tão presente nos escritos socialistas. A proposta reformista das sociedades de ajuda mútua não se expandia para além da instituição. Esta restrição, que beneficiava apenas alguns, foi bastante repreendida pelo Partido Socialista Cearense, através de seu periódico, *Ceará Socialista*.

O nosso companheiro Raymundo Ramos quando esteve processado aqui, pelo facto de ter escripto contra o militarismo, o “Centro” não o amparou, dizendo-lhe que (palavras textuaes) *nada podia fazer em seu favor, pois que elle não era seu associado.*

Não se comprhende que uma associação operária meramente beneficente e com programma excessivamente restricto se alardeie defensora dos interesses da classe trabalhadora.³⁹

Assim, para o *Ceará Socialista*, as mutuals, como o Centro Artístico Cearense, fragmentavam a luta operária. A proposta socialista era unir todos os trabalhadores, sendo oposta a compartimentação do movimento, já que “O Ceará, que tem marchado sempre na vanguarda das pugnas libertadoras, não deve nem pode permanecer indiferente a esse movimento emancipador do operariado universal”.⁴⁰

O mutualismo foi, porém, para a experiência operária em Fortaleza durante toda Primeira República, muito mais presente que o sindicalismo: as sociedades de ajuda mútua continuaram reunindo considerável número de associados e muitas delas tiveram vida longa. O princípio de enfrentamento não estava posto, mas as preocupações com melhorias de vida para o operariado eram a chave das agremiações.

Não é só no terreno das reivindicações que o proletariado poderá melhorar de sorte: da sociedade de auxilio mutuo pode surgir um surto de bem estar para as classes operarias unidas. É onde surge o principio do **cooperativismo**, em que o operário é seu próprio fornecedor por meio de aggremações econômicas.⁴¹

³⁹ “Nós e o Centro Artístico Cearense”. **Ceará Socialista**. Fortaleza: 31 de agosto de 1919.

⁴⁰ “Manifesto do Partido Socialista Cearense”. **Ceará Socialista**. Fortaleza: 20 de julho de 1919.

⁴¹ “O 24^o Anniversario do Centro Artístico Cearense”. **O Nordeste**. Fortaleza: 10 de Fevereiro de 1928.

É exatamente pelo aspecto de cooperação que se estabelece a relação mutualismo/construção de cidadania. Não está expressa, explicitamente, uma crítica social ou uma bandeira de melhor distribuição de renda. Contudo, não deixa de ser uma ação coletiva que tenta arquitetar um acesso diferente aos direitos sociais.

Em um panorama político verdadeiramente desfavorável aos pobres, imprimir atitudes conjuntas para amenizar as precariedades cotidianas seria o primeiro passo em direção à expansão da cidadania, negada pela Constituição. A forma do liberalismo oligárquico, conforme analisa Maria Efigênia Resende, adotada pela política brasileira, retirava do Estado a obrigatoriedade dos serviços sociais. À medida que ganhava força o federalismo (e com ele o crescente poder oligárquico), nem mesmo os direitos civis estavam assegurados, já que intrinsecamente ligados à propriedade. Assim, cerceados de liberdade e participação política – a Constituição de 1891 privava do direito de voto os analfabetos e as mulheres – os trabalhadores deveriam encontrar formas alternativas de sobrevivência ante a supressão de seus direitos.⁴² O socorro mútuo foi uma delas.

Se considerarmos o “longo caminho” para uma funcional cidadania no Brasil,⁴³ o campo de atuação destas mutualidades foi bastante modesto, porém, nunca insignificante. Como já foi mencionado, em quase todas as sociedades de socorro mútuo, a caixa, que correspondia à soma das mensalidades pagas por cada um dos sócios, era destinada aos auxílios em caso de doença ou ajuda para realização dos funerais dos associados que viessem a falecer. Todavia, em muitos momentos tentou-se ultrapassar esta linha. Outros anseios da classe operária estavam em pauta: a criação de escolas ou atendimento médico.

O Centro Artístico Cearense, que segundo dados de 1930, já contava com cerca de 1.000 sócios, mantinha em sua sede própria a Escola Primária Pinto Machado, destinada aos sócios e seus familiares (dos dois sexos).⁴⁴ Também a Sociedade Artística Beneficente (ver tabela), desde 1912, abre matrículas para sua

⁴² RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs). **O Brasil Republicano** – O tempo do liberalismo excludente. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴³ A construção da cidadania no Brasil republicano teria dois grandes obstáculos a vencer: a grande propriedade privada, que marcou as relações de mandonismo e desigualdade social e a herança da escravidão, que dificultou mais ainda a inserção dos negros na ideia de igualdade perante a Lei. Ver: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁴ **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1930**. Fortaleza: Typographia Progresso, 1930.

escola de primeiras letras para 100 alunos. A Phenix Caixeiral, atendendo a fins de qualificação profissional da categoria dos caixeiros, financiava a Escola do Comércio, fundada em 1981, que ia além da instrução primária, pois oferecia o curso profissional (contendo cinco séries) e o curso complementar de inglês e francês.⁴⁵ É preciso lembrar que a instalação de uma escola, para uma associação operária, dependia da estabilidade financeira desta. Os gastos com materiais didáticos, mesmo simples, e o pagamento do professor não eram baixos. Como temos encontrado nas fontes sobre a escola de instrução primária do Círculo São José, é provável que houvesse ajuda dos sócios beneméritos e doações da população em geral.

Às vezes, era necessário reunir esforços. A Federação das Classes Artísticas e Operárias do Ceará composta pela Deus e Mar, Sindicato dos Trabalhadores no Porto, Associação dos Alfaiates, Associação dos Cigarreiros, Associação dos Carroceiros, Trabalhadores Ambulantes, Paz e União, Socorro Mútuo e algumas outras, foi fundada em 1922, visando “*criar um banco e escolas para os operários e a trabalhar pelo melhoramento das suas condições matereaes e sociaes.*”⁴⁶

O aumento dos preços dos gêneros de alimentação básica (no caso do Ceará, o feijão, a farinha de mandioca e o pão) era outra preocupação constante no cotidiano dos trabalhadores, frequentemente reclamado na imprensa local.

A vida vae se tornando dia a dia mais difficil. A grita contra a alta dos artigos de primeira necessidade é de ensurdecer. Todos se queixam, desde o operário mais humilde até o próprio comerciante, injustamente incriminado pela situação deveras angustiosa.⁴⁷

Isto também mobilizava as sociedades de ajuda mútua. Articulado com outras “sociedades operárias desta capital”, o Centro Artístico Cearense fazia funcionar à Rua Liberato Barroso sua Cooperativa de Consumo, “*destinada ao fornecimento de gêneros alimentícios a seus associados.*”⁴⁸ Esse tipo de iniciativa é emblemático da cultura de solidariedade experimentada no movimento operário. As cooperativas tentavam vender cereais a preços mais baixos para os trabalhadores.

⁴⁵ **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1920.** Fortaleza: Typographia Moderna, 1920.

⁴⁶ “Federação das Classes Artísticas e Operarias do Ceará”. **O Nordeste.** Fortaleza: 18 de Julho de 1925.

⁴⁷ “Contra a Carestia”. **A Tribuna.** Fortaleza: 9 de Novembro de 1923.

⁴⁸ **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1920.** Fortaleza: Typographia Moderna, 1920.

Em épocas de maior crise, isto também configurava um socorro imediato nas privações.⁴⁹

Nesse contexto, o socorro mútuo acompanhava a intenção de distinguir a classe operária dos miseráveis, isto porque, a pobreza reunia em si um estigma negativo e humilhante do homem. “*Existe como que uma correspondência entre o seu papel degradante no plano material e o desprezo – assim como o ínfimo lugar na hierarquia dos valores – que a sociedade lhe reserva*”.⁵⁰ Esta desvalorização dos miseráveis, enquanto sujeitos que, no máximo, merecem a piedade dos seres superiores, era temida pela classe operária. Principalmente considerando que a identidade de trabalhador (como veremos no próximo capítulo) estava sendo formada em oposição tanto aos desqualificados – aqueles que estavam fora da competência de produção da esfera do trabalho – quanto aos vadios, que compunham o lado “perigoso” das camadas populares. Como nos mostra Geremek, o processo de industrialização nas sociedades modernas colaborou para que operários e miseráveis fossem reconhecidos como idênticos, por conta das condições materiais (moradia, saúde, alimentação) em estado de precariedade. Contudo, o autor nos lembra que apenas dados meramente econômicos não são suficientes para determinar quem é ou não pobre. Em suas palavras:

Nas sociedades modernas, a pobreza não deve ser aprendida unicamente como uma privação de bens materiais: ela corresponde a um estatuto social específico que por vezes marca mais fortemente a vida dos indivíduos do que a sua situação material desfavorecida.⁵¹

É preciso ainda lembrar que a cidade conhecia de perto a marca da pobreza e da indigência. Esta mesma Fortaleza em processo de modernização e invenção urbana desde o final do século XIX, mais precisamente com a seca dos anos de 1877 – 1879, convivia com as levas de retirantes que, em busca de sobrevivência, espalhavam-se nas ruas mendigando, e, em momentos mais críticos, saqueando armazéns, bodegas e mercearias. De acordo com Neves: “*Os retirantes,*

⁴⁹ Essa prática, também encontramos no Círculo Operário São José, que em 1920, conseguiu pelo decreto nº 1662 de 15 de setembro, dispensa, pelo prazo de dez anos, dos impostos estaduais e municipais para sua cooperativa de consumo. Ver: **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1920**. Fortaleza: Typographia Moderna, 1920.

⁵⁰ GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a Força: História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986, p. 12.

⁵¹ *Idem*. p. 08.

membros de uma multidão anônima e desqualificada, passam a fazer parte da paisagem urbana".⁵²

Temendo a *multidão* faminta, o poder público e a elite comercial de Fortaleza começaram a elaborar estratégias de controle dos retirantes a fim de manter a cidade em "ordem". A caridade foi acionada, mas insuficiente para solucionar, ainda que circunstancialmente, os problemas – fome, revoltas e epidemias – ocasionados pela chegada dos sertanejos atingidos pela seca. Diversas obras públicas – construção de açudes, calçamentos e da ferrovia, principalmente – foram iniciadas aproveitando a mão-de-obra barata como mecanismo para disciplinar e assistir os migrantes. Era preciso conter os ânimos e arrumar a cidade. Com o passar do tempo, esse dilema histórico entre a caridade e o repúdio se agravava, construindo um medo social que estigmatizava ainda mais os pobres. Como explica Frederico de Castro Neves:

A cada seca, as *classes pobres* – e principalmente os retirantes – são observadas, classificadas, e percebidas como *classes perigosas*, portadoras dos vícios do corpo e da alma, que podem contaminar a sociedade inteira através do contato direto. Para sublinhar este perigo potencial, as estratégias se dirigem para o afastamento, o enclausuramento, a apartação, o isolamento e a proteção das cidades contra a invasão dos pobres.⁵³

Interessava, então, definir o lugar do trabalhador, que não podia ser o mesmo do mendigo. Empiricamente, esta estigmatização correspondente ao "estatuto" da pobreza era sentida – no mundo do trabalho – como condição e como supressão de direitos. Por isso, era extremamente importante tentar impedir o pauperismo total dos trabalhadores, mantendo relativa dignidade diante de seus pares e de suas famílias. O acesso aos alimentos, através de preços mais baixos que os de mercado da cidade, significava o direito – que para o trabalhador, também se reveste de dever – de prover a casa e os filhos. Ademar da Silva Jr. aponta, entre outros requisitos para a formação de sociedades mutualistas – espaços de interação entre os trabalhadores, presença de uma população economicamente ativa, contato prévio com alguma experiência de auxílio mútuo ou concentração relativa dos trabalhadores em dada região –, o receio dos "*riscos de descenso social*" que viria

⁵² NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 55.

⁵³ *Idem.* p. 97.

comprometer o reconhecimento social e o respeito individual.⁵⁴ Por isso, era tão importante o auxílio na doença ou a assistência médica.

A Associação dos Merceeiros (comerciantes) indicou em seus estatutos que uma de suas finalidades de socorro seria “*prestar serviços de assistência médica aos seus associados*”.⁵⁵ Ao que parece, isto foi realizado através de um acordo entre a associação e um farmacêutico da cidade. Outro exemplo de serviços médicos é ainda do Centro Artístico Cearense que instalou consultório médico onde o sócio benemérito Dr. Manuelito Moreira atendia de segunda a sexta-feira entre 16h e 17h. Fato divulgado por *O Nordeste* como sendo de “*muito alcance o empreendimento do ‘Centro Artístico’ pois vem beneficiar extraordinariamente seus associados com assistência médica de que continuamente precisam*”.⁵⁶

Sem nenhuma proteção trabalhista, o operário deveria estar obrigatoriamente desempenhando suas atividades produtivas, pois, de outra forma, não recebia salário ou qualquer remuneração. É neste ambiente que se constrói o lugar social do mutualismo, que pode ser visto como opção para não depender, exclusivamente, da caridade alheia. As sociedades mutualistas, ainda que voltadas para a noção de cooperação, distanciavam-se da mera filantropia. Esta última estava mais próxima de atender um fim político de preservação do poder dos patrões. As sociedades filantrópicas, segundo Cláudia Viscardi, “*cumprem um papel fundamental na construção do poder local. Não só pacificando eventuais conflitos resultantes da exclusão social, como substituindo, mesmo que precariamente, a ação de um Estado ainda incipiente*”.⁵⁷ Em Fortaleza, estas ações filantrópicas eram muito incentivadas pela Igreja Católica e asseguravam um certo *status* para “as classes distintas”, exemplo disso era o Dispensário dos Pobres, mantido pela Liga das Senhoras Católicas, “*para socorrer os indigentes, distribuindo-lhes em determinados dias, gêneros de primeira necessidade*”.⁵⁸

O princípio mais forte presente nas sociedades de auxílio mútuo era fugir da indigência. Com o desenvolvimento das associações de trabalhadores e suas

⁵⁴ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. **As Sociedades de Socorro Mútuo: Estratégias Privadas e Públicas.** (Estudo centrado no Rio Grande do Sul, 1854 – 1940). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

⁵⁵ “Estatutos da Associação dos Merceeiros”. **Gazeta Oficial.** Fortaleza: 24 de Agosto de 1918.

⁵⁶ “Centro Artístico Cearense”. **O Nordeste.** Fortaleza: 31 de Julho de 1922.

⁵⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. In: **Revista de História.** Juiz de Fora, Ed. UFJF, vol. 18, 2004, p.10.

⁵⁸ **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1919.** Fortaleza: Typographia Moderna, 1919.

formas conjuntas e, de certa maneira autônomas, de resistência diante do peso da pobreza, tanto fisiológica quanto espiritual, esta fuga da mendicância e da espera por caridade significava evitar que o trabalhador fosse, permanentemente, sinônimo de miserável, desvalido ou fraco. Desta forma é que se pode compreender a atenção do associativismo mutualista em relação à Educação ou o incentivo às Artes e à Literatura, pois remete a um intento de desviar-se tanto do desprestígio social quanto das carências materiais.

O Mutualismo também gerou áreas de sociabilidade e lazer. Parece-nos que uma das formas mais recorrentes de divertimento e lazer empreendidas pelas associações era o cinema. Aquelas que conseguiam maior constância financeira, e crescimento do número de membros, fundaram ou uma sala de exibição de filmes ou um grêmio dramático. Assim, antes de 1930, paralelamente aos cinemas maiores e mais suntuosos da empresa Severiano Ribeiro – Majestic, Moderno, Polytheama – , já se podia encontrar na cidade o Cine São José, o Cinema do Centro Artístico, o Cine Phenix, ou o Cine Merceeiros. Devemos lembrar que havia diálogo entre estas associações e que, frequentemente, eram uma e outra convidadas para as sessões comemorativas (oportunidade para se exhibir filmes), e que as salas eram, às vezes, cedidas para as outras agremiações.

Merece atenção o fato de haver, entre essas associações, troca de experiências e participação nos festivais promovidos. Observando a correspondência recebida pelo Círculo São José, encontramos, por exemplo, “convite para a sessão de 11º Anniversario da União Artística Iguatuense e do 1º Anniversário do Centro dos Cigarreiros”,⁵⁹ “*convites da Phenix Caixeiral e da Paz e União, sendo designadas as commissoes de representação*”⁶⁰ ou “*convite da Artística Beneficente para a posse de sua nova directoria*”.⁶¹ Assim, em momentos como o aniversário de 24 anos do Centro Artístico Cearense, faziam-se presentes “*vareas commissões das associações de classe desta capital*”, quando, depois dos discursos de felicitações, “*foi então cantado pelos sócios o Hynno do Centro*

⁵⁹ “Círculo S. José. Resumo de Ata da sessão realizada em 20 – 7 – 1924”. **O Nordeste**. Fortaleza: 25 de Julho de 1924.

⁶⁰ “Círculo S. José. Resumo de Ata da sessão ordinária realizada domingo, 28-12-1924”. **O Nordeste**. Fortaleza: 30 de Dezembro de 1924.

⁶¹ “Círculo S. José. Resumo de Ata da sessão realizada domingo, 8 do corrente”. **O Nordeste**. Fortaleza: 11 de Novembro de 1925.

acompanhado pela harmoniosa banda do Círculo de Operários Catholicos".⁶² Desta forma, podemos observar que as articulações do Círculo São José com as sociedades mutualistas do período eram constantes, principalmente na organização de alguns eventos, o que certamente correspondia a uma relação de reciprocidade, demonstrando que o Círculo estava inserido no movimento operário em Fortaleza, e não isolado dentro da instituição católica.

As sociedades de ajuda mútua eram diversas, os sócios eram diferentes, provavelmente as sedes (próprias, alugadas, emprestadas) diferenciavam-se bastante uma das outras, porém os diálogos, os câmbios entre estas instituições foram importantes para alargar a solidariedade operária. Esta forma associativa parece ser terreno propício para alargar a noção de cidadania entre os trabalhadores, devendo ser percebida como parte de um processo histórico contendo muitas temporalidades, de constituição de uma "*consciência de direitos*".

A análise histórica da formação de uma consciência de direitos, ao invés de se limitar a interpelar falhas, lacunas e limitações, pode localizar conquistas efetivas e a construção de experiências democráticas que, não obstante frustrações imediatas, não deixaram de ser repassadas às gerações posteriores.⁶³

Pensamos que o funcionamento dos cursos primários, o pecúlio para assistência ao doente, o fornecimento de alimentos mais baratos, as festas, o lugar de reunião se revestem de uma vontade de direito. Estes componentes das sociedades mutualistas indicam uma ação reformista de criação de direitos sociais para os sócios. Neste sentido, a ação das mutuais pode parecer excessivamente limitada. Entretanto, verifica-se que a experiência mutualista marcou a formação da classe operária no espaço urbano de Fortaleza e muito contribuiu para o caráter coletivo da atuação dos trabalhadores.

⁶² "O 24^o Aniversario do Centro Artístico Cearense". **O Nordeste**. Fortaleza: 10 de Fevereiro de 1928.

⁶³ FORTES, Alexandre. "**- Nós do Quarto Distrito...**": A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001, p. 31.

1.2 - Amparo e Dignidade: Caixa de Socorros e Sinistros no Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José.

No primeiro capítulo do Estatuto do Círculo São José, definindo suas finalidades, lê-se:

Prestar aos sócios doentes auxílio mantendo para isto uma Caixa de Socorros. Criar quando for oportuno, outras instituições de auxílio de vareas espécies, baseadas no mutualismo ou noutros systemas (prg. 5 e 6).⁶⁴

Porque a opção pelo mutualismo na organização do Círculo Operário?

O mutualismo já era, em 1915, como já se demonstrou, uma experiência conhecida entre os trabalhadores da cidade. A recorrência ao auxílio mútuo como possibilidade associativa dos trabalhadores em Fortaleza, além de funcionar como lugar de valorização dos ofícios, ou seja, do trabalho, e aproximar ajudas afins, explica-se também pelo contexto socioeconômico próprio do desenvolvimento urbano da capital. Em outras palavras, como verifica Gussinyer, é possível compreender melhor o funcionamento e o enraizamento das formas concretas de socorro mútuo atentando para uma determinada lógica de sociabilidade urbana moderna, na qual existe uma reconhecida importância da questão do seguro. A ideia de seguro para fins de previsão expressa bem as dificuldades diante das concentrações de renda que têm origem, nas sociedades modernas, nas relações entre trabalho e capital. Mesmo tratando, especificamente, da Catalunha, uma realidade econômica e cultural distante daquela vivida em Fortaleza no período que abordamos, a análise de Gussinyer pode nos ajudar a problematizar a adoção do mutualismo como entidade associativa. O autor aponta três razões para a importância das sociedades mutualistas: *“la debilidad del ahorro (a causa de unos salarios especialmente bajos), la nula incidência de los seguros libres (por las mismas razones) y la inexistencia de los seguros obligatorios (por la inhibición del estado”*.⁶⁵ É possível encontramos essas mesmas características para o caso do Ceará.

⁶⁴ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **Gazeta Oficial**. Fortaleza: 06 de Junho de 1918. Os Estatutos foram redigidos e aprovados em Assembléia Geral em janeiro de 1916.

⁶⁵ GUSSINYER, Pere Sola I. El Mutualismo Contemporáneo em uma Sociedad Industrial. Anotaciones sobre el caso catalan (1880 – 1939). In: CASTILLO, Santiago (ed.) **Solidariedad desde**

A Igreja, inserindo-se no movimento operário, não desconsiderou a presença do mutualismo. Logo entendeu a importância da assistência mútua como mecanismo de atração dos trabalhadores. Além disso, a criação das caixas de socorro (doença) e sinistro (funerais), por seu caráter de neutralidade política e cooperação, não se chocava com a proposta católica de organização social. O mutualismo mais remediava as dificuldades do que as sanava. Assim, a Igreja poderia coordenar essa prestação de serviços sociais atingindo os trabalhadores, sem precisar cobrar isso do Estado e ainda “cristianizando” parte do operariado.

Aqueles que desejassem ingressar no Círculo Operário deveriam efetuar o pagamento da “jóia” – espécie de taxa de adesão – que, sempre segundo o Estatuto, era de 1\$000 (mil réis) e, a partir de então, pagar \$500 por mês para terem direito ao recebimento dos pecúlios. Considerando outras mutuais, esse valor não parecia absurdo. A Phenix Caixeiral, por exemplo, cobrava o mesmo valor de mensalidade⁶⁶ e, na Econômica Caixeiral, este valor era bem mais elevado (10\$000 por mês), no entanto, o sócio teria seu dinheiro de volta no caso de desejar desligar-se. Não é possível, por falta de fontes, fazer uma relação direta entre a mensalidade a ser paga e os salários recebidos, mesmo porque os circulistas tinham ocupações muito diversas, não pertenciam a uma mesma categoria. Todavia, no mesmo ano em que foram publicados os Estatutos do Círculo São José, o jornal *Ceará Socialista* (órgão do Partido Socialista Cearense), denunciando o mau pagamento dos trabalhadores em Fortaleza, informa-nos que: *“o salário que na media é de 4\$ a 5\$ mil réis diários, somente o homem destituído de senso commum não comprehenderá que não chega nem para o seu sustento próprio, quanto mais para o da esposa e filhos”*.⁶⁷

Obviamente, a descrição das condições de vida da classe operária na cidade, por parte do jornal socialista, tinha por fim a denúncia da riqueza dos patrões e o convencimento de que era preciso fazer a revolução. Por ora, não querendo descontextualizar os dados apresentados, nosso interesse recai sobre um panorama das dificuldades gerais da classe trabalhadora dessa época. Assim, fazemos uso das informações do referido jornal, que continua:

abajo. Madri: Centro de Estudios Históricos y Confederación Nacional de Mutualidades de Previsión, 1994, p. 75.

⁶⁶ Os phenistas contribuíam com 6\$000, recebendo como pecúlio para o funeral a quantia de 300\$00, conforme dados publicados no **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1919**. Fortaleza: Typographia Moderna, 1919.

⁶⁷ “Morrer de fome!...”. **Ceará Socialista**. Fortaleza: 03 de Agosto de 1919.

O vestir, o calçar, a assistência médica, os medicamentos em momentos afflictivos, quando a moléstia nos visita o lar, nem é conveniente falar, pois somente o operário sofredor de todos os tempos – este que tudo produz e nada tem – é quem sabe sentir e procura convencer aqueles que fingem desconhecer estes tormentos que nos são infligidos.⁶⁸

A partir disso, reconhecemos que os gastos com a saúde e a alimentação da família proletária eram excessivamente altos para a média dos salários recebidos. O socorro mútuo, de forma geral, parecia justificar sua existência precisamente sob estas condições. Apesar do custo de vida muito elevado, tornava-se, em muitos momentos, vantajoso tentar reservar o dinheiro para a taxa mutuária.

Observamos que a Caixa de Socorros do Círculo São José arrecadava valores diferentes a cada mês. Os pedidos de pecúlio eram constantes, aparecem em quase todos os resumos de Atas e a maioria eram aceitos, isto quer dizer que o sócio estava com suas mensalidades pagas. *“Todos os sócios quando temporariamente impossibilitados de trabalhar, por doença ou acidente, terão direitos de receber auxílios da caixa de socorros do Círculo, auxílios de 16\$ por quinzena de impedimento”*. (Estatutos, Cap. XII, Art. 60). Em 1922, uma alteração no Estatuto aumenta o valor do socorro para vinte e quatro mil réis,⁶⁹ sem acréscimo na mensalidade, talvez por conta do aumento dos preços.

Para quinze dias, a quantia de 24\$ mil réis era ínfima, mas afastado do trabalho, os ganhos dos operários eram nulos. A seguir podemos observar a crescente alteração nos preços de alguns gêneros alimentícios em Fortaleza:

Quadro II
Preços de Alimentos em Fortaleza

	ALIMENTO	PREÇO
1919	Café	2\$400 / kg
	Farinha	380 / kg
	Carne	1\$400 / kg
	Pão	100 / 35g
1922	Carne	1\$800 / kg
	Peixe	2\$500 / kg
	Pão	1\$600 / kg
1925	Pão	2\$200 / kg

Fonte: Ceará Socialista (14/07/1919) e O Nordeste (21/11/1922 e 20/10/1925)

⁶⁸ *Idem.*

⁶⁹ “Círculo S. José. Resumo da sessão ordinária realizada no dia 30 de julho”. **O Nordeste**. Fortaleza: 02 de Agosto de 1922.

As altas inflacionárias, que nos anos mencionados foram mais intensas, provocadas por inúmeros motivos – taxaço de impostos, movimento portuário, seca etc. –, afetavam consideravelmente a vida dos trabalhadores urbanos. Nesta realidade, o socorro mútuo podia amenizar, embora muito escassamente, a crise agravada com a doença. O pecúlio jamais poderia cobrir os gastos básicos da família do associado enquanto este se encontrasse fora do trabalho.

Assim, entendemos que a formação de uma organização mutualista não encerrava sua existência unicamente no aspecto material. Mesmo que esse elemento, benefício do pecúlio, tenha sido central na funcionalidade do mutualismo, sua capacidade de resolver o problema da condição de vida do trabalhador era bastante reduzida. Por isso, ponderamos que a criação de sociabilidades, a disponibilização de Educação e a aproximação com as artes, como apresentamos no tópico anterior, em conjunto, formava o sentido do mutualismo. Compreendemos, assim, o porquê da presença deste modelo no projeto circulista. A Igreja, portanto, apodera-se de dois relevantes aspectos do socorro mútuo: 1) a ideia de adequação, ou sobrevivência, na economia capitalista à medida que abrandava algumas insuficiências sociais desse sistema; 2) a possibilidade de arregimentar trabalhadores que, a partir da noção de conjunto, de coletivo, o significado de ser mútuo, faria crescer sua proposta de classe ordeira e colaboracionista.

Formular um modelo de assistência aos sócios era, ao mesmo tempo, combinar necessidades materiais e comportamento adequado. Parece-nos que o emprego da ajuda mútua no Círculo São José tinha essa dupla preocupação. Paulo Roberto de Almeida, em dissertação sobre Círculos Operários, explica que existia uma distinção entre o assistencialismo comum e aquele praticado pela Igreja. Em se tratando do Circulismo, essa diferença seria a aproximação do trabalhador com vistas à pregação de conteúdo religioso a fim de propagar uma mentalidade católica no meio operário. Para o autor, o assistencialismo católico não era “*uma simples solução visível dos problemas, mas uma forma de intervenção direta na vida das pessoas*”.⁷⁰ Esta intervenção pretendia ser cultural, afetar a forma como o trabalhador percebia o mundo e as relações de trabalho.

⁷⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Círculos Operários Católicos: Práticas de Assistência e de Controle no Brasil (1932 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992, p. 53.

O pecúlio aos circulistas somente era pago depois da visita da comissão de sindicância, cuja função era verificar o estado de saúde daqueles que solicitavam o auxílio. Os que, há mais de três meses, não pagavam sua cota, mesmo que doentes, tinham os pedidos negados. Este último critério faz lembrar uma espécie de institucionalização do sentimento solidário, tendo em vista que a ajuda era condicionada à situação da caderneta dos sócios. Isto coloca a sindicância como resultado direto do controle das verbas do Círculo. Ou seja, determinar quem deve, ou não, ser amparado. Em última instância, definir os sujeitos do benefício. A assistência circulista era, como em outras associações baseadas no mutualismo, atrelada ao indispensável pagamento das cotas. Isto era expresso no Estatuto e verificado na prática:

O sr. Presidente participou que faleceu no dia 27 o consocio João Leopoldo Barbosa, o qual se achava suspenso de seus direitos por atraso de pagamento em suas mensalidades, lamentou este descuido e chamou a atenção dos presentes para esta gravíssima falta nas suas obrigações, principalmente no pagamento das mensalidades.⁷¹

Cabia à sindicância fiscalizar o pagamento e constatar a urgência do socorro. Entretanto, há de se observar outro fator no propósito da comissão de inspeção: o acolhimento.

Mencionando as formas de administração e o funcionamento interno das sociedades de socorro mútuo na região da Galícia, Gérard Brey indica que a função das visitas aos enfermos era, além de acompanhar a evolução da doença, reconfortar os sócios, evitar que se sentissem abandonados ou desvalorizados.⁷² Isso vem contribuir para uma maior coesão da associação, gerando relações de pertencimento e ampliando os laços identitários. Para o Círculo Operário São José, as visitas também se revestiam de uma importância cristã. A prática de cuidar dos enfermos – ungi-los, sacramentalmente – possuía uma dimensão bíblica – retirada das pregações de Jesus –, o que ratificava ainda mais a relevância da visita. De forma que nos permite pontuar a ideia de **amparo** sugerida por esse tipo de iniciativa circulista. Ainda que o discurso oficial da direção do Círculo Operário

⁷¹ “Círculo S. José. Resumo da sessão ordinária realizada domingo 31 de janeiro de 1926”. **O Nordeste**. Fortaleza: 05 de Fevereiro de 1926.

⁷² BREY, Gerard. Mutualismo Popular e Mutualismo Obrero en Galicia (1841 – 1916). In: CASTILLO, Santiago (ed.) **Solidariedad desde abajo**. Madrid: Centro de Estudios Históricos y Confederacion Nacional de Mutualidades de Prevision, 1994, p. 247.

privilegiasse a caridade como sentimento altruísta e de cooperação, estes momentos de participação na vida dos sócios – nas visitas domiciliares, levando algum medicamento, ou palavras de conforto – remetem-nos a uma vivência da Fraternidade como experiência que vai além da instituição. Ou melhor, que gera identificação, mobilização e suscita nos trabalhadores a aceção da coletividade. Não podemos esquecer que, para aqueles que professavam o catolicismo como verdade de fé, a oração reiterava o sentimento de proteção divina. Neste sentido, as visitas e as orações pelos doentes aludiam a um certo cuidado e uma esperança nos momentos aflitivos. Este foi o caso do sócio Augusto Lins Meira, que recebeu auxílio da Caixa quando esteve hospitalizado por ter sido atropelado pelo “auto 197” quando retornava do trabalho. Após comunicar o acidente, o presidente do Círculo avisou que *“depois, da sessão, seria rezada uma Ave Maria pelo breve restabelecimento desse companheiro, que ficou em estado grave”*.⁷³ Ser lembrado pelos amigos que tinham a intenção de ajudar conferia importância à pessoa e era exercício de fraternidade.

Os Estatutos previam um valor para os pecúlios solicitados, que variavam bastante dependendo da associação. A União Geral dos Trabalhadores, por exemplo, expunha a intenção de *“socorrer os seus associados em casos de doença, que os privem de trabalhar, com uma importância nunca inferior a 12\$000 semanais”*.⁷⁴ O cumprimento das ajudas estava relacionado com a demanda mensal e com a assiduidade de pagamento dos sócios. À medida que a Caixa vai aumentando, as mutuais tendem a construir um fundo de reservas, que, por sua vez, é viabilizado pela ampliação do quadro de associados. Outras fontes de renda poderiam ajudar na composição da Caixa. O Círculo São José destinava 30% da arrecadação do cinema para atender aos pedidos de socorros. O restante, adicionado de possíveis leilões, festivais ou quermesses, reservava-se à manutenção da escola, oficina ou patrimônio circulista.

Impressiona o número de solicitação para socorro dos inválidos, comumente sócios com doenças crônicas ou inutilização por acidente. Conforme aponta o Estatuto, estes recebiam pecúlio reduzido: *“Art. 61. Em caso, porém, de a moléstia se prolongar ate 12 meses, ou se transformar em invalidez definitiva, estes*

⁷³ “Resumo da sessão ordinária realizada domingo, 28 – 11- 24”. **O Nordeste**. Fortaleza: 30 de Novembro de 1924.

⁷⁴ **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1922**. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1922.

auxílios ficaram reduzidos a metade pagos mensalmente e de uma só vez.⁷⁵ Alguns dados, embora espaçados, podem oferecer uma noção do número de auxílios destinados aos sócios “inválidos”. Localizamos, através dos resumos de atas publicados semanalmente no jornal *O Nordeste*, as seguintes contas: entre julho e dezembro de 1922, foram aceitos 6 pedidos de socorro para inválidos; este número aumenta para 25 durante o ano de 1924; e em 1925, registramos 28 pedidos aceitos somente no segundo semestre, sendo que, na reunião ordinária de 8 de novembro, foram contabilizados treze pedidos.⁷⁶ Note-se que nos referimos aos pedidos aceitos, o que indica atendimento aos sócios com cadernetas pagas. Provavelmente, este cálculo seria bastante alterado se soubéssemos o número de pedidos indeferidos, que supostamente eram também recorrentes. No aniversário de dez anos do Círculo São José, foi lido um relatório, do qual extraímos as informações a seguir:

“Foram realizados 2.385 pedidos de assistência”;

“A Caixa de socorros sustenta um sócio inválido há 1 ano e 8 meses”;

“Foram gastos com operários enfermos: 21:881\$000”;

“Foram feitos 96 enterros”;

“Para auxilio aos funeraes dos companheiros falecidos foram distribuídos 6:887\$200, saldo de 930\$000”.⁷⁷

Além de apontar uma visível estabilidade econômica do Círculo Operário - o que, comumente, não acontecia com muitas associações -, verificamos que havia, realmente, uma administração funcional da caixa mutuaría, e que os trabalhadores associados frequentemente faziam uso da ajuda. Em dez anos, 96 enterros não são insignificantes. Este número de óbitos, que não obrigatoriamente corresponde ao número de circulistas falecidos dentro desse período, pode estar relacionado com as condições de saúde e trabalho (ambientes insalubres, trabalho muito pesado, acidentes) em Fortaleza e com o impasse diante da falta de Leis de proteção ao trabalhador.

De uma forma geral, mesmo com o crescimento do setor têxtil, na década de 1920, a maior parte dos operários concentrava-se no porto e na ferrovia, havendo

⁷⁵ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **Gazeta Oficial**, Fortaleza: 06 de Junho de 1918.

⁷⁶ “Resumo da sessão ordinária realizada domingo, 8 do corrente”. **O Nordeste**. Fortaleza: 11 de Novembro de 1925.

⁷⁷ “10^o Aniversario do Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de Fevereiro de 1925.

parcela significativa empregada no setor artesanal (oficinas de alfaiates, marcenaria, fabricação de sapatos e ferragens, sabão, vela, cigarros, funilaria, barbearia etc.) e nas atividades comerciais.⁷⁸ Mapeando panoramicamente as diversas ocupações e os lugares de concentração da força de trabalho em Fortaleza, Margarida Andrade analisa as condições de moradia e deslocamento dos operários, indicando processos de segregação das habitações populares e de formação de bairros com residências burguesas que se aceleram a partir dos anos 20. Assim, para tratar do surgimento das vilas operárias, principalmente ligadas às fabricas de tecidos, ao longo da década de 1930, a autora demonstra como aparecem, dentro da cidade, os trabalhadores. O Círculo São José também construiu a vila Operária Dom Manoel, iniciada com 31 casas a serem vendidas em pagamentos mensais aos circulistas (discutiremos no próximo capítulo). A formação de uma vila circulista, onde fora também erguida uma capela, demarca um território oportuno ao trabalhador cristão e um espaço de “habitação saudável” coordenada pela Igreja.

Andrade menciona que, do final do século XIX até as duas primeiras décadas do XX, “o centro ainda era o grande mercado de trabalho”, ocorrendo, com o maior avanço da industrialização, uma maior ramificação da cidade que acompanha a via férrea, expandindo a zona urbana a partir de meados da década de 1930. No início do século passado, ainda conforme Andrade, as áreas mais pobres de Fortaleza eram Outeiro, Garrote e a Rua da Palha, com grande concentração de casas de taipa. Já a partir de 30, “com habitações construídas espontaneamente pelo próprio morador em terrenos da União, da prefeitura, da rede ferroviária, em terrenos baldios surgem as favelas do cercado de Zé Padre, 1930; Mucuripe, 1933; Lagamar, 1933”.⁷⁹ Era nestas regiões onde morava a maioria dos trabalhadores e onde a incidência de doenças e epidemias, por conta das instalações precárias, agravava a situação. A Fortaleza remodelada e moderna era, de fato, bastante reduzida. Com isso, podemos nos aproximar das prováveis causas que resultavam na “invalidez” dos operários.

A ocorrência da invalidez revela, como já mencionamos, uma situação de “descenso social”, sugerindo desamparo ao trabalhador e à família pela impossibilidade de sustento ou qualquer tipo de melhoria, ainda que diminuta, nas

⁷⁸ ANDRADE, Margarida. **Onde Moram os Operários...** Vilas Operárias em Fortaleza (1920 – 1945). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

⁷⁹ *Idem*, p. 121.

condições de moradia e alimentação. Neste ponto, entendemos a legitimidade da ação mutualista no Círculo Operário São José.

Para a classe operária, que convive impreterivelmente com as formas de exploração do trabalho, “toda sorte de rede comunitária (assim como a formação de identidades locais em geral) pode vir a ser uma ferramenta decisiva para lidar com a incerteza inerente à vida cotidiana”.⁸⁰ Segundo Mike Savage, a partir de uma noção de “insegurança estrutural”, os trabalhadores são impulsionados a elaborar formas coletivas para melhor solucionar seus problemas. O Círculo Operário Católico é encarado aqui – não desconsiderando a influência da Igreja – como um espaço de possível obstinação diante das impossibilidades individuais de melhorar de vida.

A invalidez do ponto de vista da produção reduz o trabalhador à fraqueza, ao opróbrio, à inutilidade. Esta situação torna a desigualdade ainda mais evidente, já que o trabalhador só serve enquanto está sendo continuamente explorado. Fora da produção, ele se torna um indigente. A “experiência de exploração”, conforme analisa Thompson, é sentida pela classe não apenas com relação aos seus baixos ganhos, mas ao contexto de inexistência de qualquer ajustamento das obrigações patronais.

A relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal.⁸¹

O que molda a assistência circulista está relacionado à visão da Igreja acerca da justiça social e da propriedade (como analisaremos no tópico seguinte). Há um intento de fazer uma releitura do sentido de exploração vivido pela classe operária, que seja capaz de proporcionar pequenas melhorias, antes da indignação ou da revolta.

Encontramos, referente à formação de pecúlio para os inválidos, além da caixa de socorros, a bolsa de cada reunião ordinária. Esta última, cuja contribuição era voluntária, demonstra o sentido de solidariedade, de laços construídos no interior da associação, que supõem uma identificação com a causa do outro. É claro que a

⁸⁰ SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, C. H.; TEXEIRA, F.; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 41.

⁸¹ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa** – A Maldição de Adão. Vol. II. Tradução: Renato Busatto e Claudia Rocha de Almeida. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 28.

Igreja desejava imprimir nesta ação a ideia de caridade cristã. Mesmo assim, o sentimento de reciprocidade é característico destes momentos: os trabalhadores ajudavam-se mutuamente. Estas articulações vão além do controle da Igreja, ou da “proteção aos desvalidos”, e remetem a preocupações cotidianas vivenciadas pela maioria dos trabalhadores e pela disposição em ajudar, quer seja por identificação com a causa, quer seja pela infusão da caridade cristã. Filiar-se ao Círculo podia, através destes mecanismos, suscitar uma sensação de amparo.

A bolsa era usada em benefício de algum sócio para comprar remédios, para ajudar a alimentação dos inválidos ou para completar as despesas dos funerais. No dia 19 de julho de 1925, “*de conformidade ao pedido do sócio inválido João Francisco Flor, mandou correr a bolsa, em benefício do mesmo, para a compra de um remédio especial para a sua doença. Esta bolsa rendeu 22\$600*”.⁸²

O funcionamento do sinistro ocorria paralelamente à caixa de socorros. Os gastos do enterro, para o qual eram destinados 100\$000 (no primeiro Estatuto estava previsto o valor de 80\$000; mas em 1922, com a reforma estatutária, este valor é acrescido) pagos a família do sócio mediante apresentação de sua caderneta com os pagamentos em dia. O sinistro correspondia o depósito de duzentos réis, independente da caixa mutuária (Cap. XIV, Art. 68).

De acordo com a tabela de enterro válida em Fortaleza durante a década de 1920, a ajuda para os funerais cobria o valor requerido para o enterro de 6ª classe no Cemitério São João Batista, que correspondia a “*caixão coberto de chita com enfeites simples e carro – 70\$000*”.⁸³ Ainda havia a taxa do coveiro e as flores. Completava o funeral a missa de sétimo dia organizada por uma comissão do Círculo e celebrada na Igreja da Prainha.

Tanto o enterro quanto a celebração do sufrágio da alma – missa de sétimo dia – reafirmavam a fuga da indigência, o apreço pela dignidade do trabalhador e, principalmente, a memória deixada à família e aos amigos.

Outra forma de socorrer os sócios era a assistência médica que aparece no Círculo São José a partir de 1924:

Conforme a proposta do sócio Carlos Magalhães Carneiro, ficou combinado que a assistência médica na Pharmacia ‘Outeiro’ sita à

⁸² “Círculo S. José. Resumo da reunião realizada domingo, 19 do corrente”. **O Nordeste**. Fortaleza: 27 de Julho de 1925.

⁸³ “Tabella de Preços de Enterros”. **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1928**. Fortaleza: Typographia Progresso, 1927.

rua 25 de Março, na Praça do Collegio, das 16 às 17 horas, ficaria a cargo do distinto facultativo Dr. Vicente Pordeus de Oliveira.⁸⁴

Estes dispositivos de auxílio encontrados na efetivação do projeto circulista se revestiam, além da propaganda, de um aspecto político. Estamos de acordo com Jessie Jane de Souza quando afirma que o assistencialismo circulista não possuía, exclusivamente, feição caritativa. “*O Circulismo buscava, por meio de uma presença fincada nas demandas imediatas dos trabalhadores, fazer-se presente em seu cotidiano. (...) reconheciam as necessidades materiais em sua devida urgência e, ao fazê-lo, diferenciavam-se dos comunistas que acenavam com a construção de uma utopia futurista.*”⁸⁵ Como proposição de reforma social, o Circulismo pregava um estímulo contínuo de mudanças, baseadas em acordos interclasse, contrariando rupturas que seriam o cerne das revoluções.

Temos demonstrado o quanto estas preocupações, presentes em todas as sociedades de ajuda mútua que encontramos na documentação, faziam parte da mobilização da classe operária em Fortaleza neste período. A função mutualista tem, realmente, seu lugar social bem definido entre os trabalhadores, inclusive entre os trabalhadores católicos. De forma que o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José em muito se assemelha às sociedades de socorro mútuo, mas não pode ser definido como uma, por ser, sua formação, elemento da Ação Católica na cidade. As particularidades do movimento circulista explicam-se a partir da orientação católica, sendo o mutualismo apenas um aspecto da complexa organização do Circulismo cearense.

A seguir discutiremos a fundamentação ideológica dos Círculos Operários, tendo em vista as novas posturas da Igreja Católica no contexto republicano, os precedentes e desdobramentos da Ação Católica e o seu relacionamento com a organização do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José.

⁸⁴ “Círculo S. José. Resumo da reunião realizada em 27 – 7- 1924”. **O Nordeste**. Fortaleza: 01 de Agosto de 1924.

⁸⁵ SOUZA. *Op. cit.* p. 224.

1.3 - “Verdadeiro Socialismo”: Corporativismo e Ação Católica

Em todos os tempos a Igreja constituiu a defensora das classes humildes. É bastante citarmos a figura do immortal e sábio Pontífice Leão XIII, que nas suas admiráveis Encyclicas, traçou o papel dos operários e patrões, reivindicando para aqueles a justiça e o direito que lhes compete. Nem por outra razão o santo Pontífice passou à História com o glorioso nome de Papa Social.⁸⁶

Em fins do século XIX, a Igreja inaugura a ideia de Catolicismo Social para contemplar questões relativas à organização do mundo capitalista, revigorando a atuação do clero em diálogo com o laicato, numa tentativa de acentuar o prestígio social do padre diante dos católicos e possibilitar uma reordenação das relações Igreja/Sociedade. Para Jessie Jane de Souza, o surgimento do Catolicismo Social, advindo de uma minoria do baixo clero e alguns bispos, no contexto europeu de avanço das relações capitalistas e de difusão do Comunismo – Manifesto Comunista (1848) e a Primeira Internacional (1864) –, deveu-se a uma necessidade de (re)aproximação da Igreja com o mundo do trabalho, o que definiria uma “neocristianização” das relações sociais.⁸⁷

Observamos que esta aproximação apresenta-se como um constante trabalho de memória por parte da Igreja para afirmar, como é de seu interesse, sua importância no meio social e seu papel de “defensora das classes humildes”. Acionar a figura de Leão XIII e lembrá-lo como “Papa Social” é emblemático de como a Igreja, em seu projeto político, deseja ser vista. Para Lowenthal, “*a função fundamental da memória não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente*”.⁸⁸ Manusear o presente, ativar temporalidades – entre memória, esquecimento, estranhamento e silenciamento – para fabricar projetos requer avivar símbolos, eleger personagens principais e escolher mensagens de sustentação. Note-se que a máxima do Catolicismo Social foi a *Rerum Novarum*, citada nos jornais, lembrada e comemorada pela Imprensa católica.

A Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891 pelo Papa Leão XIII, combate expressamente o pensamento marxista acerca da luta de classes e a proposta de revolução comunista. Sucede outras Encíclicas do mesmo papa

⁸⁶ “A Igreja e o Operariado”. **O Nordeste**. Fortaleza: 09 de Fevereiro de 1927.

⁸⁷ SOUZA. Op.cit.

⁸⁸ LOWENTHAL, David. Como conhecer o passado. **Projeto História**, n 17, São Paulo, p. 103.

(*Immortale Dei*, de 1885, e *Libertas*, de 1888) acerca da posição da Igreja em torno da soberania política, o arbítrio dos indivíduos e a constituição cristã dos Estados. O título “Sobre a Condição dos Operários” implanta a versão de Catolicismo Social cunhada neste momento para enfrentamento, no campo político, das correntes revolucionárias e libertárias do movimento operário. A primeira parte é dedicada a explicar – sob a concepção conservadora da doutrina cristã – o sentido do Comunismo e sua decorrência “maléfica” na sociedade. A partir deste ponto apresenta o **Corporativismo Católico** – pautado na obediência às hierarquias e na legitimação do lugar social dos pobres – como solução para os problemas contemporâneos advindos das formas capitalistas e, condenando a luta de classes, reitera a caridade como “solução definitiva”.

A Encíclica *Rerum Novarum* aborda a questão operária como o problema mais grave do mundo pós Revolução Industrial. Neste documento, o Papa Leão XIII assume, enquanto dirigente da Igreja, a posição de protetor das “classes inferiores” e dita medidas de resolução dos conflitos sociais, interpretados erroneamente, segundo ele, por Marx e os defensores do Comunismo. Percebe-se a diferença entre as classes, no entanto, é rejeitada a ideia de luta de classes. Com relação à riqueza, é elaborada uma distinção entre a posse, que seria particular e o uso, que deveria ser universal. Dito isto, além de notar o operariado como setor desamparado pelas autoridades públicas, a Encíclica propõe um Estado reformista implantado com a colaboração da classe patronal.

Para Leão XIII, o corporativismo Católico, admitindo a necessidade do pluralismo social – cada grupo tem seu papel a desempenhar para o funcionamento orgânico da sociedade –, representava o reconhecimento de que o homem não pode ser desligado de sua natureza funcional. Ou seja, há de se confirmar o lugar de cada indivíduo sem necessidade de rupturas, quer de ordem política quer de ordem econômica. O “corpo” social é assim compreendido:

A desigualdade reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente a partilharem estas funções é a diferença de suas respectivas condições.⁸⁹

⁸⁹ LEÃO XIII [papa]. **Encíclica *Rerum Novarum* – sobre a condição dos operários, 1891**. 6 ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1980, p. 23.

A ideia inaugurada pela Questão Social é apenas a de um ajuste das riquezas. Isto não significa uma distribuição igualitária. É mantida a hierarquia e a supremacia de uma classe. Mas não sem o princípio ordenador de cooperação. Mostra neste caso uma exortação ao individualismo burguês, que inibe a prática da caridade e rejeita as reformas necessárias para harmonia social. Por outro lado, incentiva a propriedade particular contanto que proporcione meios aos empregados de garantirem seu sustento. Os caminhos sugeridos são aportados na legitimação do direito à propriedade, na proteção da vida religiosa, tendo particular importância o descanso dominical, na oposição às jornadas muito longas e aos salários insuficientes. A exploração demasiada do trabalhador e a sua impossibilidade de provisão material da família são os motivos que aceleram a luta de classes. De outro modo, a satisfação do trabalhador reduz as distâncias do conflito, é a forma de remediar os males do capital. O trabalho dignifica o homem, mas a miséria o deixa mais próximo das atitudes instintivas. É desta forma que vão se desenvolvendo as receitas sistemáticas de implantação do Catolicismo Social.

Portanto, a harmonia entre as classes sustenta-se em dois princípios: a propriedade inviolável e o “justo” pagamento do trabalhador. Conforme Barreto:

No entender da Igreja, se a propriedade não for respeitada e o salário do trabalhador justo, a harmonia de classes fica prejudicada e a questão social sujeita a conflitos e dissabores. Por isso todos os envolvidos: patrões, operários, Estado e Igreja devem se organizar e se esforçar para garantir esses pontos de equilíbrio.⁹⁰

Com isso, as possibilidades de associação operária ou patronal no âmbito da Igreja não poderiam ignorar a “verdade” da manutenção do Corpo Social. Mais tarde, outras ideias para a organização das classes com a pretensa eliminação dos conflitos foram sugeridas. Em 1929, a Igreja lança outro documento sobre o sindicalismo católico que o jornal *O Bandeirante* publica com o intuito de responder ao avanço do “sindicalismo pagão”. O documento propõe, mesmo havendo agremiações operárias distintas daquelas que reúnem patrões ou empregados, a formação de comissões mistas que possam viabilizar o diálogo entre as associações. Estas comissões teriam igual número de representantes dos dois lados e se reuniriam periodicamente a fim de encontrarem consenso para os problemas relativos ao trabalho e à produção.

Enfim é esta a solução segura para todas as dificuldades, havendo sindicatos cristãos de patrões e havendo sindicatos cristãos de operários desapareçam as desconfianças mutuas, estabeleçam-se

⁹⁰ BARRETO, Álvaro. **Propostas e contradições dos Círculos Operários**. Pelotas: Editora da UFPEL, 1995. p. 57.

entre ambos relações justas e pacíficas, pois ambos devem dar o exemplo de colaboração das classes de acordo com a moral que professam.⁹¹

No Brasil, a participação eclesiástica no mundo das relações de trabalho capitalistas esteve atrelada à nova formação do clero através do Processo de Romanização, cujo objetivo seria redefinir a Igreja depois da implantação da República e a consequente diluição do Regime de Padroado. “*Era necessário organizar um exército capaz de recolocar a Igreja de forma vitoriosa na sociedade brasileira*”.⁹² Formar e instruir um corpo eclesiástico era, nesse contexto, imprescindível para o surgimento de práticas consoantes com o discurso da “questão social” oficializado pela hierarquia romana.⁹³ Este “exército de Deus” tinha, antes de tudo, a função de gestor do passado clérigo. Abria-se um novo “horizonte de expectativas”, no qual, conforme explicação de Reinhart Koselleck, é possível perceber uma “*tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico*”. Para este autor, existe uma sensível diferença entre a presença do passado e a presença do futuro: “*o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico*”.⁹⁴ As experiências podem ser recolhidas, ressignificadas, relidas – em construções memoriais ou históricas – e as expectativas carregam em si uma infinidade de momentos temporais. Assim, considerando as muitas transformações históricas do período, o futuro tornou-se também alvo de (re)criação.

Isto nos dá subsídios para compreender a criação do Círculo Operário em Fortaleza por iniciativa de Dom Manoel da Silva Gomes, cuja trajetória é marcada pelo dito Processo de Romanização. Em sua Carta Pastoral de saudação aos diocesanos, quando nomeado Arcebispo Metropolitano, em 1912, D. Manoel falava da importância de se difundir a doutrina católica como norteadora da vida social:

⁹¹ “Mais um passo da Igreja para a solução da questão social (1929)”. **O Bandeirante**. Fortaleza: 27 de Abril de. 1930.

⁹² SOUSA. Op. cit. p. 99.

⁹³ Sobre este assunto ver: COSTA FILHO, Luiz Moreira da. **A Inserção do Seminário Episcopal de Fortaleza na Romanização do Ceará (1864-1912)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. O autor demonstra que o advento do Regime Republicano foi um período de mudanças no quadro organizacional da Igreja, desde o combate às formas mais populares do Catolicismo até as investidas políticas por parte da Igreja, com a criação do Partido Católico e, posteriormente a LEC (1933). A formação intelectual do novo clero, através dos cursos de Filosofia e Teologia do Seminário Episcopal de Fortaleza, pretendia reafirmar a centralidade da Igreja na obediência dos seus dirigentes, combatendo ensinamentos vulgares do dogmatismo católico.

⁹⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC- RJ, 2006.

Hoje, mais que nunca, pois o progresso humano aguçou a inteligência e exacerbou o coração, é preciso conhecer a Jesus, é preciso estudar-O e amar-O a sociedade se anemia porque não O possui, e **tem necessidade urgente de uma nova infusão de sua doutrina**, de sua vida em seu depauperado organismo. Sem isto a ruína e o aniquilamento!⁹⁵

Logo que assumiu a diocese, D. Manoel incentiva a criação de várias associações ligadas a diferentes setores da cidade com a intenção de efetivar o modelo de organização social católica. Assim, o Círculo Católico (1913), composto por médicos, advogados, alguns políticos e outros intelectuais católicos cujo pensamento conservador fazia frente às mudanças de comportamento e costumes modernos; o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José (1915), que entra na disputa pela adesão dos trabalhadores no movimento operário de Fortaleza; a Liga das Senhoras Católicas (1916), que funda o Dispensário dos Pobres no ano seguinte, fundamentando-se no princípio de caridade a fim de divulgar certo exemplo de mulher dedicada a família e temente a Deus; o Jornal O Nordeste (1922), principal meio de divulgação do pensamento católico da época; a União dos Moços Católicos (1928), formada por jovens estudantes anticomunistas que também fundam seu próprio jornal (O Bandeirante) aparecem como atores da Ação Social Católica no Ceará.⁹⁶

Verifica-se que a Igreja elabora vários caminhos para estar presente, não só na dimensão espiritual dos fiéis, mas também na própria dinâmica social, interagindo politicamente com as mudanças do começo do século XX.⁹⁷ Para justificar sua ação política, a Igreja propõe ser guardiã da verdade e da justiça e deseja retomar, ainda que por outras vias, como a Imprensa, por exemplo, a ideia de ser representante do poder de Deus. Assim, tenta solidificar identidades, chamando

⁹⁵ Carta pastoral de D. Manoel da Silva Gomes – saudando seus diocesanos – 08 de dezembro de 1912. Arquivo da Sala de História Eclesiástica – Seminário da Prainha, Fortaleza.

⁹⁶ Constam, nos volumes do Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, dados acerca das atividades desenvolvidas por estas associações, bem como informações resumidas sobre número de associados e composição das diretorias.

⁹⁷ Para uma análise acerca do conservadorismo católico e da Ação Católica, ver: FARIAS, Damião Duque de. **Em Defesa da Ordem: Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930 – 1945)**. São Paulo: Editora Hucitec / USP, 1998. Este autor apresenta uma reflexão sobre as formas de adaptação e influência católicas na sociedade burguesa e os caminhos elaborados pela Igreja para enfrentar o Socialismo, o liberalismo, o Comunismo e o totalitarismo do Estado. Ainda verifica quatro traços de formulação do modelo cristão de sociedade: a intervenção do Estado na vida social, principalmente como regulador da ordem pública; a necessidade de não separar o econômico, o político e o espiritual, cabendo aos cristãos colaborar com estas três esferas da vida social; uma visão da propriedade com função social para o bem coletivo e, por fim, a defesa incontestada do corporativismo como modelo de regimento das relações entre classes.

para si diferentes grupos (intelectuais, jovens, operários etc.). Como faz notar Fernando Catroga, nas expressões coletivas da memória, como construtora de identidades, “*a margem de manipulação e de uso político ideológico aumenta*”. Desta forma, importava dizer que, durante o período monárquico, ou melhor, na leitura da própria Igreja sobre este período, quando o seu poder de intervenção em assuntos temporais parecia ser mais reconhecido, a Igreja “*sempre*” esteve ao lado dos injustiçados. Para manter esta postura, parte desta história deveria ser silenciada, por exemplo, no tocante à escravidão no Brasil. “*Escolher é também esquecer, silenciar e excluir*”.⁹⁸ Percebemos, então, a mobilização de um passado coerente com a nova “opção pelos pobres”, onde o Catolicismo Social aparece como bandeira de sociedade harmônica e justa.

Nesse momento histórico de reordenação da Igreja junto à sociedade civil, – ante a Constituição de 1891, cujo conteúdo fora embasado nos ideais republicanos de secularização do Estado, liberdade de culto e educação (universal e leiga) – foram formuladas vigorosas críticas à República, que, para o conservadorismo católico, desmoralizava a política e a vida social. A laicização de todas as esferas públicas, incluindo o ensino, foi contestada veementemente pela Imprensa católica no Ceará:

As leis laicas são injustas porque contrariam aos direitos de Deus. Procedem do ateísmo e conduzem ao ateísmo. Impõem o menosprezo de Christo e do seu Evangelho. Tendem a substituir o verdadeiro Deus por ídolos (liberdade, humanidade, solidariedade, sciencia). Tendem a deschristianizar todas as vidas e todas as instituições. São obras da impiedade. Se contrarias aos direitos de Deus, são-na também aos nossos próprios interesses temporaes e espirituaes.⁹⁹

O conflito entre as liberdades republicanas – que, ao menos no discurso indicam garantias de direitos civis, embora tenha esbarrado em muitas limitações na sociedade brasileira – e a noção de obediência cristã exprime o teor das indisposições clericais em relação ao novo regime. Há um certo sentimento “residual” que culpa a República pela ruptura no nível institucional da Igreja com o Estado brasileiro, mas que não é, propriamente, um desejo de retrocesso. Ao afirmar que o “ateísmo” e a forma de “deschristianizar” o país é resultado das novas Leis, Soares de Azevedo, autor do artigo,

⁹⁸ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. p. 26.

⁹⁹ “Perante o Laicismo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 08 de Agosto de 1925.

não se propõe defender a Monarquia, mas espera que ocorram melhores ajustes no sistema de governo para que a Igreja reavive seus “*interesses temporaes e espirituales*”.

Mesmo assim, esta negação do modo republicano de conduta social, principalmente por ter sido responsável pelo afastamento da Igreja dos negócios públicos, parece ser bastante paradoxal. Não significa uma crítica às autoridades, nem às instituições republicanas (Presidência, Senado, Câmara), mas ao formato laico que passa a ter o país. Segundo Júlia Miranda, até os anos 1920, o discurso oficial católico esteve, prioritariamente, voltado para uma feição doutrinária, cuja palavra de ordem seria “*a reconquista do Brasil para Cristo*”. Contudo, isso não significa ignorar o papel político da Igreja nesse período.¹⁰⁰ Soares de Azevedo ainda comenta que várias discussões estavam sendo travadas para se definir “*um plano geral de conquista de direitos*”, e que eram diferentes as opiniões. Alguns desejavam ingressar realmente no jogo político através de “*representações, participação nas eleições, luta no congresso, na imprensa, no púlpito*”, outros eram de acordo em agir com diplomacia e contar com “*amigos para ladear a questão*”.¹⁰¹ Foram estas articulações que definiram pouco a pouco o papel da hierarquia católica na conjuntura política do começo do século XX.

Não se pode afirmar que as relações entre Estado e Igreja tenham sido de declarada oposição. Insistir que o Catolicismo fosse a religião oficial no Brasil, ainda que o formato político tenha passado por alterações, não criou um fosso entre os poderes. A ideia era encontrar vantagens: “*para o governo republicano, o apoio de uma força conservadora como a Igreja era conveniente, mesmo que, ao buscá-lo, tivesse que admiti-la como força e, logicamente, como aliada*”.¹⁰²

Por meio da **Ação Católica**, a Igreja ia tentando organizar os espaços laicos, através do ensino religioso, da imprensa, das visitas pastorais. Porém, algumas derrotas foram amargadas, o que levou à intensificação das diretrizes em torno de maior participação nas decisões do Governo. Em setembro de 1925, foram levadas ao Congresso as “emendas religiosas” que consistiam em formalizar o ensino religioso em todo país. A votação teve como resultado 60 votos a favor e 89 contra, o que inviabilizou a medida. Nesta ocasião, o então Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, concedeu uma entrevista ao *Jornal do Brasil*, publicada integralmente no jornal *O Nordeste*, lamentando o acontecido.

¹⁰⁰ MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé**: Discurso e prática católicos. Fortaleza: UFC, 1987, p. 65.

¹⁰¹ “Perante o Laicismo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 08 de Agosto de 1925.

¹⁰² MIRANDA. *Op. cit.* p. 39.

É de entristecer que por falta de dez ou doze votos tenha caído na Câmara a emenda que tornava facultativo dentro da escola o aproveitamento do coeeficiente religioso na formação dos brasileiros de amanhã. (...) A falta desses dez ou doze votos deixou em nosso campo a convicção de que precisamos trabalhar e agir até que Deus volte a ser *alguém* para o Brasil-Estado. (...) É a prova de que somos uma maioria que não actua nos destinos da Republica. Os catholicos devem arregimentar-se no exercício pacifico da *Acção Catholica*, para unidos e cohesos fora das competições e preferências partidárias, que aggregam e dividem, fazerem valer os direitos e os interesses espirituaes do povo brasileiro.¹⁰³

A Ação Católica Brasileira (ACB), embora pensada por intelectuais e coordenada pela cúria diocesana em cada cidade, pretendia alcançar, de cima para baixo, maior contingente leigo organizado que pudesse propagar os ideais católicos de corporativismo. Os católicos “cohesos”, como pretendia D. Leme, formariam a base de apoio da Igreja, já que seu domínio político se reduzira.¹⁰⁴

É sintomático o que a Imprensa católica desse estado veiculava como resposta aos “descalabros” republicanos. Ainda em 1928, por exemplo, *O Nordeste* edita, durante o mês de março, uma série chamada “Chistianize-se a República”, o que demonstra os embates no campo da moral e dos costumes. Em primeira página, bem abaixo de uma citação de Mussolini defendendo o Estado e a Igreja, encontramos: “*O problema da moralização do regime é a mais premente questão que se impõe a República.*” Prontamente continua lembrando uma frase de Wesceslau Escobar: “*1888 está para 1926 assim como está a pudica donzella para a mais dissoluta messalina.*”¹⁰⁵ Para a nossa pesquisa, estas elaborações são relevantes por esclarecer os suportes ideológicos empreendidos pela Ação Católica em Fortaleza.

Há uma clara necessidade, para a manutenção da influência da Igreja na vida dos fiéis, de legitimar uma hierarquia clerical com a missão de perpetuar princípios de autoridade espiritual, sendo promotora de uma “verdade moralizante”, ameaçada pelo liberalismo e pelo Socialismo, males que acompanharam o regime republicano.

¹⁰³ “Entrevista com Dom Sebastião Leme sobre as emendas religiosas”. *O Nordeste*. Fortaleza: 30 de Outubro de 1925.

¹⁰⁴ A Ação Católica Brasileira, que começa a se efetivar na década de 1920, ganha caráter oficial dentro da Igreja através de seus Estatutos enviados ao Papa Pio XI em 1935 que previam o funcionamento de quatro células: Homens da Ação Católica (HAC), Liga Feminina de Ação Católica (LFAC), Juventude Católica Brasileira (JCB) e Juventude Feminina Católica (JFC), além da grande atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC) nas eleições de 1933. Ver: BARRETO, Álvaro. **Propostas e Contradições dos Círculos Operários**. Pelotas: Editora da UFPEL, 1995. Especialmente o tópico “Circulismo e Ação Católica”, pp.60 – 64.

¹⁰⁵ “Christianize-se a República”. *O Nordeste*. Fortaleza: 04 de Março de 1928.

Doze anos depois de sua posse, em sessão solene de aniversário do Círculo São José, D. Manoel afirma que *“foi a sua primeira preocupação ao chegar a esta terra, a arregimentação das classes trabalhadoras”*, argumentando ser o Círculo Operário lugar onde se efetiva o Corporativismo Católico, pois *“Alli há pratica do **verdadeiro socialismo** dentro das normas do respeito a Deus e as autoridades constituídas.”*¹⁰⁶

É possível reconhecer os ecos da *Rerum Novarum* nas propostas circunistas, principalmente no tocante à recusa da luta de classes e das formas libertárias de luta por direitos. Na tentativa de dissolver os embates, a resolução mais eficiente proposta por Leão XIII, e assumida de maneira prática por D. Manoel da Silva Gomes, seria a Caridade¹⁰⁷ como instrumento pacificador das relações antagônicas entre as classes. Com efeito, a Igreja entende a caridade como obra magnânima, que a faz ter destaque na vida social, como salvaguarda dos pobres, o que define bem o Catolicismo Social. Quando da abertura do Instituto do Bom Pastor, *“para abrigar aquellas mulheres que decaíram de sua dignidade e se elamearam no abysmo do vicio e da corrupção carnal, as quaes o espírito de benemerência catholica vae ali busca-las e recupera-las para Deus”*, D. Manoel novamente reforça o papel da Igreja na direção dos rumos que se deve tomar para a construção de uma sociedade mais harmônica, temente a Deus.

Dom Manoel começou por fazer notar a beleza incomparável da Igreja, a sua actuação victoriosa, a sua benemerência, o seu desdobramento e **adaptação para atender, em todas as épocas, todas as necessidades humanas**, não só as espirituas, mas ainda as materiaes. Referiu-se então ao sentimento de caridade divina, fazendo-a amparar o homem em tudo, ate nas suas mais degradantes misérias.¹⁰⁸

Depreende-se, especialmente, essa consciência de que a Igreja deveria se adaptar às necessidades da época. Tentando criar um novo modo de ler a sociedade moderna, o Capitalismo, o trabalho e seus atores sociais, opta por difundir a *caridade* como solução dos problemas contemporâneos.

Com relação ao mundo do trabalho, a caridade, no seu sentido bíblico (*“A caridade é paciente, é benigna, não cuida do seu interesse, tudo sofre, a tudo se*

¹⁰⁶ “Resumo da Sessão Magna Comemorativa do Circulo S. José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 15 de Fevereiro de 1926.

¹⁰⁷ Para Julia Miranda, é através da caridade e do assistencialismo que o clero se dedica à “recatolização da sociedade”. É ainda sob o discurso do divino e a prática da caridade, base de atuação social da Igreja até a década de 1950, que serão organizadas associações operárias, sendo o Círculo de Operários Católicos seu precursor. MIRANDA. *Op. cit.*

¹⁰⁸ “O Arcebispo Metropolitano inaugura o Instituto Bom Pastor”. **O Nordeste**. Fortaleza: 23 de Julho de 1925.

resigna. I Cor 13, 7) distingue-se da noção de solidariedade operária, que se baseia, antes de tudo, na identificação da causa, na experiência comum. Por isso, o estímulo do projeto circulista encontra-se na construção de elementos identitários pautados no sentimento religioso e não nas experiências individuais. A caridade carrega em si dois propósitos: o primeiro, destinado aos operários, está relacionado com o “bom trabalhador”; e o segundo, endereçado aos patrões, à idéia de coleta cristã (disto trataremos no segundo capítulo). Ou seja, o comportamento “caridoso” dos trabalhadores resulta na colaboração com seus superiores, aqueles que lhes proporcionam a possibilidade do ganha-pão, devendo ser respeitados por isso. O operário deve ser prestativo. Por outro lado, é dever da Igreja zelar pela sobrevivência dos pobres. Não se trata de igualar condições de vida, os pobres continuarão a existir; mas a benevolência dos ricos pode amenizar suas precariedades, aplainando sentimentos de revolta. Este discurso entra no repertório circulista de forma muito direta, através da locução eclesiástica. Continuando seu discurso de felicitação ao Círculo São José, D. Manoel afirma que: “*A Igreja dignifica e enobrece o operário; que por ser pobre encontra-se no terreno próprio ao cultivo das virtudes cristãs. Os ricos encontram em seus cabedões empencilhos para a sua perfeição.*”¹⁰⁹ Desta maneira, é explicado o plano conciliador do Catolicismo Social.

Notamos que a Igreja reconhecia que o problema operário inscrevia-se em um campo de interesses diversos; portanto, era preciso intervir para humanizar as relações do capital e evitar os conflitos diretos, sempre reafirmando a ordem e cooperação classista.

O Christianismo, effectivamente combateu as injustiças. Promoveu a democracia da ordem social do mundo antigo fundada sobre odiosos privilégios. Os processos é que foram muito diferentes dos que o socialismo rubro poe em pratica. Não se coaduna absolutamente com o espírito pacífico e ordeiro da doutrina christã o emprego abusivo da violência nas reivindicações da justiça. A sociedade ideal como se vê seria a sociedade christã, estabelecida na base da igualdade espiritual. (...) Já surgiu em algumas nações européias um socialismo christão, que harmoniza perfeitamente os princípios de ordem do christianismo com a defesa dos interesses dos soffredores da classe proletária.¹¹⁰

¹⁰⁹ “Resumo da Sessão Magna Comemorativa do Circulo S. José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 15 de Fevereiro de 1926.

¹¹⁰ “Catholicismo e Socialismo”. **O Escudo**. Fortaleza: 05 de Janeiro de 1929.

Assim, o Corporativismo Católico como fundamento do projeto circulista, mesmo com boa dose de controle social e manutenção das desigualdades sociais, não explica, por si só, a adesão do trabalhador católico. Estamos tratando de um tempo de disputas, onde as tensões e conflitos evidenciam condições bem diversas entre ricos e pobres, patrões e empregados. Decerto, a Igreja tem consciência da dificuldade de concretizar seu projeto e da necessidade de mostrar, materialmente, suas propostas.

(...) alinham-se para o combate os dois exércitos do futuro, exércitos que já estão constituídos: dum lado o christianismo, do outro o socialismo revolucionário, negador de Deus e inimigo da Igreja (...) No campo social é que se vae agora travar a grande luta. Precisamos pois de ser práticos. (...) indo ao povo e demonstrando que o catholicismo reclama, tão energicamente como qualquer escola revolucionária, a supressão dos abusos, procurando assegurar o reinado da Justiça e da Paz, mas para todos os homens. O Evangelho não foi pregado a uma só classe!¹¹¹

O que, na prática, estava sendo dito ao trabalhador e quais as reformas o Circulismo propunha para melhorar a condição de vida da classe operária? Se é no “*campo social que se vae travar a grande luta*”, quais são as armas contra uma possível vitória socialista na arregimentação dos trabalhadores?

A *Rerum Novarum* traz as obrigações tanto do operariado quanto dos patrões para o estabelecimento da harmonia social e da concórdia entre as classes. É de se esperar uma postura bastante submissa para os trabalhadores. De fato, os conselhos reafirmam a colaboração, as reivindicações isentas de violência, a assiduidade no cumprimento de suas tarefas. “*Quanto aos ricos e aos patrões não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem realçada ainda pela do cristão*”.¹¹² Em síntese, a Encíclica apresenta ao menos três deveres dos patrões para com seus empregados: a) dar a cada um o salário que convém. É difundida a ideia de salário justo ligada à dificuldade do trabalho e ao custo de vida. De forma a impedir, pela escassez dos ordenados, a miséria dos trabalhadores atentando para a “*economia do pobre porque os seus haveres, por serem mínimos, revestem um caráter mais sagrado*”.¹¹³ b) diminuir as jornadas de trabalho. “*o número de horas de trabalho diário não deve exceder a força dos trabalhadores*”.¹¹⁴ Aqui é feita também uma ressalva sobre a capacidade de trabalho distinta dos homens, mulheres e crianças – note-se que ainda

¹¹¹ “Christianismo e Socialismo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 17 de Fevereiro de 1925.

¹¹² LEÃO XIII [papa]. **Encíclica Rerum Novarum – sobre a condição dos operários, 1891**. 6 ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1980. p. 24.

¹¹³ *Idem*. p. 25.

¹¹⁴ *Idem*. p. 43.

não se discute a extinção do trabalho infantil – para que o trabalho não esgote as forças físicas do operário e o leve a revolta. c) o descanso semanal. A Igreja não abre mão do “Dia do Senhor”, domingo, para não perder a influência eclesiástica sobre os fiéis.

Torna-se necessário pensar em como estes conselhos papais, como estas medidas da Ação Católica, foram percebidos pelos trabalhadores. Apenas filosoficamente, tudo isso não faria muito sentido para a classe operária. O que poderia interessar ativamente eram as propostas de melhoria. Ser menos explorado, trabalhar menos horas. Isto foi pregado no Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José. Obviamente não podemos responder em que medida as melhorias propostas foram vivenciadas, concretizadas. Contudo, contribui para entendermos o porquê da aceitação do Círculo entre alguns trabalhadores de Fortaleza.

CAPÍTULO 2

“Obreiros Pacíficos”: Trabalho, Assistência e Reforma Social.

Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, economistas, moralistas sacrossantificaram o trabalho. Pessoas cegas e limitadas quiseram ser mais sábias que seu próprio Deus; pessoas fracas e desprezíveis quiseram reabilitar aquilo que seu próprio Deus havia amaldiçoado.¹¹⁵

Após mais de três séculos de escravidão no Brasil, o trabalho manual carregava, ainda nos primórdios da República, a marca da submissão e inferioridade – social e intelectual. Homens de luzes, modernos e progressistas, mesmo que a favor da abolição do regime escravista, não trabalhavam. O lugar social do homem público, político e intelectual era, e ainda é, imensamente distante da maioria dos brasileiros, os trabalhadores.

O sentido do trabalho, portanto, estava intrinsecamente ligado à condição de pobre, analfabeto e “inculto”, impregnado de um valor negativo, porém, necessário.

A Nação estava em crescimento, o que alegrava as elites econômicas. As cidades cresciam, demográfica e espacialmente, as exportações aumentavam, houve remodelação, instalação de novos aparelhos urbanos, mais tecnologia – embora, às vezes, com grandes problemas técnicos –, transformações na paisagem e no modo de vida dos habitantes da maior parte das capitais brasileiras. Anseios de modernidade, modismos, leituras, músicas, e formas diversificadas de usufruto e acesso a essas novidades. Em meio a tudo isso, viviam milhares de trabalhadores ocupados nas fábricas, no comércio, no funcionamento da “modernidade”. O cotidiano dos trabalhadores urbanos era marcado por problemas de moradia, pelo cansaço de muitas horas de trabalho em ambientes insalubres ou perigosos, pelos poucos recursos para alimentação e vestuário e também pelas restrições à cidade, pelos espaços, simbólica ou concretamente, interditados aos pobres. Com tanta inovação e com tanta restrição, era preciso ordenar e disciplinar as pessoas e os espaços. Não fica difícil saber para quem foram dirigidas as normas e as

¹¹⁵ LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Tradução de J. Coelho Netto; introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1999, p. 63.

penalidades. As posturas deveriam ser convenientes ao modo de vida “civilizado” – como queria a classe abastada; “ordeiro” – como queriam as autoridades políticas e a polícia, por extensão; e “harmônico” – como desejava a Igreja.

A atividade produtiva era uma forma de disciplinarização conferida aos pobres urbanos, enquanto a vadiagem era incômoda e condenada por Lei. A vadiagem era vista como “a marca dos turbulentos”¹¹⁶, dos perigosos.

O projeto de repressão à ociosidade, apresentado quase simultaneamente com a abolição da escravidão, reconhecia duas condições elementares para definir o delito de vadiagem: o hábito e a indigência. A perseguição da vadiagem (...) é um dos instrumentos disciplinares para a mão-de-obra. Por isso, no Brasil, se fez freqüente a perseguição de vadios e ébrios após a abolição.¹¹⁷

Assim, para manter a “Ordem e o Progresso”, o trabalho precisava perder sua conotação negativa e transformar-se em elemento vital da nação. De castigo de Deus, opróbrio, ou escravidão, a noção de trabalho passa a ser o enobrecimento do homem, a dignidade, o oposto da vadiagem. “*Sacrossantificaram o trabalho*”, como ironizou Paul Lafargue.

Contudo, todo esse processo não ocorreu somente pela imposição dos dominadores. A própria classe operária, em busca de reconhecimento e legitimação para sua luta por melhorias de trabalho e vida, simultaneamente ressignificou o sentido do trabalho.

Uma das mais importantes lutas dos operários era a de transformar o estigma de se encontrarem muito próximos da escravidão e de toda a “maldição” que o trabalho, visto por esse ângulo, podia representar, tornando-o a partir de novos significados, não apenas motivo de orgulho mas também o principal elo de sua identidade coletiva.¹¹⁸

A ideia de legitimidade e direito perpassava toda construção das associações de trabalhadores, cuja intenção primordial era diminuir ou demolir – para as correntes mais contestatórias do movimento operário – as injustiças sociais. O trabalhador deveria ser respeitado; o trabalho, enaltecido; e o movimento operário e as diversas organizações operárias, reconhecidas por sua autenticidade, reivindicações e pela sua função social.

¹¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editorial, 2001, p.134.

¹¹⁷ SECRETO, Maria Verônica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: imigração subsidiada no final do século XIX. **Trajetos**. Dossiê: Trabalho e Trabalhadores. Vol 2. Nº 4. UFC. Fortaleza, 2003, p. 50.

¹¹⁸ BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e Trabalho**: Análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 – 1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 64.

Partindo dessa análise acerca da transformação valorativa do trabalho, pretendemos, neste capítulo, discutir a composição do Círculo São José, entre lideranças e membros, especialmente a noção cristã de trabalho presente na associação. Faz parte também desta discussão notar quais as motivações de ingresso dos trabalhadores no Círculo Operário, os projetos, atividades e discursos sobre as necessidades e sonhos do operariado.

2.1 - “Ordem, Disciplina e Paz”: O Trabalho como dignidade.

No ano de 1926, para as atividades de comemoração do Primeiro de Maio, o Círculo Operário São José havia sido convidado para uma festa cívica promovida pelo Centro Artístico Cearense em sua sede, onde se fizeram presentes representantes da Presidência do Estado, do Governo Municipal e da Diocese de Fortaleza. Neste dia, foi proferida uma palestra que teve por tema “*O Operário como factor do Progresso Universal*”.¹¹⁹ Em elogio às grandes construções da engenharia moderna, túneis, estradas férreas, pontes, altos edifícios, o canal de Suez, o Panamá, as usinas colossais, Antonio Theodorico ressaltou que o progresso se faz através do operário “*com seu forte e musculoso braço, com a sua inteligência e com a sua habilitação de artista*”.¹²⁰ Toda a palestra foi uma exaltação ao trabalhador e assinalou expressamente a diferença entre um passado funesto e um futuro promissor, no qual o trabalho seria a marca do “avanço” da humanidade:

Em outros tempos o vilipendio estava no trabalho, hoje o vilipendio está na ociosidade. Em outros tempos o trabalhador era desprezado, tido por vil, estimado menos que a matéria bruta, hoje cada um é filho de suas obras e a honra e a virtude nos igualam a todos e o trabalho, lei divina, a todos nos nobilita.¹²¹

Note-se que aqui o trabalho é divino, enobrece. Mas para ser nobre, há de se considerar o bem comum, a felicidade de todos os povos e, para isso, o caminho é a paz – resultado da ordem e da disciplina. Como reconhecer esta

¹¹⁹ Esta palestra foi publicada pela Revista do Instituto do Ceará. Ver: COSTA, Antonio Theodorico da. O Operário como factor do progresso universal. In: **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará**. Ano: XL, 1926, pp. 193 – 203.

¹²⁰ *Idem*. p.196.

¹²¹ *Idem*. pp 197 – 198.

nobreza? Nosso palestrante – católico, engenheiro da Estrada de Ferro de Baturité, membro do Instituto Politécnico e professor do Liceu do Ceará – prossegue:

Com instrução técnica, com elevação de seu moral, com a Religião no coração e o ideal de bondade na mente, interpretando e amando a natureza através dos mais altos pensamentos e das mais altas verdades, sentindo o Bem dentro da alma e a alma dentro do Bem, fazendo da usina um templo, o operário será o árbitro supremo dos séculos vindouros, sem revoluções e sem iniquidades.¹²²

Uma palestra sobre o valor do trabalhador na sociedade moderna capitalista, dentro de uma das mais conhecidas associações operárias de Fortaleza, em um dia de festa e de memória dos operários diz muito sobre transformações históricas em contexto de configuração da classe operária no Brasil, processo dinâmico e heterogêneo de afirmação do trabalhador como sujeito no panorama social e político.

Este outro momento histórico, onde o trabalho não significa “vilipêndio”, mas passa de “*estigma a emblema*”, segundo observação de Isabel Bilhão, é repleto de tensões em torno do “ser operário”, relacionadas ao **reconhecimento** da pessoa do operário, da afirmação de seu papel social e da **distinção** entre os que trabalham e os que não trabalham.¹²³ Neste sentido, é importante para os diversos grupos que movimentam as organizações de trabalhadores, definir seu lugar nas relações sociais.

O trabalho como emblema de dignidade teve muitas formas e veículos de propaganda. Essa nova categorização do trabalho inventou uma gama de símbolos e metáforas para relacionar trabalho e progresso, sempre com uma mensagem otimista que identificava o trabalhador como a “força da nação”, o “braço forte do desenvolvimento do país”, a “energia propulsora do avanço tecnológico” e tantas outras denominações que encontramos na grande imprensa dos anos 1920 – fenômeno que o Governo Vargas redimensionou eficazmente como estratégia política. Conforme demonstra Bilhão, o valor conferido ao trabalho figurou como principal elemento de construção de uma identidade operária no Rio Grande do Sul. Foi a partir dessa dignificação do trabalho, que os operários começaram a se reconhecer enquanto classe e a assumir certa identidade em função de sua posição na sociedade capitalista e em distinção àqueles que não queriam ou, não

¹²² *Idem.*

¹²³ BILHÃO. *Op. cit.*

precisavam, trabalhar. Este “*novo estatuto do trabalho*”, nas palavras de Isabel Bilhão, projetou um sentimento de orgulho em ser trabalhador, o que contribuiu na formação da classe e nas práticas de luta dos operários. A autora ainda mostra que esta tessitura da identidade operária aconteceu em meio a muitas contradições e dificuldades, embora seja inegável a marca que deixou no cotidiano dos trabalhadores.¹²⁴

Em Fortaleza, a campanha de enobrecimento do trabalho teve como um dos vetores de difusão entre os trabalhadores da cidade, a Imprensa operária, especialmente ligada ao Partido Socialista e à Associação Gráfica Cearense. Os artigos e matérias sobre o assunto são corriqueiros e falam da respeitabilidade do trabalhador, da sua importância social e da necessidade de sua valorização.

O trabalho foi retratado como dístico de honra e de decência, aspectos compartilhados na experiência cotidiana dos trabalhadores que sobreviviam com os ganhos de seus empregos. Assim, o jornal *Voz do Graphico* pareceu revestir-se de relativo consenso ao tratar desta questão:

O trabalho é a lei que regula nossa vida; o homem do trabalho é sempre um ser mais vivo, mais honesto e mais lutador.

O trabalho é a fonte de toda a riqueza. E todos quanto trabalham dizem: trabalhamos porque no trabalho julgamos encontrar nossa independência, que deve ser o nosso maior desejo na terra.

O trabalho é salutar.

Nele temos a satisfação da vida, nele temos a independência, nele, finalmente, temos o conforto para todos os combates que se aparecem na vida terrena, quando nele encontramos o bem estar, independência e conforto.¹²⁵

Fez-se indispensável, para as lideranças operárias, para os sindicalistas, para os dirigentes das associações operárias, continuar afirmando o valor do trabalho na vida das pessoas. Isto tinha a intenção de confluir para um autorreconhecimento do trabalhador, algo como uma autoestima da classe operária. Além da importância do trabalho como obtenção de recursos, o trecho citado acima, traça um perfil bastante positivo do “homem que trabalha”, sugerindo valores e atributos de um “bom trabalhador”. Contudo, o argumento vem acompanhado de sensibilidade e perspicácia na menção de um sonho operário: a independência. Não nos parece casual que a palavra ganhe força na repetição. É plausível pensar o

¹²⁴ *Idem.* p. 57.

¹²⁵ “O Trabalho”. **Voz do Graphico**. Fortaleza: 26 de março de 1921.

desejo de independência como algo comum a todo trabalhador. Esta vontade de ser independente não está associada somente ao fator financeiro. Nesta mensagem, ela une-se ao “bem estar”, ao “conforto”, à “satisfação”. Este elogio ao trabalho e às boas coisas que ele traz não está desarticulado, como é fácil deduzir, de uma intenção política. O discurso do trabalho como engrandecimento foi habilmente utilizado para validar demandas operárias, dando notoriedade aos anseios e aos problemas reconhecidos pela classe trabalhadora.

No mesmo texto foi nos dado a ler:

Quem se dedica ao trabalho, quem sente o suor cair-lhes em bagas pelas faces, no sinal o mais evidente do serviço feito, certo, teria mais alegria no coração, mais prazeres no seu lar, mais confiança no futuro e mais crença nesse Deus que tudo vê, tudo providencia para proporcionar ao homem a sua felicidade na terra, se visse o seu trabalho remunerado na altura do esforço gasto.¹²⁶

Foi reclamada a necessidade de melhores salários aos trabalhadores; pelo esforço que empregam, pelo papel que desempenham seria justo um pagamento – e podemos dizer, um tratamento – “à altura”. Esta combinação de valor do trabalho e reconhecimento do trabalhador foi recursiva nos textos operários. Isto não significa dizer que a percepção e a propaganda de caráter otimizador do trabalho automaticamente suscitou lutas ou práticas organizadas de reivindicação. Mas influenciou, em graus diferentes, dependendo do tempo e do lugar, no posicionamento cultural e político dos trabalhadores. Considerando as décadas iniciais do século XX, onde as relações de trabalho eram mais reguladas pelo poderio patronal que pelo Estado, alguns grupos de trabalhadores quiseram modificar sua condição na “*figuração simbólica da hierarquia de desigualdades sociais*”. De acordo com Paoli, na Primeira República, as lutas dos trabalhadores por reconhecimento público eram muito dificultadas por uma ausência de legislação social, sobretudo porque “*não aparecem como sujeitos válidos da equivalência jurídica republicana*”.¹²⁷

Nesse mesmo contexto, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, propagando a versão católica de consagração do trabalho, abordou esta questão de maneira bem diferente do jornal operário.

¹²⁶ *Idem.*

¹²⁷ PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e Cidadania: Experiência no mundo público na história do Brasil moderno. In: **Estudos Avançados**. Dez 1989, vol. 3, nº 07. p.45.

Nas conferências circulistas, nas pregações do Padre Guilherme Waeseen, diretor espiritual do Círculo São José, nas anotações das Atas de reuniões, frequentemente o trabalhador aparecia como “progresso e vitalidade da Nação”. Este princípio serviu para definir, como afirmou o Presidente do Círculo, José Agostinho da Silva, o papel desta associação como “*importante obra social que é a arregimentação dos trabalhadores catholicos para a sustentação dos seus ideaes de brasileiros e de christãos*”.¹²⁸

Quais seriam estes ideais?

Discutimos, no capítulo anterior, alguns aspectos que compunham a Ação Católica em Fortaleza, principalmente no tocante às questões sociais e de classe. A arregimentação dos trabalhadores católicos envolvidos no projeto circulista a partir de 1915 foi especialmente importante como forma de difundir no plano social, no campo da movimentação operária na cidade, o corporativismo católico.

Para a Igreja Católica, a harmonia social depende da contribuição, da colaboração e da atitude caridosa de todos os grupos, independente da situação de classe. Dom Manoel da Silva Gomes e o Padre Guilherme Waessen traduziram, através do Círculo Operário, este princípio de equilíbrio das relações sociais para os trabalhadores. Podemos afirmar que a primeira década de funcionamento do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José foi um momento de formulação de ideias e construção de práticas percebidas em dois polos: um intento clerical para “catequizar” os trabalhadores, no qual foi preciso a própria Igreja entender a composição da classe trabalhadora na cidade, os problemas relativos ao trabalho, a linguagem e as formas de acessar esses trabalhadores; e do outro lado, o processo de aceitação (leitura e reinvenção) daquilo que estava sendo pregado como solução dos problemas, como caminho possível de transformação social. Ou seja, a Igreja se inventando liderança no meio operário e os trabalhadores associados ao Círculo produzindo sentido ao projeto católico. Entendemos que esta experiência associativa ocorreu através de interlocuções entre um e outro sujeito social. Até meados da década de 1920, quando, em Fortaleza, os dirigentes circulistas começaram a combater mais expressamente o Comunismo, o que estava em relevo era uma necessidade de organizar uma identidade circulista. Foi preciso semear e propagar uma identificação com aquela causa e, por isso, era indispensável definir bem o que

¹²⁸ “A Festa de amanhã no Círculo de Operários São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 27 de setembro de 1924.

se pretendia defender. Entretanto, traçar um plano de organização de sociedade, por mais ideal que parecesse aos olhos da cúria diocesana, jamais poderia ter sido empregado sem alterações. O programa do Círculo São José foi construído a partir das experiências de vida, cultura e anseios de dois sujeitos coletivos distintos – Trabalhadores e Igreja – e, ainda que não tenha sido baseado numa relação democrática de diálogo e deliberação, ambas as partes deixaram sua marca. Podemos supor, portanto, que neste percurso houve algum descompasso, algum desentendimento entre o que queriam os padres e o que demandavam os circulistas. Algumas adequações, possivelmente, foram feitas na tentativa de criar certo sentimento de pertença ao Círculo Operário.

Arrumar uma identidade circulista foi a principal campanha empreendida pela associação neste primeiro período de instalação na cidade. Vale lembrar que:

A identidade é a construção simbólica que elabora a sensação de pertencimento, propiciando a coesão social de um grupo que se identifica, se reconhece e se classifica como iguais e semelhantes.¹²⁹

Falar de uma identidade circulista não quer dizer algo rígido e imutável, como se os circulistas tivessem encontrado um denominador comum e indivisível. Entendemos as construções de identidades a partir de relações sociais repletas de subjetividades, que são móveis e sofrem as inflexões do tempo histórico e do espaço social, mas são capazes de gerar sentimentos e versões comuns. Um rico conjunto de símbolos foi utilizado na intenção de demarcar os “de dentro” e os “de fora” da associação. O Estandarte e o Hino foram usados como objetos de identificação, de coesão do grupo.

Ao ser fundado, em 1915, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José não se dirigiu a uma categoria específica de trabalhadores. O projeto ganhou cada vez mais amplitude à medida que incorporou empregados nos mais diversos ofícios – incluindo, como no caso das filiais espalhadas no interior do estado, os trabalhadores rurais. Note-se que é uma associação de **Operários e Trabalhadores**. A Igreja entendia como trabalhador todo aquele que se empenhava em alguma atividade produtiva, retirando do seu trabalho o próprio sustento. Isto vale para aqueles que vendiam sua força de trabalho ou para os que, de forma autônoma, obtinham recursos para sustentar suas famílias. Assim, entre os membros do Círculo São José, na cidade de Fortaleza, encontramos alguns

¹²⁹ PESAVENTO, *Op. cit.* p. 9.

operários – no sentido restrito da palavra – de fábricas de tecido e de fumo, vendedores ambulantes, sapateiros, padeiros, pequenos comerciantes retalhistas (donos de bodegas), boticários, sacristãos, soldados de polícia, alfaiates, eletricitas, pedreiros, funcionários públicos, professores, jornaleiros e até seminaristas. Enfim, exerciam atividades variadas aqueles que compunham o Círculo São José. Foi necessário, portanto, entre tanta diversidade, encontrar as similitudes. As atenções estiveram voltadas para os elementos que podiam ligar mais do que particularizar.

Os Estatutos do Círculo São José apontavam como exigências para admissão dos sócios as seguintes condições:

1. ser catholico, apotholico, romano, praticante;
2. achar-se em boa saúde na occasião em que for proposto;
3. achar-se no gozo de seus direitos civis;
4. ser maior de 16 annos e não contar mais de 60 annos quando for proposto.

Art. 6. O facto de pertencer a qualquer seita ou sociedade condemnada pela Igreja innibirá o candidacto de ser acceito.¹³⁰

O primeiro quesito de ingresso no Círculo era a profissão de fé de seus pretensos associados. Este aspecto foi o principal fator de união entre os circulistas. Reconhecer-se católico e, mais que isso, ser praticante. “Praticar” o catolicismo neste momento era coisa diferente do século XIX, quando a maioria das cidades brasileiras, especialmente as do interior, tinham número reduzido de padres, e eram poucas as celebrações formais durante o ano, sendo mais comuns as manifestações de “catolicismo popular” entre os devotos leigos. Em Fortaleza, na Catedral metropolitana e nas pequenas capelas dentro do perímetro urbano, havia missa todos os domingos, respeitando as muitas solenidades do calendário litúrgico – dias santos, Quaresma, Páscoa, Advento, Natal – e também acesso mais frequente aos sacramentos – batismo, eucaristia, casamento, unção dos enfermos.¹³¹ A presença de padres, diáconos e seminaristas “romanizados” possibilitava o crescimento das atividades do Catolicismo “apostólico e romano”. Estar associado à Igreja fazia parte

¹³⁰ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **Gazeta Oficial**. Fortaleza: 06 de Junho de 1918.

¹³¹ Nesta época, existiam em Fortaleza três Paróquias assim divididas: Paróquia São José (Catedral, Capela do Colégio Imaculada Conceição, Igreja da Prainha, Igreja do Rosário, Capela São Luiz do Outeiro e Capela do Mucuripe); Paróquia São Luiz do Patrocínio (Igreja do Patrocínio, São Bernardo, Nossa Senhora dos Navegantes, Capela da Santa Casa, Capela Jesus, Maria, José e São Francisco no Alagadiço); Paróquia Nossa Senhora do Carmo (Igreja do Carmo, Coração de Jesus, São Benedito, Nossa Senhora do Sagrado Coração, Capela do Instituto Doroteias, São Sebastião no Matadouro). **Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1926**. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926.

do “sendo” circulista. Por isso, não só outras sociedades operárias (não católicas) eram condenadas mais também ser ligado a alguma “seita” vetava a entrada no Círculo São José. Espiritismo, curandeirismo e magia aparecem como práticas abomináveis e sua proibição era reafirmada constantemente pelo Padre Guilherme.

Na reunião do dia 16 de novembro de 1924:

O director geral falou sobre a propaganda espírita, tratou das curas do Professor Niemayer, na vinda do mesmo a essa cidade. Avisou em seguida que todo católico deve fugir dessas ciladas. Afirmou ainda que o homem de fé como deve ser o sócio do Círculo, certamente não irá em procura de um mal condenado pela Igreja.¹³²

Era visível a preocupação do padre Guilherme em formar operários católicos. Todo domingo, além das resoluções sobre pedidos de socorro, atendimento farmacêutico, visitas aos doentes, propostas de sócios, designação das comissões do cinema, fazia parte das sessões ordinárias o curso de Religião ministrado pelo diretor espiritual. Na ausência do padre Guilherme era convidado outro sacerdote, na maior parte das vezes o padre Cabral ou o padre Tabosa, ligados à igreja da Prainha, para apresentar algum assunto sobre a Igreja.

As temáticas dos cursos têm um certo grau de esclarecimentos sobre a liturgia oficial católica. Por exemplo, em abril de 1926, os cursos de religião abordaram questões como “A Igreja, a sua constituição e seus ensinamentos”, “A Igreja e sua fundação”, “A infalibilidade da Igreja e do Papa” e “A Igreja e a Eucaristia”. As pregações demonstram a necessidade de catequizar os trabalhadores, tanto para justificar a ação dos padres com relação ao mundo do trabalho quanto para formar fiéis engajados, combatendo, até certo ponto, o “catolicismo popular” e as práticas religiosas tidas como “seitas”.

Acima de qualquer pertencimento de classe, o que deveria aparecer entre os circulistas era o sentimento de ser um bom cristão e, por consequência, um bom cidadão. Contudo, as pessoas não aparecem o tempo todo como católicos – fervorosos – praticantes. Se assim fosse, não seriam necessários tantos “lembretes” de comparecimento às missas. Em muitos resumos de Atas das assembleias semanais os diretores “convidavam” todos os sócios a se fazerem presentes na

¹³² “Resumo da sessão ordinária realizada domingo 16-11-24”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de novembro de 1924.

missa, “*devendo cada um continuar no seu íntimo afan de conservar a fé e a união em bem da prosperidade do Círculo*”.¹³³

Às vezes, esse *íntimo afã* precisava de um empurrãozinho. Nas datas festivas do Círculo (falaremos sobre isso mais adiante) era costume organizar sessões comemorativas no cinema, para as quais eram entregues ingressos aos sócios com mensalidades pagas. Certa vez,

O Sr. Presidente avisou que domingo, 14 do corrente, haveria um festival oferecido ao exmo. Sr. D. Manoel em regozijo pela passagem do seu aniversário as 19 horas. Os ingressos oportunamente serão distribuídos aos sócios e famílias na missa em acção de graças na Sé, a qual o Círculo deverá comparecer.¹³⁴

Neste caso, o dever de comparecer à missa estava acompanhado do direito de receber o ingresso para o festival. É nestes detalhes aparentemente muito ordinários que podemos entender os fluxos de intersecção entre lideranças e circunistas. A missa como obrigação e o festival como divertimento se combinam nas trocas que, sem expressarem nenhum conflito declarado, sutilmente dizem sobre as tramas, os interstícios e os usos variados que fazem do Círculo uma associação de tantos trabalhadores. Por esta via, então, é menos fecundo perceber somente a estratégia de controle utilizada para que os trabalhadores fossem a Igreja. Consideramos ainda as negociações que estiveram longe de ser uma relação de mando e obediência simplesmente. O Círculo Operário era uma forma de associativismo nova na cidade e foi se modelando no encontro de muitas experiências que partiam do universo dos trabalhadores e da lógica católica dos seus dirigentes. Era ainda um espaço de muitas construções simbólicas envolvendo a figura do trabalhador, os territórios dentro da cidade, os direitos e os deveres.

Se para a classe operária em geral, o momento era de destacar o valor do trabalhador dentro da sociedade, o que daria respaldo às exigências de melhores condições; no Círculo São José, a mensagem em evidência era que todo trabalhador cristão “praticante” era também exemplo de bom cidadão. O que significava, nestas décadas de início do século passado, ser um bom trabalhador e um bom cidadão?

¹³³ “Resumo da sessão realizada domingo 28-12-24”. **O Nordeste**. Fortaleza: 30 de dezembro de 1924.

¹³⁴ “Resumo da sessão ordinária realizada domingo 07-03-26”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de março de 1926.

Ser responsável, em contraposição ao preguiçoso, e íntegro, diferente do bêbado e do delinquente parecia ser uma resposta cabível para os socialistas, os sindicalistas, os católicos. Mas o conceito de bom operário extrapolava essa adjetivação das condutas socialmente esperadas. É de fácil aceitação que cada trabalhador fosse cuidadoso com seu trabalho e que empregasse seu salário nas necessidades de sua família. Porém, quando se tratava de pensar o futuro, atribuiu-se valor a posicionamentos diferentes.

No final do ano de 1924, uma comissão do Círculo Operário foi solicitar ao Governo do Estado isenção de impostos sobre os prédios da Associação. O *Nordeste* notificou a concessão como uma boa vontade do Governo em contribuir com aquela “*sociedade de obreiros pacíficos*”.¹³⁵ Esta era a imagem ideal de trabalhador que se desejava construir no Círculo Operário. A passividade, a legalidade e o comportamento ordeiro foram apresentados como caminhos de reforma social.

Contudo, esta paciência e aproximação dos trabalhadores com o clero e com as autoridades governamentais foram duramente criticadas pelos gráficos em seu jornal. Essa conduta “conformada” frente aos problemas sociais representava covardia e, para isso, só havia uma explicação: a ignorância do povo. A missão que os editores do *Voz do Gráfico* assumiam era a de conscientizar os operários, fazê-los entender que estavam sendo enganados e explorados. Os que não queriam participar desta luta e não conseguiam aceitar essa “verdade” eram fracos:

E são esses fracos que dão a ilusão de uma divergência opinativa no seio dos laboriosos.

Mas é mister se convençam, todos, de uma só vez, que o operariado forte, bom e decidido, não os considera como operários, merecedores desse nome que por si só encerra o mais alto elogio de um espírito de homem, mas os repudia, abjeta e expele do seu seio.¹³⁶

É neste ambiente de disputas, onde grupos diversos conferem valores e sentidos do trabalho, entre “obreiros pacíficos” e “fracos de espírito” que buscamos os trabalhadores em suas ações cotidianas, construídas em conjunto dentro do Círculo São José, elogiados ou repudiados, mas presentes no movimento operário.

¹³⁵ “Villa Operaria Dom Manoel”. **O Nordeste**. Fortaleza: 29 de Novembro de 1924.

¹³⁶ “Duras verdades”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 25 de fevereiro de 1922.

Do ponto de vista da diretoria do Círculo, passados dez anos de existência desta Associação, um objetivo primeiro parecia ter sido alcançado: o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José já era reconhecido como associação de trabalhadores e como espaço de ação católica na cidade. Numa das reuniões de domingo, os diretores falaram sobre o desenvolvimento da propaganda católica no meio operário,

Concitando os sócios ao comparecimento às sessões, a fim de assegurar o valor do Círculo e sustentar sua bella posição alcançada graças aos esforços da diretoria e a cooperação de seus associados.¹³⁷

Percebemos que, nestes primeiros anos, com uma intensa propaganda de chamada dos trabalhadores, o projeto circulista foi ganhando contornos mais precisos (não definitivos, obviamente); foram sendo definidos seus objetivos enquanto instituição e eleitas formas de atração dos trabalhadores – entre elas destacamos o mutualismo, a escola e os espaços de lazer. O Círculo São José passa a ser reconhecido como sujeito coletivo não só por sua “*bela posição*” frente aos representantes do Governo e às demais sociedades de católicos em Fortaleza, mas também pela figura dos próprios circulistas espalhados pela cidade. No decorrer das décadas de 1910 e 1920, o Círculo São José cresceu em número de associados, o que aconteceu por meio de convites dos sócios a seus colegas de trabalho ou de vizinhança.¹³⁸ Aos poucos, o Círculo Operário transformou-se em um ponto de convívio de diferentes trabalhadores que certamente comentavam entre si suas experiências de ofício, de moradia, seus lugares preferidos na cidade, o preço do pão, as condições dos transportes coletivos ou as “banalidades” do dia a dia. Elementos inerentes ao cotidiano operário que se intercalavam aos assuntos políticos ou religiosos. Os convites lançados a um amigo para fazer parte do Círculo São José era outro jeito (não eclesiástico) de propagar a Associação, que supostamente, passava pela apresentação das “vantagens” encontradas no Círculo mais do que um combate contra os “ímpios” sindicalistas. Evidente que a propaganda clerical no púlpito ou na imprensa e a divulgação do Circulismo nos municípios do interior contribuíram para o aumento das adesões, mas não foram as

¹³⁷ “Resumo da sessão ordinária realizada domingo, 8 do corrente”. **O Nordeste**. Fortaleza: 11 de novembro de 1925.

¹³⁸ Segundo dados do Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, em 1916, existiam 756 sócios efetivos no Círculo Operário, número que passa para 1600 no ano de 1930, contando com os associados no interior do estado.

únicas responsáveis pelo desenvolvimento da agremiação. As experiências em comum dos trabalhadores em seus locais de trabalho ou nos bairros onde residiam, no intercâmbio com o sentimento religioso, favoreceram a difusão do Círculo Operário na cidade.

A partir da segunda metade da década de 1920, cresceu na imprensa católica e no interior do Círculo Operário uma expressiva campanha contra o chamado “comunismo ateu”. Desde então, o *fazendo-se* circulista ganhou mais uma ferramenta de atuação político-social: o sentimento anticomunista acentuado. Por conta da *Rerum Novarum*, a própria ideia fundante de uma associação operária católica, já era de contraposição ao Manifesto Comunista. Entretanto, quando da instalação do Círculo Operário em 1915, os “inimigos” eram outros, especialmente os anarquistas e socialistas. Adentrando os anos 1920 – com a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922 e a presença do Bloco Operário e Camponês –, o anticomunismo ganha visibilidade e passa a ser uma característica marcante no Círculo Operário.

O anticomunismo foi amplamente difundido não só no Círculo Operário, mas também nas outras sociedades ligadas à Igreja neste período – de forma mais ferrenha na União dos Moços Católicos, na União Popular Cristo Rei e, no começo de 1930, na Juventude Operária Católica –, sugerindo um perigo constante que deveria ser combatido todos os dias. Muitos intelectuais católicos ligados ao Círculo Católico, ao Centro Médico Cearense, ao Instituto Histórico do Ceará e ao Jornal O Nordeste estavam também engajados nesta campanha anticomunista. Em 1931, a direção da União Popular Cristo Rei elaborou um questionário sobre o Comunismo que foi enviado a “pessoas de relevo” da nossa sociedade. A intenção era reunir as respostas a fim de esclarecer a população cearense sobre a ameaça comunista. As três perguntas eram as seguintes: “*A Igreja Católica é contrária as doutrinas do comunismo?*”, “*O que aconteceria às classes pobres si triumphasse o comunismo?*” e “*Qual o melhor meio de combater o comunismo?*”.¹³⁹

¹³⁹ “A doutrina da Igreja e o Communismo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 4 de fevereiro de 1931. O Jornal informa que responderam ao inquérito da União Popular Cristo Rei o Arcebispo de Fortaleza D. Manoel, o Bispo de Sobral D. José Tupimambá da Frota, Mons. Tabosa Braga, Mons. Luiz Rocha, Padre Misael Gomes, Padre Guilherme Waessen, Padre Tobias Dequidt, Cônego José de Lima, Frei Marcelino de Milão, Dr. Barão de Studart, Dr. Antonio Theodorico da Costa, Dr. José Justa, Dr. Waldemar Falcão, Dr. Lincoln Mourão Matos, Alcides Montano, Luis Sucupira, Antonio Furtado, Rodolfo Theofilo, Dr. M.A. de Andrade Furtado (O Nordeste), Demócrito Rocha (O Povo), Theodoro Cabral (Gazeta de Notícias), Renato Viana (Pátria Nova), A.C. Mendes (Correio do Ceará) e H. Firmeza (Folha do Povo).

Em primeira página, o jornal *O Nordeste* publicou a carta-resposta de Dom Manoel à União Popular, na qual ele afirmava que o Comunismo é:

inimigo de toda religião, professa o mais ferrenho ateísmo e destroe, pela base, a sociedade, destruindo a família e ensinando, ou melhor, impondo, pela violência, o aniquilamento de toda a moral.¹⁴⁰

O argumento de D. Manoel é repetido continuamente na imprensa católica, sempre reafirmando que os principais prejudicados na política comunista seriam os trabalhadores que, a exemplo do que ocorreu na Rússia, transformar-se-iam em “*verdadeiros escravos do governo*”. De outra forma, a Igreja como “protetora da classe trabalhadora”, apresentava a solução dos problemas sociais pela cooperação entre as classes. Diante disso, para os católicos, o Círculo São José simbolizava, dentro de Fortaleza, uma saída “segura” (exemplar) para a classe operária. Assim, a função de todo circulista era, como dizia os diretores à época, *assegurar o valor do Círculo*. Função esta, duplamente edificada: o circulista deveria ser um autêntico modelo de operário e um anticomunista por excelência.

O diretor geral dos circulistas, padre Guilherme, respondendo ao mesmo questionário, declarou que “o comunismo é imoral em seu fundamento”, “é imoral nos seus fins”. A mensagem, veementemente defendida pelo padre, era da urgência em fazer frente à “doutrina perniciosa do comunismo”. Em um tom quase apocalíptico, ele queria convencer que o Comunismo representava a ruína em definitivo da sociedade.

Si for preciso que Deus castigue o mundo porque se tornou pagão, peçamos que em sua justa ira nos mande a guerra, a fome e a peste, mas nos livre do comunismo que é peor, elle só, que estes três flagellos juntos.¹⁴¹

Pelas afirmações do padre Guilherme, percebemos que o Círculo Operário se propunha a ser o lugar, mais próximo da classe operária, de irradiação do sentimento anticomunista implantado pela Igreja e pelos grupos políticos dominantes. Por isso, cada circulista deveria entender e opor-se aos “males” do Comunismo. A Igreja sabia o que fazer e tinha a resposta para evitar que esse “mal” se espalhasse.

O papel da igreja é ensinar aos operários a impossibilidade da igualdade absoluta e da supressão de todo o sofrimento cá na terra;

¹⁴⁰ *Idem*.

¹⁴¹ “Experimentado guia dos operários – o padre Guilherme Waessen – responde o inquérito da U. P. Cristo Rei”. **O Nordeste**. Fortaleza: 12 de fevereiro de 1931.

a necessidade da união das classes e a certeza do destino supra-terrestre do homem.¹⁴²

Afirmar que era impossível a igualdade entre os homens era ratificar o argumento de que qualquer manifestação contrária à propriedade privada, à autoridade patronal ou governamental seria esforço vão, já que, por natureza, os homens são diferentes entre si e devem aceitar sua condição na terra. Isto fortalecia a atitude depreciativa com relação ao Comunismo.

Em agosto de 1929, por exemplo, ocorreu em Fortaleza, mais uma greve dos operários da Ceará Light, empresa inglesa que fornecia luz e transporte na cidade. Segundo Eduardo Parente, a paralisação dos bondes movimentou a cidade e foi noticiada em tom de apoio ou reprovação pelos jornais que circulavam no período. Nesta greve, vários operários e apoiadores, entre os quais mulheres e crianças percorreram a cidade com a bandeira do Bloco Operário e Camponês, cantando o hino da Terceira Internacional, arrecadando contribuições para os grevistas. Muitas associações de trabalhadores, estudantes de Direito e pessoas autônomas manifestaram apoio e fizeram doações em dinheiro, com exceção do Círculo Operário São José.¹⁴³

O fato de o Círculo não ter apoiado a greve dos operários da Light indica não só a oposição ao Comunismo, expressa neste movimento, mas também a censura a este formato de reivindicação de direitos. Anteriormente, quando da paralisação dos trabalhadores do Porto de Fortaleza, em 1921, reivindicando aumento de salário, o Círculo São José tentara convencer a Associação Deus e Mar de não manifestar apoio aos grevistas, como forma de não incitar o conflito de classe.¹⁴⁴ A ação circulista foi antigrevista por considerar uma afronta à ordem estabelecida.

Desta forma, antes da década de 1930, o projeto circulista em Fortaleza já contava com diversos elementos – advindos da experiência associativa em seu contato com outras agremiações operárias – que apareceriam ao longo da sua atuação em outros contextos políticos – como no Estado Novo ou, mais tarde, no Regime Militar. Abordamos aqui, três aspectos da configuração do Círculo Operário:

¹⁴² *Idem.*

¹⁴³ PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em Movimento: A Trajetória de Luta dos Trabalhadores da Ceará Light.** (Fortaleza, 1917 – 1932). Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

¹⁴⁴ Sobre esta greve, ver: “A greve dos Trabalhadores do Porto”. **Voz do Graphico**, Fortaleza: 6 de janeiro de 1921.

o Catolicismo, como traço de união entre os circulistas, o anticomunismo e a negação da greve como luta operária. É claro, não é possível afirmar que todos os circulistas deixaram de participar das greves ou dos momentos de protestos da sua categoria. Tratamos daquilo que foi propagado dentro desta associação, onde o conselho era trabalhar sempre, não participar da greve, não sabotar a produção, não arrumar contendas com o patrão.

2.2 – Discursos de Negociação: salário justo, descanso semanal e moradia.

“De que presunção se tirou que o mundo da representação se divide entre manipuladores e manipulados?”¹⁴⁵

Entre as muitas competências de um bom circulista e a vigilância dos dirigentes do Círculo Operário, existia, ao mesmo tempo, uma dimensão interativa, que ultrapassava o controle e se expressava em discursos de negociação, nos usos da “proteção” eclesiástica, e nas leituras possíveis dos deveres e dos direitos. Se, por fatores ligados à dominação e ao poder da palavra, não podemos encontrar explicitamente as reivindicações dos trabalhadores, não significa que elas não foram traçadas ou vividas. De outra forma, as demandas da classe operária, aparecem “na fala dos outros” – para usar uma expressão de Maria Célia Paoli –, mesmo que indiretamente.

Não era tarefa muito difícil perceber como um problema social a questão da concentração de renda:

Se os ricos tivessem moderado sua paixão desenfreada pelo luxo e prazer, estava resolvida a questão operária que não é outra coisa a não ser a questão da miséria, ou como disse alguém, uma questão de estomago.¹⁴⁶

¹⁴⁵ RANCIÈRE. Jacques. **A Noite dos Proletários**: Arquivos do sonho operário. Tradução: Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 34.

¹⁴⁶ “Experimentado guia dos operários – o padre Guilherme Waessen – responde o inquérito da U. P. Cristo Rei”. **O Nordeste**. Fortaleza: 12 de fevereiro de 1931.

Uma crítica que poderia ser feita por qualquer trabalhador pouco conformado com as desigualdades sociais, mas foi padre Guilherme quem a pronunciou. O tom não era de denúncia como seria mais comum se partisse de algum sindicalista aguerrido, mas não deixava de ser uma exortação. A Igreja convocava os ricos, os patrões, os empregadores a fazerem sua parte no plano de conciliação da sociedade. Esse *alguém* na fala do padre Waessen poderia ser algum circulista, que, entre conversas informais, comentários sobre o custo de vida, reclamava aos amigos ou se queixava ao próprio padre, sobre sua situação, que, afinal, era a de quase todos que trabalhavam em Fortaleza naquele período. Com uma explicação mais empírica do que filosófica esse *alguém* apresentava, possivelmente, sua preocupação mais constante, a de alimentar a família. Cada um dos circulistas, especialmente aqueles que não viviam de um comércio próprio, mas empregavam-se pelos estabelecimentos da cidade, tinham a experiência da escassez do salário frente aos altos preços dos gêneros básicos de sobrevivência. Daí, a questão operária era para eles (mas não só) uma “questão de estômago”.

Quanto aos patrões, continua o Padre Guilherme Waessen, “*a Igreja exige que tratem os operários não como escravos, mas como homens e cristãos, não lhes imponham um trabalho acima de suas forças, não descuidem dos interesses espirituais e do bem da alma*”.¹⁴⁷ Padre Guilherme estava atento àquilo que parecia dificultar o projeto de concórdia do Circulismo. Eram recorrente, entre operários e empregados – aqueles que conviviam diretamente com o patrão, e talvez mais, aqueles que lidavam com seus intermediários como gerentes e supervisores – as queixas com relação aos maus tratos, à forma áspera de mandar, os gritos e humilhações que acentuavam o jugo do trabalho. Exigir ser tratado como cristão parecia, aos olhos do padre, algo justo e necessário, já que reduziria possíveis conflitos. Não há nada de surpreendente em dizer que as palavras do padre serviam mais ao domínio moral que à efetivação no cotidiano das relações de trabalho. Mas, de toda forma, interessava aos operários meios de legitimação das suas lidas em favor de sua dignidade. Provavelmente, os vários trabalhadores que o padre Guilherme conhecia tinham qualquer história de exploração e vexame causado pelo patrão a quem suportavam por não ter outra escolha possível. Pregar a paz, como era a missão do sacerdote, não era negar esta situação, mas

¹⁴⁷ *Idem.*

reconhecer o direito do trabalhador de ser tratado com respeito. Pacificar também era apoiar, embora este apoio pretendesse mais coibir atitudes revolucionárias que “consertar” a realidade.

Três elementos principais aparecem no Círculo Operário como fatores inevitáveis para a reforma social: o pagamento de um **salário justo**, o **descanso semanal** e a **moradia**. Sem isso, restava apenas “*salário insuficiente, trabalho excessivo, miséria, desespero e revolta*”, como afirmou padre Guilherme ao explicar a mensagem do Papa Leão XIII.¹⁴⁸

Para o padre Guilherme um salário justo seria o tanto suficiente para “*fazer subsistir o operário sóbrio e honesto*”.¹⁴⁹ Ou seja, saudável para continuar produzindo, longe da bebida que, às vezes, era subterfúgio para esquecer a miséria e os problemas, e longe também do furto, pecado e desonra.

A cidade de Fortaleza, especialmente em tempos de crise agrícola ocasionada pela seca, enfrentava, também por conta da ação dos açambarcadores, aumentos exorbitantes nos preços dos alimentos. Isto gerava ainda mais instabilidade para a classe trabalhadora local, já que qualquer perspectiva de promoção salarial reduzia-se cada vez mais. Do jornal *Ceará Socialista*, extraímos o seguinte trecho:

O patronato do Ceará finge desconhecer o que vae pelo mundo, e até hoje quando o trabalhador faminto e miseravel pede-lhe um pequeno augmento de salário, em vista do augmento excessivo dos gêneros de primeira necessidade, elle sempre cruel, ameaça-o de expulsão como que traduzindo esta sentença de morte: - OU TE SUJEITAS OU MORRE DE FOME COM TODA A TUA PROLE. E, sendo que o numero deste é illimitado, diz: - SE ME FALTARES AMANHA TEREI DEZ OU VINTE PARA SUBSTITUIR-TE E, CLARO ESTÁ, GANHANDO MUITO MENOS.¹⁵⁰

Este ambiente, descrito pelo jornal, de incertezas e de luta pela sobrevivência que impossibilitava negociar o salário ou procurar empregos melhores tornou possível a presença e o envolvimento dos trabalhadores no Círculo Operário. Não se trata de uma condição para a existência do Círculo São José a pobreza ou a fragilidade dos trabalhadores. Isoladamente isso não explica a participação de mais de oitocentas pessoas em torno de uma associação de classe. Os trabalhadores

¹⁴⁸ *Idem.*

¹⁴⁹ *Idem.*

¹⁵⁰ “Morrer de Fome!...” **Ceará Socialista**. Fortaleza: 5 de agosto de 1919.

entendiam que as palavras do padre Guilherme não representavam questões irrealizáveis. A vulnerabilidade diante das ameaças de desemprego ou da penúria dos salários não extinguiu projetos, ou mesmo esperanças, de melhor posição para negociar. Um conjunto muito diversificado de experiências que penetravam o cotidiano operário dava sentido à adesão ao Circulismo. O encontro das aspirações voltadas para uma possível obtenção de direitos promovia certa confiança na proposição de uma reforma social difundida pela Igreja que afetaria, diretamente, o trabalho de cada circulista. Estes sentimentos de insegurança, o medo da fome, a submissão, a exploração foram canalizados para fazer do Círculo Operário um espaço aceitável de auxílio aos trabalhadores, contando com a afluência das solidariedades operárias e do envolvimento religioso.

Acerca da regulamentação das relações entre patrões e empregados, Dom Manoel separou direitos e deveres de cada grupo chamando a atenção para a consciência moral e cristã que deveria servir de base para resolver as questões de classe. Para o Arcebispo de Fortaleza era dever dos patrões reconhecer no empregado um irmão, parte da grande família do corpo místico de Cristo. Assim, os operários “*têm direito a salários proporcionados a suas legítimas necessidades*”, cabendo aos patrões “*melhorar as condições do operário, cuidar de seu bem estar moral e material, e dar-lhes os meios justos de irem melhorando sua situação na sociedade, pelo esforço inteligente e pela economia bem entendida*”.¹⁵¹

Essa linguagem dos direitos tendo por objetivo uma reconciliação dos conflitos pode ser vista como parte de um plano de dominação, no qual reger até mesmo as esperanças dos trabalhadores significava ampliar o campo de atuação da Igreja e conquistar mais poder político e solidez socioeconômica. Mas paramos neste ponto se não contarmos, em momento algum, com o senso de justiça dos trabalhadores, com o significado cultural das experiências de trabalho – seja no setor fabril, no comércio seja nas produções domésticas – e com todo capital de luta da classe operária que a cidade já conhecia. A recomendação de atender as necessidades **legítimas** do operariado, feita por Dom Manoel, era acompanhada por uma ideia de concessão de direitos e por um aspecto segregacionista. Os direitos deveriam ser “ofertados” àqueles que soubessem utilizá-los e àqueles que os merecessem, distinguindo os bons e maus operários, de acordo com os valores que

¹⁵¹ “A doutrina da Igreja e o Comunismo – O que pensa o Exmo. Sr Arcebispo a esse respeito”. **O Nordeste**. Fortaleza: 4 de fevereiro de 1931.

comentamos no tópico anterior. Mas ainda assim, representava uma leitura atenta da realidade operária e, por conta disso, teve seu alcance social na formação dos trabalhadores circulistas.

Esse discurso da Diocese até parte de uma noção de controle, já que pautado nas relações entre dirigentes e dirigidos, mas foi caracterizado, simultaneamente, pela confluência de interesses e de saberes, visto que, como público alvo, trabalhadores e patrões deixaram suas impressões e respostas – não de forma democrática – mas de forma real. Para Thompson:

A retórica e as regras de uma sociedade são muito mais que meras imposturas. Simultaneamente podem modificar em profundidade o comportamento dos poderosos e mistificar os destituídos do poder. Podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas ao mesmo tempo podem refrear esse poder e conter seus excessos.¹⁵²

Era sobre conter excessos que a Igreja se manifestava neste período. De toda forma, seu tratado de paz deveria se antecipar às manifestações operárias relativamente frequentes em torno da regulamentação das oito horas de trabalho e do cumprimento da Lei de acidentes (Decreto nº. 3724 de 15 de janeiro de 1919).¹⁵³ O Partido Socialista Cearense iniciou a década de 1920 com campanhas em fábricas e oficinas de Fortaleza, no seu jornal e nos *meetings* em praças públicas, reclamando o direito de associação, a folga semanal, a jornada de oito horas e o pagamento das horas extras e, ainda, salários iguais para homens e mulheres.¹⁵⁴ A Associação Gráfica Cearense também promoveu campanha pela organização de sindicatos de resistência, defendendo a greve geral dos trabalhadores em favor de aumento salarial e salubridade nos locais de trabalho. Na mesma década, o Bloco Operário e Camponês teve significativa atuação no apoio às greves – da Light, por exemplo – e na propaganda comunista, além da luta pelo controle dos preços dos

¹⁵² THOMPSON, E.P. **Senhores e Caçadores**: A origem da Lei Negra. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 356.

¹⁵³ O decreto previa indenização ao trabalhador que sofresse acidente no momento de exercício da função, sendo “o patrão obrigado a prestação de socorros médicos e pharmaceuticos, ou sendo necessarios, hospitalares, desde o momento do accidente”. (Art. 13). Segundo a Lei, todo acidente deveria ser comunicado à Polícia para iniciar a ação judicial e, seqüencialmente, o cálculo da indenização. Ver: <http://www.senado.gov.br>. Esperar o laudo policial e a sentença do juiz demorava muito tempo e freqüentemente os patrões conseguiam manipular os resultados. A edição do Jornal *O Combate* de 26 de Junho de 1921 informava que até aquela data nenhum operário em Fortaleza tinha recebido indenização, apesar dos muitos casos registrados.

¹⁵⁴ Ver: “Manifesto do Partido Socialista Cearense”. **Ceará Socialista**. Fortaleza: 20 de julho de 1919.

alimentos e contra o trabalho infantil.¹⁵⁵ Ao pronunciarem-se sobre a regulamentação dos salários, as lideranças circulistas, ao passo que ganhavam mais simpatia entre os sócios, inseriam-se na arena partidária das movimentações operárias.

Em uma denúncia contra o “padre Feitor” (padre Guilherme) e contra José Agostinho, o jornal *Voz do Gráfico* criticou a “criminosa violação” referindo-se à cobrança de oito mil réis de cada sócio do Círculo São José para a realização de um passeio a Maranguape, argumentando que a quantia equivalia “*para muitos dos associados do Círculo o sacrifício de quatro ou mais dias de trabalho*”.¹⁵⁶ A estimativa quanto aos salários não era somente efeito de retórica.

Muitas categorias de trabalhadores, entre os quais os tipógrafos – considerados como possuindo um dos ofícios mais qualificados da época – recebiam bem abaixo de suas necessidades diárias. Se compararmos com outros profissionais do período – excetuando as profissões liberais: médicos, advogados ou farmacêuticos –, os tipógrafos eram os mais bem pagos. Quando a média de pagamento por dia da maioria dos operários (de fábricas) era entre quatro a cinco mil réis, um tipógrafo poderia receber mais de seis mil réis diários.¹⁵⁷ Contudo, diante do montante gasto com gêneros de primeira necessidade, o valor continuava sendo insuficiente. Para empregados do comércio, em mercearias, lojas, cafés e restaurantes, o salário nunca era condizente com as horas trabalhadas – em geral, uma jornada de 10 a 12 horas.¹⁵⁸ Um dos setores que mais empregavam braços na cidade de Fortaleza eram os serviços portuários. No início de 1921, os trabalhadores do Porto recebiam diárias de dois mil réis por 10 horas trabalhadas.¹⁵⁹ A situação era ainda mais grave para os trabalhadores sem qualificação profissional. Exemplo disso era os varredores de rua que, no final da década de 1910, recebiam da Prefeitura 1.600 réis, sendo a metade paga em gênero – que permitia a compra somente de um litro de feijão. O mesmo acontecia aos trabalhadores das obras contra as secas – na maioria, sertanejos procurando sobreviver na capital em períodos de estiagem –, que recebiam menos de 1.300 réis por conta dos descontos

¹⁵⁵ Sobre o BOC, ver: KAREPOVS, Dainis. **A Classe Operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês**. São Paulo: Alameda, 2006.

¹⁵⁶ **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 26 de novembro de 1921.

¹⁵⁷ “A lógica dos Algarismos”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 26 de Novembro de 1921.

¹⁵⁸ “Males da Sociedade Presente”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 12 de Março de 1921.

¹⁵⁹ “A Greve dos Trabalhadores do Porto”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 6 de janeiro de 1921.

para medicamentos, quando conseguiam alguma ocupação.¹⁶⁰ Este levantamento, ainda que superficialmente, pode indicar que era impossível, a qualquer agremiação de trabalhadores, evitar o problema dos salários. Era de ordem urgente na vida de qualquer trabalhador de Fortaleza, nos anos de 1910 e 1920, tentar equilibrar o salário com o provimento básico da família.

Quando Dom Manoel dizia – sabendo que antes dele muitas lutas foram travadas no mundo operário contra os abusos patronais – que os operários tinham direito de receber tanto quanto a sua necessidade de sobrevivência, cada circulista que ouvia essa mensagem sabia calcular com precisão a que isso corresponderia. Certamente, era muito mais do que estavam forçados a receber. Em um orçamento minimamente decente para uma família de oito pessoas, o jornal do Partido Socialista Cearense (PSC) apresentou, em 1919, a seguinte soma¹⁶¹:

Kilo e ½ de carne	2\$100
½ Kilo de assucar	\$600
2 litros de farinha	\$700
½ litro de feijão	\$300
½ litro de arroz	\$600
1 litro de leite	\$800
toucinho	\$200
Banha	\$200
Café	\$400
Pão	1\$000
Tempero	\$300
Verdura	\$300
Aluguel de casa	2\$000
Kerosene	\$100
Manteiga	\$400
Lenha	\$400
Total =	<hr/> 10\$400

O cálculo deixa óbvio que o valor da cesta básica era elevadíssimo para a média dos salários o que, inevitavelmente, levava mulheres e crianças, com salários ainda menores, a procurarem emprego para ajudar na economia doméstica. Acerca do trabalho infantil e da equidade salarial entre homens e mulheres, a Igreja só viria a se manifestar muito tempo depois. Mas, não pôde adiar qualquer menção sobre a debilidade dos salários. Como cabia aos trabalhadores, em seus direitos, o salário

¹⁶⁰ “Explorações”. **Ceará Socialista**. Fortaleza: 17 de agosto de 1919.

¹⁶¹ “Carta-aberta à Bancada Cearense no Congresso Federal”. **Ceará Socialista**. Fortaleza: 17 de agosto de 1919.

justo, cabia aos patrões o dever de “concedê-lo”. Pelo convencimento, pela palavra e em nome de uma razão moral, Dom Manoel condenava as práticas mesquinhas do patronato dizendo ser, a Igreja, protetora dos operários *“contra seus opressores mostrando ennergicamente a estes que commettem um crime passível de castigos eternos, si não cuidam efficazmente do corpo e da alma de seus operários, respeitando os direitos que lhes foram dados pelo próprio Deus”*.¹⁶²

Sobre as questões salariais, O Círculo Operário concorria com as associações de categorias, estimuladas pelos sindicalistas, em campanhas – ou greves – pelo aumento dos salários. Por isso, os argumentos da direção circulista envolviam aspectos mais amplos, como o bem do corpo e da alma, já que a “concorrência” acompanhava mais diretamente o andamento das negociações – ou a ausência delas – em cada fábrica ou oficina.¹⁶³ Não era parte do programa do Círculo São José empreender qualquer sindicância nos estabelecimentos fabris ou comerciais nos quais trabalhavam seus associados. Como efeito de negociação, a Diocese aconselhava a organização de uma associação que juntasse representantes de cada lado, mas, até onde pesquisamos, isso não aconteceu. Eram mais comuns os convites por parte do Círculo a pessoas – ditas “ilustres” – para participarem das reuniões com os sócios. Não só intelectuais católicos apareciam nas sessões, mas também representantes do Centro dos Importadores ou da Associação de Merceeiros. É provável que a presença de alguns comerciantes – eventualmente patrões – passasse bem ao largo de qualquer discussão sobre transformações trabalhistas. Aparentemente a intenção era aproximar, de maneira amistosa, as duas classes para lembrar, mesmo no não-dito, deveres e direitos.

O caráter sacro que adquiriam os direitos dos trabalhadores na fala das lideranças do Círculo São José desdobra-se em duas mensagens principais: a primeira de existirem direitos invioláveis – porque é Deus quem os assegura – e a outra de que o tempo de Deus deve ser aguardado com paciência, sem revoltas especialmente. Fazia parte da missão do Círculo Operário São José tornar esses direitos uma realidade social, acentuando a responsabilidade de cada trabalhador na

¹⁶² “A doutrina da Igreja e o Comunismo – O que pensa o Exmo. Sr Arcebispo a esse respeito”. **O Nordeste**. Fortaleza: 4 de fevereiro de 1931.

¹⁶³ Exemplos: A União Geral dos Trabalhadores esteve à frente da greve dos trabalhadores portuários em 1921 por aumento de 50% no pagamento das diárias. Antes disso, houve uma manifestação por aumento de salário dos operários nas fábricas de cigarros (Iracema, Modelo, São Lourenço). Os patrões concordaram com 20%, mas depois parece ter havido desistência.

promoção de seu próprio bem, na certeza de que as formas lícitas – em contraponto à greve e à desobediência – serviriam de legitimidade diante de Deus e das autoridades patronal e governamental.

Outra questão a ser reformada no mundo do trabalho era o direito à folga semanal. Isso, mais que o aumento de salários, obteve o apoio do clero. Por várias vezes, o diretor espiritual do Círculo São José, não apenas nas reuniões com os associados, mas também na Imprensa católica igualmente, defendeu o tempo do descanso do trabalhador, com a justificativa de que “*o domingo é o dia em que a alma cumpre seus deveres para com Deus, por isso, é um dia principalmente sagrado e intangível*”.¹⁶⁴ O Círculo Operário, com seu programa de atividades litúrgicas e de lazer, precisava desse tempo para reunir os trabalhadores. A violação desse direito era duplamente danosa, pois atingia o trabalhador e o cristão.

Foi nesse ponto que a Igreja mais tentou mobilizar o Estado para que interferisse na questão. Padre Guilherme cobrava iniciativas governamentais sempre que as relações entre patrões e empregados se tornavam mais tensas, principalmente a partir da segunda metade da década de 1920, quando a difusa propaganda anticomunista ganhou efervescência no meio católico no Brasil.

O Estado deve também proteger os interesses corporais do operariado, arrancando os infelizes operários das mãos dos especuladores que não fazem diferença entre um homem e uma machina, abusam sem medida das suas pessoas para satisfazer cubiças insaciáveis.¹⁶⁵

A campanha pelo descanso operário aos domingos perpassou todo período de organização do Círculo São José durante a Primeira República. Parece-nos plausível que, em muitas fábricas em Fortaleza, e sem dúvida, nos estabelecimentos comerciais, as jornadas de trabalho aos domingos eram frequentes. Negociar esse direito que estava há muito entre as demandas operárias, mesmo para a ação legalista e “ordeira” da Igreja era tarefa árdua. Não significava apenas fechar as fábricas, oficinas ou lojas uma vez por semana. Se este dia fosse descontado do pagamento dos funcionários não teria grande utilidade. Com salários tão escassos, ainda que fosse facultativo, para não ver reduzido o orçamento, provavelmente a maioria dos operários iria cumprir a jornada. Pelo que podemos constatar através das fontes para o período que pesquisamos, somente as fábricas

¹⁶⁴ “Experimentado guia dos operários – o padre Guilherme Waessen – responde o inquérito da U. P. Cristo Rei”. **O Nordeste**. Fortaleza: 12 de fevereiro de 1931.

¹⁶⁵ *Idem*.

de maior porte – como a Usina Gurgel, indústria de fiação e confecção de redes que, segundo um anúncio de 1929, empregava 450 operários¹⁶⁶ –, é que realizavam o pagamento dos salários mensalmente; as demais oficinas ou lojas, de um modo geral, pagavam seus funcionários por semana. Entre os trabalhadores, havia muitas pessoas ocupadas em tarefas pagas por dia ou por serviço prestado, como pedreiros, alfaiates de pequenos ateliês e uma massa de trabalhadores sem colocação que procurava “bicos” pela cidade. Assim, em grande parte dos casos, a folga semanal era esmagada entre a intransigência do patrão que não aceitava pagar o dia não trabalhado e a necessidade do trabalhador.

Além do argumento comum entre a classe proprietária de que o dia de folga causava a vadiagem e estimulava a falta na segunda-feira, um outro problema a ser enfrentado era específico para algumas categorias de trabalhadores, como os caixeiros e os padeiros. Para estes, o descanso dominical era quase impossível, já que esbarrava no funcionamento da cidade, nos luxos dos grupos dominantes e nas atividades de lazer. Durante muito tempo, e em diversos lugares do Brasil, os caixeiros e os padeiros reclamaram suas horas de descanso, ou, ao menos, a chance de não iniciarem os trabalhos de madrugada, como era costume nas padarias e nas mercearias.¹⁶⁷ Atender a clientela a qualquer hora que precisasse ou fornecer pão fresco todos os dias era tido como um aspecto de vitalidade econômica e progresso da cidade. Os anúncios das padarias, por exemplo, além de ressaltar as condições de asseio e higiene – na padaria Palmeira o pão era feito em pedra mármore –, chamavam a atenção da freguesia para compra de pães novos todos os dias.¹⁶⁸ Ou seja, todos os dias os padeiros começavam a trabalhar bem cedo. Para os ricos isso representava conforto. Para os trabalhadores urbanos, incluindo os empregados domésticos que arrumavam a mesa de seus patrões, isso era mais um

¹⁶⁶ “Usina Gurgel de Theophilo Gurgel e Cia” Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o anno de 1929. Fortaleza: Typographia Progresso, 1928.

¹⁶⁷ Em Porto Alegre, no início da década de 1930, os padeiros realizaram uma greve pelo cumprimento do Decreto do Ministério do Trabalho que previa jornadas de oito horas e folga aos domingos para a categoria. Sobre este movimento ver: FORTES, Alexandre. Como era gostoso meu pão francês: A greve dos Padeiros de Porto Alegre (1933-1934). **Anos 90**, n° 7, 1997. No Rio de Janeiro, em 1911, várias manifestações e até prisões de caixeiros ocorreram pela aprovação de um projeto de Lei regulamentando o trabalho no comércio e o fechamento dos estabelecimentos aos domingos. Ver: POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de Casaca: Trabalhadores do Comércio Carioca (1850-1911)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁶⁸ Nos Almanques do Ceará durante a década de 1920, encontramos diversos anúncios das indústrias de panificação existentes na capital. As que mais apareciam nos anúncios eram: Aliança, Palmeira, Lisbonense, Industrial, Modelo, Imparcial e Universal. Todas se localizavam no perímetro central da cidade.

dia de labor. Em um texto sobre a História do Conforto, Denise Sant' Anna demonstra que, entre o século XIX e início do século XX, conforto e luxo eram entendidos quase como sinônimos, já que as principais coisas que reportavam sensação de bem estar – entre elas, podemos inserir uma mesa farta e um pão quentinho – eram acessíveis apenas a uma parcela bem restrita da sociedade. Essa noção de conforto atrelada à opulência permaneceu distante do trivial e, ao menos até os anos 1940/50, era direcionada, pela publicidade, somente aos abastados.¹⁶⁹ Os trabalhadores, nós encontramos na manutenção da modernidade, do progresso e do conforto. Assim, parecia coerente, no senso comum produzido pelos dominantes, abrir as lojas e comércios a uma “honrosa clientela”, porque a cidade não podia parar.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, seguiram-se várias investidas do movimento operário organizado – principalmente dos sindicalistas – de estabelecerem o dia de folga da classe trabalhadora. A Igreja, depreciando as lutas das correntes revolucionárias, apenas reconhecia como legal o argumento de que todo bom cristão deveria reservar um tempo para Deus – “Dai a Deus o que é de Deus, dai a César o que é de César”. Dessa forma, domingos e feriados santificados deveriam ser guardados por todos, também pelos patrões. Mas eram muitos os casos em que isso não era respeitado.

A ausência de leis de proteção ao trabalhador fazia com que as folgas ou as jornadas muito longas sem pagamento de horas extras dependessem diretamente da vontade do patrão. Como aconteceu, em 1921 com os trabalhadores da Estrada de Ferro. Caso criticado pelo jornal *Voz do Graphico*:

Informações obtidas por pessoas fidedignas, faz-nos saber que o Dr. Couto Fernandes, o filantrópico administrador da Estrada de Ferro de Baturité, usando de mais uma de suas generosas ações em bem dos infelizes que trabalham e vivem sujeitos às suas ordens, curvando sempre a espinha dorsal ante o peso do seu tacão de bota a kaiseriana, ordenou aos seus porta-vozes, cabos de esquadras, agraciarem com **MULTA DE TRÊS DIAS** a todo o operário que não fosse trabalhar no dia 1º do corrente mês.¹⁷⁰

No exemplo citado, o engenheiro-chefe forçava o comparecimento dos empregados no dia primeiro de novembro, feriado de Todos os Santos, motivo pelo

¹⁶⁹ SANT' ANNA, Denise Bernuzzi de. História do Conforto na Cidade de São Paulo. **Anos 90**. nº 14, Dezembro de 2000.

¹⁷⁰ “A Filantropia do Dr. Couto Fernandes”, **Voz do Graphico**. Fortaleza: 12 de novembro de 1921.

qual deveria, segundo o jornal, ter sido desencadeada uma greve contra a tirania e o abuso de poder. Mas isso não aconteceu. Multas, demissões sumárias, advertências e outros mecanismos de punição contra trabalhadores que não obedecessem às normas, ditadas a despeito de qualquer necessidade dos operários, dificultavam sobremaneira, as conquistas de direitos e a construção de cidadania dos trabalhadores.

Apesar das medidas coercitivas, muitas relutâncias às formas de exploração e negação dos direitos foram encaminhadas pelos trabalhadores, demonstrando as diversas combinações possíveis de protesto. Achar-se engajado em uma associação que, com respaldo de notáveis representantes do clero, admitia a urgência de uma reforma social e a garantia de direitos para os operários, era um (entre outros meios) de pensar e agir coletivamente. Estamos convencidos de que as ações do Círculo Operário na cidade, os discursos e as promessas, se não resultaram em conquistas materiais para os trabalhadores associados, ajudaram a levar as questões dos direitos trabalhistas para a esfera do público. Sem incorrer no risco de romantizar a atuação dos trabalhadores através do Círculo Operário, queremos destacar a busca, que não era exclusividade circulista, de uma ligação entre o operariado e uma sociedade melhor. Ou seja, a vitalidade da associação estava relacionada à forma de se construir, em conjunto, a projeção de um futuro de algumas poucas garantias. O direito de folgar aos domingos era uma delas.

Cláudio Batalha, discutindo acerca das possibilidades de pesquisa sobre instituições das classes trabalhadoras, esclarece três pontos que se tornaram contrários a esse tipo de pesquisa. Seriam: as diferenças entre os trabalhadores comuns e os militantes ativos; o fato de a maioria dos trabalhadores não participar de organizações; e por isso, as associações operárias não representarem as classes. Para o autor, esses argumentos não são suficientes, já que não podemos tomar como homogêneo o grupo dos militantes, que seriam de três tipos: lideranças, quadros intermediários e militantes de base. São reconhecidas as diferenças entre os que escrevem jornais, coordenam e convocam as greves ou dirigem associações e os que, eventualmente, participam de alguma manifestação. Contudo, existem algumas aproximações. *“Se a parte não pode ser tomada pelo todo, há na parte elementos do todo”*.¹⁷¹ Assim, não devemos desconsiderar as diversidades de

¹⁷¹ BATALHA, Cláudio. Vida Associativa: Por uma nova abordagem da História Institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, Porto Alegre, n.8, dezembro de 1997. p.p. 91 – 99.

situações e os períodos de estímulo ou refluxo do movimento operário, nem os componentes da cultura associativa que reúnem trabalhadores mesmo quando não está em evidência algum momento de protesto declarado.

Essa relação mencionada entre lideranças e trabalhadores comuns dentro do Círculo São José não é encarada aqui como se os primeiros fossem “portavozes” das vontades dos trabalhadores nem como se fossem precursores de seus projetos. Apesar do anonimato de muitos circulistas, dos quais conhecemos somente o nome e às vezes nem isso, os registros produzidos pelos dirigentes nos ajudam a pensar quais eventos ganhavam adesão – estando isso relacionado com as experiências de trabalho, moradia, educação e lazer – e quais outros foram mais difíceis de propagar entre os trabalhadores – como a missa todo domingo, a abstinência do álcool ou do jogo. Mesmo desconhecendo as falas do circulistas comuns, reconhecemos algumas de suas preocupações através dos projetos publicizados pelo Círculo Operário.

A questão da moradia também esteve entre os programas do Círculo São José em Fortaleza. Nenhuma dificuldade em constatar que, se os trabalhadores, em sua maioria, ganhavam pouco, não poderiam ter boas casas. E isso era causa de outros problemas. Porém, esta não era uma questão que se resolveria só com apoio moral. Nesse momento, a Igreja passa a cobrar do Estado alguma resolução.

“É dever do Estado trabalhar pela difusão da propriedade entre o povo”, dizia padre Guilherme, “*donde resultaria uma repartição equitativa dos bens*”.¹⁷² Esse argumento tinha como base a *Rerum Novarum*, que apresentava como uma das soluções para os problemas sociais a melhoria das habitações proletárias. Por essa época, a Igreja tornou pública uma série de críticas ao liberalismo de Estado, que, à medida que laicizava as instituições públicas permitindo a liberdade de culto, ausentava-se na intermediação dos conflitos sociais. No nono aniversário do Círculo São José, Frei Marcelino de Milão, convidado para ser o orador da solenidade, disse aos trabalhadores que compareceram à festa:

O Liberalismo, com o seu frio sentimento utilitário, de todo se desinteressa da sorte do trabalhador – homem – machina. Dá-lhe plena liberdade de acção sem lhe oferecer, porém, os meios de se

¹⁷² “Experimentado guia dos operários – o padre Guilherme Waessen – responde o inquérito da U. P. Cristo Rei”. **O Nordeste**. Fortaleza: 12 de fevereiro de 1931.

erguer em seus desfalecimentos, o menor auxílio sinão o que promana do seu trabalho mortificante.¹⁷³

Por outro lado, no “sistema cristão”, continuava o orador:

Vossos direitos e deveres são iguaes aos dos reis e dos magnatas do ouro e da política. A ninguém é licito opromir-vos, comer das vossas fadigas, beber dos vossos suores, sem uma justa recompensa. Tendes o direito à liberdade porque Deus vos deu uma alma livre, como a luz do céu. Numa palavra, tendes o direito a um logar no banquete da vida.¹⁷⁴

Sob este conjunto de argumentos, que, para os pensadores católicos, comprovava o embargo sofrido pela Igreja em seu planejamento de reforma social, padre Guilherme tentava se posicionar dentro do Círculo Operário como representante dos trabalhadores, cujo papel seria mediar relações com as autoridades governamentais, buscando concretizar o que a moral cristã achava justo e oportuno. Mas por que a Igreja tocara no assunto da moradia operária?

Segundo levantamento realizado por Margarida Andrade, as habitações populares no início da década de 1920, começaram a sofrer as intervenções estatais dentro da zona urbana – com base na política sanitária e controle das epidemias. Foi nesse período que se iniciaram os incentivos para a construção de vilas de acordo com as normas de higiene e saúde pública em vigor. Segundo a autora, em 1922, uma lei concedia isenção de impostos prediais e municipais para construção de casas populares nos bairros menos habitados da cidade. Dois anos depois, o Crédito Popular São José¹⁷⁵ também conseguiu a mesma isenção para construir e vender casas em Fortaleza com valor que não excedesse dez contos de réis. Em 1925, estimulava-se a construção de vilas com casas a serem alugadas por, no

¹⁷³ “O 9º aniversário do Círculo de Operários Católicos São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 15 de Fevereiro de 1924.

¹⁷⁴ *Idem*. Estavam presentes representantes de várias associações de Fortaleza, tais como: Centro Artístico Cearense, Paz e União, União dos Pedreiros, Phexix Caixeiral, Deus e Mar, Beneficente Postal, Artística Beneficente, 24 de Junho, Centro Beneficente dos Cigarreiros, Sindicato dos Trabalhadores do Porto, União dos Sapateiros, União dos Trabalhadores do Porto, União dos rendeiros, União dos Trabalhadores Ambulantes.

¹⁷⁵ O Crédito Popular São José foi uma cooperativa fundada pela Igreja em 17 de novembro de 1920 para “favorecer a pobreza oprimida pela desenfreada usura dos tempos”. **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o anno de 1921**. Fortaleza: Typographia Moderna, 1921.

máximo, cinquenta mil réis por mês a operários, empregados do comércio ou de fábricas.¹⁷⁶

Na década de 1930, diversas empresas do setor têxtil construíram vilas operárias próximas das fábricas com intuito de fixação da mão-de-obra e controle sobre a produção. Antes desse período, conforme dados expostos por Andrade, só existiam em Fortaleza três vilas operárias ligadas a indústrias têxteis: a Vila Diogo, da Usina Gurgel, construída em 1922, que tinha 66 casas; a Vila Pompeu de 1926, da Fábrica Progresso, com 50 casas; e, em 1928, 6 casas construídas pela Fábrica São José de Philomeno Gomes, sendo esta vila ampliada em 1933, com 80 unidades.¹⁷⁷

Como se pode notar, as vilas operárias não eram o endereço mais comum entre os trabalhadores nos anos 1920. A insistência em permanecer nas áreas centrais da cidade, próximos aos locais de trabalho e também perto dos aparelhos urbanos – comércio, praças públicas, estações, bondes, hospitais – fazia com que os trabalhadores, com rendimentos escassos para o aluguel, procurassem moradias mais baratas e instalações rudimentares. A seguir, reproduzimos uma tabela com indicações sobre casas populares em Fortaleza:

Quadro III
“Construção entre 1930 e 1934”.

Ano	1930	1931	1932	1933	1934
Taipa	89	100	184	304	181
Alvenaria	330	513	509	209	297
Total	419	613	693	594	478

Fonte: Almanaque do Estado do Ceará, 1936, p. 59.¹⁷⁸

Certamente, no início dos anos 1930, a população de Fortaleza havia crescido, principalmente por conta das migrações ocorridas em tempos de seca e pelo relativo crescimento industrial. Mas, os números podem sugerir, mesmo para a década de 1920, o tipo de habitação das camadas mais pobres da cidade. Margarida Andrade pondera que os efeitos da lei de redução de aluguéis para as

¹⁷⁶ ANDRADE, Margarida. **Onde Moram os Operários...** Vilas Operárias em Fortaleza (1920 – 1945). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

¹⁷⁷ *Idem.* p. 156.

¹⁷⁸ *Idem.* p. 136.

casas populares em 1931 teriam provocado uma queda na construção de casas de alvenaria para alugar. Muitas pessoas sem rendimentos fixos mensais continuaram morando em casebres, apesar das interdições higienistas.

As condições de moradia das classes pobres de Fortaleza melhoraram pouco ou quase nada durante as primeiras décadas do século XX. As habitações precárias eram também causas de muitas doenças, que somente quando viraram epidemias, vitimando inclusive os ricos, é que receberam atenção do Governo local. No relatório do Presidente do Ceará, João Thomé de Saboya, em 1919, encontramos uma breve descrição das casas mais pobres, onde a ocorrência de doenças e as epidemias se alastrava rapidamente. Falando sobre a epidemia de impaludismo (malária), o Presidente relata que

Entre a população que dispõe de qualquer recurso e de alguma instrução, a moléstia foi benigníssima; quase todas as vítimas (exceptuados alguns indivíduos já lesados organicamente) se registraram nas classes mais pobres que habitam palhoças e não podem ou não querem se submeter às prescrições medicas.¹⁷⁹

Além das casas de taipa, cuja concentração maior era nos areais do Outeiro, possivelmente habitadas por famílias muito numerosas, outra forma de moradia operária mais próxima do perímetro central eram as casas de cômodo ou as pensões. Na Estatística Domiciliaria do recenseamento geral de 1920, foram contabilizados 102 “domicílios coletivos” em Fortaleza, entre os quais 36 casas de cômodos e pensões.¹⁸⁰ Os aluguéis de quarto destinavam-se, especialmente, a operários solteiros ou a casais sem filhos. Entretanto, de acordo com o mesmo censo, a densidade domiciliaria, juntando casas particulares, coletivas e asilos existentes na cidade, foi calculada em 8,12, o que pode indicar número maior de pessoas morando em um único cômodo. As casas de cômodo, cortiços e pensões podiam ser bem povoados o que sugere uma ideia de muito movimento, barulho e pouca intimidade. Mas, como lembrou Ferreras, este tipo de morada era também “*espaço ideal para troca de informações sobre trabalhos, sobre a cidade e sobre outros inquilinatos*”.¹⁸¹

¹⁷⁹ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de Julho de 1919 pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado. p. 31.

¹⁸⁰ “Recenseamento Geral de 1920”. **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1928**. p. 10.

¹⁸¹ FERRERAS, Norberto Osvaldo. **O Cotidiano dos Trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)**. Niterói: EDUFF, 2006. p. 88.

A primeira regulamentação sobre locação de imóveis urbanos data de 1921 e entrou em vigor no ano seguinte. A Lei do Inquilinato (Decreto nº 4403) regulava o contrato de locação com validade de um ano, valores fixos durante esse tempo, pagamento mensal e condições de despejo. Podemos afirmar que parte significativa do orçamento familiar era destinada ao aluguel. Assim, os períodos de afastamento do trabalho – desemprego ou doença – e o conseqüente atraso do aluguel, poderiam provocar o despejo da família. Parece razoável supor que isso gerasse bastante constrangimento e alguns desentendimentos entre inquilinos e senhorios. O caso de Joana Nogueira da Silva pode servir de indicador das difíceis situações pelas quais passavam os trabalhadores com relação às casas alugadas. Esta senhora alugara em Fortaleza uma casa pertencente a Antônio Bandeira. Depois da morte do marido, ela e a filha passaram por grandes dificuldades financeiras, o que provocou o atraso no pagamento do aluguel. Não podendo desocupar o imóvel, o dono da casa arrancou a porta e a janela, gerando uma série de constrangimentos para as moradoras, culminado na abertura de um processo criminal.¹⁸² A história da viúva Joana é uma entre várias que acontecia cotidianamente na cidade.

A Lei previa que a notificação de despejo somente poderia ser executada após dois meses de falta de pagamento e, sob ordem judicial, com o prazo de 20 dias para que o inquilino desocupasse o imóvel (Arts. 6 e 8).¹⁸³ Os aumentos inesperados sobre as locações eram também proibidos pelo decreto. Assim, os inquilinos teriam tempo de quitarem os meses atrasados e o direito de permanecerem no imóvel mais 20 dias, prorrogados por 10, período necessário para arranjar outro lugar. Os senhorios não os poderiam expulsar sem aviso prévio. Enfim, a Lei do Inquilinato representava um mínimo de segurança para os trabalhadores com relação à habitação, embora pouco tenha mudado na prática. O decreto foi comentado em duas reuniões do Círculo São José, nas quais o presidente José Agostinho, explicou os benefícios que a Lei permitia às classes pobres com relação aos contratos de aluguéis e a importância de se fiscalizar o seu cumprimento. Agostinho falou também sobre a campanha do jornal *O Nordeste* a favor da observância do decreto, apoiada pelo Círculo Operário.¹⁸⁴ Somente através

¹⁸² Processo 1919/01. Série: Ações Criminais / Despejos. Arquivo Público do Estado do Ceará.

¹⁸³ “Lei do Inquilinato”. **Voz do Graphico**. Fortaleza: 28 de janeiro de 1922.

¹⁸⁴ “Sessão realizada domingo, dia 29”. **O Nordeste**. Fortaleza: 31 de outubro de 1922.

destas pequenas medidas é que se tentava contornar o difícil problema das moradias, já que mais do que isso requeria maior investimento econômico ou vontade e poder político para reverter a questão.

É importante observar que estes problemas relativos às moradias proletárias conferiam um caráter de mobilidade e, às vezes, de incerteza para os trabalhadores. A imposição de ter de se mudar constantemente poderia implicar em perdas de referências não só geográficas – residir perto do local de trabalho, da escola, ou do mercado –, mas das relações de vizinhança e de construção de espaços alternativos à casa – lavanderias, rodas de conversas entre vizinhos, brincadeiras entre as crianças. Além disso, existia uma sensível diferença entre as habitações operárias e os sobrados ou casas de portas dos grupos abastados, no tocante à privacidade. Nem precisamos mencionar sobre a mobília. Só fato de a casa burguesa ser mais ampla, com quartos separados para o casal e os filhos, proporcionava maior segurança e comodidade. A própria ideia de uma sala de estar exemplifica o sentido conferido ao lar pela “civilidade” burguesa. Por vezes, as casas dos operários eram pequenas demais para o tamanho da família, o que os fazia ficar mais tempo na rua, onde construíam espaços de sociabilidade. Não só os homens, mas as mulheres e as crianças, aproveitavam os espaços públicos, quase como uma extensão das casas.¹⁸⁵

Como mencionamos anteriormente, incentivava-se a construção de casas populares nos locais mais afastados do Centro, como forma de retirar os pobres da área remodelada da cidade.¹⁸⁶ Entretanto, havia entre os trabalhadores uma preferência pela região central, onde se localizava a maioria das oficinas, fábricas, lojas, vendas e padarias.¹⁸⁷ Os motivos para a fixação no Centro, além da proximidade do trabalho e a intenção de evitar gastar mais tempo e dinheiro na locomoção, eram de feição cultural. Utilizar o espaço público, o Passeio, a praça, a igreja, o bar, o cinema – não da mesma maneira dos poderosos – era uma tentativa

¹⁸⁵ MARTINS, Paulo César Garcez. Habitações e vizinhança – limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. República: da Belle Epoque à Era do Rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁸⁶ Sobre o processo de disciplinarização dos espaços e os usos ‘adequados’ das vias públicas, ver: PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)**. 3 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

¹⁸⁷ Segundo dados do **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1924**, havia somente no perímetro central (Praça José de Alencar, Praça do Ferreira, Floriano Peixoto, Major Facundo, General Sampaio, Barão do Rio Branco) 42 Lojas de Fazendas e Miudezas, 9 Mercarias, 8 Padarias, 12 Alfaiatarias, 10 Tipografias e mais de 100 Lojas de Secos e Molhados.

de compensar a moradia e de produzirem uma leitura própria da cidade, no intuito de estarem inseridos no ritmo da vida urbana, da qual os trabalhadores também eram sujeitos. Em síntese, conforme afirma Michelle Perrot, “*para as classes pobres a cidade é como uma floresta onde é preciso caçar a existência*”.¹⁸⁸

Esses apontamentos sobre as condições de moradia das camadas populares em Fortaleza nos auxiliam na tarefa de entender o contexto em que se discutia essa questão. A propriedade particular é, lembremos da *Rerum Novarum*, inviolável, sendo assim, justificadas a acumulação de capital e a herança. Na mesma bula, aconselha-se que seja pregada entre as “massas populares”, a prática da “boa economia”, para que “o operário que receber um salário suficiente (...) vá juntando um pequeno pecúlio, que lhe permita chegar um dia a adquirir um modesto patrimônio”. Nesta receita, a administração pública deveria contribuir para conceder “a participação do povo na propriedade do solo”. Esperava-se que o operariado, bem orientado pela Igreja, desenvolvesse “naturalmente” o cultivo da terra ou o gosto por fazer melhorar seu pedacinho de chão. Assim, não haveria conflitos, nem revoluções, nem Comunismo.¹⁸⁹

Em meados dos anos 1920, a disposição de casas para os trabalhadores começa a ser ensaiada no Círculo São José. A diretoria do Círculo conseguiu em 1924, na gestão do Desembargador Moreira, isenção de impostos para as casas da Vila Operária Dom Manoel. O projeto que previa ampliação edificou, com financiamento do Crédito Popular São José, 31 casas “arejadas e higiênicas” a serem vendidas a pequenos comerciantes associados ao Círculo Operário. Apesar de as casas serem vendidas em parcelamentos de até quinze anos, eram destinadas aos comerciantes, certamente porque a maioria dos circulistas tinha ganhos descontínuos, não podendo pagar rigorosamente todos os meses. As prestações variavam entre 27 e 47 mil réis e as casas eram de três tipos (A, B e C), dependendo da área construída e do número de cômodos. José Agostinho, diretor da associação, organizou uma comissão para agradecer ao governador a concessão dos impostos, comentou que:

A lei que isenta de impostos tais edificações vale por estímulo, sobretudo importa em acoroamento absolutamente razoável da parte

¹⁸⁸ PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: **História da Vida Privada** – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 316.

¹⁸⁹ LEÃO XIII [papa]. **Encíclica Rerum Novarum – sobre a condição dos operários, 1891**. 6 ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1980.

dos poderes públicos, para os que trabalham em prol de realizações de alcance colectivo.¹⁹⁰

Verifica-se que era uma medida muito restrita e que em nada resolvia o problema das habitações dos sócios do Círculo São José. Os pronunciamentos da diretoria acerca deste problema diziam mais sobre manter a dignidade da casa operária. Um dos assuntos recorrentes nos “Cursos de Civilidade” do Padre Guilherme Waessen era a importância do asseio pessoal e da limpeza das casas. Isso tinha relação com as campanhas higienistas empreendidas na década de 1920 e também com o desenvolvimento da associação. Os trabalhadores em condições de produção pagariam as taxas mutuais e não recorreriam tanto à Caixa de Socorros. A vontade de incutir nas classes trabalhadoras as práticas de limpeza das casas, o hábito de congregar a família no interior dos domicílios relacionava-se ainda com a tentativa de afastar os trabalhadores dos ambientes pecaminosos. Como veremos mais adiante, o Círculo Operário criou espaços de sociabilidade para substituir a rua, onde os apelos à bebida, à prostituição, ao jogo eram mais evidentes.

O direito a uma habitação adequada aparece no Círculo São José mesclado com a obrigação de manter uma família à moda cristã. Sabia-se que as casas dos trabalhadores, nesse período, não apresentavam o significado burguês de conforto e privacidade e que era necessário fazer alguma coisa a respeito – nem que fosse solicitar ao Estado isenção de impostos. Pouco foi efetivado nesse sentido. Por outro lado, a dignidade do “lar”, mesmo desprovido de conforto – a Sagrada Família era um ótimo exemplo –, era dever de todo trabalhador.

Uma vontade de direitos, envolvendo os salários, o descanso semanal ou a redução do aluguel e as melhorias nas “maneiras de morar”, formada nas experiências coletivas e individuais dos trabalhadores de Fortaleza, introjetou no Círculo Operário São José a possibilidade de se discutir a respeito da condição operária. Essas questões, na conjuntura social e política da Primeira República, não poderiam ser desconsideradas no trato com as classes trabalhadoras, porque constitutivas do seu cotidiano, das suas prioridades e das visões, variadas, de direitos e deveres.

¹⁹⁰ “Vila Operária D. Manoel”. **O Nordeste**. Fortaleza: 29 de novembro de 1924.

2.3 – Primeiras Lições: Os aspirantes e o valor do bom ofício.

Antes de adentrarem o ambiente da fábrica, de vivenciarem a ordem tempo/espço do trabalho industrial, muitos trabalhadores de Fortaleza passaram por alguma oficina, onde desenvolveram habilidades, aprenderam técnicas e usos de instrumentos e captaram gestos de algum ofício. Podemos pensar a oficina como lugar de qualificação profissional e de aquisição e exercício de saberes, sendo este mesmo lugar o espaço da experiência da produção, do respeito ao coletivo, do sentido da hierarquia (mestres e aprendizes) e do “bom costume” da obediência.

Uma outra preocupação do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José foi a de praticar o sentido do “bom trabalho”. Como vimos, muitas orientações foram dadas sobre como ser laborioso, prestativo, assíduo e responsável no trabalho. As oficinas eram o lugar desse exercício.

Em junho de 1922, as oficinas de sapataria e carpintaria foram oficialmente inauguradas com a benção de Dom Manoel da Silva Gomes, que “*em palavras entusiásticas louvou a acção dos operários catholicos inaugurando aquelle monumento de trabalho cujos fructos hão de ser os mais abençoados e fecundos*”.¹⁹¹ Dois meses depois, foram construídos salões em terreno vizinho da sede social para instalação das oficinas, “*procurando assim desenvolve-las e elevalas ao nível de suas congêneres*”.¹⁹²

Várias eram as oficinas instaladas em Fortaleza nesse período. Antes de o setor industrial começar a empregar em grande escala – o que ocorre a partir dos anos 1930 – era nestes locais (além do porto, da ferrovia e do comércio) que os trabalhadores procuravam colocação.¹⁹³ Mas esse restrito mercado de trabalho exigia alguma qualificação, e quanto mais cedo, melhor.

¹⁹¹ “Inauguração das oficinas do Círculo São José”. O **Nordeste**. Fortaleza: 24 de Julho de 1922.

¹⁹² “Coluna Operária – Círculo de Trabalhadores São José”. O **Nordeste**. Fortaleza: 02 de agosto de 1922.

¹⁹³ Encontramos na sessão “Oficinas” do Almanaque do Ceará de 1926 o seguinte levantamento: de tipografias – 10; de encadernação e pautaço – 3; de ourivesaria e relojoaria – 7; de tinturaria – 3; de sapataria – 6; de barbearia – 7; de colchoaria – 1; de fundição – 4; de marmoristas – 3; de marcenaria, carpintaria e serraria – 8; de tanoaria – 2; de funilaria – 4. **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o anno de 1926**. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926.

Como temos demonstrado, os trabalhadores sem qualquer experiência e formação profissional eram os que recebiam salários mais baixos e, conseqüentemente, os que habitavam mais precariamente. Por conta disso, parecia ser de interesse dos pais operários engajarem seus filhos na busca de algum ofício especializado.

As oficinas do Círculo destinavam-se aos filhos dos circulistas com idade de 16 anos que participassem da associação como aspirantes. Quase nenhum registro, dentro da documentação que pesquisamos, fala desses jovens que eram preparados para fazer parte do Círculo Operário. Porém, a partir de alguns relatórios e anotações sobre o funcionamento das oficinas, buscamos aqui apresentar algumas reflexões acerca dessa primeira experiência no mundo do trabalho, diante da confecção e da organização da produção.

As oficinas, “*em perfeitas condições de servir ao público, pois dispõem de maquinismos aperfeiçoados e pessoal competente*”, tiveram patrimônio construído com subsídios anuais do Governo Federal que, segundo relatório de 1925, contabilizava um valor de 8:500\$000 (oito contos e quinhentos mil réis).¹⁹⁴ Somava-se a isenção de impostos prediais concedida pelo Município à contribuição do Governo do Estado correspondente a 1:000\$000 (um conto de réis) também destinada à manutenção das oficinas.¹⁹⁵ Com a subvenção recebida em junho de 1926, o Círculo ampliou as oficinas, que foram novamente abençoadas em março do ano seguinte. Destaca-se que dessa vez a benção estava inserida dentro dos festejos de São José (dia 19 de março) e, como na inauguração das oficinas cinco anos antes, houve confraternização, sendo oferecidos chá e bolo aos associados.¹⁹⁶ Estes momentos, assim comemorados, marcavam o progresso da Associação e eram oportunidades de reiterar os valores católicos. Como dizia Dom Manoel anteriormente, as oficinas eram “monumento de trabalho”. Se o investimento era na formação profissional dos filhos dos circulistas, não se deixava esquecer que deveria resultar em jovens “bons operários”. Mais que a mera aprendizagem, o espaço então organizado era o da prática, do trabalho efetivo.

¹⁹⁴ “Círculo São José – A posse solenne de sua nova directoria”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de fevereiro de 1925.

¹⁹⁵ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Desembargador Moreira da Rocha – Presidente do Estado. Fortaleza: Typografia Gadelha, 1926.

¹⁹⁶ “Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 18 de março de 1927.

Os mestres eram profissionais já experientes no ofício, obviamente engajados no Círculo Operário, dirigidos por um dos doze diretores do Círculo, que ficava responsável pelas encomendas e pela prestação de contas das oficinas. Nos Estatutos do Círculo São José estava previsto como atribuição da diretoria, “*admitir os empregados que se tornarem necessários ao bom andamento do serviço do Círculo, mandando-lhes ordenados ou comissões, demitindo-lhes quando não cumprirem seus deveres*”.¹⁹⁷ Esta parecia ser a condição dos mestres das oficinas, empregados do Círculo provavelmente recebendo por comissão, já que trabalhavam em horário integral durante toda a semana.

Sabemos que os aspirantes, depois de um período inicial de aprendizado, passavam a ganhar algum pecúlio por seu trabalho. Até este momento, não encontramos nas fontes o valor exato.¹⁹⁸ As oficinas funcionavam em horário comercial de segunda a sexta-feira, estando abertas também para algumas pequenas tarefas do Círculo Operário – por exemplo, quando da construção da Coluna do Cristo Redentor, os donativos para a realização de leilões eram recebidos no salão da carpintaria, e os ingressos para as sessões de cinema na quinta à noite eram também distribuídos ali. Sobre a produção: “*optimos sapatos fabricados, bem assim vários moveis do mobiliário do Circulo S. José, ali preparados com gosto e solidez*”.¹⁹⁹ Percebemos, então, que este espaço das oficinas era bastante interligado às atividades da associação e envolvia os aspirantes na dinâmica do Círculo, desde cedo preparados para servirem ao projeto circulista.

Quanto aos aspirantes, formavam um subgrupo dentro do Círculo São José. Reuniam-se uma vez por semana para a orientação religiosa, cujo diretor espiritual era o padre Gumercindo Sampaio, que trabalhava “*em prol das creanças (...) para que continuem na prática do bem e da religião, evitando a corrupção de nossa época*”.²⁰⁰ Além disso, o grupo dos aspirantes planejava seus próprios passeios e estava ligado a diversas atividades do Círculo Operário. Mais que seus pais, os aspirantes estavam imersos no ambiente circulista. Se fossem cumpridas as recomendações, esses garotos passavam boa parte do dia na oficina, frequentavam

¹⁹⁷ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Catholicos São José”. **Gazeta Oficial**. Fortaleza: 06 de junho de 1918. Art. 35, prg. 6.

¹⁹⁸ Segundo Recenseamento Geral de 1920, a maioria dos aprendizes recebia até 2\$900 por dia e apenas 0,5% dos aprendizes ganhavam 4\$000. Ver: Recenseamento do Brazil - 1920. Vol. V. Salários. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística.

¹⁹⁹ “Inauguração das oficinas do Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 24 de Julho de 1922.

²⁰⁰ “Resumo da sessão ordinária realizada domingo, 13 do corrente”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de setembro de 1925.

as aulas noturnas, participavam de reuniões nas manhãs de domingo, onde ouviam o Curso de Religião, estavam no Grêmio Dramático ou no Centro Literário. Todas essas ocupações compoem o que a direção do Círculo acreditava ser uma vida em honra da “Religião, da Pátria e da Família”. Numa clara intenção de manter as crianças longe da rua ou das “más influências”, o Círculo Operário preparava seu futuro, no qual, acima de tudo, importava ser fiel aos preceitos da Igreja.

Quais motivações existiam entre esses jovens aspirantes para ingressarem nas oficinas?

Certamente a primeira delas era de origem econômica. A qualificação profissional poderia garantir qualquer acréscimo, ainda que mínimo, na renda familiar. E quando se tratava de uma emancipação da casa paterna – não que isso, necessariamente, representasse um distanciamento territorial –, ter um ofício era importante para se constituir uma família ou para ter acesso, na vida de solteiro, a algumas raras aquisições materiais. As demandas operárias não estavam restritas ao preço do pão ou às oito horas de trabalho. Convivendo com as inovações na cidade, com as dinâmicas da vida cultural, entre as praças embelezadas e a sedução das coisas modernas, os trabalhadores também quiseram construir seus acessos a essa modernidade. Embora os parâmetros de consumo fossem bem diferenciados entre operários e proprietários, as novidades enquanto objetos de desejo se difundiram também entre a classe operária. Antonio Luiz Silva Filho nos lembra que o consumo não se restringe a compra da mercadoria, ele se dá também no vislumbre, no desejo que está sempre inserido numa “*ordem de significações, uma linguagem que articula indivíduos e grupos*”.²⁰¹ Estando o consumo ligado à condição social, as formas de desejo se expressam de maneiras diferenciadas. Desta forma, é possível pensar para além do objeto, entendendo o desejo em seu conjunto, que vai da sedução ao uso. Assim é que a vontade de possuir uma roupa nova para ir ao cinema, narrada por Otacílio de Azevedo, serve-nos de exemplo de algumas expectativas cotidianas na vida dos jovens trabalhadores. Ele relata:

Quando eu era rapaz, meu maior sonho era possuir uma calça de flanela creme e um paletó de casemira azul-marinho. Com a minha amizade ao Sidney Neto, sendo ele muito amigo de Santa Rosa, exímio alfaiate, tornei-me também seu amigo e não custou que me fizesse, a prestações, aquilo que eu jamais poderia comprar a vista com o pouco que ganhava nas oficinas da Ceará Light. E um dia de

²⁰¹ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Paisagens do Consumo**: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Ceará, 2002.

domingo, glorioso, de muito sol e céu azul puríssimo, saí muito alegre, enfatizado como sempre sonhara.²⁰²

A indicação de ser católico o tempo todo não necessariamente definiu a formação dos aspirantes. Outros elementos entraram na composição de suas subjetividades e gostos, dentre os possíveis da cidade e da época. Supondo relações de vizinhança, amizades com estudantes de outros grupos escolares ou com aqueles que nem estudavam, brincadeiras e jogos da infância, paqueras, namoricos, como componentes de identidades, podemos pensar nos limites do controle da Igreja na vida destas pessoas. Claro, alguns valores católicos jamais foram desprezados, no entanto, outras influências entraram na geração destes (futuros?) circulistas.

Outro motivo para a profissionalização seria a valorização do trabalhador enquanto artífice, alguém que emprega sua inteligência e inventividade para construir algo. Este valor do ofício poderia atender, simbolicamente, uma vontade de prestígio – por ser especialista em algo – entre os demais trabalhadores. Se pudessem escolher, os jovens talvez preferissem ser um sapateiro a um quebrador de pedras; ser um carpinteiro a um varredor de ruas. Ainda mais, mesmo fora da oficina, saber consertar um sapato ou ajeitar um móvel quebrado serviria para ganhar um dinheirinho extra ou ainda, para prestar ajuda a amigos e parentes, como o alfaiate que tornou possível (em prestações) o sonho de Otacílio.

Assim, parece justificar-se o interesse dos aspirantes de ingressarem nas oficinas do Círculo Operário, ou em outras disponíveis em Fortaleza. Contudo, em assistir essa necessidade dos operários, a Igreja também tinha seus propósitos. Adelaide Gonçalves, tratando sobre o ensino profissional dirigido aos pobres, indica as ideias-força que estariam presentes neste tipo de educação no início do século XX. A saber: a disciplinarização da mão-de-obra para o trabalho industrial e a manutenção do espírito de ordem, como profilaxia social.²⁰³

²⁰² AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça**: Reminiscências. 2 ed. Fortaleza: UFC / Casa José de Alencar, 1992. p. 104. Continuando a história, a caminho do cinema, Otacílio de Azevedo foi chamado para pintar um letreiro no Polythema e, estando em cima de um cavalete, “José Rola ao passar debaixo, desequilibrou o cavalete com sua enorme barriga”. Ao cair, Otacílio de Azevedo sujou de tinta o paletó novo.

²⁰³ GONÇALVES, Adelaide. “Uma fábrica de homens utilizáveis”: sobre escola e instrução pública para os pobres no Ceará. In: RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). **Em Tempo**: História, Memória, Educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

A preparação para o trabalho nos padrões católicos era, antes da técnica e do ofício, a transmissão dos valores de obediência e de préstimo. Por isso, além do mestre, a presença do padre ou do diretor era importante. Em conjunto, estas pessoas ordenavam o espaço hierárquico das oficinas, estabelecendo regras de boa conduta e ensaiando a formação de jovens patriotas e cristãos entusiasmados. O Círculo buscava estabelecer laços de lealdade entre os aprendizes para com seus diretores a fim de tornar firmes seus compromissos com a associação.

Em uma descrição sobre oficinas francesas no século XIX, foi salientada a “violência do aprendizado”, na qual as penalidades, as zombarias, e o rigor dos mestres no trato com os seus aprendizes os faziam querer desistir do ofício. Nesta época, em alguns escritos operários, as oficinas foram retratadas como sendo lugares piores que as prisões.²⁰⁴ Sobre este caráter perverso da vida nas oficinas, não conhecemos nenhum comentário. No entanto, as oficinas de Fortaleza foram descritas por suas péssimas condições de higiene, muitas sem ventilação, sem água potável e sem banheiros.²⁰⁵ Alguns aspectos nas relações entre mestres e aprendizes poderiam ser bem conflitantes, especialmente os que tocam na questão da indolência. Corrigir a preguiça era prioritário. Era contrária à dignidade do trabalhador a moleza para o trabalho, a má qualidade do produto confeccionado ou a demora em fazê-lo. Era, portanto, a vivência nas oficinas, o início de uma vida de trabalho. O manuseio dos instrumentos, a qualidade da produção, o tempo das encomendas, a divisão das tarefas faziam parte desse processo de inserção dos jovens na lógica do capital e do trabalho.

Os trabalhadores na busca pela qualificação – talvez com a esperança de ascender socialmente – enfrentavam muitos obstáculos, desde a impossibilidade financeira de montar sua própria oficina à desvalorização do trabalho especializado.

O desamor a perfeição dos productos industriaes, caracterizado pela ambição do maximo, é outro mal terrível, que concorre poderosamente para a desvalorização do operariado perito, victima da competência que lhe faz uma verdadeira praga de aprendizes, em que os patrões com pagas ainda mais mesquinhas, saciam a sua imensa fome de riqueza; e acresce dizer que esses aprendizes são daquellas idades, quasi sempre, em que um dos princípios da Conferencia da Paz condemna sejam admitidos pelo menos em trabalhos pesados.²⁰⁶

²⁰⁴ RANCIÈRE. Jacques. **A Noite dos Proletários**: Arquivos do sonho operário. Tradução: Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 68.

²⁰⁵ “Manifesto do Partido Socialista Cearense”. **Ceará Socialista**. Fortaleza: 20 de julho de 1919.

²⁰⁶ *Idem*.

Percebemos pelo trecho do jornal que a procura por trabalho nas oficinas se dava cada vez mais cedo (antes mesmo dos 14 anos), o que gerava concorrência, porque os aprendizes recebiam bem menos que os profissionais experientes, e a contínua desqualificação dos ofícios. O “operário perito”, que antes era sinal de deferência para as classes trabalhadoras, passa, gradativamente, a perder seu *status*. Os efeitos do sistema de fábricas que então começava a se articular na cidade, acarretavam mudanças no sentido da qualificação e no valor da profissão. Quando a Revolução Industrial forçou o ingresso dos mestres-tecelões nas fábricas inglesas do século XIX, o que surtiu maiores ressentimentos, segundo Thompson, foi a queda do *status* de trabalhador independente para empregado. Essas transformações mexeram também com os valores da economia familiar tradicional, a perda do tempo livre e do controle da produção por parte do artesão.²⁰⁷ Esse último elemento fez-se notar também na realidade dos trabalhadores de Fortaleza, que submetidos à exploração dos patrões, sentiam seus saberes serem desconsiderados e esvaziada sua autonomia sobre os artigos manufaturados.

Causa desgosto ao operário-artista trabalhar em oficinas incompetentemente administradas. Pouquíssimos são os patrões que entendem da profissão que exploram. D’ onde o pouco apreço ao operário-artista, e a imperfeição da obra.²⁰⁸

Diante de tantas adversidades, parecia ser fator negativo adentrar em uma oficina, mas a “carreira aberta ao talento”²⁰⁹ ainda era bastante restrita aos pobres. Em todo caso, a saída mais plausível parecia ser a profissionalização. De forma que se seguiram, durante a década de 1920, algumas campanhas de valorização dos artífices. A mais notável entre elas, na opinião do jornal *O Nordeste*, foi a que o Centro Artístico Cearense promoveu em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Em 1922, o Centro Artístico organizou uma exposição de trabalhos “*com o fim único de elevar o conceito dos nossos artistas*”. A circular sobre a exposição foi publicada no Jornal dois meses antes do evento. Dizia:

²⁰⁷ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. II. A maldição de Adão. Tradução: Renato Busatto Neto e Claudia Almeida. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁰⁸ “Manifesto do Partido Socialista Cearense”. **Ceará Socialista**. Fortaleza: 20 de julho de 1919.

²⁰⁹ Hobsbawm refere-se a dois caminhos de possível sucesso e ascensão social na França pós-Revolução: a educação e os negócios. As carreiras de padre, ministro ou rabino, ou a de intelectual secular – professor, funcionário público, médico, advogado –, mais do que os negócios, eram aspiradas pelos pobres, que, mesmo com muitos sacrifícios, estavam acima das condições da maioria. Ver: A Carreira aberta ao Talento. In: HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789 – 1848)**. Tradução: Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

O Centro Artístico Cearense resolveu comemorar a passagem da nossa Independência, realizando no p. dia 7 de Setembro, em sua sede social uma EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS, executados por operários residentes no Estado, sem distinção de nacionalidade, nos quaes se apresente ao público o vosso valor artístico.

Sendo este tentamen uma obra que muito concorrerá para serdes conhecidos como artistas de mérito, venho pedir-vos que envieis a esta sociedade um de vossos trabalhos, no mais curto espaço de tempo possível a fim de que possamos no dia marcado, com o vosso valioso concurso, comemorar também condignamente a passagem do Centenário Brasileiro.²¹⁰

A menção de mérito para os trabalhos dos artesãos era extremamente importante nesse contexto. Não só devido aos festejos cívicos, nos quais as associações operárias fizeram parte como forma de demarcar sua existência e valor dentro da Nação, mas também como resposta à limitação dos artistas no âmbito das oficinas em que eram empregados.

A presença dos aprendizes nas oficinas era propagada pelo Círculo Operário como uma boa oportunidade de desenvolvimento socioeconômico acenando para a possibilidade daqueles jovens aprendizes se tornarem mestres algum dia. As autoridades governamentais apoiavam essas iniciativas de profissionalização por considerar que *“a educação profissional da infância moralmente abandonada constitui o fundamento da prevenção criminal”*.²¹¹ E as famílias operárias queriam a profissionalização dos filhos para ver crescer, o mais rápido possível, o orçamento escasso para as despesas da casa. Segundo Michelle Perrot, a economia familiar proletária baseada, principalmente, no salário do pai e em toda contribuição que os filhos pudessem agregar, justificava o número elevado de filhos por casal.²¹²

O alto índice de natalidade entre os trabalhadores parece ser também verificado em Fortaleza nas primeiras décadas do século passado. Os dados absolutos sobre a população da cidade de 1920, revelam um significativo número – se comparado com a população adulta – de crianças e jovens. (ver tabela p. 107). Das informações demográficas, depreende-se que havia muitos jovens em idade de iniciar uma profissão. Poucos entre eles chegariam a ultrapassar a educação básica,

²¹⁰ “O Centro Artístico vae realizar uma exposição de trabalhos”. **O Nordeste**. Fortaleza: 08 de Julho de 1922.

²¹¹ Mensagem enviada a Assembléia Legislativa pelo Desembargador José Moreira da Rocha – Presidente do Estado. 1928.

²¹² PERROT, Michelle. Funções da Família. In: **História da Vida Privada – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Vol. 4. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.p.p. 105 – 120.

sendo a formação intelectual de nível superior um privilégio ainda incomum entre as camadas populares. Assim, possivelmente impelidos pelos pais, alguns jovens procuraram nas oficinas seu “primeiro emprego”. Estamos certos, como dissemos anteriormente, que as oficinas eram espaços educacionais de alguma teoria e prática do ofício, mas foram, ao mesmo tempo, uma espécie de estágio – precariamente remunerado – de início da profissão.

A indicação de ter estado em uma das oficinas do Círculo Operário poderia, de alguma forma, servir de referência para alguma futura contratação dos aprendizes em estabelecimentos desse tipo na cidade. Entre os avisos iniciais das sessões ordinárias dados pelo presidente José Agostinho, encontramos a seguinte informação:

O sócio Francisco Ribeiro, padeiro nesta capital, segue para Cascavel levando uma carta desta sociedade para trabalho naquela localidade e recommendado-o à Liga dos Moços Catholicos de São Luiz de Gonzaga durante sua permanência ali.²¹³

Esta é a única referência que encontramos sobre carta de recomendação de profissionais engajados no Círculo. Era final de 1924 e, por conta das filiais no interior do estado, o Círculo São José vinha se tornando bem conhecido. Uma carta de recomendação endereçada a algum empregador poderia expressar a boa conduta e confiabilidade do padeiro. Lembrando que uma recomendação desse tipo – dando referências sobre o operário – não era a mesma coisa de arrumar-lhe um emprego como faziam as Bolsas de Trabalho nesta época. O fato de indicá-lo também para Liga dos Moços Católicos reiterava a intenção de que Francisco Ribeiro continuasse na militância social católica.

O exemplo citado nos parece bastante elucidativo sobre a abrangência do projeto circulista na capital e no interior do Estado. Presumivelmente, repercutia entre o patronato, ao menos subjetivamente, a figura do circulista como trabalhador ordeiro que a Igreja tanto proclamava. Não estamos afirmando que o fato de ser circulista era garantia de arranjar um emprego. Sugerimos que, em algum momento, especialmente a partir da metade dos anos 1920, quando a imprensa católica lançou extensa campanha anticomunista, o fato de ser associado ao Círculo Operário pudesse promover a imagem do trabalhador.

²¹³ “Resumo da sessão ordinária realizada domingo, 28-11-1924”. **O Nordeste**. Fortaleza: 30 de novembro de 1924.

Os aprendizes talvez pudessem utilizar desse recurso simbólico na busca de emprego em Fortaleza. Essas pequenas vantagens, mesmo misturadas à vigilância, às regras disciplinares por vezes bastante rígidas, eram componentes da escolha pelo Círculo Operário como forma de associação. Os trajetos dessa vivência circulista entrecruzavam-se, como em quase toda seleção feita na vida, entre perdas e ganhos, vantagens e desvantagens, sendo fermento para tudo isso as paixões, sejam elas religiosas ou políticas.

Quadro IV

População de Fortaleza segundo o sexo, a idade e a nacionalidade.

IDADE	BRASILEIROS		ESTRANGEIROS		TOTAL
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
7 anos	933	1.001	2	1	1.937
8 anos	947	1.021	3	2	1.973
9 anos	792	754	3	2	1.551
10-14 anos	4.590	4.917	9	14	9.530
15-20 anos	5.384	7.353	28	18	12.783
21-24 anos	3.351	4.092	32	8	7.483
25-29 anos	3.159	4.577	48	25	7.809
30-39 anos	4.119	5.479	109	48	9.755
40-49 anos	2.010	3.408	90	31	5.539
50-59 anos	1.381	2.701	47	22	4.151
60-69 anos	814	1.506	25	14	2.359
70-79 anos	304	684	6	5	999
80-89 anos	88	200	3	2	293
90-99 anos	18	50	-	-	68
100 ou +	-	3	-	-	3
Idade ignorada	82	89	85	65	321
TOTAL	33.941	43.835	495	265	78.536

Fonte: Recenseamento Geral de 1920.

(Coleção Digital – Biblioteca do IBGE. <http://biblioteca.ibge.gov.br/>)

CAPÍTULO 3

Operários, Cidadãos, Cristãos: A Escola Noturna e a Educação Circulista.

Eram muitos os interesses que faziam da Educação uma questão amplamente discutida nos primórdios da República no Brasil. O Estado, que através da Constituição Republicana de 1891, deveria garantir a gratuidade do ensino primário; a Igreja diante da laicização do Ensino prevista por Lei; os socialistas, que pretendiam participar ativamente das eleições – os analfabetos não podiam ser eleitores nem candidatos; os anarquistas, que desejavam formar um outro modelo de sociedade, eram todos, simultaneamente e por motivos diferenciados, atores de propostas pedagógicas e de ações de combate ao analfabetismo em todo país.

A campanha a favor da instrução primária fez surgir grupos escolares, pequenas escolas nas associações operárias beneficentes, nos sindicatos, nas ordens religiosas ou por iniciativa de particulares e filantropos que montavam salas de aulas para reduzido número de alunos. *“A escola começou a ser vista como a instituição mais adequada para o oferecimento da educação, que cada vez mais era associada à idéia de cidadania política”*.²¹⁴

Nos anos 1920, o problema da alfabetização para os pobres ganhava cada vez mais espaço de discussão. Um aspecto era fundamental neste debate: instruir era coisa diferente de educar. A instrução seria o desenvolvimento, a partir do treino e da informação, das habilidades para as operações matemáticas e para as ferramentas básicas de escrita e leitura, por exemplo. A educação associava-se à formação do caráter dos indivíduos, sendo a instrução componente deste processo. A distinção era importante para sustentar a ideia de que não bastava instruir, era preciso transmitir certos valores. Então, uma pergunta: quem era responsável por educar, por formar opiniões? As respostas acompanharam a diversidade de sujeitos e pensamentos políticos interessados na questão.

A Igreja Católica entrou ferrenhamente nesta disputa para combater o ensino leigo, sem a participação eclesiástica nas escolas públicas. Muitos intelectuais ligados ao Catolicismo defendiam que o Ensino não era prerrogativa exclusiva do Estado. Argumentava-se que o Estado devia abster-se de fundar

²¹⁴ GOMES, Ângela de Castro. A Escola Republicana: Entre Luzes e Sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena. (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002, p.391

escolas oficiais “*porque a faculdade de ensinar não é atribuição própria do poder público e sim aspecto particular do direito de trabalhar, que pertence a todo cidadão*”.²¹⁵

Acerca da obrigatoriedade do Ensino público as opiniões eram ainda mais divergentes, já que a participação na vida política do país em seu nível mais elementar, o voto, tinha como pré-requisito a alfabetização dos cidadãos. Assim, parecia demasiadamente contraditório um sistema republicano no qual milhares de pessoas estavam impedidas, ao menos institucionalmente, de realizar qualquer interferência direta nos rumos do país. Como o argumento de que o Estado não deveria montar escolas parecia ser insuficiente para conseguir apoiadores fortes, outro discurso apareceu com mais afinco: A necessidade da moralização dos costumes. D. Leme, quando assume a diocese de Olinda, anos antes de ser nomeado cardeal no Rio de Janeiro, lançou aos católicos uma pergunta com certo tom de denúncia:

Si a geração actual, que passou pela escola *com Deus*, é falha na Religião que será de nós, quando dominar a geração que agora cresce na escola *sem Deus*?²¹⁶

A Igreja Católica, por todo Brasil, dizia ser inadmissível afastar os ensinamentos cristãos das crianças. Assim: “*Não pode, em boa lógica, arrogar-se o Estado funções de mestre, porque de todo lhe falece autoridade doutrinária*”.²¹⁷ Doutrinar, moralizar os costumes fazia valer uma concepção de Educação ligada ao modo de vida cristão.

O surgimento da Escola no Círculo São José foi parte desta proposta educacional católica para a classe trabalhadora. Por isso, não se constituiu sem conexões com o ritmo da cidade, com outras ideias de Educação, com as demandas dos trabalhadores, com os problemas cotidianos enfrentados pelos pobres.

O sentido desta Educação e suas articulações com as leituras sobre a modernidade, sobre o que era lícito e moral na práxis católica, revelam um projeto pedagógico com definições bem particulares que nos permitem verificar as ideias de norma, doutrina, obediência, patriotismo e memória difundidas no Círculo São José.

²¹⁵ SERRANO, Jonatas. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Drummond Editora, 1920, pp. 179-195.

²¹⁶ **Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme** (Arcebispo Metropolitano de Olinda) – saudando seus diocesanos. Typographia Vozes de Petrópolis, 1916.

²¹⁷ *Ibid. Idem.*

Já mencionamos, no capítulo anterior, a importância das oficinas circulistas como lugar da prática pedagógica na formação dos aspirantes. As noções de bom trabalho e de serviço foram ali postas em exercício. Passamos agora à escola noturna e aos ensinamentos moralizantes empreendidos no Círculo Operário. No presente capítulo, nosso objetivo principal é entender o processo de composição da educação circulista, como construção de identidade e como demanda dos trabalhadores. Trataremos de dois aspectos distintos, a instrução e a formação – valores e comportamentos.

3.1 - “Na Santa Cruzada da instrução...”

O 1º secretário Carolino d’ Aquino informa aos senhores socios que estão abertas as matrículas para a escola noturna, pediu aos senhores sócios comprometimento com esta obra tão útil e necessária ao meio social.²¹⁸

Em 1916, ano seguinte à fundação do Círculo em Fortaleza, começou a funcionar a Escola Noturna São José, mantida pelas receitas da associação e também por doações de sócios beneméritos. Eram de dois tipos as aulas ofertadas na Escola: 1) Uma turma de Primeiras Letras, com matrículas abertas a cada semestre para os operários circulistas que não fossem alfabetizados; 2) Turmas de primeira a quarta séries para aspirantes e crianças carentes da comunidade, com período letivo anual.

Certa vez, apresentando dados sobre o andamento das aulas no Círculo São José, o Primeiro Secretário Carolino d’Aquino, que tinha como uma das atribuições a direção da escola, definiu como missão da Escola tornar os circulistas “*homens dignos de honrarem a Religião, a Pátria e a Família*”.²¹⁹

Esta missão transformou-se em tarefa complexa. Não bastava ensinar rudimentos de leituras e operações matemáticas sem antes interferir no uso das informações recebidas, tentando influenciar ou até condicionar a visão de mundo das pessoas. A escola do Círculo prestava-se, primordialmente, como se depreende da definição do diretor, a um fim político de defesa e difusão do pensamento

²¹⁸ “Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos S. José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 01 de Julho de 1922.

²¹⁹ “Círculo S. José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 12 de setembro de 1925.

católico. Note-se que a Religião é mais importante que a Pátria e a ideia de família devia exemplificar isso.

Por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, setembro de 1922, época em que aconteceram muitos eventos de comemoração, o jornal *O Nordeste* promoveu uma série de conferências, em que figuraram pessoas ilustres de Fortaleza. Para uma destas palestras foi convidado o Monsenhor Tabosa que discursou sobre a importância do ensino religioso no Brasil.

Na distribuição dos conhecimentos humanos, deve circular em todas as direcções da vida, a convicção religiosa e a lógica dos factos, “porque amontoar conhecimentos variados na intelligencia poderá preparar oradores, negociantes, industriais” mas não fornecer jamais um só cidadão à Pátria, um só cathólico à Religião.²²⁰

A fala de Monsenhor Tabosa Braga pode indicar qual noção de Educação estava presente no Círculo São José: formar cidadãos católicos. Um modelo de escola foi esboçado e, ao que parece, muito semelhante à Escola do Círculo: o valor da disciplina, lições de patriotismo, a memória da Igreja com referência aos desvalidos, o lugar da obediência e da “serenidade” no usufruto dos direitos. Prosseguindo, o orador compara:

Dizei-me quem pensa em coisas mais altas: ou a escola materialista que affirma o homem nascer, crescer, gozar, morrer e ser comido pelos vermes, ou a escola catholica affirmando que o homem foi creado para conhecer, amar e servir a Deus e por esse meio gozar eternamente o Ceo?²²¹

A escola católica, *lugar da educação moral dos povos*, confere outro carácter à instrução – diferente do ideal iluminista. Não concorre para a liberdade de pensamento, mas para a ideia de serviço, de que era preciso instruir-se para melhor servir a Deus e à Nação.

Na defesa do ensino religioso, que vinha acompanhada da crítica à educação leiga obrigatória nas escolas republicanas, Dom Sebastião Leme, que viria a ser no Rio de Janeiro uma das principais referências da Ação Católica no Brasil, pregava a necessidade de ensinar o Catecismo aos pobres. Essa medida produziria uma sociedade melhor e ainda serviria para combater o Espiritismo, as seitas, o fanatismo e as doutrinas “perigosas”.

²²⁰ “A instrução e a educação – garantia da independência nacional”. **O Nordeste**. Fortaleza: 7 de setembro de 1922.

²²¹ *Idem*.

Temos na Doutrina Christã um freio poderoso para todas as ambições e uma fonte inexaurível de caridade, beneficência, amor ao próximo, justiça, fortaleza, temperança, uma fonte, enfim, de todas as virtudes e de todos os remédios para os males da sociedade.²²²

O funcionamento e a administração da Escola Noturna do Círculo são indicativos desse projeto clerical de salvaguarda da consciência cristã.

As aulas tinham início às dezenove horas, depois de terminada a jornada de trabalho. Os professores eram os sócios com maior grau de instrução, que exerciam a tarefa voluntariamente. Algumas vezes, seminaristas também se responsabilizavam por alguns cursos, e os padres, especialmente o assistente eclesiástico do Círculo, padre Guilherme Waessen, e o diretor espiritual dos aspirantes, padre Gumercindo Sampaio, coordenavam as atividades pedagógicas da escola. Os alunos, sócios efetivos e os aspirantes, filhos dos circunistas, não pagavam mensalidades. Ali também eram aceitas matrículas de meninos pobres em idade escolar que moravam nas proximidades. A mensagem tantas vezes repetida nos balanços anuais e nas assembleias gerais, quando eram apresentadas as prestações de conta e as sugestões para o ano seguinte, mencionava a Escola como *obra de acção social no seio das classes pobres merecedoras de amparo e protecção*.²²³ Instruir era tido como um ato de caridade, e educar era uma missão moralizante.

A propaganda do ensino religioso era incisiva e as chamadas para frequentar as aulas eram constantes nas reuniões ordinárias do Círculo São José. Isso fazia aumentar o número de matrículas a cada período letivo. Um levantamento sobre a Escola Noturna nos dez primeiros anos de seu funcionamento revela que a procura, entre os sócios, pela instrução primária aumentava gradativamente, especialmente na década de 1920:

²²² **Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme** (Arcebispo Metropolitano de Olinda) – saudando seus diocesanos. Typographia Vozes de Petrópolis, 1916, p. 108.

²²³ “Escola Nocturna do Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 27 de novembro de 1925.

Quadro V

Movimento da Escola Noturna: 1916 – 1926.

Ano	Alunos Matriculados
1916	40 alunos
1917	40 alunos
1918	50 alunos
1919	60 alunos
1920	60 alunos
1921	80 alunos
1922	140 alunos
1923	166 alunos
1924	185 alunos
1925	238 alunos
1926	183 alunos

Fontes: Almanaque do Estado do Ceará e Jornal O Nordeste.

A maior parte dos alunos matriculados estava na idade entre os sete e dezesseis anos. Os adultos formavam uma turma única com um programa bastante instrumental de Primeiras Letras, que correspondia ao curso básico de Língua Portuguesa, às quatro operações matemáticas, algum conhecimento de ciências e História.

Como é possível compreender a procura dos operários pela alfabetização?

Estudar à noite, depois de um dia cansativo de trabalho, muitas vezes mal remunerado, parecia ser mais um desejo ou disposição dos trabalhadores que uma convocação da diretoria do Círculo. Havia interesse entre os operários em instruir-se, em ampliar as formas de leitura das coisas.

É preciso que todos nós operários procuremos desde já instruir-nos, sem perda de tempo, a fim de expulsarmos do nosso meio a ignorância reinante, este elemento pernicioso que asfixia a classe trabalhadora e é único causador da nossa miséria.²²⁴

Este trecho foi retirado do jornal *Voz do Gráfico*, demonstrando que não é difícil encontrar nos jornais operários incentivos à Educação. O sentido era bem outro daquele empregado pela Igreja. O propósito da instrução para esta corrente sindicalista era propiciar maior suporte para as reivindicações, era a valorização dos

²²⁴ “A miséria que o operariado sente presentemente é motivada pela ignorância e pela desunião”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 12 de março de 1921.

ofícios e dos saberes dos trabalhadores: “*com o espírito culto, iluminado pela instrução, saberemos lutar, saberemos vencer*”.²²⁵

Para a classe operária, a escola poderia representar oportunidade de acessar um mundo para além da oficina, da fábrica, da feira; um mundo não necessariamente melhor, onde se pudesse arruinar a miséria, mas ao menos com possibilidade de conhecer outros códigos, que o ritmo da produção, o ambiente do trabalho não oferecia. A instrução não estava exclusivamente ligada a um desejo de arranjar um emprego melhor, de ganhar mais dinheiro. É possível que o interesse pela escola também se relacionasse com transformações mais modestas do cotidiano: a possibilidade de ler o jornal – mesmo que do dia anterior –, de escrever uma carta, de assinar uma petição, de ler uma poesia, um cordel. Instruir-se, decifrar o mundo das Letras, era também construir uma autoimagem positiva diante da família e dos colegas de trabalho. O saber ler poderia simbolizar dignidade.

Não foi sem razão que a campanha pela instrução dos sócios intensificou-se nos anos 1920 no Círculo São José. Além de ser uma ação contrária ao impedimento do ensino religioso nas instituições públicas, a escola circulista igualmente satisfazia o desejo clerical de orientar as leituras dos trabalhadores, inibir a procura de uma literatura dita pagã. “*Uma fome de ler, digamos assim, devora o homem dos nossos dias. (...) Lêem o que? Romances, jornaes, revistas e toda uma bagagem de literatura balofa e malsã*”,²²⁶ afirmava Dom Leme. Em resposta a esta busca da instrução entre os pobres, especialmente nos centros urbanos “embelezados” à moda francesa no início do século XX, a Igreja aconselhava, nas palavras de Dom Leme:

Zelo, prudência e bom senso de nós estão a demandar que, indo ao encontro da fome de ler em que se consome a nossa época, cuidemos de lhe distribuir o pão de uma leitura nutritiva e boa.²²⁷

O padre Guilherme acompanhava bem de perto o andamento da Escola Noturna São José, cabendo-lhe, na função de diretor espiritual, “*ser o censor dos livros, manuscritos ou gravuras que forem destinados a Bibliotheca, bem como as fitas cinematográficas e de todas as exibições a serem feitas no palco*”, como

²²⁵ *Idem.*

²²⁶ **Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme** (Arcebispo Metropolitano de Olinda) – saudando seus diocesanos. Typographia Vozes de Petrópolis, 1916. p.p. 74-75.

²²⁷ *Idem.*

previa o Estatuto do Círculo São José.²²⁸ Especialmente a partir da segunda metade do século XIX, quando a Igreja no Brasil vivia seu processo de Romanização, esta tarefa de censurar era disseminada pelo clero, que estabelecia as “boas leituras” na mesma medida que excomungava várias publicações. Na lista de livros excomungados no Brasil publicada no Almanaque Comercial de 1928, nem os padres eram perdoados caso não seguissem as recomendações do alto clero. Os livros mencionados no *Index Librorum Prohibitorum* até aquela data eram os seguintes: “As Bíblias Falsificadas”, por Christão Velho; “História da Frac-Maçonaria”; “O Casamento Civil”, por Kornis de Totvarad; “Elementos de Direito Eclesiástico e Compendio de Theologia”, de Monte Rodrigues de Araújo; “A luz e as Trevas”, sermão pregado em Jundiahy pelo Padre Joaquim do Monte Carmelo; “A Nevrose Mystica”, por Américo Raposo; “Ganganelli, a Igreja e o Estado”, por Saldanha Marinho; “Defesa do Racionalismo”, por Pedro Amorim Viana; e “O Invento Abel Parente”, por Francisco de Castro.²²⁹

Seguindo essas recomendações acerca da censura dos impressos, a diretoria do Círculo cuidava para que, ao menos dentro do Círculo Operário, os trabalhadores fossem impelidos às leituras sacras e aos livros de conteúdo “nutritivo”, para usar a expressão de Dom Leme.

Foi criado o Centro Literário São José que promovia, dentro das sessões ordinárias aos domingos, “*uma bem desenvolvida parte literária, na qual os centristas terão ocasião de por em manifesto o seu esforço nas lutas da intelligencia*”.²³⁰

Ao longo da documentação coletada sobre as atividades circunistas, percebemos que as leituras mais comuns eram os Salmos, os poemas de exaltação à Pátria e as biografias de santos. Nos recitais promovidos pela Escola e pelo Grêmio Dramático São José era bastante estimulada a participação dos sócios. Em um deles, o sócio Manuel dos Santos “*recitou o bello soneto de Paula Ney*”,²³¹ sugerindo o tipo de leitura indicada pelos dirigentes circunistas:

²²⁸ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **Gazeta Oficial**. Fortaleza: 06 de Junho de 1918.

²²⁹ “Livros Brasileiros Excomungados”. In: **Almanaque Commercial para o anno de 1928**. Anno I. Fortaleza: Typographia Urânia, 1928.

²³⁰ “Centro Literário São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 21 de março de 1928.

²³¹ “Resumo da sessão realizada domingo 13 do corrente”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de setembro de 1925.

Fortaleza

Ao longe, em brancas praias embalada
 Pelas ondas azuis dos verdes mares,
 A Fortaleza, a loira desposada
 Do sol, dormita à sombra dos palmares.

Loura de sol e branca de luas,
 Como uma hóstia de luz cristalizada,
 Entre verbenas e jardins pousada
 Na brancura de místicos altares.

Lá canta em cada ramo um passarinho,
 Há pipilos de amor em cada ninho,
 Na solidão dos verdes matagais...

É minha terra! a terra de Iracema,
 O decantado e esplêndido poema
 De alegria e beleza universais!

Construía-se na Escola do Círculo São José um ambiente educacional – em conjunto: o prédio, a biblioteca, os professores, os alunos –, cuja finalidade declarada era a de corrigir os defeitos de uma sociedade cheia de “vícios” e “maus hábitos”. Aproximar o cidadão do cristão era a missão desta escola, já que *“atacar os defeitos de um povo com a intenção de corrigi-los não é falta de amor. É a manifestação sincera do patriotismo melhor orientado”*.²³²

A orientação patriótica fez-se evidente nas festas cívicas que o Círculo São José promovia em Fortaleza. Uma delas era a solenidade do Dia da Bandeira, comumente comemorada com passeatas e execução do Hino Nacional pela banda de música do Círculo. Para uma destas ocasiões, reunindo a maioria dos associados e os aspirantes, o Círculo São José promoveu uma sessão no domingo 19 de setembro de 1922 *“a fim de solenizar a festa de nossa Bandeira, symbolo de nossa nacionalidade, deu prova exuberante de que os operários e trabalhadores bem conhecem seus deveres para com sua querida Pátria”*.²³³

Observando os interesses pedagógicos de grupos diferentes, podemos reconhecer quais elementos eram projetados para estimular a identificação com as propostas políticas e culturais defendidas. Assim, tanto a forma quanto o conteúdo das escolas eram norteados por seu sentido educacional. Ou seja, o funcionamento, a administração, as salas de aula, bem como o que era dado a ler, as seleções das

²³² “A instrução e a educação – garantia da independência nacional.” **O Nordeste**. Fortaleza: 7 de setembro de 1922.

²³³ “Brilhante Festa Cívica do Círculo de Operários e Trabalhadores Catholicos”. **O Nordeste**. Fortaleza: 22 de Novembro de 1922.

matérias, o material didático, faziam-se importantes na composição de um modelo de vida adequado àqueles a quem se destinada a Educação.

Em 1921, por exemplo, vê-se na imprensa operária vasta propaganda da Escola Operária Secundária, “*franqueada a todos os trabalhadores que desejem libertar-se dos tentáculos desse polvo horripilante – a ignorância*”.²³⁴ A idéia ilustrativa da ignorância e do analfabetismo como um polvo expressa bem o sentido de Educação presente na escola operária: a formação dos trabalhadores não está unicamente ligada ao trabalho, mas pode envolver outros aspectos do cotidiano. Aqui os *tentáculos* da ignorância limitam o entendimento dos problemas sociais, reduzem os horizontes de expectativas, inibem o esclarecimento sobre questões políticas e sobre a sujeição dos operários e, o que é mais grave, também são responsáveis pela desunião dos trabalhadores em prol de uma nova sociedade. O convite à Escola é também uma exortação, uma convocação para a luta:

A conseqüência desses males que nos corrompem e degeneram é a falta absoluta de instrução e especialmente de união, instruíamo-nos e unamo-nos! (...). À Escola, à Sociedade, pois, camaradas!²³⁵

A bandeira pró-Educação erguida pelas organizações operárias de feição libertária não estava desvinculada de um projeto de sociedade igualitária que passava pela conscientização dos trabalhadores via instrução. A ação educativa era pensada em conjunto com as disposições das lutas operárias, como explica Adelaide Gonçalves acerca do papel das escolas e dos jornais operários na formação dos trabalhadores.²³⁶

Entendemos que as variações nas formas das escolas voltadas aos trabalhadores são reveladoras de condutas políticas. Por exemplo, comumente, as escolas operárias eram voltadas para os dois sexos, o que não acontecia no Círculo Operário, onde – ao menos até a década de 1930 – matriculavam-se somente homens. Enquanto fazia parte do programa de instrução circulista a afirmação do amor à Pátria e aos heróis nacionais, outros nomes eram divulgados como exemplos de coragem e dignidade pela Imprensa operária, elegendo os “*baluartes da*

²³⁴ “Escola Operária Secundária”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 06 de janeiro de 1921.

²³⁵ **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 12 de março de 1921.

²³⁶ GONÇALVES, Adelaide. Papel Educativo: imprensa e instrução para os trabalhadores no Ceará (1874-1920). **Trajetos**. Revista de História da UFC. V. 5. n. 9 / 10 (dez. 2007). Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2007.

classe".²³⁷ O ensino religioso da doutrina católica ministrado na escola circulista era vetor da identidade de cristão que os trabalhadores deveriam construir em suas vidas. Por outro lado, pensando na universalidade da luta operária, a Escola Operária Secundária oferecia além dos cursos de Português, Matemática, Geografia, História, Desenho e Francês, aulas de Esperanto, uma língua sintetizada pelo médico e filósofo Zamenhof, para "*manter relações com os camaradas de todos os países, pois o esperanto está sendo estudado em todo o mundo*".²³⁸

Os poucos exemplos citados das diferenças entre a escola católica e a escola operária elucidam o lugar tenso em que se davam as disputas em torno da educação dos trabalhadores. Não é nossa intenção analisar os discursos das autoridades governamentais sobre a questão da Educação pública que rendeu muitas promessas e muitas limitações. Procuramos não um panorama da instrução dos pobres, mas os conflitos em que esteve envolvido o Circulo Operário na prática de sua proposta pedagógica, seja diante do Ensino leigo, seja como combatente das aspirações revolucionárias.

Em 1922, quando foi reinstalada a Diretoria Geral da Instrução no Ceará, havia em Fortaleza seis Grupos Escolares, reunindo os alunos por idade, possuindo entre seis e doze classes cada um.²³⁹ Segundo Ângela de Castro Gomes, estas escolas instaladas no início do século XX não excluíram as crianças pobres, mas também não as priorizaram. Os grupos escolares, mais notadamente no espaço urbano, iniciaram um processo de afirmação do ensino como um serviço público, deixando de ser "*uma extensão da família e da ação de credos religiosos*".²⁴⁰

Em Fortaleza, a maioria dos pais não poderia cuidar da educação de seus filhos em casa por não terem conhecimento suficiente ou por não disporem de recursos para contratar professores. Assim, a escola do Círculo Operário foi propagada como uma alternativa aos Grupos Escolares, tentando atrair, além dos circulistas, crianças pobres da cidade. Para que a Escola mantivesse suas

²³⁷ Os Baluartes da Classe era o nome de uma coluna do Jornal Trabalhador Gráfico, fundado em 1930 e editado pelo Sindicato dos Trabalhadores Gráficos no Ceará. Ver: GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson. (orgs.) **O Trabalhador Gráfico** – edição fac-similar. Fortaleza: UFC, 2002.

²³⁸ "O Esperanto". **Voz do Graphico**. Fortaleza: 19 de fevereiro de 1921.

²³⁹ Eram os seguintes: Grupo Escolar do Benfica (12 classes, 630 alunos); Grupo Escolar do Boulevard Visconde do Rio Branco (10 classes, 465 alunos); Grupo Escolar do Fernandes Vieira (10 classes, 390 alunos); Grupo Escolar do Norte da Cidade (10 classes, 326 alunos); grupo Escolar do Outeiro (14 classes, 605 alunos) e o Grupo Escolar de Porongaba (6 classes, 275 alunos). Ver: **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1924**. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1924.

²⁴⁰ GOMES. *Op.cit.* p. 397.

atividades regularmente, o diretor promovia vários festivais e pedia a colaboração de todos os associados “*para coadjuvã-la na santa cruzada da instrução*”.²⁴¹

A Escola Noturna no Círculo São José, além de poder contar com o voluntariado dos professores, que provavelmente trabalhavam em outros lugares durante o dia, tentava atrair os filhos dos trabalhadores sem retirá-los de suas possíveis atividades diurnas. As crianças, muitas vezes, ajudavam os pais em pequenos trabalhos executados em casa – conseguindo lenha, desenvolvendo algum tipo de artesanato, indo entregar alguma encomenda – ou trabalhavam na rua, vendendo doces e charutos, limpando sapatos ou em quaisquer ocupações que lhes rendessem alguns trocados.

Era aos pais que se endereçavam as propagandas da Escola, impelindo-os a enviarem seus filhos às aulas. Parece-nos correto afirmar que, entre os trabalhadores, era vontade dos pais dar aos filhos aquilo que não puderam construir para si. Richard Hoggart explica melhor:

O próprio desejo de ver os filhos “subir” e o respeito pelo valor do saber aprendido nos livros não são fruto do desejo de abandonar a própria classe ou manifestações de esnobismo. São antes inspirados pela esperança de que essas crianças poderão assim evitar a maioria das preocupações que afligem os pobres, só porque são pobres.²⁴²

A Igreja encontrou um caminho aberto à educação dos pobres e aproveitou, conhecendo a demanda por educação dos operários, a oportunidade para divulgar seus preceitos e dogmas. Os trabalhadores, diante do sonho de educar os filhos, apropriaram-se da escola circulista, percebendo-a enquanto oportunidade de instrução. Isso parece explicar o aumento no número de matrículas a cada ano. Contudo, não foi suficiente para assegurar a frequência nas aulas nem o comportamento exemplar de todos os alunos. Sobre o movimento escolar do ano de 1924:

O 1º secretário, director da escola nocturna, expoz os pormenores do progresso da mesma, sendo que a frequência do primeiro semestre desse anno já excedeu a do anno passado. Lamentou, entretanto, a grande falta dos alumnos as aulas, pelo que pediu aos paes dos

²⁴¹ “Resumo da sessão ordinária realizada domingo, 16-11-1924”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de novembro de 1924.

²⁴² HOGGART, Richard. “Nós” e “Eles”. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 176.

mesmos que tenham o maximo de cuidado em mandar seus filhos as aulas.²⁴³

A escola precisou ser mais atrativa para as crianças. Surgiram várias atividades como forma de diversificar o Ensino e manter o interesse dos alunos. A primeira medida foi implantar o ensino de Música, que começou a ser ministrado regularmente em 1922.²⁴⁴ Logo depois foi instalado o Grêmio Dramático São José, onde as crianças ensaiavam peças teatrais apresentadas nas festividades do Círculo Operário.²⁴⁵ E ainda havia os concursos de poesias, as solenidades de honra ao mérito e os passeios de férias.

Ao final de cada ano letivo, a direção da Escola Noturna organizava uma sessão solene para homenagear os padres, os professores e para distribuir os prêmios de assiduidade e comportamento entre os melhores alunos. Em 1925, tiveram destaque 93 alunos: 10 da 4ª classe, 17 da 3ª, 18 da 2ª, 24 da 1ª e 24 do curso infantil. No dia da premiação, a sessão foi encerrada com a exibição de um filme de comédia para as crianças e seus familiares.²⁴⁶ Estes detalhes da vida associativa do Círculo São José, incluindo a formação de uma cultura escolar, poderiam suscitar certo orgulho entre os operários, já que envolviam valores, tais como a distinção, o letramento, o esforço da aprendizagem.

A escola circulista pretendia, através do catecismo, do contato direto com a Igreja na pessoa do padre Gumercindo, da repetição continuada dos padrões católicos, imergir as crianças em um ambiente de oração e moralismo, tentando produzir estranhamento diante de ambientes diferentes, ditos “ateus”. Para isso, estimulava-se a convivência com outras crianças católicas, as leituras enobrecedoras, as brincadeiras sadias. O passeio de encerramento das aulas de 1922 foi programado em conjunto com os alunos da Escola Pio X, dirigida à época por Frei Marcelino de Milão, que aparecia frequentemente no Círculo São José.²⁴⁷ Esta aproximação das escolas, verificada também em outros eventos como peças de teatro ou exibição de filmes, era um meio de difundir nas crianças uma identidade cristã, apresentando-lhes seus semelhantes, criando uma sensação de unidade.

²⁴³ “Resumo da sessão ordinária realizada em 13 – 7 – 1924”. **O Nordeste**. Fortaleza: 17 de julho de 1924.

²⁴⁴ “Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 9 de dezembro de 1922.

²⁴⁵ “Resumo da sessão ordinária realizada em 13 – 7 – 1924”. **O Nordeste**. Fortaleza: 17 de julho de 1924.

²⁴⁶ “Férias da Escola Noturna do Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 27 de novembro de 1925.

²⁴⁷ “Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 9 de dezembro de 1922.

A escola do Círculo utilizava-se de recursos didáticos capazes de garantir a “boa leitura” para as crianças. O Círculo Operário recebeu do Centro da Boa Imprensa a revista *Beija-flor*, uma publicação voltada para as crianças contendo “*cantozinhos infantis de uma graça e chiste admiráveis, enigmas, charadas e atrativos outros que prendem de veras a atenção da meninada*”.²⁴⁸ As brincadeiras, assim como as leituras, eram vigiadas. Porém, quebrando o rigor da austera educação católica, eram promovidas gincanas e recreações, revelando tentativas de atração e permanência das crianças no espaço circulista.

A Escola Noturna possuía quatro salas de aula e um pátio, onde ficavam as bandeiras do Vaticano e do Brasil. Nesse espaço, realizavam-se as palestras escolares e as acolhidas, especialmente no começo e no encerramento dos períodos letivos. A escola era consagrada a São José, “*para que intercedesse pelo bom êxito das aulas*”.²⁴⁹

O sentido da educação circulista era então fomentar, tanto na criança quanto no adulto, a fé e a observância dos preceitos católicos. A escola, na fala de seus diretores, aparece como lugar oportuno de pregação. Ela existe para preparar almas católicas, por isso falava-se da necessidade de instrução no meio operário.

A escola do Círculo São José não foi anunciada como direito à Educação. No entanto, se entre os trabalhadores existiam motivações para buscarem instrução para si e para seus filhos, podemos imaginar que ultrapassava a necessidade de aprender o catecismo. Entendemos que a escola era parte daquilo que tornava a exclusão habitual dos pobres nas cidades um pouco menor. O fato de serem instruídos não lhes proporcionava ascensão econômica, mas representava ganhos simbólicos.

Com toda a campanha contra o analfabetismo no início do século passado, cada vez mais se associava a instrução com dignidade, decência e inteligência. Em certa medida, o “inculto” figurava como expressão do atraso e da pobreza. Nesse contexto, passou a ser importante, dentro do cotidiano das aspirações proletárias, livrar-se do estigma do analfabetismo. Progressivamente, a Educação entrou na agenda de cidadania das organizações operárias. Nesse período inicial de estabelecimento das escolas públicas estaduais e municipais nas

²⁴⁸ “Publicações”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de janeiro de 1924.

²⁴⁹ “Reabertura das aulas da Escola do Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 22 de janeiro de 1924.

idades, ainda não se percebe, entre as reivindicações operárias, a reclamação do ensino obrigatório, gratuito e contínuo para as famílias dos trabalhadores. Entretanto, o valor atribuído à Educação começou a gerar demandas por escolas e iniciativas como a Escola Operária Secundária, a Escola Pinto Machado do Centro Artístico Cearense, a Escola Proletária da Sociedade Artística Beneficente, a Escola de Comércio da Phenix Caixeiral, entre outras.

Em razão do ritmo de vida urbano, com as variedades de leituras correntes na cidade, abria-se um universo mais diversificado de sociabilidades, e atividades que envolvessem o domínio da leitura mesmo fora do ambiente de trabalho. Construir acessos a esse mundo dos impressos que ganhava cada vez mais notoriedade em Fortaleza e distanciar-se de algumas marcas que associavam o trabalhador ao miserável fez com que a instrução fosse acionada pela classe operária.

Nada mais triste e vergonhoso do que um operário ignorante. Senão vejamos: sou operário, pertenço a uma sociedade, adoeço, preciso fazer uma carta certificando-a do meu estado de saúde; mas acontece que eu não sei ler – sou portanto ignorante – e tenho que recorrer a estranhos – é triste e vergonhoso, não achas, camaradas?²⁵⁰

Essa autonomia de poder ler, escrever e criar (quem sabe?) para resolver questões do dia-a-dia, como menciona o texto acima, ou para ampliar as formas de utilizar a cidade – através de: notícias, folhetins, livrinhos de receitas, tabuletas ou outros gêneros textuais urbanos. – operava transformações significativas no cotidiano dos trabalhadores e na sua autoimagem. “Eu sei ler” era diferente do “leia para mim”, porque poderia provocar alguma sensação de liberdade e independência em um mundo já tão cheio de limitações.

3.2 – Além das Letras: Educação e Civilidade.

Em uma tarde de dezembro de 1922, Padre Guilherme Waessen se encontrou com os circulistas na sede social para mais uma reunião ordinária. Depois

²⁵⁰ “A miséria que o operariado sente presentemente é motivada pela ignorância e pela desunião”. **Voz do Graphico**. Fortaleza: 12 de março de 1921.

de fazer as orações iniciais, deu lugar ao presidente, José Agostinho, para as resoluções do dia. Logo em seguida, o padre, provavelmente vestido de túnica preta – como era costume à época – e talvez carregando ainda um sotaque francês, começou o seu “Curso de Civilidade”. Naquele dia, ele escolheu como tema “O modo de portar-se em qualquer salão e em toda parte”.²⁵¹ Padre Guilherme assumia a missão de educar e “civilizar” os trabalhadores.

Antes de prosseguirmos, parece oportuno esclarecer agora quem era esse sacerdote tão falado no Círculo São José. Andrade Furtado afirmou que “*Dom Manoel da Silva Gomes, encontrou nesse tão valoroso arauto da fé o elemento adequado para organizar as hostes operárias, dentro dos princípios de ordem, de progresso e de amor ao Cristianismo*”.²⁵² Guilherme Waessen nasceu na Holanda em 23 de maio de 1873, mas ainda criança foi morar em Paris, onde ordenou-se padre aos 23 anos de idade. Chegou ao Rio de Janeiro em 1898 acompanhado do irmão, também padre, João Waessen. Era da Congregação de São Vicente de Paulo e como missionário esteve na Bahia e em Minas Gerais. Em Fortaleza, foi Reitor do Seminário Diocesano (Prainha) entre 1914 e 1927. Permaneceu como assistente eclesiástico do Círculo São José desde a sua fundação até 1934, quando foi enviado para uma missão no Pará.²⁵³ Padre Guilherme organizou vários comitês de caridade durante as secas, especialmente em 1915, atuou também na Santa Casa de Misericórdia, visitando as enfermarias, foi durante muitos anos pároco da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (Benfica) e, nos anos 1940, fundou com Dom Lustosa a Casa Menino Deus, abrigo para mães solteiras.

O padre Guilherme, por sua posição na diretoria do Círculo Operário São José, sentia-se autorizado a definir o “bem” e o “mal” na vida dos trabalhadores. Apresentava-se aos operários em meio a seus preconceitos, a sua lógica cristã falava de piedade; mas, dentro do Círculo, seu discurso era *competente*.²⁵⁴ Ou seja, ele era aceito e reconhecido por seu lugar social – de padre, pregador, intelectual –

²⁵¹ “Círculo de Operários e Trabalhadores São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 01 de dezembro de 1922.

²⁵² FURTADO, Andrade. Padre Guilherme Waessen – Discípulo Fiel. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: [s.n.], 1964, pp. 80-82.

²⁵³ Pasta: Reitores de Seminário. Sala de História Eclesiástica do Seminário Diocesano de Fortaleza.

²⁵⁴ A ideia de Discurso Competente foi retirada de Marilena Chauí. O discurso competente é aquele aceito e autorizado, no qual os interlocutores foram reconhecidos. O Discurso Competente assume seu lugar dentro de um determinado espaço e tempo que lhe conferem a forma e as circunstâncias da competência. “O discurso competente é o discurso instituído”. Ver: CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

e pela forma de seus pronunciamentos. Vale notar que, quando o padre não estava presente nas sessões, por razões de suas viagens como missionário, o curso de Civilidade deixava de ser ministrado. Não era qualquer um que poderia dizer aquilo que o padre Guilherme proferia. Para o curso de Religião, outro sacerdote era convidado. Mas a tarefa de “civilizar” era exclusiva do padre Guilherme. Com isso, não estamos afirmando que os circulistas automaticamente reproduziam como verdade as recomendações do padre. Porém, decerto o reconheciam como alguém apropriado a falar-lhes.

*O que distinguia o circulista dos sócios de qualquer outra associação, afirmou Jovelina Santos, era o fato de sua ação estar ancorada na fé.*²⁵⁵ O comportamento de cada circulista em qualquer parte da cidade deveria dar testemunho da sua opção associativa. Retenham-se as noções de bom trabalhador e cristão ativo pregadas no Círculo Operário que discutimos anteriormente. Uma outra parte do programa de Educação pensado para a classe trabalhadora eram as interferências diárias, minuciosas no modo como deveriam falar, vestir e agir nos ambientes públicos e privados. Acompanhando os referidos *cursos de civilidade* podemos perceber que o sacerdote demonstrava seu incômodo com o jeito “não muito polido” dos operários. Entre as palestras e cursos, escolhemos alguns exemplos.

“A Educação” foi o assunto do dia 12 de novembro de 1922. Podemos deduzir que o padre não falava de uma formação escolar continuada, isso ele nomeava de instrução. Entendia-se por Educação uma série de comportamentos apresentados naquele momento como oportunos para o convívio em sociedade. Norbert Elias analisou em “O Processo Civilizador” as formas como os homens ocidentais, em um longo caminho, passaram a adotar regras, maneiras, que iam, passo a passo, alteando sensibilidades, transformando as visões sobre o corpo e os meios de conter ou externar funções biológicas, adquirindo ou negando códigos comportamentais nas vivências públicas, privadas, íntimas e sociais. Estas invenções que foram de diferentes modos adentrando o cotidiano das pessoas, o que hoje nós conhecemos em parte como boas maneiras, articularam novas versões sobre os sentimentos de vergonha e embaraço. Ainda segundo Elias, o próprio conceito de civilização – assim como os seus derivados, civilizado, civilidade – foi

²⁵⁵ SANTOS. *Op.cit.* p. 134.

sendo (re)elaborado e gerando variações nas condutas e na sensibilidade dos homens. Percebemos, através do estudo de Elias, diferentes formas de tratar as posturas, o decoro, as atitudes, os gestos e até as expressões faciais que sofreram variações ao longo do tempo.²⁵⁶ Tomando esta reflexão para analisar os modos de vida dos trabalhadores envolvidos no Círculo Operário no começo do século XX, passamos a entrever tensões relativas ao ideário de Educação e bons modos de então. Essa tentativa de “educar” os operários – numa oposição ao “mal educado”, “bruto”, “bárbaro” – revela desencontros entre o perfil de um homem “refinado” que o padre Guilherme tinha em mente e as práticas cotidianas dos trabalhadores. A vontade “civilizadora” do padre demonstrava seu “*mal-estar ante uma diferente estrutura de emoções*”²⁵⁷ comum (ou espontânea) no meio operário.

A “civildade” do padre Guilherme era também higiene e “etiqueta”. Não raro ele recomendava aos trabalhadores práticas que a nós poderiam parecer irrisórias, insignificantes, como andar com a camisa abotoada e lavar o rosto e os dentes. Conhecendo as condições precárias de habitação, locais de trabalho sem ventilação, aglomeração nos quartos de dormir das famílias pobres, o “saber higienista” do padre lhe qualificava para falar sobre “*doenças, asseios, águas e conselhos para evitar as epidemias*”.²⁵⁸ Além disso, ele marcou para o dia 03 de agosto de 1924 uma reunião para indicar “*a forma como deve apresentar-se o sócio no consultório médico*”.²⁵⁹ Esta tentativa de intervenção nos costumes e nas práticas consideradas anti-higiênicas da população pobre fazia parte das noções de saúde pública divulgadas pelo saber médico neste período. De acordo com Ponte, essa educação higiênica ficava a cargo dos letrados, já que os médicos entendiam que a população pobre urbana era “*o principal agente de nocividade social*”, devido às suas atitudes, denominadas à época, de ignorantes e primitivas.²⁶⁰ A interferência do Padre Waessen justificava-se pela valorização do saber no ideário do progresso, que tanto se discutia nas rodas de intelectuais da cidade. Aos olhos desse grupo letrado, que se apresentava como anunciador da ciência e da tecnologia, o padre Guilherme desempenhava um papel social de muita relevância no meio dos

²⁵⁶ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** – Uma História dos Costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

²⁵⁷ *Idem.* p. 72.

²⁵⁸ “Resumo da sessão ordinária realizada em 27 – 7 – 1924”. **O Nordeste**. Fortaleza: 01 de agosto de 1924.

²⁵⁹ *Idem.*

²⁶⁰ PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: Reforma urbana e controle social (1860-1930). 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

trabalhadores como “*batalhador intemerato na grande cruzada de assistência aos pobres*”.²⁶¹

Ainda sobre os conselhos para melhorar a vida dos operários – sem desconhecer que esta medida visava assegurar a permanência e a disposição dos trabalhadores enquanto força produtiva – o Padre Guilherme esperava combater todos os “vícios” dos circulistas, entre eles o hábito de fumar. No domingo 05 de Outubro de 1924, depois de fazer um convite aos circulistas para participarem da romaria à Igreja Coração de Jesus, o padre falou sobre “*o vicio do fumo e suas conseqüências*”, palestra que ele denominou de *Curso de Higiene*.²⁶²

Mais uma vez, as práticas difusas no cotidiano dos circulistas passaram pela censura do diretor espiritual. Através dos anúncios, que avolumavam os jornais e os almanaques da época, percebemos a divulgação de várias marcas de cigarros destinados a todos os públicos, demonstrando que o consumo de fumo e cigarros era bastante comum em Fortaleza.

Existiam na cidade pelo menos quatro fábricas de cigarros localizadas no Centro, as fábricas Iracema, de Philomeno Gomes, que começou a funcionar na Rua Barão do Rio Branco, 155, seguida de uma outra unidade no Jacarecanga; Modelo, de Caminha & Irmão, na Rua Major Facundo 86; São Lourenço, de J. Markan, cujo escritório ficava na Rua Major Facundo, 129; e a Araken.²⁶³ Além destas indústrias que foram crescendo na década de 1920, espalhados por Fortaleza havia também pequenos estabelecimentos de produção mais popular, chamados de cigarreiras, e ainda a produção doméstica de charutos por encomendada, geralmente desempenhada por mulheres. A produção era comercializada, dentro de Fortaleza, nas tabacarias e casas de fumo que ficavam nas proximidades da Praça do Ferreira. Os cigarros também eram vendidos em mercearias, bodegas e por vendedores ambulantes que trabalhavam nas ruas da cidade.

Os anúncios da fábrica Iracema, a que mais aparece nos Almanques, fazem notar uma relativa diversidade de cigarros: “101”, os primeiros produzidos por esta fábrica, “Dados”, “Acácia”, que seriam os mais fortes e os cigarros “Violeta”, a

²⁶¹ FURTADO. *Op. Cit.*

²⁶² “Resumo da sessão ordinária realizada domingo 5-10-24”. **O Nordeste**. Fortaleza: 08 de Outubro de 1924.

²⁶³ **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1926**. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926.

grande novidade sem nicotina.²⁶⁴ Em 1917, foram lançados também pela fábrica Iracema os cigarros “Dois Kilometros”, que mediam 16 centímetros, e custava o maço 400 réis.²⁶⁵ A concorrência entre os fabricantes de cigarros fazia com que surgissem inovações, tentando atrair os consumidores, como os cigarros “Zita”, cujo maço custava 300 réis e vinha com 30 fósforos. A fábrica Modelo produzia cigarros mais populares e baratos como “Macacão”, “Capoeira”, “Turuna”, “Condor” e “Aliados”.²⁶⁶

Os anúncios se dirigiam prioritariamente ao público masculino, seja fazendo referência à elegância, exibindo homens de ternos alinhados fumando cigarros, ou ilustrando nos maços imagens femininas, como os cigarros “Yolanda” de 1919, que mostravam “*uma dama de seio direito entrevisto*”.²⁶⁷ Afirma Eduardo Campos que provavelmente as mulheres também fumavam, embora menos vistas em público. Por este tempo, era comum mascar fumo, vendido nas bodegas por 100 réis um rolo da grossura de um dobrão. Convém lembrar que esta prática difusa de fumar cigarros, que aos poucos vai substituindo o fumo de mascar, era uma outra forma de acessar as referências simbólicas da modernidade, da urbanidade. Os trabalhadores, vistos em suas práticas cotidianas, diante dos atrativos do consumo e dos anúncios, desejavam participar desses códigos do progresso e do movimento da cidade, não para imitar os ricos, mas para se comunicarem com as novidades, movendo um pouco a rigidez dos privilégios. Isto revela tensões do dia a dia e maneiras diferentes de uso e apropriação das “benesses” do progresso.²⁶⁸

O que ganha força nas palavras do padre é o problema do vício. Para ele, qualquer gasto desnecessário dos salários frequentemente escassos era questionável, dado que o bom trabalhador deveria saber economizar e aplicar seus recursos em algo “edificante”. O “vício” era quando se fazia imprescindível o consumo de artigos, na visão do sacerdote, supérfluos, como o cigarro.

²⁶⁴ **Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1928.** Fortaleza: Typographia Progresso, 1928.

²⁶⁵ CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Quotidiano** – Breve Memória da Cidade de Fortaleza. Fortaleza, [s.n.], 1926, p. 36.

²⁶⁶ *Idem.*

²⁶⁷ *Idem.*

²⁶⁸ SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio. In: _____. (org.) **História da Vida Privada no Brasil República: Da Belle Époque à Era do Rádio.** Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Em uma outra oportunidade, o diretor espiritual falou sobre o *respeito*.²⁶⁹ Via de regra é um tema demasiadamente abstrato e sujeito a muitas interpretações. Já conhecemos o recorrente argumento da importância das autoridades civis e religiosas e do respeito às Leis de Deus e dos homens. Além disso, o padre também tecia recomendações sobre o jeito respeitoso de falar e de resolver pequenas questões do dia a dia. Ser escandaloso, brigar, falar alto em vias públicas não atestava a passividade que cada circulista deveria transmitir *por toda parte*. Reprovar as atitudes desviantes dos circulistas, admoestar, como o padre chamava, foi algo sobre o que ele investiu muito tempo em palestras e cursos em seus anos como assistente eclesiástico. O fato de ter prosseguido com relativa insistência nos cursos de civilidade sugere que as recomendações não estavam sendo seguidas à risca pelos trabalhadores. A dinâmica do cotidiano destas pessoas extrapolava a maneira como o sacerdote “arrumava” esse mundo. Na luta diária pela sobrevivência, nem sempre cabia calar, ser tranquilo ou não se exaltar jamais.

O padre Guilherme desejava ensinar aos operários como cuidar de suas casas, sua saúde, suas roupas e seus corpos, sem descuidar de sua moral.

A casa do operário, já vimos no capítulo anterior, deveria ser limpa, mesmo que com pouca mobília, e tranquila, para que a família pudesse passar o maior tempo possível reunida. O curso de civilidade era sobre como se comportar em toda parte, entretanto, eram três os lugares recomendados a um circulista: a igreja, a casa e o trabalho. Longe disso, existiam muitos perigos e riscos à moral dos trabalhadores.

O que havia de mais condenado pelas lideranças do Círculo São José era o alcoolismo e os jogos de aposta, que se revertiam em vícios e afetavam a integridade moral dos trabalhadores, inibindo o amplo desenvolvimento do projeto circulista. Por isso, a educação circulista incluía os comportamentos dentro de uma tensa oposição entre o “permitido” e o “proibido”.

Além dos cursos do padre Guilherme, o Círculo São José promovia algumas conferências que eram abertas a todos os trabalhadores que quisessem participar. Em 1916, o Barão de Studart, sócio benemérito, esteve na sede social para falar dos males provocados pelo alcoolismo. Em princípio, esboçou “a história do alcoólatra” que começava a beber despretensiosamente, sem exageros, mas que

²⁶⁹ “Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de dezembro de 1922.

ao final transformava-se em um bêbado. O ébrio, Barão de Studart descrevia como “*obra prima de Deus degradada até a lama*”. Continuando, ele apontou os terríveis males que a bebida podia causar no meio operário:

O humilde operário que a custa de mil sacrifícios ganha por dia alguns vinténs mas os não emprega no relativo bem estar da família, na alimentação própria dos filhos, preferindo, cegueira miserável, entregal-os á sórdida ganância do taverneiro, tal operário enfraquece-se dia a dia porque o dinheiro que sobra para o álcool vae faltar na comida, nas pequenas commodidades da casa, estraga e mina o organismo, inutiliza-se para ganhar o pão; amanhã, já o disso e repito, será excluído da fabrica ou da officina, amanhã será o choro dos filhos sem terem com que matar a fome, será o desamor da mulher, será o abandono e a fuga do lar, será a prostituição das filhinhas, o desespero, a morte moral e physica. E tudo isso foi a obra, a consequencia do mau procedimento.²⁷⁰

A fala do Barão de Studart deixava claro que o proibido não estava nas práticas somente, mas sobretudo, nos espaços. Ou seja, não só as atitudes ilícitas ou “imorais” eram condenadas, mas os lugares “impróprios” também. Esses lugares estavam por toda parte. Os “antros de perdição”, como o Barão chamava as tavernas, também formavam a paisagem urbana de Fortaleza, ao lado dos recém-inaugurados clubes, dos cafés distintos, das praças remodeladas. Junto com a bebida alcoólica, foi censurada também a bodega.

Fosse eu governo, fosse eu autoridade, eu esmagaria de impostos tabernas, mercearias, botequins, quaesquer casas comerciaes que expõem bebidas à venda, limitaria o numero dessas escolas do mal, desses antros de perdição.²⁷¹

O trabalhador sério deveria afastar-se desses lugares para não ser associado aos bêbados e vagabundos. Além disso, na mensagem circulista, a ideia de pecado era muito forte, o que estigmatizava ainda mais esses ambientes, propícios à tentação, ocasião do erro. “*Não nos deixeis cair em tentação e livrai-nos do mal*” era o que os circulistas pediam a Deus em cada reunião. Estar dentro das “escolas do mal” não era, definitivamente, uma boa forma de fugir do pecado.

Ao contrário do desejo do Barão, que o número de bodegas e botequins fosse limitado, estes estabelecimentos eram diversos em Fortaleza, espalhando-se pelo Centro e pelos “areais”. As mais famosas bodegas do Centro de Fortaleza no início do século XX, eram, segundo Edigar de Alencar, a do Mané Boi, do Gambetá

²⁷⁰ STUDART, Guilherme. Alcoolismo. Conferência realizada no Círculo de Operários Católicos de São José. IN: **Norte Médico**. Fortaleza, ano IV, n. 3/4, março e abril de 1916. Agradeço ao colega de Mestrado Raul Max por ter me cedido esta fonte.

²⁷¹ *Idem*.

Bruno e do Maracanã - situadas da rua do Imperador; do Zé Ramos (na rua Santa Isabel), do Zé Macieira e do Chico Ramos – na rua Tristão Gonçalves, ou Trilho de Ferro; a do Lopício, do Eduardo Garcia e do Chico da Mãe Iza (na rua 24 de maio).²⁷²

Pela localização fornecida por Alencar, podemos perceber que as bodegas faziam parte da paisagem por onde a maioria dos trabalhadores estava acostumada a transitar. Lembremos ainda que a bodega não era o espaço exclusivo da bebida, era o lugar onde se podia comprar quase tudo: cereais, lenha, querosene, miudezas.

Os bodegueiros eram bastante conhecidos, e o fluxo de pessoas nesses estabelecimentos costumava ser intenso. As mulheres também as frequentavam para comprar gêneros alimentícios ou coisas de casa, bem como as crianças atendendo aos mandados das mães. Segundo Eduardo Campos, as famílias mais pobres costumavam fazer suas compras na bodega porque era mais barato que comprar na mercearia, “*bodega metida a importante*”, onde se vendiam queijos e vinhos importados. Além disso, era possível nas bodegas arranjar o suficiente para um único almoço, já que:

Transitava por então uma metrologia toda especial. Desse modo podia-se comprar uma colher de café, uma de colorau... Um molho (um arrumado), por exemplo, de verdura que cabia na mão... Alho se vendia de duas ou mais cabeças, pimenta do reino podia ser adquirida na modalidade de uma “mão”, a valer uns tantos caroços metidos na covacidade da mão, não mais que oito...²⁷³

As donas de casas ou empregadas domésticas encontravam-se nas bodegas ocasionalmente, entre seus afazeres, e enquanto esperavam seus pacotes ou pediam ao comerciante que anotasse na caderneta do fiado (pagamento por quinzena ou mensal), conversavam umas com as outras. Era ali que se compartilhavam diariamente boatos, fofocas, rumores.

As bodegas de Fortaleza foram destaques da vida e da evolução da capital. Não eram apenas casas comerciais de varejo, mas pontos de referência e locais de efervescência boateira, de divulgação de notícias. Eram verdadeiros fortins da vida do povo.²⁷⁴

²⁷² ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e anteontem**. Fortaleza: Edições UFC/ PMF, 1980.

²⁷³ CAMPOS. *Op. Cit.* p. 63.

²⁷⁴ ALENCAR. *Op. Cit.* p. 83.

Parecia ser corriqueira a prática de demorar-se nas tavernas depois do trabalho, seja para tomar uma pinga ou para conversar um pouco com os colegas e vizinhos. Mesmo isso parecendo extremamente nocivo aos olhos da direção circulista, podemos imaginar que entre os trabalhadores era um hábito comum, sendo a bodega parte das sociabilidades operárias de então. Edigar de Alencar lembra que as bodegas de Chiquinho Ramos e Zé Macieira, localizadas uma de frente para outra, próximas a linha férrea, fechavam as portas nos dias de Santo Antônio, São João e São Pedro porque os comerciantes soltavam fogos de artifícios. “*Os dois estabelecimentos propiciavam aos moradores das adjacências um São João na verdade animado e excitante*”.²⁷⁵ Era comum nas bodegas, nas festividades populares, como as festas juninas e a queima dos Judas nos sábados de Aleluia, bastante movimento e aglomeração de pessoas em busca de divertimento. Esse tipo de entretenimento, porque muito próximo da bebida, era condenado pela diretoria do Círculo. Por isso, houve grande esforço de convencer os operários a largar antigos hábitos.

Tratando de uma “Geografia da Exclusão”, Sandra Pesavento explica que “*a bodega, (...) no léxico da estigmatização urbana, que qualifica espaços, atores e práticas, na construção da alteridade condenada, aproxima os vícios*”.²⁷⁶ Dessa forma, compunha o mesmo alvo das ofensas “civilizadas”, o bêbado, a prostituta, ou quem os acompanhava, personagens que formavam a “escória” da sociedade e que podiam ser encontrados em algumas bodegas durante a noite. Ao escurecer, mesmo que as bodegas fechassem depois das vinte horas, as “mulheres direitas” já não as frequentavam. Como lembrou Eduardo Campos, as “moças de família” jamais iam a esses lugares porque, geralmente, ficavam encostados no balcão homens tomando aguardente.²⁷⁷ As conversas ao pé do balcão, das quais participava o comerciante às vezes colocando-se como amigo e até como agente de empregos – à medida que saberia informar onde e quem estava precisando de serviços –, faziam da bodega um lugar de condutas meio públicas e meio privadas ao mesmo tempo.²⁷⁸

²⁷⁵ *Idem.* p. 79.

²⁷⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editorial, 2001. p. 49.

²⁷⁷ CAMPOS. *Op. Cit.* p. 62.

²⁷⁸ CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle.(org.) **História da Vida privada**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

As bodegas eram, como as ruas da cidade, lugares multifuncionais. Seu público ia mudando no decorrer do dia. Nas primeiras horas da manhã, mulheres e meninos compravam víveres; antes do almoço, homens tomavam seus aperitivos; e à noite, rodas masculinas, às vezes, em um canto reservado “*podiam beber protegidos dos olhares indiscretos, o que nem sempre impedia de os da rua ficarem sabendo do que acontecia*”.²⁷⁹ Se a bodega era ponto de encontro e de lazer, era também local de bebedeira e de violência. Sidney Chalhoub, tratando dos aspectos cotidianos da classe operária carioca nas primeiras décadas do século passado a partir da análise de processos criminais, percebeu que a maior parte das brigas começava nos botequins. Segundo o autor, os trabalhadores com maior mobilidade nos horários de trabalho – por exemplo, os estivadores, eram frequentadores assíduos dos botecos espalhados pela cidade. As contendas ou rixas, descritas nos processos, podem demonstrar preocupações e problemas enfrentados pelas classes trabalhadoras nas “*instâncias microscópicas do social*”. Os conflitos, como destacou Chalhoub, tinham motivos variados, envolvendo questões relativas ao trabalho, habitação, diferenças étnicas, relacionamentos amorosos, ofensas à honra, jogos.²⁸⁰ Tudo isso compunha um cenário “grosseiro” e “abominável”, na visão dos grupos dominantes. As contendas entre trabalhadores que ficavam bêbados nos botequins não foi algo exclusivo da capital brasileira. Nessa mesma época, eventos como estes aconteciam frequentemente em Fortaleza. Em 1915, por exemplo, uma taverna localizada nos “areias” da cidade foi palco de confusão e violência entre dois trabalhadores no bairro do Matadouro. O indiciado por agressão, Francisco Vieira Bonfim, casado, natural de Milagres, carroceiro, residente no Alagadiço, 25 anos, não sabendo ler nem escrever, teria ferido com uma bengala Messias Bezerra da Costa. Na ocasião, os dois bebiam e jogavam na taverna de João de Barros, onde, por discordância no jogo, começaram a brigar.²⁸¹

Anos mais tarde, o problema do alcoolismo parecia ainda “rondar” os trabalhadores e incomodar não só os padres, mas também os representantes do saber médico-higienista que consideravam o álcool razão da degeneração das forças produtivas e obstáculo ao “aperfeiçoamento das raças”. Por este motivo, o

²⁷⁹ *Idem.*

²⁸⁰ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

²⁸¹ Nº do Processo: 1915 / 06. Fundo: Tribunal de Justiça. Serie: Ações Criminais – Ferimentos. Arquivo Público do Estado do Ceará.

Serviço de Saneamento do Estado com o apoio do Centro Médico Cearense e da Liga Brasileira de Higiene Mental promoveu a Semana Antialcoólica. Foi realizada uma série de conferências na segunda semana do mês de outubro de 1928 em várias associações operárias de Fortaleza com o objetivo de alertar os trabalhadores para os prejuízos decorrentes do consumo de álcool.²⁸²

Uma das palestras, para a qual foi convidada a Sociedade Deus e Mar, aconteceu na sede do Círculo Operário São José. Neste dia, o Dr. Octávio Lobo iniciou sua conferência com uma parábola sobre um reino próspero e bem governado que recebeu um estrangeiro. Logo o recém-chegado implantou a discórdia, enchendo o povo de ódio, intrigas e miséria. “*Pois bem senhores, o reino é a sociedade actual e o estrangeiro é o alcoolismo*”, dizia o Dr. Lobo.²⁸³ O Médico então diagnosticou o alcoólatra:

O tóxico lhe tem corroído os órgãos. O estomago eroso não supporta mais alimentos, o fígado crescido degenera em gordura ou se endurece numa cirrose. O ventre proeminado pela ascite, forma a “barriga d’água”. Os rins castigados não filtram mais a urina. O coração abalado e doente está prestes a baquear. Depois vem-lhe o tremor das mãos, um grande tremor generalizado, de todo o corpo, a língua quasi não se arrasta. Batido de delírios, de allucinação, de pesadello, a memória já se apagou e a intelligencia já morreu. A última phase é o “delirium tremens”. Mas o alcool não fica ahi, vae á descendência.²⁸⁴

Note-se que o Dr. Octavio Lobo não se ocupou dos malefícios morais causados pelo alcoolismo. Ele quis evidenciar os danos físicos que seriam consequências do consumo contínuo de bebidas alcoólicas. Culpou, “os paes beberrões” pela degeneração de sua prole. Esta forma de combater o alcoolismo entre a classe operária era entendida como medida de “*alevramento do character decahido*”.²⁸⁵ Assim, os trabalhadores, por serem “pobres ignorantes”, eram considerados seres mais predispostos aos vícios, fazendo com que as formas de

²⁸² Como parte da programação da Semana Antialcoólica ocorreram as seguintes conferências: No Círculo São José pelo Dr. Octávio Lobo; No Quartel do Regimento Militar pelo Dr. Edmundo Monteiro Gondim; Na Associação dos Merceeiros pelo Dr. José Sombra; na Phenix Caixeiral pelo Dr. Leite Maranhão e o encerramento da Semana no Palacete da Phenix Caixeiral com a palestra do Dr. Aurélio de Lavor, presidente do Centro Médico. Ver: **Revista Ceará Médico** – Órgão do Centro Médico Cearense. Anno VII. Nº 3. Fortaleza, Novembro de 1928. Agradeço a Tibério Sales por ter me cedido esta Revista digitalizada.

²⁸³ “Conferencia realizada pelo Dr. Octavio Lobo no Círculo São José, entre os operários catholicos, Trabalhadores da Praia e Sociedade Deus e Mar, em 15 de outubro de 1928”. In: **Revista Ceará Médico** – Órgão do Centro Médico Cearense. Anno VII. Nº 3. Fortaleza, Novembro de 1928.

²⁸⁴ *Idem.*

²⁸⁵ *Idem.*

entretenimento operário fossem frequentemente associadas à vadiagem. Além disso, como afirmava um outro médico nesta mesma semana, “*entre alcoolismo e criminalidade existe uma relação directa*”.²⁸⁶ Diante disso, aquele que frequentava o botequim, ainda que fosse trabalhador e não vadio, corria o risco de ser taxado como criminoso e desordeiro.

Sob o ideal de “civilidade”, pretendia-se construir uma nova ordem político-social de adequação dos indivíduos aos saberes científicos e institucionais, que deveria impedir o mau uso da paisagem urbana e barrar as “condutas perniciosas”. Assim, no início da década de 1930, na gestão do prefeito Tibúrcio Cavalcanti, foi posto em execução um novo código de postura para a cidade de Fortaleza. O decreto, em seu capítulo terceiro, “*dos costumes e do aspecto geral da cidade*” determinava que:

Art. 408 – Incorrerá na multa de 50\$000 o dono da taverna que vender bebidas alcoólicas a pessoas já embriagadas.

Art. 410 – sujeitar-se-á multa de 50\$000 e a prisão por 24 horas aquele que for encontrado jogado nas ruas, praças e mais lugares públicos, bem como nos corredores, adros das igrejas e nas casas de tavolagem.²⁸⁷

Essas resoluções eram formas de impor certos padrões tidos como corretos – revelando relações de poder – que enquadravam os indivíduos em normas fabricadas por um grupo hegemônico que ordenava a cidade para ser vivida a seu modo – o modo certo, portanto, o único permitido. Embriagar-se e ficar “jogado” nas ruas da cidade não concorria para “*o progresso do Município e a urbanização metódica da cidade*”, que era a finalidade do Código de Postura a ser executado.²⁸⁸ De acordo com Sandra Pesavento:

São nas ruas das cidades que se exibem as práticas convenientes, consagradas pela moral, estética, saúde e justiça, de modo que é nessa mesma rua que se torna ostensivo o comportamento desviante.²⁸⁹

Dessa maneira, a intenção do padre Guilherme de tornar os circulistas homens “civilizados” combinava-se com a necessidade de adequar os trabalhadores

²⁸⁶ “Conferência realizada pelo Dr. José Sombra na Associação dos merceeiros com a comparencia da Associação dos Retalhistas e Sociedade Artística Beneficente, em 16 de outubro de 1928”. In: **Revista Ceará Médico** – Órgão do Centro Médico Cearense. Anno VII. Nº 3. Fortaleza, Novembro de 1928.

²⁸⁷ **Código Municipal** (dec. Nº 70, de 13 de dezembro de 1932). Prefeitura de Fortaleza. Tipografia Minerva, 1933, pp. 101 – 102.

²⁸⁸ *Idem*. p. 03.

²⁸⁹ PESAVENTO. *Op.cit.* p. 129.

à nova estética que estava sendo inventada para a cidade. Os usos não programados dos espaços públicos – que iam desde os folguedos populares aos atos públicos de denúncia organizados pelas associações de trabalhadores – eram considerados imorais, desviantes, indecentes.

A bebida não era o único alvo de reprovação. No mesmo campo das práticas ilícitas condenadas pela Igreja, estavam a prostituição e o jogo.

A grande Imprensa tomava para si a tarefa de mapear a “cidade perigosa”:

O City Club, o Polythema e o Radiante tem estado abertos, havendo bailes altamente reprováveis que as autoridades deviam proibir.

* * *

Communicam – nos que na R. Santa Izabel há jogo occulto, orgias e desrespeito as famílias da vizinhança.

* * *

À rua do Sampaio, perto da travessa do Pocinho, um proprietário da terra recusou alugar uma casa a família digna para o fazer, aliás pelo mesmo preço, a uma mulher de vida airada.²⁹⁰

Estes espaços eram marcados como “casas de perdição”, e as pessoas que estavam inseridas nesse ambiente eram depreciadas. A presença delas, ou só o fato de existirem, incomodava. *A nossa capital* – escreveu um jornalista de O Nordeste – “*precisa voltar ao que era quando o meretrício e os jogadores, certos de sua inferioridade moral, fugiam as vistas das famílias e dos homens de bem*”.²⁹¹

Insistia-se em divulgar os endereços “escandalosos”, demarcando, ao modo conservador dos poderosos, uma cartografia do proibido. Exemplo disso:

É o que se passa no BAR CEARENSE, onde se apagam as luzes ao som do tango e aos requebros do maxixe, numa orgia infernal de homens e mulheres, a quem a música, o álcool e a lascívia fazem perder a cabeça.²⁹²

Não era o bastante denunciar e condenar os ébrios, as prostitutas e os viciados. Desejava-se bani-los. Separá-los do convívio dos sãos:

Precisam as autoridades tomar as necessárias providências pelo saneamento moral da nossa terra. Faz-se mister que sejam retirados do centro da cidade semelhantes antros de perdição e imoralidade. Não se deve permitir que residam mulheres de vida airada

²⁹⁰ “Campanha Contra o Jogo. Solidariedade das classes trabalhadoras”. **O Nordeste**. Fortaleza: 13 de novembro de 1922.

²⁹¹ “Casas de Perdição”. **O Nordeste**. Fortaleza: 13 de agosto de 1922.

²⁹² *Idem*.

escandalosamente em meio das famílias cearenses que prezam a honestidade de seus lares.²⁹³

Ao denunciar as “casas de perdição”, o Jornal efetivava o que Margarida de Souza Neves, denominou “*cartografia simbólica*”.²⁹⁴ Existia uma cidade recomendada e uma outra cidade (intramuros, difusa e misturada) que era condenada. Esta cidade ganhou rótulos pejorativos. Foi recriminada e combatida. E aqueles que a habitavam eram tidos como gente vil e torpe, encarada com as mesmas desconfianças.

Em 1922, o jornal *O Nordeste* lançou uma campanha de combate à jogatina, apoiado por várias associações da cidade, incluindo o Círculo São José e o Centro Artístico Cearense. A cada editorial, era apontada uma casa clandestina e cobrada a atuação da polícia, exigindo-se o fechamento destes espaços. Segundo o mesmo jornal, o número de estabelecimentos desse tipo havia aumentado, principalmente nos arredores do Centro. Sabemos que a maior parte dos sócios do Círculo São José habitava os “*populosos bairros do Outeiro e da Prainha*”²⁹⁵ e, portanto, era muito provável que, transitando pela cidade, no percurso até o trabalho, ou mesmo como trabalhadores de rua, passassem por entre essa “cidade proibida”. De forma que a recriminação destas rodas continuava insistente na imprensa.

Dizia-se que a cidade estava “infestada” de *bacarats*, roletas e jaburus.²⁹⁶ Novamente, as bodegas eram os lugares mais visados. Quase todo dia, alguma bodega era o alvo dos olhares de recriminação e acabava nas linhas do jornal como zona de jogatina, como aconteceu com a mercearia de Leôncio Eloy de Holanda, onde fora instalado um caça-níquel, “*cujos efeitos, principalmente entre crianças, são dos mais perniciosos*”. A bodega Dispensa da Família, de Francisco Ferreira, na Rua Senador Pompeu, foi igualmente apontada como local de jogo.²⁹⁷

A campanha contra o jogo na cidade evoluía com as sucessivas denúncias encaminhadas à redação do Jornal *O Nordeste*, que as publicava em

²⁹³ “A prophylaxia moral da cidade”. **O Nordeste**. Fortaleza: 13 de outubro de 1922.

²⁹⁴ NEVES, Margarida de Souza. O Povo na rua: um “conto de duas cidades”. In: PECHMAN, Robert Moses. (org.) **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

²⁹⁵ “Círculo S. José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 20 de setembro de 1924.

²⁹⁶ “A situação da Polícia em relação ao jogo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 06 de novembro de 1922.

²⁹⁷ “A campanha contra o jogo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 08 de novembro de 1922.

seguida. Para fugir da ação policial, as casas que funcionavam clandestinamente mudavam de endereço; mesmo assim, não perdiam seus frequentadores.

Sabemos de fonte segura que com animada frequência, está funcionando a Rua do Imperador, esquina com a das Trincheiras, lado do sol, uma casa de jogatina grossa. Essa casa, ao que nos informam, estava localizada no Centro da cidade tendo se mudado para ali depois da campanha do jogo.²⁹⁸

Publicando um artigo editado no jornal *O Merceeiro* – órgão da Associação dos Merceeiros de Fortaleza, fundado em 1922, mas que teve vida breve –, *O Nordeste*, prosseguia na campanha:

O maior inimigo do trabalho, não é como parece a ociosidade, não é a preguiça: é o jogo. O preguiçoso inveja os triumphos do homem dilligente, enquanto o jogador, detesta, odeia-os.²⁹⁹

Seguiram-se longas listas das “casas de perdição”. Os clubes, as pensões e os cafés não ficaram de fora da vigilância dos conservadores e da ação policial. Na opinião do jornal *O Nordeste*, as investidas policiais não eram suficientes porque “o jogo tem protectores de alto coturno” e a popularidade de “certos políticos” atrasava a interdição desses estabelecimentos.³⁰⁰ Às vezes, as vistas grossas da polícia com relação ao jogo em Fortaleza findavam em processos criminais. Em 1929, os guardas Sebastião Fábio de Castro e Pedro Fábio de Castro foram acusados de conivência com o jogo por estarem encobrendo o comércio de Aristides de Nascimento na travessa Guilherme Rocha, onde se promoviam “jogos de azar”.³⁰¹

Ao lado da prostituta e do alcoólatra, o jogador passou a figurar como um personagem obrigatório da exclusão, de modo que traçar seu perfil psicológico serviria para justificar a urgência em rejeitá-lo como cidadão.

O exame de qualquer individuo habituado às cartas revela particularidades pathologicas predominantes. O jogador habitual joga sem ter a consciência da ausência de interesse intellectual de seus actos. Pela sua puerilidade poder-se-ia considerar como affectado de uma tendência de regressão mental. O testemunho da fraqueza intellectual dos jogadores encontra-se na vacuidade das suas phrases habituaes. As idéias que exprimem não têm fundamento.³⁰²

²⁹⁸ “Novas denúncias de casas de jogo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 21 de novembro de 1922.

²⁹⁹ “Casas de Perdição”. **O Nordeste**. Fortaleza: 21 de novembro de 1922.

³⁰⁰ “A situação da Polícia em relação ao jogo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 06 de novembro de 1922.

³⁰¹ Processo nº 1929 / 01. Série: Ações Criminais / Contravenções. Arquivo Público do Estado do Ceará.

³⁰² “O jogo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 25 de janeiro de 1924.

Alguns endereços se tornaram bastante procurados e, com o passar do tempo, foram instalando-se lugares específicos para cada tipo de jogo. O jornal *A Esquerda*, de Jader de Carvalho, informava em 1928 que o local mais conhecido de carteados era o andar de cima da ex-Livraria Araripe, na Rua Major Facundo, “*onde o jogo do baralho toma vulto assombroso e se prolonga intenso até as primeiras horas da madrugada*”.³⁰³ O mesmo jornal denunciou as partidas de luta, nas quais se apostavam quantias volumosas, que aconteciam aos domingos no “antigo trilho de ferro nº 331”. Ali no mesmo terreno, jogava-se dado e gamão.³⁰⁴ Somando-se ao rol das contravenções, difundiu-se na cidade o “jogo do bicho”, igualmente combatido pela força policial. No início da década de 1930, várias pessoas foram presas em Fortaleza com cadernetas do jogo do bicho.³⁰⁵

Fica evidente, portanto, a expressa proibição circulista da bebida e do jogo, já que eram identificados como atitudes criminosas.

Entretanto, a crítica ao comportamento desviante não era exclusividade da Igreja. A classe operária enfrentava, no ínterim das relações de força com o capital, opositores muito poderosos – econômica e culturalmente – e quaisquer desvios de conduta punham em xeque a validade das reivindicações dos trabalhadores. Com isso, a imprensa operária também desaprovava os ‘lugares promíscuos’:

O ex Cinema-teatro que transformaram em antro de perdição, onde são arrastados os tabuleiros das nações, à mesa do nove ao Pook ou a roleta de vinte e cinco bichos, estes infelizes que, a febre de ganhar no jogo, lhe entregam parcela por parcela, o fruto de penosas horas de trabalho e, muitas vezes, importâncias que não lhes pertencem.³⁰⁶

A ética do trabalhador deveria testemunhar sua capacidade de transformação social, sendo o exemplo, arma importante para a conquista do espaço público e para o fortalecimento das organizações de trabalhadores. Por esta razão, o tempo e o esforço de cada trabalhador deveria ser empregado em seu “engrandecimento” e nunca em “frivolidades”.

³⁰³ “Fortaleza, esta tua disciplina esquecida te saúda, Paraíso do Jogo!”. **A Esquerda**. Fortaleza: 06 de fevereiro de 1928.

³⁰⁴ *Idem*.

³⁰⁵ Ver: Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais / Contravenções. Arquivo Público do Estado do Ceará

³⁰⁶ “De cinema a antro de perdição”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 5 de fevereiro de 1921.

Ao som da insuportável música “Zé Pereira” nessa fase carnavalesca, infelizmente é obrigado a viver atormentado todo espírito artístico educado na fina e sutil arte de Chopin, Listz etc., enquanto o inconsciente embriaga-se naquele canto ‘corriqueiro’, produção celebre de cantor de aldeia. (...) Lança-perfumes então são esvaziadas, confetes atirados por mãos epiléticas, serpentinas atiradas em confusão, alaridos ensurdecedores completam esse quadro de loucura, enquanto a miséria campeia sem dó nem piedade na casa do operariado, sem um olhar sequer, ao menos lançado pelo alçoz de seus dias de labor.³⁰⁷

A crítica ferrenha ao carnaval não se confunde com o moralismo próprio dos conservadores que ficavam escandalizados com a “falta de pudor” generalizada na cidade, mas representa a urgência de se construir uma nova sociedade, onde até mesmo os prazeres da ordem estabelecida devem ser negados, já que ilusórios, prestando somente para desviar as atenções dos problemas sociais. A luta por uma equivalência nos direitos, incluindo o lazer, ou pela supressão dos privilégios de uma classe, insere-se na defesa de negociação do espaço social em uma sociedade hierarquizada e excludente, cujas alternativas de participação política eram mínimas, e a condição de cidadania, bastante limitada.

Todas estas questões são próprias das reflexões acerca dos projetos educacionais; das visões construídas sobre o mundo do trabalho; dos valores; do cotidiano das relações entre os operários, a cidade, a instrução, a formação social. Tantos aspectos acabam por criar tensões nas formas de usar o tempo livre e os espaços dentro da cidade. Sobre esse tempo do não-trabalho e o lazer trataremos no capítulo seguinte.

³⁰⁷ “O Carnaval”. **Voz do Graphico**. Fortaleza: 19 de fevereiro de 1921.

CAPÍTULO 4

“Para cada coisa existe um momento debaixo dos céus”: O Tempo do Lazer.

Nos Estatutos do Círculo Operário São José estava previsto, como uma de suas finalidades, a “*promoção de divertimentos lícitos e moraes*”,³⁰⁸ que permitissem o desenvolvimento de sociabilidades “edificantes” em terreno vigiado e orientado pela Igreja. Realizavam-se excursões, passeatas, piqueniques, torneios de jogos, gincanas, festivais, recitais, concertos, com uma nítida intenção de educar o lazer. Ou seja, ao mesmo tempo em que propiciava entretenimento para os circulistas e suas famílias, também colaborava com a prática de lazer saudável e moralizante desejada pela Igreja.

Não sem razão, a Igreja defendia, como já vimos no segundo capítulo, o direito ao descanso aos domingos para os trabalhadores. Um aspecto é importante nesse contexto e deve ser destacado: O descanso semanal não era para ser usado de qualquer jeito. O tempo livre dos operários era algo a ser cuidadosamente velado, já que:

Reduzir a jornada de trabalho significa, em última análise, munir o trabalhador de uma parcela de tempo da qual ele pode fazer uso segundo a sua livre escolha. Isso quer dizer que não existem garantias seguras de que ele estará utilizando esse tempo em atividades e atitudes consideradas lícitas, consoante às normas e leis preestabelecidas numa determinada sociedade.³⁰⁹

A discussão realizada neste capítulo toma por base alguns apontamentos teóricos acerca do tempo livre e do ócio. Utilizamos-nos das reflexões de Denise de Sant’Anna sobre o lazer, especialmente no que toca os meios e os atores da ocupação do tempo livre e de sua disciplinarização. O espaço urbano e a organização social moderna de ritmo industrial fizeram surgir uma separação entre o tempo do trabalho, consumido pela atividade produtiva, e o tempo livre. Nesse contexto, geralmente tomado por tensões que envolvem percepções classistas acerca do tempo, o lazer passa a ser considerado uma “negação” do ócio. A

³⁰⁸ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **Gazeta Oficial**. Fortaleza: 06 de Junho de 1918.

³⁰⁹ SANTT’ANNA. Denise Bernuzzi. **O Prazer justificado: História e Lazer**. (São Paulo, 1969 – 1979). São Paulo: Editora Marco Zero, 1994, p. 19.

regulamentação do tempo livre do trabalhador – que não ocorreu linearmente ou de forma homogênea para toda classe operária, já que foi resultado de muitas lutas e outros tantos retrocessos – foi expressamente contraposta ao ócio, que seria o tempo mal aproveitado, tendo o mesmo sentido socioeconômico da vadiagem. Ócio e tempo livre são diferentes. O primeiro é o tempo da improdutividade, do vazio; e o segundo é o tempo fora da fábrica. Assim, o direito ao lazer passa, obrigatoriamente, pelo dever de trabalhar. Esse tempo, sobre o qual não se sabe se será bem aproveitado, foi alvo de oposição, de inspeção e de muitos discursos moralizantes. O lazer deveria estar inserido em um conjunto de normas capazes de produzir no indivíduo a consciência do bom uso do seu tempo livre e a determinação em combater o ócio. Tratando da atuação e dos programas de lazer do Sesc junto aos trabalhadores de São Paulo, Sant’Anna menciona dois aspectos que servirão ao nosso estudo apesar de nos ocuparmos de um outro momento social e de sujeitos diferentes: o Ajustamento e a Educação Social. Feitos os devidos deslocamentos para o contexto que abordamos em nossa pesquisa, esses pontos são importantes para analisarmos a produção de divertimento no Círculo Operário, que era uma tentativa de “ajustar” os trabalhadores à licitude no usufruto do tempo de folga à medida que condenava outras utilizações desse tempo.³¹⁰

A noção de “tempos sociais”, formulada por Alain Corbin, perpassa também os assuntos sobre os quais nos dedicamos a partir daqui. O autor mostra modificações na partilha do tempo experimentadas em vários setores da vida dos indivíduos. O tempo do trabalho com lugar e hora definidos se distancia cada vez mais, se pensarmos no sistema de fábricas e oficinas, da casa e do tempo pessoal dos operários, mas continuam interligados. Assim, ocorre uma espécie de distribuição das horas do dia e da sequência semanal, entre o tempo destinado ao patrão e o tempo da vida pessoal. Esses tempos estão em diálogo, entre vendo produção, descanso – em algum momento histórico entendido como reposição de forças para o trabalho – e lazer – resposta “*ao temor da vacuidade*”. Importa dizer, nas palavras de Corbin, que “*produzir tempo não equivale a libertar o seu uso*”.³¹¹ Desejamos, pois, entender as maneiras de viver esse tempo livre, na perspectiva de uma composição social, percebendo as atividades de lazer no Círculo São José

³¹⁰ *Idem.*

³¹¹ CORBIN, Alain. **História dos Tempos Livres: O advento do Lazer.** Tradução: Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2001.

como um dos componentes dessa relação. O lazer circulista pode ser visto como uma das imbricações do tempo além-trabalho.

Até este ponto, já tentamos esclarecer a intenção das lideranças circulistas de “educar” os associados, principalmente divulgando dísticos de honestidade, profissionalismo, ética, civilidade, valores acionados nos projetos de identificação dos trabalhadores ao Circulismo. Esta “educação social”, aportada no sentimento religioso, definia, como vimos no terceiro capítulo, boas condutas e condenava as ações “imorais” e “perniciosas”.

Com isso, censurar os espaços possíveis de lazer para os pobres, como a bodega ou a cachaça, “*do matar o bicho do calixto, da tallagada, do tira-gosto*”,³¹² em uma cidade de tantas barreiras simbólicas – o Passeio Público, os Cafés, os lugares de 1ª e 2ª classes nos bondes, o *boulevard* e o beco, o sobrado e as vilas operárias – exigia inventar outros lugares. Se o considerado “lícito” à época muitas vezes não estava ao alcance dos trabalhadores, então foi necessário criar lugares e práticas “sadios”. A produção dessas sociabilidades, as estratégias de ocupação do tempo livre, bem como a presença física do Círculo de Operário e Trabalhadores Católicos São José em Fortaleza são questões que abordaremos nesse capítulo.

4.1- Calendário Festivo.

Convite do Círculo São José

A benemerita sociedade de operários catholicos, em honra ao seu glorioso Patrono São José, organizou o seguinte programma para solennizar o dia 19:

As 8 ½, reunião na sede social para que encorporados assistam a missa pontifical na Sé as 9h.

As 14 horas, sessão extraordinária e benção da nova officina. Logo após será offerecido um chá a seus associados, que em seguida farão ligeiro passeio pela cidade.

As 20 horas no palco do cinema dos operários catholicos a pedido, será encenada pela 4ª vez a empolgante burleta “Corações Sertanejos” de costume cearense da autoria do

³¹² STUDART, Guilherme. Alcoolismo. Conferência realizada no Círculo de Operários Católicos de São José. IN: **Norte Médico**. Fortaleza, ano IV, n. 3/4, março e abril de 1916.

brilhante acadêmico cearense Nylo Carleial pelos amadores do grêmio S. José.³¹³

Uma das datas mais importantes que compunha o calendário festivo do Círculo São José era o dia do seu Padroeiro. O destaque desta data expressa a força da evocação do exemplo a ser seguido pelos trabalhadores sob a intercessão piedosa do Santo que demonstrou confiança absoluta em Deus.³¹⁴ Este sentimento religioso e a festividade singularizavam o movimento circulista, constituíam sua identidade enquanto grupo.

O convite para a celebração do dia de São José nos remete ao aproveitamento “sadio” do tempo livre. Em primeiro lugar, porque se cumpriam os deveres cristãos, e depois, porque congregava os trabalhadores. Assim, realizavam-se, em um só tempo, dois objetivos: o de evitar o ócio e o de estimular a fraternidade e a união dos circulistas. Note-se que a programação pensada para o feriado, ocupava o dia inteiro. Reservava-se tempo apenas para o almoço, que deveria ser o momento com a família. A Diocese aconselhava guardar os dias santificados, nos quais os patrões deveriam liberar seus empregados. Contudo, isso não era uma regra, muitas pessoas trabalhavam nos feriados. Porém, mesmo aqueles que não dispunham do dia livre, deveriam estar presentes ao menos em um momento da solenidade de São José.

A programação do dia de São José era semelhante à de outras datas comemorativas do Círculo Operário. Depois dos atos litúrgicos – procissão e missa – , organizavam-se a “parte social”. A missa e a festa – embora coordenada sob o olhar eclesiástico – pareciam uma interação entre a obrigação e o direito. Possivelmente porque seria muito difícil envolver número significativo de sócios apenas pela proposta de comunhão eucarística. Foram necessárias formas

³¹³ Circular publicada no Jornal **O Nordeste**. Fortaleza: 18 de Março de 1927.

³¹⁴ A festa de São José é comemorada no dia 19 de março – desde 1870, quando o papa Pio IX o proclamou Patrono da Igreja – comumente com procissões, tradição que permanece até os dias atuais. São José é também reverenciado no Ceará como Padroeiro do Estado. A devoção a São José é também comum entre trabalhadores rurais, que acreditam na intercessão do Santo para um bom inverno – espera-se que chova no dia 19 de março, anunciando-se uma boa colheita. Existem ao menos duas representações correntes: A mais comum, José segura na mão esquerda o menino Jesus e na outra, um lírio. Em uma outra imagem – São José Operário – aparece trabalhando em uma carpintaria. No Círculo Operário, foi reverenciado como exemplo de fé – já que, segundo o Evangelho, aceitou casar com Maria grávida do Espírito Santo –, como bom operário (carpinteiro), e como um homem de família – superando a perseguição de Herodes para dar segurança a Jesus.

atrativas, convidativas para o ingresso – e, principalmente, a propaganda – no mundo do trabalho.

Sair em procissão, “*encorporados*” da sede até a Catedral era prática comum nas datas solenes do Círculo São José. As romarias eram meios de propaganda do Circulismo na cidade. Além de passar uma ideia de coesão entre os associados – palavra que aparece muitas vezes na fala dos diretores, tentando exprimir a legitimidade das adesões ao Circulismo –, o uso das vias públicas era uma questão que envolvia poder e combate.

Em reflexão acerca da possibilidade do público, Maria Célia Paoli lembra que a conquista desse espaço forma uma história bastante fragmentada, de avanços e retrocessos; e que comumente os operários, quando não reprimidos, demoravam a conseguir, nas manifestações de luta ou de festa, a “simpatia” de outros sujeitos. Assim, validar a atuação dos trabalhadores em cena pública significava a “*realização de uma justiça social*”, sendo expressão das potencialidades da classe operária.³¹⁵

Obviamente, para os trabalhadores vinculados à Igreja, o processo de alcance do espaço citadino enfrentou menos dificuldades. O Círculo Operário, enquanto instituição ligada ao clero, usava esta possibilidade de fazer-se notar na Cidade como propaganda doutrinal. Fazer um “*ligeiro passeio pela cidade*” é um bom exemplo disso. Passear pela cidade divulgando uma associação de trabalhadores nesta época não era tão simples quanto parece. Nem todos os tipos de articulação operária puderam usar livremente a rua, a cidade. Fazer isso incorria em riscos para os participantes. Dependendo do conteúdo da manifestação, não era difícil ocorrerem prisões ou enfrentamento com as forças policiais.

Contudo, se o motivo era religioso, ou melhor, católico, não havia nenhuma proibição expressa. Isso tornava possível esses embates indiretos, que ganhavam força na imprensa, contra outras associações do período.

Grande número de sócios, formando extensa ala, transitou pelas ruas de nossa Capital, em direção aquela Igreja [Sagrado Coração de Jesus], numa bellissima manifestação de fé, tendo quasi todos ali commungado.³¹⁶

³¹⁵ PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e Cidadania: Experiência do Mundo Público na História do Brasil Moderno*. **Estudos Avançados**. Dez /1989, vol. 3, nº 7, pp. 40 – 66.

³¹⁶ “O Círculo de Operário São José faz uma romaria a Igreja Coração de Jesus”. **O Nordeste**. Fortaleza: 03 de novembro de 1922.

Este passeio de fé não era elogiado por todos. Os sindicalistas da cidade, aqueles que defendiam uma luta de resistência à opressão dos trabalhadores diante do poder patronal, não reconheciam as lideranças circulistas (padres) por não fazerem parte da classe operária. Nessa disputa pelo espaço público, o jornal *Voz do Graphico* apelidou os membros do Círculo Operário de “carneirada”, por acompanharem o “padre feitor e cia”, andando nas ruas da cidade como em um “Circo de Operários”.³¹⁷ Acentuando as diferenças, a diretoria do Círculo enfatizava a ideia de que o clero estava bem próximo da classe trabalhadora, e esta reconhecia a importância da Ação Católica. Para demarcar essa aproximação, eram designadas comissões para receber no porto ou na estação central o padre Guilherme ou Dom Manoel, sempre que retornavam de suas viagens.

As associações de trabalhadores instaladas em Fortaleza no início do século passado comemoravam como a festa mais marcante da programação anual o aniversário de sua fundação. Geralmente nesta ocasião eram enviados convites às demais associações, homenageados sócios beneméritos e organizada uma solenidade com discursos, balanços anuais e festa – música, comida, encenações teatrais etc. A cada ano, o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José nomeava comissões para cuidar dos preparativos da festa e, claro, da celebração eucarística que a antecedia para comemoração de seu aniversário a 14 de fevereiro. O trabalho começava bem antes. O salão era arrumado, cuidava-se do estandarte, da mesa, enfeitava-se a Igreja da Prainha. No ano de 1925, quando o Círculo comemorava dez anos, a missa foi campal, o altar montado aos pés do Cristo Redentor, na Praça Senador Machado. O evento costumava ser propagado pela Imprensa católica. Participavam da sessão solene o Arcebispo Metropolitano D. Manoel da Silva Gomes, padres, representantes do Governo, convidados ilustres, os sócios e suas famílias.

No ano de 1922 o Jornal *Voz do Gráfico* também noticiou a festa de aniversário do Círculo São José. Na ocasião, durante a fala do padre Zaul Pedreira, convidado pela diretoria do Círculo, o referido jornal foi condenado pelo padre que *“teve a luminosa idéia de bordar comentários respeito a nossa atitude (...) apontando-nos, como para tirar partido da massa inconsciente que o ouvia, como*

³¹⁷ “Para a carneirada do ‘Circo’ dos operários católicos de São José”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 28 de Janeiro de 1922.

‘operários que querem fazer a divisão das propriedades e bens dos senhores ricos’ (certamente o padre Zaul é um desses tais ricos e por isso quer salvar as suas propriedades, os seus bens)”.³¹⁸ Depois de responder às “deslavadas mentiras” sobre o periódico da associação Gráfica do Ceará, Tupan – pseudônimo de quem assinou a matéria – deixou seu recado aos “donos do Circo Operário”:

Quanto á legendada toda, principalmente no que disse respeito às propriedades dos ricos, fique o nosso amaríssimo pastor (credo!) descansado, porque nós, presentemente, não tratamos disso, mesmo porque não precisamos delas. Queremos, sim, que os senhores padres e as outras castas exploradoras deixem de explorar as massas inconscientes que, infelizmente, ainda acreditam na sua adocicada cantiga, indo ao campo trabalhar, e que as demais classes produtoras compreendem qual seja nossa vontade e nosso desejo.³¹⁹

A festa, pois, não é apenas uma ocupação do tempo livre. A festa é ainda a construção de um tempo também social, que dá lugar às aspirações e às feições associativas, apresentando lideranças e propostas num espaço, eminentemente, político. O dia de fazer a retrospectiva dos “feitos” da Associação, das homenagens aos padres assistentes, da “boa vontade” da Igreja interessada na causa operária é também o momento da atuação política, da doutrinação, da propaganda do *projeto teológico-político*³²⁰ e, portanto, do conflito. Todo espaço construído pela classe trabalhadora é um espaço de tensão, no qual muitos projetos distintos, advindos de sujeitos múltiplos, põem-se em confronto.

O aniversário da Associação, especialmente quando esta ia se tornando mais “veterana”, era o momento de afirmação do espaço/tempo que se havia conquistado. De modo que comemorar os anos passados – principalmente em um contexto político que tornava as ações militantes intermitentes e descontínuas por conta da força repressiva – relacionava-se com a resistência, a perseverança, a

³¹⁸ “O Aniversário do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos S. José”. **Voz do Gráfico**. Fortaleza: 25 de fevereiro de 1922.

³¹⁹ *Idem*.

³²⁰ A ideia de que a Igreja apresenta uma coerência institucional e hierárquica, ainda que heterogênea, foi denominada inicialmente por Roberto Romano como “projeto teológico-político”. Posteriormente adotada por Souza e, mais recentemente, por Santos, o conceito vem sendo utilizado para demarcar o ideário e a práxis católica diante da organização social e da criação dos círculos operários. Ver: ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado** (uma crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós, 1979; SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003; SANTOS, Jovelina. **Círculos Operários no Ceará: “Instruindo, educando, orientando, moralizando”** (1915 – 1963). Coleção Mundos do Trabalho. Fortaleza, 2007.

firmeza dos ideais, já que sobreviventes, às vezes, de tantas intempéries políticas ou financeiras. Isso, evidentemente, aplicava-se mais às organizações de cunho revolucionário do que reformista. Contudo, mesmo as beneficências passavam por períodos de instabilidade, gerados pelos déficits na caixa de socorros, o que acarretava falência e o desaparecimento da agremiação. Por isso, a comemoração do aniversário era a ocasião de dizer da solidez da instituição. Isso era nítido no Círculo São José. Em discurso de felicitações Dom Manoel dizia:

Em treze anos o “Círculo” consolidara as suas forças e tinha a sua estabilidade vital garantida. Havia de viver para sempre, quando mesmo os actuaes baluartes da sua existência desaparecerem, porque o bem da nossa terra o exigia.³²¹

Outro momento de encontro e festividade no Círculo Operário da Capital eram as visitas das comissões representativas dos Círculos do interior do Ceará. Padre Guilherme, às vezes acompanhado de José Agostinho, costumava visitar as filiais circulistas, fazendo pregações e dando cursos para os líderes. Essas passagens do sacerdote pelas sedes de outros municípios era motivo de festa, de celebração em honra da direção geral do Circulismo. Assim, quando representantes das filiais vinham à Fortaleza, organizavam-se recepções para os acolher na matriz. Todo o período de permanência na cidade dos circulistas do interior era movimentado. Para receber o Círculo de Baturité, que veio passar um fim de semana acompanhando as atividades do Círculo São José de Fortaleza, foi agendada uma programação com a Benção do Santíssimo Sacramento na Catedral, cinema, música, missa, sessão magna, passeio pela cidade, visita a Dom Manoel, visita a redação d'O Nordeste e mais uma sessão de cinema.³²² Tudo para destacar a altivez do Circulismo no Ceará.

Para construir uma agenda comemorativa do Círculo São José, além de marcarmos as datas 14 de fevereiro e 19 de março como solenidades obrigatórias, convém não deixar de fora os dias 7 e 28 do mês de setembro.

Começamos pelo mais emblemático 7 de setembro do século XX no Brasil: o dia, em 1922, quando se comemorou o primeiro centenário da Independência. Marly Motta analisou a construção do 7 de setembro como um “lugar de memória” da Nação Republicana. Depois de proclamada a República, parecia

³²¹ “O 13º aniversário do Círculo de Operários e Trabalhadores Catholicos São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 15 de fevereiro de 1928.

³²² “A visita do Círculo São José de Baturité a esta capital”. **O Nordeste**. Fortaleza: 13 de novembro de 1925.

lógico que a data cívica de maior importância no país fosse o 15 de novembro. Mas antes disso, era preciso convencer que a República não fora um golpe intempestivo sem presença na história brasileira. A Proclamação da República em 1889 deveria ser o ápice de uma longa luta que começou lá atrás, no Quilombo dos Palmares. A instituição do calendário cívico do Brasil Republicano “*é um bom exemplo do esforço de inventar novas tradições*”, conforme afirmou a autora. O 15 de novembro havia sido reservado para a “comemoração da Pátria Brasileira”. Contudo, a memória do 7 de setembro já era algo conhecido durante todo o século XIX, e não poderia simplesmente desaparecer. Assim, era preciso conciliar a memória monarquista e a republicana. Por isso, a partir de 1895, a data passou a ser relacionada com paradas militares, comemorando a liberdade, que foi o grande “feito” da Monarquia, “*numa moldura republicana*”. Houve uma mobilização dos intelectuais brasileiros no sentido de definir a Nação. Por isso, o Centenário da Independência foi um grande momento de discussão sobre as “raízes nacionais”, trazendo ao público versões diferenciadas da Pátria e de seus personagens históricos.³²³

Uma dessas versões sobre a história nacional foi formulada pela Igreja, que aproveitou o clima para afirmar, mais uma vez, a sua importância no passado do Brasil. No dia 7 de setembro de 1922, o Jornal *O Nordeste* lançou uma edição especial de Comemoração ao Centenário da Independência. Pedro I, Pedro II, Princesa Isabel apareceram como os grandes heróis da “libertação da nossa brava gente”. Mas o objetivo principal nas linhas do Jornal era acionar a memória com relação à Igreja – cujo papel havia sido “esquecido” pelo regime republicano – e ao seu passado glorioso na salvação dos povos.

Toda reverencia devemos, portanto, as nossas grandezas mortas, mas que precisam estar sempre muito vivas na memória dos cidadãos, em cujos corações palpita a scintilha incandescente do patriotismo. É por isso que Anchieta e Vieira, Nóbrega e Navarro, Pinto e Filgueiras, autênticos apóstolos do nosso progresso e da nossa christianização jamais devem ser esquecidos, portanto realizam a obra incommensuravel e heroica do encaminhamento do nosso povo para a conquista de sua autonomia. (...) Bem haja uma campanha de salvação pública, partida da escola moralizada, onde se eduque o espírito da mocidade brasileira à luz

³²³ MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz 100 anos: A Questão Nacional no Centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV – CPDOC, 1922.

da insubstituível doutrina cristã; bem haja um reacção salutar e energica da imprensa seria em proveito dos costumes e como barreira segura opposta a todas as estravagâncias administrativas, a todas as deturpações de um regimen que se diz do povo e para o povo. Nacionalizemos o Brasil, isto é, chritianizemo-nos!³²⁴

Muitas das “frentes de batalha” que a Ação Católica começou a desenhar na década de 1920 foram aí evidenciadas. A “verdadeira” Nação, no pensamento intelectual católico, era aquela orientada pelo Cristianismo, assim era preciso uma retomada da ação da Igreja no plano nacional, através da imprensa, da Educação e do reconhecimento do clero como construtores da memória do país. Não é possível nos determos nisso. O uso que nos compete desta análise é para indicar em que momento histórico se comemorou os cem anos da Independência. Todas essas leituras incidiram, de algum modo, na celebração desta data dentro do Círculo Operário São José.

Por toda a cidade, falava-se do centenário, nos jornais; na igreja, durante a missa; nas associações de trabalhadores. A Imprensa católica em Fortaleza, meses antes, estimulava a comemoração deste dia e divulgava as atividades planejadas para a solenidade. Ocorreram conferências, exposições, memoriais e uma série de paradas cívicas nas principais praças e vias de Fortaleza. O *Nordeste* solicitou às agremiações o envio da programação para o 7 de setembro. O Círculo São José apresentou um amplo cronograma de quatro dias, “*pedindo aos seus associados o comparecimento a todas as solenidades*”.

Dia 7

Às 5 horas da manhã missa na Igreja da Prainha e Comunhão geral.

Às 6 horas, salva e hasteamento do pavilhão nacional, na Colunna do Centenário, sendo cantado o Hynno Nacional pelos sócios, alunos das escolas profissionaes da sociedade e escolas particulares.

Representação do Círculo na missa campal.

Às 12 horas, salva e reunião geral afim de cumprimentar o exmo. Sr. D. Manoel da Silva Gomes, Arcebispo Metropolitano, e ao exmo. Sr. Dr. Justiniano de Serpa, Presidente do Estado; visita ao Centro Artístico Cearense e à Associação dos Merceeiros.

³²⁴ “Centenário da Independência do Brasil”. **O Nordeste**. Fortaleza: 07 de setembro de 1922.

Às 16 ½ horas, salva em comemoração à hora precisa do brado da Independência, nas margens do Ypiranga, sendo então, cantado o Hymno da independência.

Às 18 horas, a sociedade com seu estandarte, partirá de sua sede para assistir ao “Te Deum” na Catedral.

Às 20 horas, sessão pública de cinema.³²⁵

Essas comemorações de caráter cívico no Círculo São José são excelentes momentos para pensarmos sobre os aspectos da “cultura associativa”.³²⁶ O estandarte, os hinos, a sede têm uma função social de comunicação, que expressa a “marca” do grupo. Em contato com outras agremiações de trabalhadores, esses elementos que caracterizam cada associação transformam-se em componentes de identificação. Eles distinguem e definem a presença das associações nos lugares públicos, propagam a atuação dos membros enquanto sujeitos coletivos em cena. Por isso, quando o objetivo é se fazer representar nesse tipo de solenidade, por exemplo, cuida-se de acionar o maior número possível de símbolos.

Logo depois da onda comemorativa que se viu em Fortaleza por conta do centenário da Independência, um “operário” enviou uma carta à redação do jornal *O Nordeste*, para que se fizesse registrar “o gesto patriótico” das associações operárias nos festejos da Independência, já que o jornal “*omittiu o operariado cearense na descrição que fez das manifestações de júbilo da passagem do Centenário*”.³²⁷ Três semanas depois o jornal publicou a carta que informava como as associações celebraram o 7 de setembro. Uma pequena passagem sobre a passeata organizada pelo Phenix Caixeiral dizia que “*tomaram parte várias associações operárias encorporadas com seus respectivos estandartes*”.³²⁸ A presença na cidade, através dos emblemas de cada associação, nesse dia em que as atenções estavam voltadas para as cerimônias, foi uma forma de anunciar a

³²⁵ “Como O Círculo de Operários Comemorar o Centenário”. **O Nordeste**. Fortaleza: 05 de setembro de 1922.

³²⁶ Este termo é designado por Cláudio Batalha para explicar um conjunto de práticas desempenhadas pelas associações operárias, evidenciando discursos e valores que exteriorizam suas visões de mundo. Note-se que “cultura associativa” é diferente de “cultura militante” (restrita e específica de cada corrente ideológica). Aqui, a cultura associativa remete, especialmente, ao “universo ritualizado e simbólico das associações”, como menciona o autor. Ver: BATALHA, Cláudio. *Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*. In: BATALHA, C. H.; TEXEIRA, F.; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

³²⁷ “A participação do operariado nas festas do Centenário”. **O Nordeste**. Fortaleza: 26 de setembro de 1922.

³²⁸ *Idem*.

participação efetiva dos trabalhadores no movimento da cidade. Por isso, o “operário” exigiu que essa participação fosse documentada e que tivesse lugar na imprensa. A existência das agremiações operárias e suas ações públicas deveriam fazer parte da história nacional. Foi através desse sentido do público que os trabalhadores reivindicaram o respeito e a notabilidade para seus projetos diante dos outros sujeitos sociais.

As atividades programadas para o 7 de setembro foram realizadas em conjunto com outras sociedades de trabalhadores do período, reforçando o argumento que temos defendido de que o Círculo Operário atuou na cidade como agremiação de trabalhadores e foi assim reconhecido, mesmo sua liderança sendo formada por representantes da Igreja.

Ainda sobre a linguagem ritual e simbólica que, em público, apontava as diferenças entre uma e outra associação, verifica-se que servia, ao mesmo tempo, como elo entre os iguais – membros da mesma associação. Hobsbawm, sobre os rituais operários na Grã-Bretanha no século XIX, que passariam por profundas transformações no século XX, especialmente com o movimento socialista na Inglaterra, assinala o uso de uma série de “adereços rituais” nas formas associativas, incluindo instrumentais de apresentação pública – as bandeiras, os desfiles, o vestuário etc. – e bem como variados objetos de identificação dos membros – distintivos ou certificados alegóricos.³²⁹ No Círculo Operário, a caderneta dos membros funcionava como um documento da vida funcional da Associação. Ali eram registrados o nome, o endereço do associado – era preciso notificar a mudança de endereço – e a data de admissão no Círculo, além de constar o pagamento das mensalidades da caixa de socorro. A carteirinha também autorizava o recebimento dos ingressos para as sessões de cinema e deveria ser apresentada no consultório médico que fornecia assistência aos circulistas. Em caso de óbito, a família deveria apresentar a caderneta do falecido para que a diretoria tomasse as providências com relação ao sepultamento.

Todos essas celebrações cívicas ou religiosas, repletas de significados simbólicos, para os quais os circulistas deveriam contribuir, alteravam o cotidiano da vida associativa, em geral, movimentada pelas sessões ordinárias, reuniões da

³²⁹ HOBBSAWM, Eric. A Transformação dos rituais do operariado. In: _____. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária**. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

diretoria uma vez por semana e pelas atividades próprias da escola e das oficinas. Eram ainda, apesar da carga de compromissos “formais”, como as missas e os discursos das autoridades, momentos de encontro, confraternização e usufruto das potencialidades de diversão do Círculo Operário, como o cinema, não muito comum nas sedes das Associações de Trabalhadores. Talvez a fadiga do trabalho ou as tarefas do dia-a-dia indispuessem os operários ao cumprimento desses cronogramas longos das solenidades cívicas. Mas, possivelmente, os circulistas e suas famílias eram atraídos, em busca de “novidades” (quebrando a monotonia da sequência de trabalho) para estas festividades. Em especial nessas datas, como vimos na programação do 7 de Setembro, as sessões de cinema eram públicas, abertas inclusive para quem não fazia parte do Círculo Operário. Enfim, poderia ser uma oportunidade de levar um colega do trabalho ou um vizinho para assistir ao filme, estabelecendo usos para além do corriqueiro dentro da Associação.

Dias de festa começavam cedo no Círculo Operário. Às quatro horas da manhã, o encontro era marcado na Coluna do Cristo Redentor – monumento construído em comemoração ao Centenário da Independência, mas inaugurado somente em dezembro daquele ano. Em seguida, às cinco horas, tinha início a missa de Ação de Graças na Igreja da Prainha. Foi assim no domingo 28 de setembro de 1924. Era aniversário do presidente da Associação, José Agostinho da Silva. O Círculo Operário organizava todos os anos um festival para homenageá-lo. Nesse ano, sendo a data um dia de domingo, a movimentação foi mais intensa. A sessão solene durou a tarde toda, com o habitual chá para os associados. À noite, um ato de variedades.³³⁰

A cada dois anos, havia votação para Diretoria, que, ao final do mandato, deveria apresentar um relatório administrativo em Assembléia Geral – reunião extraordinária que marcava a posse da Diretoria eleita para o período seguinte. Curiosamente, em todo período em que concentramos a pesquisa, a presidência do Círculo São José permaneceu a mesma e a Diretoria era quase sempre composta pelos mesmos nomes, mas em cargos diferentes. Na eleição que ocorreu em 1927, formou-se a Chapa São José, indicando o nome de Marcos Silva, que fazia parte da associação desde a fundação, em 1915. “*O pleito ocorreu animado, com muita ordem e calma, accorrendo ao mesmo 282 eleitores, dos quaes 210 votaram na*

³³⁰ “A festa de amanhã no Círculo de Operários São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 27 de setembro de 1924.

chapa oficial e 72 na S. José".³³¹ Pela contagem dos votos, mesmo com a vitória da chapa oficial, revelou-se que a ideia de uma "*perfeita união de vistas entre os membros de tão benfazeja sociedade cathólica*" não era assim tão absoluta.³³² Insistia-se em declarar a coesão do Círculo Operário, como forma de legitimar as decisões administrativas e as resoluções do diretor geral, que na hierarquia circulista, poderia intervir nas deliberações da Diretoria.³³³

Assim, para não restar dúvidas sobre a legítima autoridade e competência de José Agostinho, seu aniversário entrou para o calendário festivo do Círculo Operário. Ao lado de seu retrato estampado no jornal, seguia a nota:

Sucessivamente elleito vários anos para a presidência daquela sociedade, tem no alludido posto desde a sua fundação revelando magnificos predicados de intelligencia affirmando-se um caracter forte e sadio, perfeitamente a altura do desempenho da elevada missão que está acometido.³³⁴

Os rituais circulistas eram cheios de condecorações. Entravam para os Anais da Associação as homenagens destinadas aos sócios beneméritos, pessoas que contribuíam material e moralmente para o desenvolvimento do Círculo São José. Essas solenidades de honra, geralmente acompanhadas por um balanço geral muitas vezes bastante otimista, eram pensadas de modo a comprovar a solidez do Círculo Operário. Esses momentos eram oportunos para apresentar, em uma linha progressiva e coerente, a história da organização circulista. Essa história contada pelos diretores e pelo clero ligado ao Circulismo tinha muito de coesão, uniformidade de pensamento, concórdia, tudo para "provar" que uma sociedade ordeira era uma realização possível e bem sucedida.

"Um caso bastante reprovável" – como ficou registrado no *Voz do Graphico* – ocorreu na festa de aniversário de José Agostinho em 1921. O presidente do Círculo Operário São José recebeu, como presente pelo seu natalício, "a grossa quantia de 300\$000". Esse gesto, segundo o mesmo jornal, foi

³³¹ "A nova diretoria do Círculo São José". **O Nordeste**. Fortaleza: 31 de janeiro de 1927.

³³² "Eleição da diretoria do Círculo São José". **O Nordeste**. Fortaleza: 29 de janeiro de 1927.

³³³ A diretoria era constituída pelo Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro, Adjunto e 12 diretores – encarregados da biblioteca, da banda de música, do prédio, do material necessário para o funcionamento do Círculo. O diretor geral, sacerdote nomeado pelo bispo – no caso o padre Guilherme – podia vetar qualquer medida ao dogma, à moral e à disciplina da Igreja, conforme o Art. 46 dos Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José.

³³⁴ "A festa de amanhã no Círculo de Operários São José". **O Nordeste**. Fortaleza: 27 de setembro de 1924.

uma prova de gratidão dos seus carneiros, que constituem a legião dos trabalhadores mansos e pacientes, dispostos a sofrerem toda sorte de privações e misérias por amor aos conselhos por ele ministrados depois de receber algumas injeções do seu conselheiro-mor, o padre Feitor, diretor espiritual do referido Círculo.³³⁵

Aquilo que a Diretoria do Círculo dizia ser a demonstração da união e da gratidão dos trabalhadores pelos préstimos de José Agostinho, para os redatores do *Voz do Graphico*, era sinônimo de sacrifício, era o mesmo que retirar “um pouco de pão da boca dos filhos”. Esse debate sobre o conteúdo e a forma das comemorações foi recorrente durante a Primeira República. De libertários ou comunistas, as críticas às celebrações do Círculo Operário avolumavam-se nesse período. A razão principal desses embates no campo das ideias políticas era o deslocamento de uma memória/história operária para uma aclamação de referenciais do domínio da Igreja e não das classes trabalhadoras. O ápice dessa divergência com relação às celebrações no meio operário foi certamente o Primeiro de Maio.

Micelle Perrot tratando sobre a “invenção do Primeiro de Maio”, nota que as tendências políticas discutem entre si esta resolução a começar pela data. A ideia de unir ao mesmo tempo, no mesmo dia, um número vasto de trabalhadores pareceu não ser tão polêmica, ao contrário, foi bem recebida mesmo porque isso remetia a tradições bastante antigas. “*Trata-se de dar à classe operária a consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública para tal espetáculo*”.³³⁶ Na França, a escolha da data, frente a outras que faziam alusão somente à história política francesa, demonstrou como os trabalhadores puderam construir seus próprios símbolos e mártires, como foi o caso dos quatro operários americanos executados em Chicago. Este fato representaria com maior legitimidade uma tradição de luta que poderia repercutir mais facilmente no imaginário operário. Para Cláudio Batalha, a difusão do Primeiro de Maio “*não deriva apenas do caráter internacional da data, mas por romper as fronteiras da associação e do ofício para compreender o conjunto da classe operária*”.³³⁷

³³⁵ “Um como há muitos...” **Voz do Graphico**. Fortaleza: 12 de setembro de 1921.

³³⁶ PERROT. *Op. cit.* p. 130.

³³⁷ BATALHA. *Op. cit.* p. 105.

No Brasil, essa disputa em torno da data foi frequente principalmente porque a denominada cultura associativa avançava os limites das organizações partidárias. Ou seja, mesmo o Primeiro de Maio tendo uma carga militante muito forte, era celebrado também por outras instituições que não aquelas tidas como revolucionárias. Assim, por marcar um calendário operário de modo geral, a data não pôde ser desconsiderada pela Igreja, que tentou estabelecer outro sentido com relação à memória de luta dos trabalhadores. Esse tema em específico foi trabalhado por Jovelina Santos, que se ocupou, em sua pesquisa sobre o Circulismo no Ceará, do Primeiro de Maio circulista. A autora aborda a disputa das diferentes correntes ideológicas em torno do Primeiro de Maio, analisando as formas pelas quais os movimentos políticos divergentes tentaram imprimir nesta data, as expressões de seus projetos e de seus posicionamentos quanto às relações de memória e luta.³³⁸

O Primeiro de Maio circulista era comemorado com festa. Não era, ao contrário da doutrina anarquista, um dia de luto. A atuação política do Círculo Operário tinha o propósito de promover a dissociação da data e de seu significado revolucionário. “*O Primeiro de maio circulista foi paulatinamente assumindo a feição de um ato religioso, consagrado à dignificação do trabalho*”.³³⁹ Para ser realmente um rito de festividade, a Igreja acionou, não a memória do “*martírio de um grupo de companheiros levados ao cadafalso pelo grande crime de pugnarem pela efetividade das 8 horas de trabalho*”,³⁴⁰ mas o exemplo do operário-mor, São José. Como já mencionamos, essa devoção, além do seu sentido religioso estrito, era ativada como fomento de identidade do grupo – o ser católico antes de tudo – e de identificação com a resignação, com a esperança, com o silêncio.

Não pretendemos nos deter sobre as especificidades do Primeiro de Maio para cada tipo de feição do movimento operário, mas é importante enfatizar o trabalho de (re)significação da data empreendido pela a Igreja. Elaborar um rito para o Primeiro de Maio à moda circulista, requereu um exercício de invenção, repetição e memória. Melhor dizendo, o Primeiro de Maio dentro do Círculo Operário passou inicialmente por uma releitura baseada na associação com o exemplo de São José Operário. Em seguida, essa comemoração foi sendo organizada, ano após

³³⁸ SANTOS. *Op.cit.*

³³⁹ *Idem.* p. 172.

³⁴⁰ “Salve 1º de Maio!”. **Voz do Graphico**. Fortaleza: 1 de maio de 1921.

ano, até que sua mensagem se tornasse quase “automática”, como que uma ligação direta entre o Dia do Trabalho e a lembrança de São José como patrono de todos os trabalhadores. Assim, essas articulações entraram em um processo de rememoração, no qual o Primeiro de Maio era acionado a partir das datas mais recentes, sem alusões ao seu passado “profano” – em uma palavra bem católica. No Círculo Operário, o Primeiro de Maio foi sendo sacralizado no culto a São José.

Essa dimensão da sacralidade do trabalho, e ainda, essa tentativa de aproximar do mundo do trabalho o ritual litúrgico, fazia surgir ideias até de ampliação do calendário sacro católico; por exemplo, a indicação de um culto a “Jesus Operário”.

Trinta e três cardeais e cerca de 550 bispos assignaram um petição para a instituição de uma festa em honra de Jesus – Operário. O vigário de Santa Clotilde de Genebra, redmo. Padre Schuh, subbmeteu a pouco ao Santo Padre os documentos que se referem a essa questão, bem como o officio litúrgico da festa, composto pelos padres dominicanos.³⁴¹

Os terços, as romarias, as novenas, divulgadas nas paróquias de Fortaleza também apareciam, eventualmente, como “*atos próprios aos confrades e sócios do Círculo*”, como dizia padre Guilherme, que costumava lançar convites semelhantes a esse:

O diretor geral falou sobre a festividade de S. Vicente de Paulo. Haverá missa solemne na Prainha, amanhã, às 8 horas; segunda-feira na igreja do Collegio, para as filhas de Maria; e terça-feira para os confrades de S. Vicente e Senhoras de Caridade, às 8 horas, e, à tarde, sermão.³⁴²

Com frequência, esperava-se marcar o cotidiano dos trabalhadores com as atividades estritamente litúrgicas, como a missa. Mas há, nesse ponto, algo que demonstra os interstícios destas expectativas. O diretor espiritual convidava, insistia e até exortava ao comparecimento dos circulistas nessas celebrações. Entretanto, acercava-se “*da Mesa Eucarística grande número de sócios*”,³⁴³ especialmente quando essa celebração precedia os festivais. Assim, a imagem da eficácia dos atos de fé precisou ser transformada em uma combinação entre a liturgia e a festividade.

³⁴¹ “Um projecto de festa em honra a Christo Operário”. **O Nordeste**. Fortaleza: 30 de março de 1928.

³⁴² “Resumo da sessão ordinária realizada domingo 12 de julho de 1925”. **O Nordeste**. Fortaleza: 18 de julho de 1925.

³⁴³ “O 13º aniversário do Círculo de Operários e Trabalhadores Catholicos São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 15 de fevereiro de 1928.

Desta forma, passamos, então, aos componentes de interatividade no Círculo São José, buscando compreender a construção de espaços de sociabilidade que atraíam os circulistas, sendo, ao mesmo tempo, uma demanda dos trabalhadores pelo lazer dentro da cidade.

4.2- “Recrear, descansar para melhor trabalhar”: Cinema, Teatro e Música.

O estudo dos espaços de lazer e encontro dos operários dentro de uma cidade pode abrir reflexões sobre como as identidades locais são capazes de se combinarem com as identidades de classe. Seguimos aqui a sugestão de Mike Savage, que propõe uma “sensibilidade espacial” para compreender as ligações entre classe, estrutura demográfica e atuação política.³⁴⁴ Esperamos analisar a construção dos espaços de lazer a partir da identificação desses mesmos lugares enquanto polos de concentração circulista dentro de Fortaleza. Savage nos lembra que a mobilização política não está relacionada unicamente com a militância organizada dos sujeitos, mas pode incluir contatos entre pessoas de outros lugares, através de migrações ou impressos. Assim, essa abordagem suscita a adição dos lugares (marcas) dentro do espaço citadino, como uma possibilidade de mobilizar apoiadores para o projeto político que estava sendo defendido. Contudo, não desconsideramos que estes espaços de lazer, de fluxo e atuação circulista são fluidos, não têm fronteiras rígidas, são espaços em constante disputa. Como já foi dito, há, na perspectiva do Círculo Operário, uma cartografia do “bem” e do “mal”. Mas esses caminhos proibidos e permitidos se entrecruzam na cidade. Isso faz do exercício de demarcação e afirmação (passo a passo) algo que não se interrompe, que não chega ao irreduzível. Aqui, o “fluxo migratório” do qual nos fala Savage adquire uma versão diminuta. Ou seja, não se trata de migrações entre estados ou países, mas de trajetos dentro de uma mesma cidade que possui várias feições. Poderíamos ainda pensar como as migrações do sertão para o litoral influenciaram os hábitos das classes trabalhadoras em Fortaleza, mas isso ultrapassaria o objetivo dessa pesquisa.

³⁴⁴ SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, C. H.; TEXEIRA, F.; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 25 -48.

Uma vez que as sociabilidades operárias comumente eram marcadas pela rua, pelos laços de vizinhança, pelos encontros nas bodegas, o Círculo Operário, condenando esses lugares, propôs outro modelo de ocupação do tempo livre. Simultaneamente às investidas para “civilizar” os trabalhadores, promovia-se o lúdico com uma intenção muito clara de educar o lazer e de não separá-lo em absoluto do tempo do trabalho. Em um dos cursos do Padre Guilherme, essa ligação entre o tempo da produção e o tempo livre, foi nitidamente manifestada. O assunto era “*O divertimento: recrear, descansar para melhor trabalhar*”.³⁴⁵ Com isso, inferia-se um movimento de edificação do lazer sadio pouco habitual em Fortaleza, segundo a visão do clero circulista.

Uma forma de sociabilidade bastante atraente em Fortaleza eram os cinemas que, já na primeira década do século XX, começaram a se acomodar no Centro da cidade – o primeiro cinema do Ceará foi o Cine DiMaio de propriedade do italiano Vitor DiMaio, inaugurado na Praça do Ferreira em 1908. Para atender os anseios de modernidade dos grupos economicamente fortes, foram construídas luxuosas salas de cinema que se distanciavam do tipo de cinema ambulante das feiras, como era no princípio, especialmente na Europa. Márcio da Silva afirma que, por iniciativa de Luiz Severiano Ribeiro, as exposições cinematográficas passaram a fazer parte das possibilidades de lazer para a elite comercial em Fortaleza junto aos clubes, o Passeio Público e o Teatro José de Alencar. Na década de 1920, a Praça do Ferreira, com os cinemas de Severiano Ribeiro, e a Rua Major Facundo com seu “*quartirão do cinema*” (Majestic, Moderno e Polythema) eram espaços privilegiados das exposições de filmes.³⁴⁶

O cinema gerou grande discussão em volta da moral e dos “bons costumes”. Conforme demonstra Ponte, as salas de exibição eram frequentemente criticadas e apontadas como lugares de depravação e, por isso, estavam no alvo da Chefatura de Polícia da Capital. Mesmo cinemas suntuosos – como o Majestic Palace de 1917 – passavam pela vistoria da Polícia.³⁴⁷

³⁴⁵ “Sessão realizada no dia 13 do corrente”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de agosto de 1922.

³⁴⁶ SILVA, Márcio Inácio da. **Nas Telas da Cidade: salas de cinema e vida urbana em Fortaleza dos anos de 1920**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. O autor identifica três tipos de cinema em Fortaleza nos anos 1920: Comerciais (Cine-Teatro Majestic Palace, Cine Moderno e Cine Polythema); Associações leigas (Cine Centro, Cine Dramático Familiar, Cine Recreio Iracema, Cine Merceeiros e Cine Phenix); Paroquiais (Cine São José, Cinema Pio X, Cinema União dos Moços Católicos, Cine Paroquial).

³⁴⁷ PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reforma Urbana e Controle Social (1860-1930)**. 3 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001. p. 167.

Em muito, o cinema foi criticado pelas camadas mais conservadoras da sociedade, especialmente parte do clero. Não eram raras na imprensa católica, chamadas que recriminavam (e proibiam) alguns filmes em exibição. Alertando para a preservação da índole cristã, o jornal *O Nordeste* assim publicou:

Nossa attitude de condenação peremptória e franca às fitas indecentes já é, sobretudo, conhecida do publico.
Constantemente advertimos as famílias que não devem expor-se a assistir representações perversoras.
O mau cinema é a escola aberta da depravação dos costumes.³⁴⁸

Também na palestra já referida sobre os males causados pelo alcoolismo no Círculo São José, o Barão de Studart, expressou sua opinião a respeito do cinema: “*a mais perigosa escola de imoralidade que eu conheço*”.³⁴⁹

Em 1917, o Arcebispo Dom Manoel, condenou “*a influencia desmoralizadora*” do cinema, ressaltando as consequências prejudiciais para a família cearense e para “*os cérebros em formação*”. Segue-se assim, uma sugestão tipicamente católica, separar o joio do trigo:

Será melhor fazer como em outras partes: fitas vermelhas, fitas azues. Quem quiser reavivar o systema nervoso, irá ao cinema vermelho, quem quiser uma diversão agradável e moral, irá o cinema azul. O que não é razoável é, indirectamente, representarem-se fitas multicores em todos os cinemas.³⁵⁰

Não há necessidade de prosseguir nos exemplos da discriminação da Igreja com relação ao cinema “imoral”. Já se pode verificar que esse contato com o novo aparato de lazer, que foi se conectando aos espaços da cidade, criou uma tensão envolvendo os campos comportamentais, a satisfação da curiosidade, o desejo, os consumos das imagens, a propaganda e as novas possibilidades de diversão e distinção dos pontos de encontro em Fortaleza. As maneiras da sociabilidade profana eram temidas pela Igreja, que ainda esperava agregar as pessoas nas atividades religiosas, sem concorrência com os apelos do mundo moderno e das novas atrações urbanas.

No entanto, como forma de aproximação do mundo operário, a Igreja precisou “tolerar” algumas mudanças. Portanto, parece-nos de grande expressão da atuação dos trabalhadores que se associaram ao Círculo Operário, a abertura de

³⁴⁸ “O mau cinema”. *O Nordeste*. Fortaleza: 03 de outubro de 1924.

³⁴⁹ STUDART. *Op. cit.*

³⁵⁰ *Correio do Ceará*. Fortaleza: 30 de março de 1917. Apud LEITE, Ary Bezerra. **Fortaleza e a Era do Cinema**. Vol. I (1891-1931). Fortaleza: Secretaria de Cultura, 1995. p. 352.

espaços de negociação com o projeto circulista. Em outras palavras, não foi possível aos dirigentes eclesiais manterem intacta a rigidez conservadora da Igreja em contato com o mundo dos trabalhadores. Os atores desta negociação eram multifacetados, o que significa que somente por meio do controle excessivo do lazer dos trabalhadores, o projeto circulista dificilmente teria sido aceito. A ideia de trocas e diálogos perpassou a construção do “divertimento” no Círculo Operário. E naquela época, frequentar o cinema estava entre as aspirações de lazer difusas em Fortaleza.

Um poema de Júlio Maciel serve como ponto de partida para pensarmos sobre o desejo de “consumir” o cinema, que então era o mais inovador e curioso entretenimento da cidade.

Olhinhos voados lá para o Cinema,
 Eu vi a pobrezinha da Menina
 Ella chegou numa pobreza extrema
 E pôs-se, coitadinha, bem na esquina,
 Olhinhos voados lá para o Cinema.
 (...)
 “Ah, si eu pudesse entrar... si o homem deixasse...”
 E desejando e suspirando fica,
 Todo o Coraçãozinho em plena face:
 “No cinema só entra gente rica...”
 “Ah, si eu pudesse entrar... si o homem deixasse...”³⁵¹

Ainda que, prioritariamente, as salas de exibição cinematográfica tivessem sido pensadas para a “elite”, que se utilizava desse novo espaço como um gesto de distinção, às feições do consumo, acercavam-se todos que transitavam pelo Centro. Os pobres também eram sujeitos dessa vontade de consumo, mesmo com a impossibilidade de efetivá-lo. Porém, romper as barreiras que o poder e o dinheiro impunham nas relações cotidianas com a cidade representava mais que a satisfação da curiosidade – ver as imagens projetadas, os atores e até a arquitetura deslumbrante das salas de exibição –, representava acesso ao capital simbólico atrelado a esse tipo de divertimento. O cinema, o filme, os espetáculos que o acompanhavam, o bilhete, tudo isso formava o conjunto desse desejo, que, afinal, era a apropriação do “moderno”, do novo.

Esse desejo era ativado pelos cartazes, pelas propagandas, pelos comentários à saída do cinema. As “taboetas de reclame”, das quais nos fala Silva,

³⁵¹ MACIEL, Júlio. A Menina pobrezinha que não pode ir ao cinema. In: **Almanaque Commercial para o ano de 1928**. Anno I. Fortaleza: Typographia Urânia, 1928.

espalhavam-se à vista de todos na Praça do Ferreira. Assim, mesmo aqueles que jamais tinham entrado no cinema, sabiam os enredos dos filmes pelos resumos divulgados, os atores principais e podiam completar as aventuras cinematográficas com informações dos espectadores, que comentavam o final do filme ao término das sessões.

Márcio da Silva analisa o emblemático caso de José Caetano, um garoto que havia furtado um relógio e que, com o dinheiro da venda do objeto, vai com seus amigos, outros meninos de rua, assistir a um filme em um dos cinemas da Praça do Ferreira.³⁵² A população pobre da cidade – da mesma forma que a menina do poema e o garoto Caetano, encontrado pelo pesquisador num processo criminal – abria, de diferentes formas, uma demanda pelo lazer, pelo acesso ao cinema, pelo ingresso nas novidades urbanísticas. Os pobres urbanos imersos no ambiente remodelado reivindicavam, não declaradamente, mas na feitura ordinária das cidades, outro lugar nesse espaço, que não aquele que lhes foi designado pelos poderosos.

Foi nesse contexto que se inaugurou, em 1917, o Cine São José, que adquiriu relativa visibilidade em Fortaleza. Segundo Ary Bezerra Leite, a estreia do Cinema São José foi com a comédia de Charles Chaplin, “Carlitos Porteiro”.³⁵³ Os filmes em exibição neste cinema eram divulgados pela grande Imprensa e atraíam considerável número de espectadores. Alguns filmes eram exibidos diversas vezes por conta da grande procura de ingressos, que eram vendidos nas oficinas do Círculo localizadas na Praça Cristo Redentor (Senador Machado), abertas diariamente em horário de trabalho.

Houve grande propaganda para anunciar o Cine São José como um espaço de lazer sadio e proveitoso, recomendado às famílias católicas, um *cinema azul* por excelência (na classificação de Dom Manoel). Isso porque as críticas continuavam ferrenhas. O padre Alberto Risco, que publicava algumas crônicas em *O Nordeste*, concluiu certa vez: “*Cinema, de qualquer classe que sejas, seja mil vezes maldito!*”³⁵⁴

³⁵² SILVA, *Op. cit.*

³⁵³ *Idem.* p 294.

³⁵⁴ “Mamãe, leva-me ao cinema”. *O Nordeste*. Fortaleza:15 de janeiro de 1928.

Nesta mesma crônica, o padre contava uma história de um menino que, curioso para conhecer as maravilhas do cinema, de que já tanto ouvira falar, insistia com a mãe que o levasse para ver um filme. Não podendo mais dizer não, a mãe concordou com o filho. Contudo, impressionado com as cenas violentas de bandidos atirando para todos os lados, o menino passou várias noites sem dormir, assustado com o que vira. Assim, podemos deduzir o que ficava fora da noção de cinema sadio: cenas de “violência”, agressões, e, claro, “insinuações sexuais”.

As temáticas dos filmes exibidos no Cine São José tinham relação com mensagens bíblicas, moral cristã ou eram dramas e comédias sem conotação “profana”. Temos uma lista de filmes que demonstram o que se recomendava para os trabalhadores católicos. Alguns exemplos: “Filha de Herodes” – exibido para receber as senhoritas do Patronato Maria Auxiliadora –, “A vingança silenciosa”, “A evidencia Flamejante”, “Um milhão para gastar”, “Lobos do Norte”, todos eles divulgados no jornal *O Nordeste*.

O cinema significava muito para o Círculo, porque, além de ser um cartão de visita da agremiação, originava recursos. A caixa de sinistros – dinheiro destinado aos funerais dos sócios falecidos – era mantida também com parte da venda dos ingressos, de forma que um dos cargos da Diretoria era o encarregado do Cinema, cuja atribuição era “*procurar as fitas que possam servir para o programma do cinema e ajudar o operador durante as sessões*”.³⁵⁵ A arrumação da sala de exibição nos dias das sessões era feita por uma comissão designada, que chegava ao local um pouco mais cedo e preparava o espetáculo.

Geralmente as sessões aconteciam às quintas-feiras; por isso, os filmes muito longos, para não prolongar demais o horário, eram divididos em várias partes – o que podia assegurar a venda dos ingressos para as sessões subsequentes. Além disso, conforme informa Silva, a fragmentação dos filmes mais longos era um fator de ordem técnica, “cada rolo da fita correspondia a uma parte do filme”.³⁵⁶ Por exemplo, o filme “Buffalo Bill”, um dos que fizeram mais sucesso, foi exibido em oito séries com quatro partes cada.³⁵⁷ É claro, a Imprensa católica indicava as exibições

³⁵⁵ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **Gazeta Oficial**. Fortaleza: 06 de Junho de 1918.

³⁵⁶ SILVA. *Op. cit.*

³⁵⁷ “Cines”. **O Nordeste**. Fortaleza: 07 de janeiro de 1926.

do Cine São José, ao passo que condenava uma série de outros filmes passados em outros cinemas da Cidade.

Para a classe trabalhadora, que ganhava pouco e convivia com momentos de carestia dos gêneros alimentícios, dispor de dinheiro para esse lazer comercializado, não era coisa das mais simples. Conforme temos observado nas fontes, os ingressos, muitas vezes, estavam além das possibilidades da maioria dos trabalhadores, principalmente daqueles que não tinham qualificação profissional. Em 1924, o jornal *O Nordeste* publicou uma carta de um leitor que reclamava do preço do cinema. Assim, ele nos informa:

A empresa de cinemas abusa, de um modo inqualificável, da boa fé dos paes de família.
 Não podemos pagar entradas de 2\$200 com fitas velhas e ruins.
 Avaliem que a fita Fascinação que foi levada no Cinema Moderno ao preço de 3\$300 passou antes no Icó por 1\$000.³⁵⁸

Entretanto, assim como acontecia no Passeio Público, lugar frequentado também pelos trabalhadores, os cinemas reservavam espaços diferenciados que separavam, pelo preço do ingresso, as classes sociais. O Cine Rio Branco, que funcionou até 1919, possuía uma área mais popular, com preços menores. Nos anos 1920, havia três cinemas localizados na Praça do Ferreira: O Cine Moderno, o mais luxuoso de todos os cinemas e o mais caro também; o Majestic e o Polythema, que possuíam um “Geral” – parte da sala onde os ingressos eram mais baratos; e o conforto, bem menor, já que se assistiam aos filmes em bancos de madeira sem escoras, ou em pé. Nestes cinemas, não existiam bilhetes com preço inferior a 1\$000.³⁵⁹

Percebe-se, então, que dentro do contexto da cidade, os trabalhadores encontravam dificuldades de usufruir os encantos das exibições cinematográficas. Há, como menciona Kirk sobre uma realidade bem distante da nossa, mas com algumas similitudes, um conjunto muito mais barato de atividades, concentradas no subúrbio – no caso de Fortaleza, nos areais que circundavam o Centro –, que compunha o lazer operário, pelo menos até a década de 1930.³⁶⁰ Decerto, como já vimos em outro momento desse texto, as conversas nas bodegas ou nas calçadas

³⁵⁸ “Greve contra os cinemas imoraes e caros”. *O Nordeste*. Fortaleza: 03 de outubro de 1924.

³⁵⁹ SILVA, *Op. cit.*

³⁶⁰ KIRK, Neville. Cultura: Costume, Comercialização e Classe. In: BATALHA, C. H.; TEXEIRA, F.; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

das pensões, o jogo de baralho ou brigas de galo e, talvez, o futebol no bairro, os passeios pelo Centro, as cantorias e os repentes – os dois últimos, costumes, mais ou menos rurais, advindos das migrações para a capital – faziam parte das experiências do tempo livre dos trabalhadores, que se ligavam aos laços de vizinhança e aos possíveis da vivência dos espaços públicos.

Assim, a promoção de espaços de lazer para os trabalhadores era, ao mesmo tempo, uma demanda operária e uma preocupação de ordenação da Igreja. O Círculo Operário, esperando ampliar seu projeto corporativista, elaborava sociabilidades vigiadas, mas que atendiam, em parte, aos desejos da classe operária. O Cine São José foi a criação mais evidente dessa combinação.

É claro que o funcionamento do cinema ficava sob o olhar dos Diretores – comissão de fiscalização do cinema – na tentativa de inibir o “comportamento desviante”. Antes de tudo, o cinema no Círculo Operário era uma maneira de atrair sócios e fazê-los participar das solenidades. Em algumas sessões magnas, como a do aniversário de José Agostinho em 1922, quando foi exibido o filme “Feliz Equívoco” em seis atos, os ingressos eram “*para os sócios e intransferíveis*”.³⁶¹ Ou seja, combinava-se a homenagem ao presidente da associação com a tentativa de agradar os circulistas e controlar eficazmente o espaço em questão. Em outros momentos, os ingressos eram vendidos – ao que parece, a preços menos elevados. Em contato com outros públicos, além dos circulistas, o espaço não podia deixar de ser parte da agenda de “divertimento moral” do Círculo São José.

A censura das exhibições era bastante rigorosa. Mas o cinema era “perigoso”, não só por causa da “má influência” dos seus conteúdos e cenas; o próprio ambiente – escuro, propício aos encontros furtivos – o tornava “imoral”. Desta forma, os cinemas coordenados pela Igreja, tentavam remediar esse problema, dando um aspecto mais “sadio” para esse entretenimento. O Cine São José era a única sala de exibição cinematográfica de Fortaleza dividida por sexo. Ali, não havia diferença de ingressos, nem cadeiras especiais, mas os homens sentavam-se de um lado e as mulheres acomodavam-se do outro.³⁶²

³⁶¹ “Círculo de Operários e Trabalhadores Cathólicos São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 27 de setembro de 1922.

³⁶² LEITE. *Op. cit.*

Às vezes, essas medidas de vigilância do cinema eram bem inusitadas e operavam pelo constrangimento, como no caso do Cine Pio X, inaugurado em 1923 e localizado na Avenida Duque de Caxias.

Collocou a direção da referida casa de diversões, em casa fila de cadeiras uma lâmpada encarnada. De momento, quando menos esperam os espectadores, acende-se por combinação de força a lâmpada de “aviso”. Natural é, portanto, que toda a casa se vire para o local denunciado, causando nas pessoas próximas a mais justa e vehemente repulsa. Não é assim que se corrigem os males dessa natureza. Se os dirigentes do Pio X querem aceitar nossa sugestão, recolham os fiscaes dessas ridicularidades, retirem as lâmpadas de “despertar” e selecionem melhor sua platéia.³⁶³

Constantemente, a direção do Círculo Operário tentava alertar seus associados para “*agirem com solicitude e zelo pela boa ordem e respeito durante as sessões*”.³⁶⁴ Embora, o cinema fosse bem vigiado, não ficava livre dos “desvios” e das utilizações não programadas, evidenciando as eminentes tensões entre os circulistas e os diretores. A necessidade de correção das posturas e a lembrança do dever da “boa ordem” demonstram alguns abalos no aparente poder de controle eclesiástico sobre os membros do Círculo. O equilíbrio entre a palavra e o ato, era uma imagem muito mais forjada pela propaganda circulista e pela formalidade da Diretoria – como se percebe nas anotações sobre as reuniões –, que observada empiricamente. Nas entrelinhas desta pretensa “coesão”, alguns detalhes revelam os contrapontos e os desencontros no Círculo Operário. Isso não comprometia, na totalidade, as identificações com o projeto circulista nem o reconhecimento das suas lideranças. Mas são chaves de interpretação das reações diferenciadas dentro do grupo sobre maneiras de se divertir e de utilizar o tempo fora do trabalho. Em síntese, o cinema era, ao mesmo tempo, uma espécie de mecanismo didático – já que se prestava a educar o lazer “para melhor trabalhar” – e um lugar da prática de lazer comercializado para os circulistas, que, às vezes, quebravam a lógica função/espço elaborada pela Igreja para as exibições dos filmes. Nesse sentido, o cinema São José, estando entre as salas com ingressos mais baratos de Fortaleza, era ponto de encontro dos circulistas. Os momentos de sociabilidade não ficavam

³⁶³ “Como os catholicos do Cinema Pio X são maliciosos”. **A Esquerda**. Fortaleza: 06 de fevereiro de 1926.

³⁶⁴ “Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 28 de outubro de 1922.

restritos ao propósito “educativo”. Podemos pensar na potencialidade do cinema como atrativo, como espaço de entretenimento divulgado nas ruas da cidade.

No Cine São José, os filmes eram selecionados, os lugares marcados e o público também podia sofrer restrições:

O Sr. Director falou (...) sobre o péssimo comportamento de alguns frequentadores do cinema, pelo o que a directoria deveria agir de modo a evitar estes absurdos, proibindo a entrada destes elementos maus.³⁶⁵

Estes “elementos maus”, dos quais nos fala José Agostinho, representavam uma ameaça à ideia de lazer educado proposto pelo Círculo São José. O cinema foi implantado no espaço circulista sob a designação valorativa do “sadio” e, com isso, as práticas definidas e reconhecidas como morais para aquele ambiente classificavam “bons” e “maus” sujeitos, usos e desdobramentos legais esperados no local.

As exhibições dos filmes eram acompanhadas por espetáculos teatrais e apresentações na abertura da sessão e durante os intervalos. O Círculo São José mantinha uma banda com 23 músicos regida pelo Maestro Silva Novo, músico bastante conhecido em Fortaleza.³⁶⁶ No Cinema da Associação, a Banda ficava responsável por animar a plateia, tocando entre uma parte e outra dos filmes exibidos.

A banda de música do Círculo São José relaciona-se com uma das finalidades prevista nos Estatutos, a de “*contribuir para o proveito moral e intelectual de seus associados*”. No Artigo 70: “*A banda tem por fim proporcionar aos sócios meios de diversões e ao mesmo tempo desenvolver neles o gosto pela Arte*”.³⁶⁷ Considerando a dificuldade de acesso que as camadas populares tinham para realizar atividades artísticas como o teatro e a música, por falta de condições materiais e devido ao alto custo dos instrumentos, o fato de poderem usufruir disso no Círculo Operário funcionava como mecanismo de atração dos trabalhadores. Ainda segundo os Estatutos, a banda do Círculo era composta exclusivamente de sócios. Provavelmente, um ou outro músico (ou aspirante a músico) entrou no

³⁶⁵ “Resumo da sessão realizada domingo, 20 do corrente”. **O Nordeste**. Fortaleza: 22 de setembro de 1925.

³⁶⁶ “O Centro Artístico Cearense festeja a instituição de seu hynno”. **O Nordeste**. Fortaleza: 07 de janeiro de 1922.

³⁶⁷ “Estatutos do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José”. **Gazeta Oficial**. Fortaleza: 06 de junho de 1918.

Círculo Operário com o objetivo de aprender e ser reconhecido por esta atividade artística, ainda que não pudesse fazer carreira nem conseguir muito dinheiro com isso. Logo, abria-se um espaço de troca e negociação nas adesões ao Circulismo.

Os músicos circulistas eram bastante conhecidos em Fortaleza, porque se apresentavam em muitos lugares. Comumente, animavam as festas do Círculo e os eventos religiosos, quando eram convidados. Também se apresentaram em algumas das filiais circulistas espalhadas no interior do Ceará. A banda era peça importante nas quermesses, festivais dançantes e nas datas solenes do Círculo Operário. Cabe ainda destacar que os músicos, assim como o cinema, estabeleciam laços com outras agremiações operárias do período, estreitando as relações interinstitucionais. Assim, o Círculo Operário ampliava sua rede de colaboradores, cedendo o cinema para outras associações, enviando a banda ou participando com o Grêmio Dramático dos festivais promovidos fora da sua sede. No aniversário de 24 anos do Centro Artístico Cearense, por exemplo, os circulistas participaram da solenidade, quando *“foi então cantado pelos sócios o Hymno do Centro acompanhado pela harmoniosa Banda do Círculo de Operários Catholicos”*.³⁶⁸ A Sociedade Artística Beneficente também contou com a colaboração do Círculo Operário para o seu festival em prol da Escola Proletária que foi realizado no Teatro José de Alencar no dia 13 de março de 1926.³⁶⁹

A música, como item obrigatório da festa, passava por apropriações e usos dentro de contextos de classe. Desde o final do século XIX, a burguesia comercial da cidade entusiasmada com o “aformoseamento”, inaugurava espaços recreativos e bailes dançantes, como o Clube Cearense (1868), Clube Iracema (1884) e o Clube dos Diários (1913).³⁷⁰ Entre as camadas populares, a música não se restringia aos ambientes privados, ela ganhava o espaço público, as bodegas, as calçadas. Essa distinção entre a música “refinada” dos clubes privados e a música da rua, dos boêmios e bêbados, gerava tensões no espaço citadino, avolumando as críticas aos costumes “incivis” dos pobres de Fortaleza. Nesse contexto, a posição da Igreja era reprovar um e outro comportamento com relação às festas. Os novos ritmos inaugurados nos ricos salões da burguesia “afrancesada” pareciam

³⁶⁸ “O 24º Aniversário do Centro Artístico Cearense”. **O Nordeste**. Fortaleza: 10 de fevereiro de 1928.

³⁶⁹ “Resumo da sessão ordinária realizada domingo 07-03-26”. **O Nordeste**. Fortaleza: 10 de março de 1926.

³⁷⁰ Ver: PONTE, *Op. cit.*

mundanos demais e até indecorosos aos olhos eclesiásticos. Por outro lado, o tipo de música – violão e instrumentos de percussão, considerados marginais à época – mais frequente entre os pobres, era, sem nenhuma surpresa, condenado. Para promover divertimentos morais para os trabalhadores, era preciso criar outra relação com a festa e com a música. A partir das noções de “civilidade” e “ordem” que circulavam no Círculo São José, a música ganharia uma feição meio “erudita” – com maestro, instrumentos de orquestra, aulas de partitura, ensaios – e, ao mesmo tempo, “popular” – com mensagens claras, diretas, distanciando-se do mundano e, em muitos momentos, ganhando as ruas da cidade (como veremos no próximo tópico deste capítulo). As retretas feitas pela banda do Círculo não se limitavam aos cânticos católicos. O repertório era formado também por “modinhas” de sucesso na época, contanto que seu conteúdo não ferisse os bons costumes. Em um dos passeios organizados pelo Círculo, *o impagável Antônio Ribeiro dos Santos*, um dos músicos da banda, *repetiu várias vezes a cançoneta “A Gargalhada”*.³⁷¹

As apresentações da Banda do Círculo São José eram entendidas como missões, como forma de propagar a associação através de seus representantes músicos, mostrando, além da riqueza da Associação – a banda era bastante equipada, assemelhava-se à Banda da Polícia –, o apreço à arte e o decoro de seus membros. Por isso, os instrumentos e aparelhos técnicos não saíam da sede, senão a serviço da Banda. Assim, ficava garantido o uso adequado dos instrumentos musicais, já que os componentes da banda não poderiam utilizá-los individualmente ou em apresentações particulares.

Em certas ocasiões, a banda era a peça mais importante, como nas alvoradas que tinham início às quatro horas da manhã e se ouviam em muitos cantos da cidade. Em geral isso ocorria nos aniversários do Círculo Operário – dia 14 de Fevereiro – ou nas visitas dos circulistas do interior à capital. Nas sessões solenes, os músicos também podiam ser acompanhados por convidados ilustres, que “abrilhantavam” as comemorações, como na homenagem ao padre Gumercindo Sampaio, diretor dos aspirantes, na qual *“a exma. Senhora Judith acompanhou vários cânticos e recitativos ao piano”*.³⁷²

A banda era, especialmente, o veículo de maior poder de publicidade que havia no Círculo Operário. Os músicos chamavam a atenção dos habitantes da

³⁷¹ “Aprezível passeio a Pacatuba”. **O Nordeste**. Fortaleza: 29 de outubro de 1924.

³⁷² “Resumo da sessão ordinária de 13 do corrente”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de setembro de 1925.

cidade, em suas apresentações ao ar livre, para a organização das atividades circulistas. Eram aqueles que anunciavam um dos elementos mais significativos da simbologia circulista, o hino. Mas também isso não esteve a salvo das críticas da Associação Gráfica que censurava o “Circo de Operários”, *que não se peja de andar pelas ruas da cidade, cantando uma versalhada toda mal começada e mal acabada, sem beleza, sem arte, sem métrica e, pior que tudo isso, sem verdade.*³⁷³

Hino dos Sindicatos Cristãos

Avante ó povo em guerra franca
Bandeira branca (bis)
Triunfará
Bandeira branca sim triunfará (3 vezes)
Viva o Cristianismo Libertador!

Avante ó povo que o inferno ladre
O Santo Padre
Triunfará
O Santo Padre sim triunfará
Viva Jesus Cristo Nosso Senhor!

Avante ó povo, de cruz na mão
A Religião
Triunfará
A Religião sim triunfará
Viva Jesus Cristo, o Redentor!

Avante ó povo, para a peleja
A nossa Igreja
Triunfará
A nossa Igreja sim triunfará
Viva o Vaticano que é a nossa luz!

Avante ó povo, cerrar fileiras
Nossa bandeira
Se erguerá
Nossa Bandeira, sim se erguerá
Sobre a terra amada de Santa Cruz

Avante ó povo, o Cristianismo
Ao Socialismo
Derrotará
Ao Socialismo sim derrotará
Viva a Fé católica no Ceará.³⁷⁴

³⁷³ “Para a Carneirada do ‘Circo’ dos Operários Católicos de São José”. **Voz do Graphico**. Fortaleza: 28 de janeiro de 1922.

³⁷⁴ *Idem*. Depois de apresentar o hino dos Sindicatos Cristãos, o jornal apresenta em seguida sua paródia, uma crítica ao clero e uma convocação ao Socialismo, que seria uma forma mais consciente de combater a tirania dos poderosos. O contraste entre o hino e a paródia é significativo para entendermos as disputas políticas no campo da atuação operária, demonstrando a variedade de organizações e idéias.

Avante ó povo, guerra de morte contra a corte / Que vos explora! / E sempre em luta com o despotismo, / Do Socialismo saudai a aurora! / Avante ó povo, que a Igreja ladre / E o Santo Padre /

Na esfera do público, o hino dos circulistas, como aparato de identificação, expressava a concepção cristã de classe, de paz, de redenção e a certeza de vitória do projeto político católico. Este caráter simbólico que alcançava a rua e que, neste espaço, abria disputas, anunciava ao mesmo tempo o Círculo Operário e os próprios músicos. Estes eram notadamente reconhecidos como parte da Associação, mas se destacavam entre os demais circulistas pela natureza da sua atividade. Assim, recaía sobre eles o maior rigor do “decoro” cristão, já que eram figuras públicas, devendo zelar pela imagem da Associação.

Além dos filmes e das retretas, os espetáculos teatrais animavam o lazer no Círculo Operário. Parte da educação dos garotos circulistas era destinada às artes, especialmente ao ensino de música e teatro. O grupo dos aspirantes participava das atividades regulares da Escola Noturna, da Catequese aos domingos pela manhã, dos passeios e do Grêmio Dramático São José. Os aspirantes eram os atores, as peças eram ensaiadas e encenadas no Círculo São José ou em outros lugares, como escolas, festivais de associações diversas, ou quermesses em benefício da Igreja e do próprio Círculo. Em 1924, o Grêmio Dramático foi incorporado pelo Recreio São José, responsável por cuidar de toda a programação recreativa do Círculo Operário – peças, saraus, aniversários, festas juninas, jogos etc. O Recreio, formado pelos sócios, ganhou uma coordenação, uma comissão de criação e adaptação das peças, que escrevia roteiros, arrumava os cenários e ensaiava os pequenos atores. Ao que parece o gênero preferido era a comédia. Logo na sua inauguração, que foi no aniversário de José Agostinho no ano de 1924, foi levada à cena a comédia “Manda quem pode” e um ato de variedades.³⁷⁵

O teatro fazia a ligação entre o Círculo Operário e os outros grupos que eram parte da Ação Católica em Fortaleza – Grêmio Pio X, as Filhas de Maria, a Liga das Senhoras Católicas etc. Comumente, o espaço era cedido a fim de arrecadar dinheiro para as obras de caridade promovidas por estes outros movimentos católicos. Por exemplo, as senhoritas católicas em benefício das Obras

Clama piedade! / Lembrai que ele pela mentira, / Zomba e conspira contra a Verdade! / Avante ó povo, armas à mão que a religião, / Também oprime! / E a vosso espírito guiai a luz, / Do bom pastor que o bem exprime! / Avante ó povo para a peleja contra a Igreja / - Cancro da Terra! / E como o justo contra o tirano, / Ao Vaticano declarai guerra! / Avante ó povo, cerrai fileira junto a Bandeira / Da Liberdade! / E a Jesus Cristo sempre imitando / Ide lutando pela Igualdade! / Avante ó povo, que o Socialismo / Ao catolicismo, / Derrotará! / E desde as faldas do Ocidente / As do Oriente ele dominará!

³⁷⁵ “A festa no Círculo Operário São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 27 de setembro de 1924.

das Vocações, apresentaram no Círculo São José, a peça de cinco atos “Santa Isabel”, “*que é muito sentimental; a toilette das personagens feita ao rigor da época, deu grande realce a representação da bella peça que, incontestavelmente, alcançou franco sucesso*”.³⁷⁶ Esta peça representava o tipo ideal de lazer adequado para a classe trabalhadora. O projeto de ordenação do lazer no Círculo São José pretendia, a um só tempo, “elevar” o nível de cultura dos associados – cultura entendida como “civilidade” a partir de certos códigos comportamentais – e transmitir uma mensagem de conversão, de exemplo de santidade.

O teatro do Círculo São José não era exclusivamente lugar de sociabilidade operária. O Círculo procurou divulgá-lo na cidade como espaço de apresentações artísticas recomendadas ao público católico de todas as classes, tentando criar referências de lazer lícito e moral. Na prática, anunciar os festivais entre os grupos mais abastados atendia uma vontade da Igreja de estar presente, de alguma forma, no cotidiano da cidade. Além disso, o teatro era uma maneira de angariar fundos para o Círculo Operário, que mantinha a sede, as oficinas e a escola com o dinheiro arrecadado nos espetáculos e nas sessões de cinema. Alguns festivais eram revestidos de certa pompa, a fim de atrair um público “distinto” que pudesse pagar por ingressos mais caros. Os anúncios frequentes tentavam conquistar “*as sympatias do público fortalezense*” para a programação do Círculo São José. Em 1922, foi divulgada na imprensa uma série de apresentações do tenor Frontino Santiago, “*artista cathólico com longo tirocinio de sua profissão e possuidor de qualidades excellentes de cantor*”.³⁷⁷ Merece destaque o fato de Santiago ser anunciado como um cantor católico, justificando assim, a devida apreciação das “boas famílias” de Fortaleza.

Em outra ocasião, em benefício da construção da Coluna do Cristo Redentor, as alunas do Patronato Maria Auxiliadora prepararam um festival no Círculo São José. Nos intervalos do espetáculo, a banda de música regida pelo maestro Silva Novo preparou um repertório inédito preparado para aquele festival. A programação foi a seguinte:

1. A Cruz e o Livro.
2. Annuncio – comédia em um ato.
3. O Jagunço e a Baiana – cançoneta infantil.
4. A Lavadeira – cançoneta.

³⁷⁶ “Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 15 de dezembro de 1922.

³⁷⁷ “O tenor Santiago vai exhibir-se no Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 31 de outubro de 1922.

5. As Bruxas – comédia em um ato.
6. As Velhas – comédia em um ato.
7. A Mascarada – comédia em um ato.
8. Aphoteose. Assumpção.³⁷⁸

A máxima do lazer circulista era a promoção de divertimento para a família, de forma que, apesar de as mulheres não participarem do Círculo Operário como sócias nem como alunas da Escola Noturna no período pesquisado, a ação circulista divulgava um modelo de mulher que fosse coerente com o “engrandecimento” no âmbito familiar das classes trabalhadoras. A presença dessas senhoritas ocupadas com as obras de caridade e com o apoio ao noviciado, indiretamente servia para firmar padrões adequados da índole cristã, muito próxima do recato, da paciência e da dignidade do lar, que eram transmitidos como exemplos para as mulheres proletárias.

Através dessas sociabilidades, uma rede de colaboração mútua se formava entre as associações católicas, divulgando, cada vez mais, o Círculo Operário dentro de Fortaleza. O Grêmio Pio X, que já havia solicitado diversas vezes a ajuda do Círculo Operário para os seus festivais, retribuiu a cooperação preparando um espetáculo em homenagem aos operários católicos no teatro do Círculo São José. A peça encenada em três atos, intitulada “Um erro Judiciário” foi bastante divulgada na cidade. Os ingressos foram postos à venda na “Phenix Caixeiral”, no “Café Macieira”, na loja “O Gabriel” e nas oficinas do Círculo. O dinheiro dos ingressos foi usado para comprar instrumentos para a banda de música do Círculo de Cajazeiras, que viria na semana seguinte visitar a matriz em Fortaleza.³⁷⁹ A promoção desses festivais elucida a interação do Círculo com as sociedades católicas e de socorro mútuo.

4.3 – A Paisagem Circulista

Em uma reunião do Círculo São José, padre Guilherme Waessen, *“declarou ser necessária uma reforma na igreja da Prainha e esperava que as almas catholicas do Outeiro contribuíssem para tão nobre fim, em favor do qual serão*

³⁷⁸ “Festival dramático em benefício da Columna do Christo Redemptor”. **O Nordeste**. Fortaleza: 22 de agosto de 1922.

³⁷⁹ “Festival no Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 21 de maio de 1926.

realizadas kermesses e outras iniciativas".³⁸⁰ É claro que, entre essas "almas", estavam os circulistas. Como já dissemos, o Círculo Operário comumente estava envolvido nas obras de apoio à Igreja, seja a pedido dos párocos ou contribuindo com algum grupo de atuação católica em Fortaleza. Além disso, as muitas atividades religiosas ligadas ao Círculo – missa de ação de graças pelos aniversariantes da diretoria, missa de sétimo dia pelos circulistas falecidos, benção do Santíssimo Sacramento nas sessões solenes – aconteciam na Igreja da Prainha. Ali era um dos pontos onde, possivelmente, encontrar-se-iam um circulista em um dia de domingo.

No período em que se concentra a nossa pesquisa, a maioria dos circulistas morava nos bairros do Outeiro e da Prainha. Localizando um pouco estas regiões dentro da cidade, Mozart Soriano Aderaldo, em uma de suas crônicas sobre Fortaleza no início do século XX, informa que o Outeiro estava situado a leste do riacho Pajeú, "alcançado por ínvios caminhos", como o "Corredor do Bispo", o "Beco do Pocinho" e o início do que viria a ser a Rua Pinto Madeira que se ligava à "Rua da Praia" (hoje, Avenida Pessoa Anta). Ainda segundo Aderaldo, o bairro da Prainha se estendia até o "areal hoje correspondente a Praça Cristo Redentor e ao início da Rua do Seminário, atualmente Avenida Monsenhor Tabosa".³⁸¹ A parte mais elevada do bairro da Prainha – onde hoje se localiza a Biblioteca Menezes Pimentel –, acessada pela ladeira da Rua Boris, bem como a região mais alta localizada entre o mar – Praia do Peixe, hoje, Praia de Iracema – e o Seminário, e parte do que hoje conhecemos como Avenida Monsenhor Tabosa foi mapeada pelo cronista como lugar de moradia de pessoas mais ricas, que construíram ali alguns sobrados ou casas amplas. Ao lado desse trecho elevado, na parte que se seguia pelas costas do Seminário da Prainha, estavam as habitações mais pobres entrecortadas pelo riacho Pajeú. Já podemos constatar que o processo de formação desses bairros, com casas mais populares, não muito distantes das habitações dos abastados, se relacionava com a procura por residir o mais perto possível das oficinas e estabelecimentos comerciais, lugares que geravam empregos. Assim, havia um fluxo constante de trabalhadores entre estas localidades e o Centro, trajeto que se poderia fazer a pé.

³⁸⁰ "Resumo da sessão realizada domingo, 20 do corrente". **O Nordeste**. Fortaleza: 23 de setembro de 1925.

³⁸¹ ALDERADO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza e a Crônica da Cidade Amada**. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993.

Antes de 1915, a praça defronte à Igreja da Conceição da Prainha ainda não existia, sendo “ocupada por casebres, motivo pelo qual foi fácil levantar o então suntuoso prédio do *Círculo Operário São José*”.³⁸² Aquele espaço, antes pouco urbanizado, especialmente se posto em confronto com o perímetro mais central de Fortaleza, começou a ganhar novas feições. A sede do *Círculo Operário* passou a ser uma referência naquela paisagem. Aos poucos, também a partir de sua presença física, o Circulismo tornou-se conhecido em Fortaleza. A proximidade entre a Igreja da Prainha, lugar de encontro dos católicos que moravam nos arredores, e o prédio do *Círculo Operário*, contribuiu para que, naquela paisagem, produzissem-se “marcas”, “pegadas” do *Círculo Operário*, enquanto sujeito coletivo inserido no espaço citadino. Não estão descartadas aqui as muitas possibilidades de atribuições e de uso dos lugares públicos. Entretanto, procuramos analisar como aquele ambiente foi aproveitado, de maneira polissêmica, por esta associação de trabalhadores católicos. Quais foram as formas pelas quais o *Círculo São José* “ocupou” aquele espaço?

Entendemos a presença do *Círculo Operário* em Fortaleza não somente através da edificação de sua sede, embora isso revele muitos aspectos dos caminhos desta sociedade, mas a partir da combinação desses dois elementos: o físico e o vivido. O *Círculo Operário* planejando o “lazer disciplinado” definiu celebrações, comemorações, práticas e maneiras “adequadas” de vivenciar o tempo livre. Nesse processo de invenção do lazer operário/católico, também estipulou lugares com a finalidade de congregar os associados e traçar a sua própria cartografia. Passamos a discutir a partir daqui as formas pelas quais o *Círculo Operário* se utilizava, ou construía, determinadas áreas dentro da cidade. Há de se destacar que estes apontamentos apenas abordam os circulistas no momento que formam o conjunto *Círculo São José*. Sabemos que individualmente ou em outros grupos – família, amigos, turmas etc. – estas mesmas pessoas poderiam “viver” a cidade de outras tantas maneiras. Provavelmente, estes outros usos mais coexistiram do que foram anulados.

A sede do *Círculo São José* e a igreja da Prainha foram, desde o início, locais de reunião dos trabalhadores ligados ao *Círculo* na cidade. A partir de 1922,

³⁸² *Idem*. p. 236.

estabeleceu-se um novo ponto de sociabilidade circulista bastante conhecido, a Coluna do Cristo Redentor – localizada na então Praça Senador Machado.

A Coluna foi construída em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil, por iniciativa dos trabalhadores da construção civil engajados no Círculo São José, especialmente Antonio Machado, que também foi responsável pela construção, dois anos depois, da Vila Operária Dom Manoel. A construção do monumento movimentou vários setores e instituições de Fortaleza, havendo intensa propaganda nos jornais locais. Neste período, foi divulgada como o ponto mais alto da cidade (44 metros). Foi erguida no interior da coluna uma escada em espiral até o topo, podendo ser visitada e de onde se via toda zona urbana de Fortaleza. O investimento – 20 vagões de pedra, 90.000 tijolos, 50 barricas de cimento, 2.000 sacos de cal e cerca de 400 quilos de trilho – era de grande vulto para uma organização de trabalhadores.³⁸³ No alto, foi posta uma estátua do Cristo erguendo uma cruz, também arquitetada pelos operários. Chama a atenção o intento de memória e distinção que se relaciona com a construção desse monumento:

Foi uma idéia feliz a de propor as famílias cearenses, as sociedades, as irmandades ou mesmo aos particulares mandarem gravar o nome ao pé do monumento ao Christo Redemptor. Não é um ato de vaidade tola, mas uma homenagem ao Nosso Senhor e à Pátria. (...) Mediante 1\$000 por letra grava-se o nome.³⁸⁴

Quase todas as sociedades mutualistas, filantrópicas e católicas do período contribuíram, de alguma forma, para a conclusão da Coluna. Algumas ofertas também partiram de famílias ou senhores “distintos” da capital, como o Sr. Raimundo Frota, “que concorreu para a construção do monumento com quarenta mil tijolos”.³⁸⁵ Entre espetáculos, campanhas para estimular as doações em dinheiro ou em material, leilões, feiras, quermesses, o Círculo esteve em contato com muitas agremiações do período, divulgando o projeto arquitetônico e, obviamente, os valores “patrióticos” da Associação. Parece-nos um momento privilegiado da propaganda circulista pela cidade. O período que durou a construção da Coluna e sua inauguração, sempre repleto de “pompas” católicas – benção da pedra fundamental, missa de Ação de Graças, visitas do arcebispo e de governantes à obra –, foi bastante influente no processo de “acomodação” do Círculo Operário em Fortaleza. Ou seja, um novo espaço dentro da cidade sob a ingerência do Círculo

³⁸³ “Columna do Centenário ao Christo Redemptor”. **O Nordeste**. Fortaleza: 22 de dezembro de 1922.

³⁸⁴ *Idem*.

³⁸⁵ ADERALDO. *Op.cit.* 236.

São José ativou os sentimentos de pertencimento, identificação e recepção do projeto católico entre seus membros.

A inauguração da Coluna foi marcada para a noite de Natal de 1922, sendo um evento “triumfal”, como dizia *O Nordeste*. Todos os católicos, mesmo aqueles que não freqüentavam a igreja todos os domingos, costumavam participar da liturgia ao menos nas datas mais sagradas para o Cristianismo, a Páscoa e o Natal. Talvez os não-católicos estivessem também ali impulsionados pela “novidade”, tão divulgada pela cidade. De qualquer forma, diante de todos, o Arcebispo “*louvou a iniciativa do Círculo Operário Católico em nome de Deus*”, completando com a benção do Santíssimo Sacramento, “*a sagração do magnífico monumento*”.³⁸⁶

No palanque que serviu de altar para a missa campal celebrada à meia-noite por Dom Manoel e de palco para as apresentações das bandas de música do 23º Batalhão de Caçadores, do Regimento da Polícia e do Círculo Operário, fizeram-se presentes o Governador do Estado, Justiniano de Serpa; o Prefeito de Fortaleza, Coronel Adolfo Siqueira; e a diretoria do Círculo Operário, padre Guilherme Waessen e José Agostinho da Silva.

Os novos sinos da igreja da Prainha repicaram, então, festivamente, as bandas de música executaram marchas alegres, enquanto a estatua de Jesus Christo que se achava toda envolta em alvos pannos, appareceu as vistas do povo com a Cruz Redemptora em uma das mãos e apontando com a outra o rumo do infinito, que é a suprema aspiração do mundo católico.³⁸⁷

Após ministrar a benção sobre o monumento, seguida das badaladas dos quatro sinos implantados logo abaixo da estátua, Dom Manoel disse à multidão que se formou na praça que aquela homenagem ao Cristo serviria para “*abrandar a ira de Deus, atenuando, por certo, os castigos do Ceo contra os crimes dos homens*”.³⁸⁸

Fernando Catroga nos ensina que “*não há representação memorial sem traços*”.³⁸⁹ A Coluna foi erguida como que para testemunhar a “fé cívica”³⁹⁰ do povo cearense, sendo o esforço da sua construção, resultado “da obra coletiva das

³⁸⁶ *Idem*.

³⁸⁷ “A Inauguração da Coluna do Centenário ao Christo Redemptor”. **O Nordeste**. Fortaleza: 27 de dezembro de 1922.

³⁸⁸ *Idem*.

³⁸⁹ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 24.

³⁹⁰ “Monumento do Centenário”. **O Nordeste**. Fortaleza: 02 de outubro de 1922.

classes sociais de Fortaleza”.³⁹¹ Os traços do Círculo Operário foram aí expressados. O Centenário da Independência, o clima de comemoração que se forjou na cidade, ofereceu a oportunidade de tornar público o resultado catequético e patriótico levado ao proletariado “*sob a bandeira da sociedade verdadeiramente proveitosa, porque cristianamente levada a efeito*”.³⁹² Dessa forma, buscamos destacar não a memória circulista sobre a Independência, mas a marca, deixada pelo ensejo, do Círculo Operário dentro de Fortaleza. A construção do mais alto monumento da cidade nos diz onde ficava a “cidade circulista”. O ambiente aos pés do Cristo, não era simplesmente o terreno sobre o qual o Círculo se fazia “soberano”. Criou-se naquele espaço uma atmosfera tal de encontro, de sociabilidade, de partilha (ou partido!) que dizia do Círculo São José, enquanto conjunto diante dos “outros” e entre os próprios sócios. No espaço da Coluna, existiu no período uma “alma” circulista, para usar a palavra de João do Rio. O Círculo “tomou” a praça, a igreja da Prainha, o prédio de sua sede e fez dali o seu “habitat”. Formulando melhor: O que se via naquele pedaço da cidade era uma paisagem circulista.

Festas, alvoradas e retretas da banda de música, leilões, quermesses, jogos eram promovidos em torno da Coluna. Dois anos após a inauguração, vários eventos foram organizados para arrecadar dinheiro a fim de se colocar um relógio na Coluna. Para um dos festivais, amplamente divulgado na imprensa católica, a diretoria do Círculo São José tentava atrair um numeroso público fazendo “*um apello às pessoas generosas dessa capital a fim de enviarem donativos para o leilão*”.³⁹³ Estes leilões, para os quais eram enviadas diversas frutas e aves,³⁹⁴ animavam as noites de festivais ao lado das barracas de prendas e de lanches – queijadinhas, bolo de fubá, pão-de-milho etc. –, montadas pelas “gentis senhoritas” dispostas a participar e contribuir com os festejos.

Quermesses e feirinhas já eram sociabilidades conhecidas no cotidiano da cidade, especialmente atreladas às festas de devoção mariana. João Nogueira, rememorando o final do século XIX em Fortaleza, afirmava que, depois das novenas, seguiam-se as “prendas”, “os fogos do ar” e “os assobios dos meninos chamando o vento”. As pessoas se demoravam nas casas onde aconteciam as

³⁹¹ *Idem.*

³⁹² *Idem.*

³⁹³ “Kermesse no Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 18 de setembro de 1924.

³⁹⁴ “O Festival de domingo no Círculo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de setembro de 1924.

novenas e no pátio da igreja, para onde corriam as procissões, permanecendo ali para longas conversas e para ouvirem música, sobretudo as mocinhas que apreciavam as “peças alegres”. Assim, estas ocasiões atraíam vários públicos, interessados em diversão e movimento, “tudo que interrompesse o ramerrão da vida”.³⁹⁵

Passados alguns anos, estas quermesses ainda faziam parte das formas de lazer encontradas na cidade, mesmo com o advento dos entretenimentos considerados mais “modernos” ou menos ‘provincianos”, como se queria à época. A quermesse que o padre Guilherme propôs em benefício da Igreja da Prainha parece ser um bom exemplo de diversão proveitosa para “as almas catholicas” de diferentes classes. No dia em que ocorreu, foi montado no meio da praça um café-restaurant para melhor acomodar as pessoas “ilustres” que ali estariam para contribuir com a nobre causa. As barracas, que não ofereciam cadeiras aos seus fregueses, também foram montadas ao redor da praça. Depois das duas sessões de cinema organizadas no Círculo Operário, cujo apurado da bilheteria seria integralmente ofertado à Igreja, a banda São José animou a noite, enquanto se esperava o momento do leilão. À meia-noite, foi celebrada uma missa no altar da Coluna do Cristo Redentor.³⁹⁶ Muitas formas de sociabilidades conviviam nesse tipo de festa. O velho costume dos leilões e prendas, o novo lazer comercializado das exposições de filmes, bem como uma certa separação entre o “café-restaurant” improvisado na praça e as barracas de quitutes, mostram a variedade de público e o encontro (ou desencontro) das variadas experiências de lazer. No meio de tudo isso, o ato, nada insignificante, da missa, expressando a feição católica de invocar o “divertimento moral”.

Abrir esses momentos, inclusive para quebrar a rotina de trabalho e reuniões dos circulistas era importante para a permanência dos sócios no Círculo Operário. Já vimos que “quebrar” certos hábitos dos operários, especialmente aqueles ligados ao uso do tempo livre, intento bastante insistente no Círculo São José, não era uma intervenção facilmente aceita pela classe operária. Os momentos de entretenimento para os associados, como as sessões de cinema por ocasião das homenagens e das comemorações do calendário circulista, não anulavam por completo as outras formas de diversão extra-Círculo. Podemos supor que os

³⁹⁵ NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 87

³⁹⁶ “Kermesse na praça do Christo Redemptor”. **O Nordeste**. Fortaleza: 23 de dezembro de 1925.

festivais abertos ao público eram ainda mais estimulantes para os sócios, já que ali, vizinhos, colegas de trabalho, jovens, mulheres e crianças poderiam se encontrar no “tempo da festa”, no “acontecimento”, gerando depois impressões, comentários, narrativas e, talvez, futuros encontros.

O tempo da festa não era o habitual. Ou seja, é um tempo em que mesmo existindo, uma espécie de comportamento regrado, onde o lazer ganhava o rótulo de “civilizado” (não havia bebidas, nem “desordens”), garantia-se o espaço da espontaneidade, como que ofuscando as relações hierárquicas. Naquele instante, afrouxavam-se os laços entre Diretoria e sócio e entre circulista e não-circulista. Diferente do que possa parecer, isso não contradiz a ideia de construção de um espaço reconhecidamente circulista, mas revela as confluências na maneira como se formam as relações entre a identidade do grupo e o contato com o outro. As articulações do Círculo São José com a cidade não tiveram caráter de imunidade ou isolamento. Parece-nos bastante clara essa dimensão das relações sociais, ao tratar da festa. O espaço era público, mas ao mesmo tempo, católico. Ainda sendo católico era simultaneamente operário. Assim, muitas experiências estavam vivas naquele espaço.

No festival de 1924 em prol do relógio da Coluna, a música foi abundante. Durante a tarde toda, a banda do Círculo Operário executou seu repertório, convidando a cidade, aglutinando pessoas, fosse para “abrilhantar” a festividade ou somente para “curiar”, como se dizia da presença dos boateiros. À noite, a banda do Regimento Militar do Estado, “*gentilmente cedida pelo seu digno comandante*”, fez sua retreta.³⁹⁷ As senhoritas que cuidavam das barracas da “Sociedade Deus e Mar” e da “Vila Operária Dom Manoel”, também “*tratariam de angariar donativos entre os assistentes para o mesmo fim*”. Além das barracas de comidas, uma de “chapas fotograficas”, que parecia entusiasmar os jovens.³⁹⁸ Na primeira reunião que se seguiu à quermesse, foi informado o saldo da festa, 1:200\$000 réis!³⁹⁹ Aconteceram novos festivais e o relógio de quatro faces foi então instalado na Coluna.⁴⁰⁰

³⁹⁷ “O Festival de domingo no Círculo”. **O Nordeste**. Fortaleza: 19 de setembro de 1924.

³⁹⁸ “Kermesse no Círculo São José”. **O Nordeste**. Fortaleza: 18 de setembro de 1924.

³⁹⁹ “Resumo da sessão ordinária realizada no dia 28 9 24”. **O Nordeste**. Fortaleza: 03 de outubro de 1924.

⁴⁰⁰ Segundo Mozart Aderaldo (*Op.cit*) o relógio foi retirado por ter deixado de funcionar em decorrência da oscilação da coluna, sendo vendido à Igreja dos Remédios, no Benfica.

Considerando que o lazer circulista não estava separado da noção de “bom operário” à medida que sua finalidade era “relaxar” o corpo e a mente para o trabalho, era vital ensinar ao trabalhador a forma “correta” de se divertir, retirando-o do meio da bebida, da prostituição e do jogo. Evidentemente, o espaço da festa circulista foi uma maneira encontrada pela Igreja de vigiar os operários em seus momentos de recreação. Contudo, esse mesmo espaço era resultado da criação dos associados, que respondiam, com sua presença e participação, se eram ou não aceitáveis as formas de lazer propostas. Ou seja, a presença dos trabalhadores e de seus familiares no terreno que a Igreja considerava “sadio”, correspondia às demandas por sociabilidades já existentes entre eles. Acionar tantos elementos – música, cinema, leilão, sorteio e afins – em um único espaço indica um esforço indispensável para não perder esse público. A essa altura, já tinha ficado claro o que agradava mais ou menos os trabalhadores ligados ao Círculo ou às outras agremiações do período que estabeleciam contato com esta Associação – a Deus e Mar e o Centro Artístico servem de exemplos. Não era possível “obrigar” o lazer. Em outras palavras, ou o lazer proposto pelo Círculo Operário se aproximava do cotidiano dos trabalhadores ou ficava desprovido do caráter de entretenimento, de diversão.

Eduardo Campos conta que as noites de Natal e de Ano Novo, precedidas da arrumação da casa e dos preparativos culinários, eram comemoradas em Fortaleza entre vizinhos e amigos, não confinados ao espaço domiciliar.

Depois do jantar ia todo mundo para a calçada, onde estavam as cadeiras para quem queria conversar matando o tempo até chegar o ano novo. (...) Soando a meia-noite (quase não se ouvia o buzinado de automóveis), subiam aos céus escassos fogos de artifícios. Aí e além o estrugir de alguma bomba rasga-lata, o soltar de um rojão. E todos falavam a mesma coisa de uns para os outros: “Agora é ano novo” – “Felicidades” – “Saúde”.⁴⁰¹

Gostaríamos de destacar desta fonte, pedaço da lembrança de Eduardo Campos sobre sua juventude no começo da década de 1930, a dimensão do coletivo, dos laços de vizinhança nas festas e comemorações levadas à calçada. Temos razões para acreditar que este mesmo sentido do público, da confraternização, das redes de afetividade entre famílias vizinhas estava presente nas relações cotidianas da classe operária. Os momentos de sociabilidade se

⁴⁰¹ CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Quotidiano** (Breve memória da cidade de Fortaleza). Fortaleza, 1996. p. 54.

constroem entre iguais. Com isso, podemos afirmar que o espaço da praça utilizado para o lazer circulista se construía com base na possibilidade de ampliar essas redes. Os hábitos de então, dos usos da calçada – cadeiras ao ar livre, qualquer coisa para comer –, eram estendidos à praça, quase que com a mesma intenção, a de se distrair “jogando conversa fora”. Mas esse outro lugar chamava ao movimento, conferindo um ritmo diferente daquele dos encontros na porta de casa.

Certamente, o fato de os circulistas se congregarem na praça diante da sede, na coluna iluminada – o que acontecia não somente nos festivais e quermesses, mas depois da missa de domingo – não excluía o uso de outros lugares na cidade. A Praça do Ferreira, onde se localizavam os mais conhecidos Cafés e, mais tarde, as belas salas de cinema, e o Passeio Público, que permaneceu como reconhecido espaço de lazer durante toda a década de 1920, eram eminentes lugares de encontro, de desfile, de rodas de conversas, de informação, e no caso do Passeio, até de atividades esportivas.⁴⁰² Entretanto, estes lugares, apesar de não serem efetivamente “ilícitos”, não contribuíam com a formação da identidade circulista, porque destinados, ou utilizados, a um público variado. Por sua vez, o espaço em volta da Coluna marcava o sentido do lazer para o Círculo Operário e ainda atendia às aspirações de lazer comuns dentro de Fortaleza nesse período. Lembrando que, nestas ocasiões, a sede se integrava à praça não como lugar de expediente da Associação, mas, sobretudo, como uma sala de cinema e uma casa de espetáculo teatral.

Localizadas entre o Centro e os “areais”, a Sede do Círculo São José e a Coluna do Cristo Redentor transformaram profundamente a paisagem daquela área. Os elementos referidos até aqui contribuem para pensar a atuação do Círculo Operário no alcance do espaço público de Fortaleza, revelando cenas das sociabilidades circulistas que marcavam um território peculiar – resultado do encontro da Igreja com os trabalhadores –, conforme usos que emergiam das experiências de vida dos trabalhadores e de seus trajetos dentro da cidade.

Sandra Pesavento propõe pensar a “cidade” a partir de um esforço, de tradução de um conjunto diversificado, inerente à construção desse espaço, de discursos e imagens capazes de revelar a complexidade das “lógicas sociais”. As atribuições de valores aos espaços, e mesmo aos habitantes da cidade ou das ruas,

⁴⁰² SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Fortaleza: Imagens da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

são eivadas dos múltiplos sentidos das relações sociais e do poder. Assim, ainda que o alcance das sensações e das sensibilidades que existiram com ou sobre a cidade, seja de difícil percepção por se encontrarem “*fora da nossa experiência sensível*”, podemos nos aproximar do cotidiano através dos prédios que dão forma ao espaço urbano, entendendo como eram usados e por quem.⁴⁰³ Diante disso, percebemos que o lugar construído e ocupado pelo Círculo Operário em Fortaleza entrava em consonância com alguns desejos e com o imaginário dos trabalhadores católicos sobre o urbano. Por isso, usar aquele território como local de passeio e como opção, entre outras, de sociabilidade não era mérito exclusivo do poder de congregação da Igreja. O fato de os circulistas frequentarem aquele espaço não significa dizer que estavam completamente convencidos dos “perigos” e dos “males” das outras paisagens da cidade. O que nos é possível afirmar é que encontraram ali um lugar propício de diversão e lazer e que, por isso, utilizaram-se dele e imprimiram ali a marca da sua presença. Os circulistas, assim como outros habitantes do Outeiro, da Prainha e até de outros bairros de Fortaleza naquela época, podem ser pensados como “consumidores do espaço”, usando uma expressão da historiadora Sandra Pesavento.⁴⁰⁴ A praça onde foi edificada a coluna se consolidou, pela preponderância dos usos e atribuições circulistas, como espaço de lazer e de encontro, sendo bastante movimentada, pelo menos no período pesquisado.

Mencionamos anteriormente que o Círculo Operário – seus membros e a sua Diretoria – transitava pelas ruas, prática criticada pelos gráficos nas páginas de seu jornal, em romaria até a Igreja do Coração de Jesus ou até a Sé, fazendo desfiles para homenagear Dom Manoel e ainda para saudar, em determinadas datas, as autoridades políticas na sede do Governo. Esses desfiles e caminhadas, acompanhados de vários emblemas do Círculo Operário, faziam com que a Associação ficasse conhecida dentro da cidade. O Círculo Operário deixava a sede e “misturava-se” à cidade, passando por muitos lugares e outros autores. Um desses lugares em que era possível distinguir o Círculo Operário dos demais grupos de pessoas que “consumiam” a cidade era a Estação Central.

Em 1922, para um passeio à Maranguape, “*três carros especiaes ligados ao horário daquelle dia conduziram, desta capital, cerca de 300 operários, tendo a*

⁴⁰³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do Espaço: Por uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos**, vol. 8, n. 16. Rio de Janeiro, 1995. p-279-290.

⁴⁰⁴ *Idem.*

frente o revd. Padre Guilherme Waessen, director espiritual e José Agostinho da Silva, presidente daquela sociedade”.⁴⁰⁵ Para não perderem o horário do trem e acertarem os últimos detalhes do passeio, os circulistas que vinham, em sua maioria do Outeiro e da parte baixa da Prainha, encontravam-se na Coluna “para seguirem incorporados à Estação”. A presença do padre, que andava sempre de túnica, e a banda de música do Círculo “denunciavam” sua identidade no meio das outras gentes que chegavam ou partiam de trem.

Uma vez por ano, a diretoria do Círculo São José organizava uma excursão a outras localidades do estado para “recreação” dos associados. Estes passeios, cuja divulgação começava alguns meses antes, eram, então, meios de propagar o Circulismo. Segundo Jovelina Santos, estes momentos eram “*demonstração da força arregimentadora do movimento*”.⁴⁰⁶ Oportunidade de relevar a identidade do grupo, de afirmar a presença da Associação além dos limites da sede, o passeio seguia um cronograma com poucas alterações, apresentando uma espécie de sequência com começo, meio e fim que mudava quase nada de um ano para o outro.

“Os operários zelosos no cumprimento de seus deveres”,⁴⁰⁷ partiam da Estação Central, depois de uma semana de trabalho, levando o estandarte da Associação e cantando seu hino social. Desembarcando, eram geralmente recebidos com “entusiasmados vivas ao Círculo São José”⁴⁰⁸ e levados à igreja local. A primeira atividade do passeio era a celebração eucarística. O dia era domingo, e as obrigações para com o Senhor deveriam ser cumpridas. Após a missa, acomodavam-se em algum sítio, cedido para a ocasião, onde era servida “uma farta mesa de café”.⁴⁰⁹ Durante todo o dia, a banda tocava modinhas e eram formados diversos grupos, “ávidos de gozarem um dia de prazer e liberdade”.⁴¹⁰

À medida que as filiais circulistas foram se instalando no interior, os passeios apresentavam uma programação mais extensa, mas permanecendo o mesmo modelo. Para o passeio à cidade de Maranguape, a recepção havia sido combinada com a Sociedade Artística Maraguapense, que ofereceu o sítio de um

⁴⁰⁵ “A excursão do Círculo de Operário Católicos à Maranguape”. **O Nordeste**. Fortaleza: 08 de novembro de 1922.

⁴⁰⁶ SANTOS. *Op. cit.*

⁴⁰⁷ “Aprazível passeio a Pacatuba”. **O Nordeste**. Fortaleza: 29 de outubro de 1924.

⁴⁰⁸ “Passeio do Círculo São José a Baturité”. **O Nordeste**. Fortaleza: 21 de agosto de 1925.

⁴⁰⁹ *Idem*.

⁴¹⁰ “Aprazível passeio a Pacatuba”. **O Nordeste**. Fortaleza: 29 de outubro de 1924.

dos seus diretores. Já em 1925, o Círculo Operário de Baturité recebeu, por um final de semana, o Círculo de Fortaleza. Depois da já esperada missa, houve uma quermesse organizada na praça com a presença dos circuilistas e de muitas famílias da região. Entre músicas e jogos, pausa para o almoço na sede do Círculo São José de Baturité. No dia seguinte, domingo, às quatro da manhã, os músicos já anunciavam a alvorada em frente ao Hotel Pituí, onde os circuilistas estavam hospedados e de onde partiram para assistir à missa na matriz daquela cidade. Ainda tiveram tempo de subir a serra até o convento dos Jesuítas. Retornando à Fortaleza, acompanhavam o padre Guilherme da Estação até o Seminário da Prainha, fazendo-se ouvir, mais uma vez, o hino do Círculo nas ruas por onde passavam. A narrativa desses detalhes sobre as excursões era enviada ao jornal, seguida de balanços positivos:

O passeio de domingo do Circulo Operário São José, foi realmente não só uma demonstração de força bem organizada, mas também uma prova eloquentíssima da fé viva que vae pelas almas daquelles abnegados lutadores.⁴¹¹

Foi a partir dessas atividades, ao mesmo tempo de lazer e de propaganda “eloquente” do ideário católico de organização social, que o Círculo Operário São José mostrou-se à cidade. Essa associação de trabalhadores no conjunto urbano em seu processo de usufruto e interação no âmbito do público há de ser vista com base na ideia de “territorialidades culturais”, que seriam os diversos movimentos dos grupos tentando construir marcas de pertencimento e identidade.⁴¹² Tais grupos que se multiplicam na complexidade urbana – ricos e pobres, trabalhadores e patrões, velhos e jovens, católicos e umbandistas, moralistas e boêmios e tantos outros – conferem, segundo Mônica Veloso, sentido ao espaço, comandando os usos. Isso é um trabalho de sobrevivência cultural e comunicação de valores. Ainda segundo Veloso, muitas vezes a privação desse espaço faz com que o grupo desenvolva forças de ampliar sua atuação utilizando outras estratégias, como os movimentos corporais, por exemplo, das danças nos candomblés.⁴¹³

O Círculo Operário criou, portanto, dentro da espacialidade urbana, a sua “territorialidade cultural” ora através da edificação da sede – escola, teatro, cinema,

⁴¹¹ “A excursão do Círculo de Operário Católicos à Maranguape”. **O Nordeste**. Fortaleza: 08 de novembro de 1922.

⁴¹² VELLOSO, Mônica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900- 30)**: Mediações, linguagens e espaços. Coleção Estudos. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

⁴¹³ *Idem*.

oficina –, ora pela exibição das suas insígnias nos passeios pela cidade e fora dela. Esses mecanismos de afirmação identitária, como esperamos já ter esclarecido nos tópicos anteriores, processaram-se em meio a disputas pelo território e pela força simbólica dos grupos.



Praça do Cristo Redentor, destaque para a Sede do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, a Coluna do Cristo Redentor e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha (à direita). Fotografia aérea de Amelia Karhart, 1937.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som – MIS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa pesquisa, tentamos localizar o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José dentro da cidade e as experiências coletivas dos trabalhadores que motivaram a participação no Círculo Operário. Embora existam menos fontes do que imaginávamos sobre o assunto e o período aqui investigados (1915-1931), a primeira tarefa foi menos árdua do que a segunda. Através dos periódicos, católicos ou não, o Círculo São José aparece no espaço público de Fortaleza. Conseguimos com isso, aproximar-nos de algum modo, da organização e do funcionamento desta sociedade. Já compreender o cotidiano dos trabalhadores engajados no Círculo São José representou um esforço de pesquisa, de interpretação das fontes e de imaginação histórica para nos aproximar, o quanto possível, das experiências de trabalho, das condições de vida e moradia, do capital simbólico das ações coletivas e da ajuda mútua presentes na formação da classe operária em Fortaleza. Em geral, as fontes que inventariamos para realização dessa pesquisa são de caráter institucional, onde estão mais evidentes as ideias dos grupos dominantes e as mensagens articuladas com uma intenção de convencimento sobre a importância das autoridades governamentais e religiosas. A documentação circulista foi produzida com o intuito de atestar a coesão de pensamento e o resultado positivo do reconhecimento da Igreja como “protetora” da causa operária. Assim, os trabalhadores, as “pessoas comuns”, ficaram nas entrelinhas e nas reticências da documentação. Nosso trabalho buscou, a partir das ferramentas da História Social, fazer o que a historiadora Maria Odila Dias chamou de uma “história do implícito”.⁴¹⁴

Sugerimos a análise do Círculo Operário como parte do movimento operário organizado em Fortaleza. Num período em que o socorro mútuo e a construção de redes de amparo e proteção marcavam a experiência associativa dos trabalhadores na cidade, o Círculo São José apresentou sua proposta de reforma social com base na ajuda mútua e no discurso de dignificação do trabalho. Vimos que, mesmo atrelado à Igreja Católica, o Círculo Operário em Fortaleza, estabeleceu

⁴¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 17.

contatos, diálogos e disputas com outras associações de trabalhadores no período, não ficando sua atuação restrita ao âmbito da Igreja. Os sujeitos que o compunham carregavam consigo experiências múltiplas – local de trabalho, relação de vizinhança, trânsito pela cidade etc. – que não se restringiam ao ambiente circulista; por isso, apresentam motivações conscientes – seja de convicção religiosa ou de conteúdo material.

Apresentamos um contexto associativo dos trabalhadores em Fortaleza, especialmente no que concerne ao mutualismo, a fim de notar e compreender aspectos da cultura de classe que entraram ou influenciaram, através das experiências de trabalho e de vida dos circulistas, na constituição e no funcionamento do Círculo São José.

As adesões ao circulismo decorreram, em parte, de uma ampla propaganda – através da imprensa católica, dos desfiles pela cidade, do cinema da associação – que divulgava a construção de uma sociedade harmônica, sendo preservados os direitos de todas as classes sociais. Contudo, percebemos que isso não foi suficiente para arregimentar os trabalhadores em torno da proposta circulista. A indicação de novos sócios por um membro da associação através do envio de propostas e referências do candidato revelou, na ação de convidar o outro, prévias redes de informação, solidariedade e vizinhança na composição do Círculo Operário. Com isso, podemos afirmar que, entre alguns trabalhadores, este espaço era visto como possibilidade de obter algum ganho material ou simbólico que estivesse entre as demandas da classe operária. Entendemos que a vontade de direitos não tem como pré-requisito obrigatório a militância revolucionária. Convidamos, pois, a refletir sobre os direitos, vantagens ou interesses que motivaram os trabalhadores ao engajamento no Círculo Operário. Da mesma forma, as vantagens obtidas não podem ser pensadas somente a partir da ótica da efetivação dos discursos. Ou seja, não podemos “medir” a importância do Círculo Operário por ter conseguido ou não negociar as oito horas de trabalho ou a folga em favor dos operários. Percebemos que o uso da Escola Noturna, dos espaços de lazer, da assistência médica, do ensino profissional funcionou como atrativo para a participação no Círculo Operário, não simplesmente porque a Igreja teve grande força no discurso e na propaganda, mas porque interessava aos trabalhadores ter acesso à educação, ao lazer, à qualificação profissional.

É preciso também avançar no entendimento sobre as estratégias de controle da Igreja diante dos trabalhadores. Em nenhum momento desse texto, negamos a existência de mecanismos de convencimento e vigilância empreendidos pelo clero para que fossem observados os valores de obediência, passividade e colaboração dos trabalhadores. Com efeito, procuramos nos concentrar nas respostas a essas estratégias. Encontramos os circunistas nas missas, nas reuniões, na escola da associação, na festa de aniversário do presidente, o que não excluía, necessariamente, sua participação em outros grupos. Os operários poderiam circular entre várias sociedades de socorro mútuo, ou entre o circunismo e o sindicato, ou ainda, entre o socorro mútuo e o sindicato. A heterogeneidade da classe operária expressa nas suas muitas formas de organização e nas suas ações coletivas não nos permite pensar, para o caso de Fortaleza, numa separação claramente definida e intransponível entre uma e outra forma de associação. Podemos assim inferir que o fato de estar associado ao Círculo São José não significava a completa obediência às posturas para um pretense equilíbrio entre as classes sociais como queria a Igreja. A opção pelo circunismo, entre outras possibilidades existentes na cidade, não significava que os trabalhadores eram indiferentes à política, à economia, ou que não sentiam a exploração dos patrões, nem conseguiam relacionar sua difícil sobrevivência com a desvalorização do seu trabalho. Como exemplo dessa dinâmica do associativismo no Ceará, podemos mencionar o caso do jangadeiro Tatá, membro do Círculo Operário São José desde sua fundação, que – junto a outros três jangadeiros: Jacaré, Manoel Preto e Jerônimo – empreendeu uma longa viagem na jangada São Pedro até a capital da República para reivindicar direitos para sua categoria. Sobre o jangadeiro Tatá, Berenice de Abreu diz que ele era bastante envolvido nas ações circunistas e que participava com toda a família das atividades sociais do Círculo São José. Dona Celsa, a viúva do jangadeiro circunista, quando entrevistada pela historiadora Berenice de Abreu, mostrou-lhe a caderneta de sócio do Círculo, como parte da história e da memória do marido.⁴¹⁵ Podemos, então, a partir deste exemplo, indicar que os circunistas poderiam construir outros acessos, dentro da cidade ou dentro de sua categoria, aos direitos e às melhorias na sua condição de trabalhadores.

⁴¹⁵ ABREU, Berenice. **O Raid da Jangada São Pedro**: Pescadores, Estado Novo e Luta por Direitos. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007. p. 46.

Priorizamos nesta dissertação a importância das ações coletivas na formação da classe operária durante a Primeira República. Percebemos que muitas foram as propostas de luta por direitos. Entendemos que as conquistas não foram somente materiais. A insistência em tornar público o reconhecimento da classe operária como sujeito histórico importante nesse período colocou o Círculo Operário no campo de luta pela legitimidade das reivindicações dos trabalhadores. O que norteou nossa análise foi o princípio, formulado por E. P. Thompson, da autenticidade dos processos de formação da classe, revelando que não existe uma “verdadeira” ou uma “falsa consciência” de classe. Compõe o entendimento deste processo a análise das experiências, das relações sociais, dos costumes, das expectativas e das formas de viver o coletivo, a comunidade e de enxergar o outro grupo – a outra classe, o diferente.⁴¹⁶

Levamos em consideração as relações com a cidade e com o aparato urbano que se construía, tentando explicar os diversos usos do espaço urbano e como isso se relacionava com as sociabilidades operárias do período. Notamos que a diretoria do Círculo São José insistia em procurar medidas para tornar o lazer operário coerente com a noção de bom trabalhador. A trajetória do lazer operário esteve intimamente ligada à conquista de direitos sociais e usufruto do espaço público pela classe trabalhadora. Reservar um tempo para o lazer significava reduzir o tempo do trabalho. Porém, o lazer não podia se confundir com o ócio. O lazer era também o tempo da disciplina, da ordem e da reposição das forças para o trabalho. Nesse sentido, esse tempo era um desdobramento do trabalho e não o seu lado oposto. Não se separava trabalho e lazer. O último somente deveria existir em razão do primeiro. Por isso, os “vícios” foram veementemente condenados. O álcool, o jogo, a prostituição se distanciavam da lógica de “divertimento lícito”, própria da moral circulista. Por isso, o Círculo gerou espaços e atividades para competir com outros tipos de divertimentos considerados imorais e prejudiciais ao operário “ordeiro”. Notamos a existência de aspectos muito significativos na aproximação entre Igreja e trabalhadores: as relações aconteceram em situação de negociação. Assim, abriu-se uma larga frente de sociabilidades para preencher o tempo livre do trabalhador. Este, por sua vez, também escreveu sua marca na utilização destes espaços. Exemplo desta marca foi a criação do Cinema São José – condenado por

⁴¹⁶ THOMPSON. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Org: Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Unicamp, 2001.

setores mais conservadores da Igreja, mas empregado no Círculo como forma de atração do operariado. O lazer Circulista também identificava o grupo dentro do movimento operário, sendo o calendário festivo expressão da identidade circulista.

Tratamos de explicar o Círculo Operário através da participação de seus membros, incluindo suas lideranças, em especial o padre Guilherme Waessen, na construção de um projeto político, cuja feição reformista tentava abrir caminhos para o alcance dos direitos sociais. Evidenciou-se no estudo desta associação que, mesmo sem declarar guerra ao capitalismo e ao patronato, não foi possível negligenciar a urgência de uma transformação social, as demandas, as utopias da classe trabalhadora – diversa e móvel na história da sua formação e da sua luta.

Esperamos, por fim, ter contribuído com a historiografia sobre os trabalhadores no Brasil. As análises aqui apresentadas, sempre transitivas, resultaram de pesquisas, discussões e ideias compartilhadas com outros historiadores. Não se pode partir sozinho para pensar os sentidos do passado. Ficamos, portanto, à espera de novos diálogos e novas possibilidades interpretativas.

FONTES

Periódicos:

Almanaque Commercial. (1928 - 1929) – Academia Cearense de Letras.

Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará. (1912-1931) – Academia Cearense de Letras e Instituto do Ceará.

O Bandeirante. (1929-1930) – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Ceará Socialista. (1919) – In.: GONÇALVES, Adelaide (org.). **Ceará Socialista: Anno 1919.** (Ed. Fac-similar) Florianópolis: Insular, 2001.

O Combate. (1921) – In.: GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge. **A imprensa Libertária no Ceará (1909 – 1922).** São Paulo: Imaginário, 2000.

O Escudo. (1930) – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

A Esquerda. (1928-1929) – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Gazeta Oficial. (1918-1919) – Instituto do Ceará.

Guia Cearense. (1926 e 1939) – Arquivo Público do Estado do Ceará.

O Legionário. (1933) – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

O Nordeste. (1922-1931) – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Seminário Diocesano de Fortaleza e Instituto do Ceará.

Norte Médico – Órgão do Centro Médico Cearense. (1915 - 1918) – Biblioteca da Faculdade de Medicina e Academia de Medicina.

Revista Ceará Médico - Órgão do Centro Médico Cearense. (1928-1929) – Biblioteca da Faculdade de Medicina e Academia Cearense de Medicina.

Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). – Instituto do Ceará.

O Trabalhador Gráfico. (1930) – In.: GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson. (orgs.) **O Trabalhador Gráfico** – edição fac-similar. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

A Tribuna. (1923-1924) – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Voz do Gráfico. (1921-1922) – In.: GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge. **A imprensa Libertária no Ceará (1909 – 1922)**. São Paulo: Imaginário, 2000.

Documentos eclesiásticos:

Carta Pastoral de D. Manoel da Silva Gomes – Saudando seus diocesanos. (08 de dezembro de 1912) – Arquivo da Sala de História Eclesiástica, Seminário Diocesano de Fortaleza.

Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme (Arcebispo Metropolitano de Olinda) – saudando seus diocesanos. Petrópolis: Typographia Vozes, 1916.

Reitores de Seminário. – Arquivo da Sala de História Eclesiástica, Seminário Diocesano de Fortaleza.

LEÃO XIII [papa]. **Encíclica *Rerum Novarum* – sobre a condição dos operários, 1891**. 6 ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1980.

Documentos Oficiais:

Cadastro das Casas Comerciais do Estado do Ceará. – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Código Municipal (dec. Nº 70, de 13 de dezembro de 1932). – Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de Julho de 1919 pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado. – Arquivo Público do Estado do Ceará.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado, em 1928. – Arquivo Público do Estado do Ceará.

Série: Ações Criminais. (1922-1931) – Arquivo Público do Estado do Ceará.

Recenseamento do Brasil. (1920) – Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Livros de Memórias e Crônicas:

ADERALDO, Mozart Soriano. **História Abreviada de Fortaleza e a Crônica da Cidade Amada**. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993.

ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e anteontem**. Fortaleza: Edições UFC/ PMF, 1980.

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça: Reminiscências**. 2 ed. Fortaleza: UFC / Casa José de Alencar, 1992.

CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Quotidiano** – Breve Memória da Cidade de Fortaleza. Fortaleza: [s.n.], 1926.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Berenice. **O Raid da Jangada São Pedro: Pescadores, Estado Novo e Luta por Direitos**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Círculos Operários Católicos: Práticas de Assistência e de Controle no Brasil (1932 – 1945)**. Dissertação de mestrado. PUC/SP, 1992

AMARAL, Deivison Gonçalves. **Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ANDRADE, Margarida. **Onde Moram os Operários... Vilas Operárias em Fortaleza (1920 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ARAÚJO (org.). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro no século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL**, v.6, nº 10/11, 1999.

_____. Vida Associativa: Por uma nova abordagem da História Institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, Porto Alegre, n.8, dezembro de 1997.

BATALHA, TEXEIRA, FORTES (orgs.) **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e Trabalho: Análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 – 1920)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2005.

BIONDI, Luigi. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVI. Nº 1, p.131 – 162, Julho 2000.

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Ed. Forense-Universitária: FGV-CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos, 1984.

BREY, Gerard. “Mutualismo Popular e Mutualismo Obrero en Galicia (1841 – 1916)”. In: CASTILLO, Santiago (ed.) **Solidariedad desde abajo**. Madri: Centro de Estudios Históricos y Confederacion Nacional de Mutualidades de Prevision, 1994.

CASTELLUCI, Aldrin Armstrong Silva. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Fieb, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Experiência do Movimento Operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CORBIN, Alain. **História dos Tempos Livres: O advento do Lazer**. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2001.

CORDEIRO JR, Raimundo. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone de. (org.). **Uma Nova História do Ceará**. 2 ed. Fortaleza : Demócrito Rocha, 2002.

COSTA FILHO, Luiz Moreira da. **A Inserção do Seminário Episcopal de Fortaleza na Romanização do Ceará (1864-1912)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador – Uma História dos Costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, Trabalho e Educação: A experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)**. Bragança Paulista: Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

FARIAS, Damião Duque de. **Em Defesa da Ordem: Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930 – 1945)**. São Paulo: Editora Hucitec / USP, 1998.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. (orgs). **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Arão (orgs.) **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Coleção: As Esquerdas no Brasil. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. **O Cotidiano dos Trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)**. Niterói: EDUFF, 2006.

FORTES, Alexandre. **‘- Nós do Quarto Distrito...’: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Caxias do Sul: EducS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, Alexandre *et al.* **Na Luta por Direitos: Leituras recentes em História Social do Trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GEREMEK, Bronislaw. **A Piedade e a Força** – História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e Movimento Operário**. São Paulo: Cortez, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena. (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002.

GONÇALVES, Adelaide. “Uma fábrica de homens utilizáveis”: sobre escola e instrução pública para os pobres no Ceará. In: RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). **Em Tempo: História, Memória, Educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

_____. Papel Educativo: imprensa e instrução para os trabalhadores no Ceará (1874-1920). **Trajeto**. Revista de História da UFC. V. 5. n. 9 / 10 (dez. 2007). Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2007.

GUSSINYER, Pere Sola i. El Mutualismo Contemporâneo em uma Sociedad Industrial. Anotaciones sobre el caso catalan (1880 – 1939). In: CASTILLO, Santiago (ed.) **Solidariedad desde abajo**. Madri: Centro de Estudios Históricos y Confederacion Nacional de Mutualidades de Prevision, 1994.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária**. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914 -1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre História**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A Era das Revoluções (1789 – 1848)**. Tradução: Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOGGART, Richard. “Nós” e “Eles”. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles. (org.). **O Lúdico na Cultura Solidária**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

KAREPOVS, Dainis. **A Classe Operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês**. São Paulo: Alameda, 2006.

LEITE, Ary Bezerra. **Fortaleza e a Era do Cinema**. Vol. I (1891 – 1931). Fortaleza: Secretaria de Cultura, 1995.

LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado: O Mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos Modernos na Escola: Os anos 30 e a nacionalização da Educação Brasileira**. Bauru: Edusc, Brasília: Inep, 2002.

MARTINS, José Aloísio. **“Serventuários das Trevas”**: Os bolcheviques na Imprensa católica (Fortaleza/ CE, 1922-1932). Dissertação de Mestrado. UFC, 2005.

MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé: Discurso e Prática Católicos**. Fortaleza: UFC, 1987.

MOTTA, Marly Silva da. **A Nação faz 100 anos: A Questão Nacional no Centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV – CPDOC, 1922.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira Republica**. São Paulo: USP, 1974.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. O Povo na rua: um “conto de duas cidades”. In: PECHMAN, Robert Moses. (org.) **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

NOMELINI, Paula Christina Bin. **Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os Caixeiros no Ceará: Trabalho e Educação na Revista Phenix: 1891-1920**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na fala dos outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade operária: Aspectos da Cultura da Classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ / Museu Nacional.

_____. **Trabalhadores e Cidadania: Experiência no mundo público na história do Brasil moderno**. In: **Estudos Avançados**. Dez 1989, vol. 3, nº 07.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em Movimento: A Trajetória de Luta dos Trabalhadores da Ceará Light. (Fortaleza, 1917 – 1932)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. (org.) **História da Vida Privada – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Vol. 4. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editorial, 2001.

_____. Muito além do Espaço: Por uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos**, vol. 8, n. 16. Rio de Janeiro, 1995. p-279-290.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reforma urbana e controle social (1860-1930)**. 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de Casaca: Trabalhadores do Comércio Carioca (1850 – 1911)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870 – 1910). In: **Cadernos AEL**, v.6, nº 10/11, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. **A Noite dos Proletários: Arquivos do sonho operário**. Tradução: Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado** (uma crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós, 1979.

SANTOS, Jovelina. **Círculos Operários no Ceará: “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915 – 1963)**. Coleção Mundos do Trabalho. Fortaleza, 2007.

SANTT’ ANNA. Denise Bernuzzi. **O Prazer justificado: História e Lazer**. (São Paulo, 1969 – 1979). São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

_____. História do Conforto na Cidade de São Paulo. **Anos 90**. nº 14, Dezembro de 2000.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Epoque à Era do Rádio**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Márcio Inácio da. **Nas Telas da Cidade: salas de cinema e vida urbana em Fortaleza dos anos de 1920**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Fortaleza: Imagens da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

_____. **Paisagens do Consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Ceará, 2002.

SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. **As Sociedades de Socorro Mútuo: Estratégias Privadas e Públicas (Estudo centrado no Rio Grande do Sul, 1854 – 1940)**. Tese

(Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SIQUEIRA, Uassyr de. **Entre Sindicatos, Clubes e Botequins**: Identidades, Associações e Lazer dos trabalhadores paulistanos (1890 – 1920). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários**: A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

TOLEDO, Edilene. **Travessias Revolucionárias**: Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945). Campinas: Unicamp, 2004.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900- 30)**: Mediações, linguagens e espaços. Coleção Estudos. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920 – 1964)**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez, Universidade de São Francisco, 2000.